



Análise do Desempenho

2T17

Este Relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

Índice

Apresentação	8
Destaque	8
Acesso on-line	8
Glossário	9
Estimativas 2017	11
Sumário do Resultado	12
1 - Informações Úteis	21
Governança Corporativa	25
2 - Demonstrações Contábeis Resumidas	27
2.1. Balanço Patrimonial Resumido	27
2.2. Demonstração do Resultado com Realocações	29
2.2.1. Abertura das Realocações.....	30
2.2.2. Glossário das Realocações	32
2.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	32
3 - Crédito	33
O Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil.....	33
3.1. Carteira de Crédito	33
3.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física	35
3.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	40
3.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios	42
3.1.4. Concentração.....	47
3.2. Qualidade do Crédito	49
3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física	53
3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	56
3.2.3. Carteira de Agronegócios	58
3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior	62
3.3. Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos	63
3.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal.....	63
3.3.2. O Processo de Cobrança e Regularização de Créditos	63
3.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos	64
3.3.4. Eficiência do Processo.....	64
3.3.5. Carteira de Crédito Renegociada	66
4 - Captações	68
5 - Resultado Financeiro	71
5.1. Margem Financeira Bruta.....	71
5.2. Receita Financeira com Operações de Crédito	71
5.3. Despesa Financeira de Captação.....	72
5.4. Despesa Financeira de Captação Institucional.....	73
5.5. Receita de Recuperação de Crédito	73
5.6. Resultado de Tesouraria.....	73
5.7. Análise dos Ativos e Passivos	75
5.7.1. Análise dos Ativos.....	75
5.7.2. Análise dos Passivos	77
5.7.3. Análise Volume e Taxa	78
5.8. Margem Gerencial de Crédito	80
6 - Rendas de Tarifas	82
6.1. Conta-Corrente.....	82
6.2. Meios de Pagamento	82
6.2.1. Base de Cartões e Faturamento.....	83
6.2.2. Resultado dos Serviços de Cartões	84
6.3. Gestão de Recursos de Terceiros	85
6.4. Mercado de Capitais	87
6.5. Seguros, Previdência e Capitalização	90
6.6. Consórcios	90
7- Produtividade e Eficiência	92
7.1. Indicadores.....	92
7.2. Despesas de Pessoal	93
7.3. Outras Despesas Administrativas	94
7.3.1. Rede de Atendimento	94

7.3.2. Canais Automatizados	95
7.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais	98
7.5. Perdas Operacionais.....	98
8 - Ativo e Passivo Atuarial	100
8.1. Previ – Plano 1	100
8.2. Fundos de Destinação do Superavit Previ (Plano 1)	101
8.3. Cassi.....	102
8.4. Efeitos no Patrimônio Líquido.....	103
9 - Gestão de Riscos	104
9.1. Gestão dos Riscos	104
9.2. Estrutura de Capital	106
10 - Investimentos Estratégicos	111
10.1. Informações de Coligadas e Controladas	111
10.2. Banco Votorantim.....	112
10.3. Negócios Internacionais.....	116
10.3.1. Banco Patagonia	117

Índice de Tabelas

Tabela 1. Estimativas 2017	11
Tabela 2. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica	11
Tabela 3. Margem Financeira Bruta e PCLD	11
Tabela 4. Resultado – R\$ milhões	12
Tabela 5. Conceitos de RSPL – R\$ milhões.....	13
Tabela 6. Indicadores de Mercado	13
Tabela 7. Rendas de Tarifas – R\$ milhões.....	15
Tabela 8. Carteira de Crédito Renegociada – R\$ milhões	20
Tabela 9. Principais Indicadores Econômicos ¹	21
Tabela 10. Composição Acionária - %.....	22
Tabela 11. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio ¹	22
Tabela 12. Indicadores de Mercado (sem ações em tesouraria)	22
Tabela 13. Participação em Índices de Mercado Brasileiro - %	22
Tabela 14. Participação em Índice de Mercado Internacional - %	22
Tabela 15. Informações do BB.....	23
Tabela 16. <i>Ratings</i>	24
Tabela 17. Compulsório/Exigibilidade (%)	24
Tabela 18. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo	27
Tabela 19. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo	28
Tabela 20. Demonstração do Resultado com Realocações.....	29
Tabela 21. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários	31
Tabela 22. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários.....	32
Tabela 23. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	34
Tabela 24. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna.....	34
Tabela 25. Crédito SFN	34
Tabela 26. Carteira de Crédito Pessoa Física	36
Tabela 27. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado.....	36
Tabela 28. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito	37
Tabela 29. Taxas e Prazos Médios	37
Tabela 30. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica	38
Tabela 31. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	40
Tabela 32. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica	40
Tabela 33. Câmbio de Exportação e Importação	40
Tabela 34. ACC/ACE	40
Tabela 35. Tempo de Relacionamento dos Clientes - % do Saldo da Carteira MPE	41
Tabela 36. Crédito MPE por Setor de Atividade	42
Tabela 37. Produtos de Crédito - MPE	42
Tabela 38. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em junho/17	42
Tabela 39. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região	43
Tabela 40. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito	43
Tabela 41. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação	44
Tabela 42. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado	44
Tabela 43. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente	44
Tabela 44. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica	45
Tabela 45. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos.....	45
Tabela 46. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação	45
Tabela 47. Receitas de Equalização a Receber - Movimentação ¹	46
Tabela 48. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios.....	46
Tabela 49. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural	46
Tabela 50. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola	47
Tabela 51. 100 Maiores Clientes em relação à Carteira de Crédito Classificada	47
Tabela 52. 100 Maiores Clientes em relação ao Patrimônio de Referência	48
Tabela 53. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ.....	48
Tabela 54. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco.....	52
Tabela 55. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada	52
Tabela 56. Índices de Atraso da Carteira Classificada	53
Tabela 57. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco	54
Tabela 58. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF	54

Tabela 59. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito	55
Tabela 60. Carteira de Crédito Classificada BB PJ por Nível de Risco.....	56
Tabela 61. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ.....	57
Tabela 62. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito	57
Tabela 63. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco	58
Tabela 64. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito.....	59
Tabela 65. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco.....	59
Tabela 66. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF	59
Tabela 67. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco	60
Tabela 68. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ	60
Tabela 69. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio.....	61
Tabela 70. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios.....	62
Tabela 71. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco	62
Tabela 72. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo ¹	66
Tabela 73. Carteira de Crédito Renegociada por Nível de Risco.....	67
Tabela 74. Captações Comerciais.....	68
Tabela 75. Captações Institucionais	69
Tabela 76. Captações no Exterior - Modalidade.....	69
Tabela 77. Captações no Exterior - Produto.....	69
Tabela 78. Fontes e Usos	70
Tabela 79. Emissões Vigentes no Exterior	70
Tabela 80. Principais Indexadores.....	71
Tabela 81. Composição da Margem Financeira Bruta	71
Tabela 82. Receita Financeira de Operação de Crédito	71
Tabela 83. Composição Sintética dos Ativos.....	72
Tabela 84. Resultado de Captação ¹	72
Tabela 85. Captações vs. Taxa Selic	73
Tabela 86. Despesa de Captação Institucional	73
Tabela 87. Recuperação de Crédito	73
Tabela 88. Resultado de Tesouraria.....	73
Tabela 89. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários.....	74
Tabela 90. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado	74
Tabela 91. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado	74
Tabela 92. Saldo da Liquidez.....	75
Tabela 93. Despesa de Captação no Mercado Aberto.....	75
Tabela 94. Outros Componentes de Tesouraria.....	75
Tabela 95. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Anual)	75
Tabela 96. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)	76
Tabela 97. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Semestral).....	76
Tabela 98. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual).....	77
Tabela 99. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral).....	77
Tabela 100. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Semestral).....	78
Tabela 101. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral	78
Tabela 102. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Semestral	78
Tabela 103. Margem Global – (%).....	79
Tabela 104. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro.....	79
Tabela 105. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)	80
Tabela 106. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Semestral)	80
Tabela 107. Margem Gerencial.....	81
Tabela 108. Taxa por Carteira	81
Tabela 109. Rendas de Tarifas.....	82
Tabela 110. Base de Clientes e Contas-correntes	82
Tabela 111. Base de Cartões	83
Tabela 112. Quantidade de Transações.....	83
Tabela 113. Resultado de Serviços de Cartões – Visão Trimestral	85
Tabela 114. Resultado de Serviços de Cartões – Visão Semestral	85
Tabela 115. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento	86
Tabela 116. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por classe Anbima	86
Tabela 117. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais	87
Tabela 118. <i>Private Equity</i> – Participação Indireta	89
Tabela 119. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho.....	90
Tabela 120. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo	91
Tabela 121. Consórcios - <i>Ticket</i> Médio	91

Tabela 122. Consórcios ¹ – Prazo Médio e Taxa de Administração Média	91
Tabela 123. Resultado Estrutural.....	92
Tabela 124. Índices de Cobertura e Eficiência – Ajustados ¹	92
Tabela 125. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência	92
Tabela 126. Despesas de Pessoal	93
Tabela 127. Perfil dos Funcionários	94
Tabela 128. Outras Despesas Administrativas.....	94
Tabela 129. Rede de Atendimento	95
Tabela 130. Rede de Agências por Região	95
Tabela 131. Outras Receitas e Despesas Operacionais	98
Tabela 132. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda – (%)	99
Tabela 133. Composição dos Ativos	101
Tabela 134. Principais Premissas Atuariais.....	101
Tabela 135. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – Deliberação CVM nº 695/2012.....	101
Tabela 136. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade	102
Tabela 137. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização	102
Tabela 138. Efeitos da Contabilização da Cassi – Deliberação CVM nº 695/2012	103
Tabela 139. Efeito no Patrimônio Líquido – Deliberação CVM nº 695/2012	103
Tabela 140. Balanço em Moedas Estrangeiras	104
Tabela 141. Perfil de Repactuação das Taxas de Juros	106
Tabela 142. Índice de Basileia	107
Tabela 143. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	108
Tabela 144. PRMR Referente à Parcela do RWA _{CPAD}	109
Tabela 145. PRMR Referente à Parcela do RWA _{MPAD}	109
Tabela 146. PRMR Referente à Parcela do RWA _{OPAD}	109
Tabela 147. RWA _{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR.....	110
Tabela 148. Participações Societárias.....	111
Tabela 149. Demonstração do Resultado com Realocações ¹ - Trimestral	112
Tabela 150. Demonstração do Resultado com Realocações ¹ - Semestral	113
Tabela 151. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro.....	113
Tabela 152. Principais Itens Patrimoniais.....	114
Tabela 153. Qualidade da Carteira Gerenciada	114
Tabela 154. Índice de Basileia	115
Tabela 155. Rede de Atendimento no Exterior	116
Tabela 156. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais.....	116
Tabela 157. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado	117
Tabela 158. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais	117
Tabela 159. Banco Patagonia – Captações	117
Tabela 160. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado	117
Tabela 161. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito	118
Tabela 162. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais.....	118

Índice de Figuras

Figura 1. Margem Financeira Bruta – R\$ milhões.....	13
Figura 2. <i>Spread</i> Global e Saldo Médio das Operações de Crédito – R\$ bilhões.....	14
Figura 3. <i>Spread</i> por Segmento - %.....	14
Figura 4. Principais Componentes das Rendas de Tarifas – Base 100.....	15
Figura 5. Despesas Administrativas – R\$ milhões.....	15
Figura 6. Basileia - %.....	16
Figura 7. Simulação do Índice de Capital Principal com as Regras Integrais de Basileia III (%).....	16
Figura 8. Carteira de Crédito Ampliada – R\$ bilhões.....	17
Figura 9. Captações Comerciais – R\$ bilhões.....	17
Figura 10. Cobertura Total – %.....	18
Figura 11. Cobertura ¹ por Segmento – %.....	18
Figura 12. Despesa de Provisão por Segmento – R\$ milhões.....	19
Figura 13. Risco Médio - %.....	19
Figura 14. Inad +90d - %.....	20
Figura 15. Estrutura da Alta Administração.....	26
Figura 16. Colegiados Estratégicos.....	26
Figura 17. Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil.....	33
Figura 18. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) - % e R\$ bilhões.....	35
Figura 19. Carteira de Crédito Interna BB (por Prazo de Vencimento) - %.....	35
Figura 20. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos - %.....	36
Figura 21. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - %.....	37
Figura 22. Prazo das Operações Contratadas no trimestre – Crédito Consignado.....	38
Figura 23. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Financiamento de Veículos.....	39
Figura 24. LTV e Entrada – Financiamento de Veículos da Carteira Orgânica PF - % no trimestre... ..	39
Figura 25. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %.....	41
Figura 26. Participação do BB no Agronegócio – %.....	43
Figura 27. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %.....	47
Figura 28. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada.....	49
Figura 29. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada.....	49
Figura 30. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada.....	50
Figura 31. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada.....	50
Figura 32. INAD +90 por segmento – em % da Carteira de Crédito Classificada Interna.....	50
Figura 33. <i>New NPL</i> – % da Carteira de Crédito Classificada.....	51
Figura 34. Despesa Trimestral de PCLD sobre <i>New NPL</i> (Cobertura).....	51
Figura 35. Safra Anual – Crédito Pessoa Física.....	55
Figura 36. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito Pessoa Física.....	56
Figura 37. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica.....	57
Figura 38. Safra Anual – Carteira MPE.....	58
Figura 39. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito do Agronegócio.....	61
Figura 40. Canais de Cobrança, Regularização e Recuperação ¹	64
Figura 41. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %.....	64
Figura 42. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas ¹ - %.....	65
Figura 43. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %.....	65
Figura 44. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada.....	65
Figura 45. <i>New NPL</i> – % da Carteira Renegociada.....	66
Figura 46. Participação de Mercado das Captações do BB (R\$ bilhões).....	68
Figura 47. Distribuição das Receitas de Crédito.....	72
Figura 48. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo).....	74
Figura 49. Distribuição dos Ativos Rentáveis - (%).....	79
Figura 50. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas ¹	83
Figura 51. Faturamento Total de Cartões – R\$ bilhões.....	84
Figura 52. Faturamento Total de Cartões por Tipo de Segmento Negocial – R\$ bilhões.....	84
Figura 53. Administração Fiduciária e Participação de Mercado– R\$ bilhões.....	85
Figura 54. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões.....	87
Figura 55. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional.....	88
Figura 56. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário.....	89
Figura 57. Ouro – Custódia.....	89
Figura 58. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativas.....	91

Figura 59. Produto Bancário e Agências – (% de evolução).....	93
Figura 60. Evolução do Quadro de Pessoal.....	93
Figura 61. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – (%).....	95
Figura 62. Quantidade de Usuários (milhões) – <i>Internet e Mobile</i>	96
Figura 63. Quantidade de Transações (milhões) – <i>Internet PF e Mobile</i>	96
Figura 64. Terminais de Autoatendimento	96
Figura 65. Transações - TAAs vs Caixa – (% média)	97
Figura 66. Investimentos em Tecnologia.....	97
Figura 67. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade.....	98
Figura 68. Perdas Operacionais por Faixa de Valor – (%).....	99
Figura 69. Evolução da Exposição Cambial em % do PR	105
Figura 70. Ativos e Passivos por Indexador (R\$ bilhões)	105
Figura 71. Posição Líquida por Indexador (R\$ bilhões)	106
Figura 72. Simulação do Índice de Capital Principal com as Regras Integrais de Basileia III (%)	108
Figura 73. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões	118

Apresentação

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores, tem periodicidade trimestral. Esta publicação disponibiliza conteúdo com dados sobre indicadores econômicos, desempenho dos papéis do BB e gestão de riscos. O leitor encontrará, ainda, tabelas contendo séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido, da Demonstração do Resultado com Realocações, além de informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Ao final do relatório, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do período em análise são apresentadas.

Destaque

No capítulo 5, apresentamos novos gráficos com a distribuição das receitas de crédito e com a distribuição dos ativos rentáveis.

Acesso on-line

A leitura do relatório Análise do Desempenho pode ser realizada no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil. Também são disponibilizadas maiores informações sobre a Empresa, como: Governança Corporativa, notícias, perguntas frequentes e o *Download Center*.

Banco do Brasil
Relações com Investidores

bb.com.br
bb.com.br/ri

Glossário

Alavancagem: indicador financeiro que expressa a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido da empresa.

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição. O retorno total desses ativos está incluído na receita bruta de intermediação financeira (RIF).

Captações Comerciais: Inclui Depósitos Totais, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

Captações Institucionais: Inclui captações direcionadas a investidores institucionais, com a utilização de instrumentos como Dívida Sênior, Letras Financeiras, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Ampliada Interna: carteira de crédito ampliada, considerando-se apenas as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna: carteira de crédito ampliada, desconsiderando-se as operações de crédito adquirido.

Carteira de Crédito Gerenciada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, abrangendo a carteira de crédito contabilizada segundo a Res. nº CMN 2.682/99, adicionada de ativos cedidos com coobrigação para outras instituições financeiras e dos ativos cedidos para fundos de investimento em direitos creditórios – FIDCs.

Carteira de Crédito Gerenciada Ampliada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, abrangendo carteira de crédito gerenciada adicionada de títulos e valores mobiliários privados, avais e fianças prestados.

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito classificada do BB excluindo-se as carteiras adquiridas.

Carteira de Crédito Renegociada por Atraso: composta pelos créditos renegociados para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes. Não inclui operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Correspondente no País: são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Custo de Oportunidade: instrumento de avaliação gerencial utilizado na comparação entre o resultado efetivo de operações ativas e o resultado hipotético da utilização em alternativa substitutiva. Em geral é considerada a Taxa Média Selic (TMS).

Garantias: são operações em normalidade onde o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.

Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do Hedge Estrutural.

Índices de Cobertura de despesas administrativas e despesas de pessoal - ajustados: Indica a grandeza da cobertura das rendas de tarifas sobre as despesas.

Índice de Eficiência ajustado: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e suas receitas operacionais. Quanto menor o índice mais “eficiente” é a empresa.

Itens extraordinários: Receitas ou despesas relevantes identificadas no resultado do período e que não se referem aos negócios normais do banco e/ou referem-se a valores contabilizados em exercícios anteriores.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem Financeira Bruta (MFB): É calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando-se as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: É calculada com base nas receitas financeiras auferidas, deduzidos os custos de oportunidade, é definida de acordo com cada tipo de produto.

Margem Líquida de Juros: receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

MSD: Média de Saldos Diários

Passivos Onerosos: engloba a soma de todos passivos que acarretam despesa financeira para a instituição. O custo financeiro total desses passivos reflete a despesa de intermediação financeira.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário (DRE) com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Receita Líquida de Juros: composto pela diferença entre os ganhos com os ativos rentáveis e os custos referentes aos passivos onerosos.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido e a média aritmética do patrimônio líquido do período em referência, excluída a participação de minoritários. Os valores são anualizados por capitalização.

Spread Gerencial: é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Além disso, são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a taxa média Selic (TMS). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do funding e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Spread Global: aplicação do conceito de *spread* específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

TVM Privado: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

Estimativas 2017

A seguir são apresentadas as Estimativas para 2017 e a sua comparação com o desempenho no trimestre. A performance da carteira de crédito é medida pela comparação dos saldos em 12 meses. O Lucro Líquido e a Despesa de PCLD são acompanhados pelos montantes acumulados ao longo do exercício. O desempenho de Renda de Tarifas e Despesas Administrativas é medido em relação ao mesmo período do ano anterior.

As projeções são elaboradas para o exercício, de forma que variações ao longo dos trimestres podem refletir eventos específicos do período. As premissas utilizadas na elaboração dessas projeções foram apresentadas no Relatório Análise do Desempenho do 4T16.

Os resultados dependem das condições de mercado, do desempenho econômico do país e dos mercados internacionais, que podem impactar no desempenho efetivo daqueles previstos em nossas projeções.

No 1S17, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

- Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna: impactada principalmente pelo desempenho da carteira PJ;
- Carteira de Crédito PF: desempenho impactado pela priorização do crescimento em linhas de menor risco;
- Carteira de Crédito PJ: crescimento impactado pelo volume de amortizações e priorização de desembolsos em linhas de maior rentabilidade;
- Carteira de Crédito Rural: desempenho dentro da estratégia adotada com perspectiva de finalizar o ano dentro do intervalo;
- Rendas de Tarifas: resultado decorrente da estratégia de incremento das receitas de serviços, com destaque para o desempenho de Administração de Fundos e Consórcios. A expectativa é de retorno ao intervalo até o final do exercício;
- Despesas Administrativas: resultado influenciado pelo rígido controle de despesas.

Tabela 1. Estimativas 2017

	Estimativas 2017	Observado 1S17	Estimativas 2017 revisadas
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	9,5 a 12,5	5,2	Mantido
Margem Financeira Bruta sem Recuperação de Operações em Perdas - %	0 a 4	0,3	✓ -4 a 0
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna - %	1 a 4	(6,6)	✗ -4 a -1
Pessoa Física - %	4 a 7	1,0	✗ 2 a 5
Pessoa Jurídica - %	-4 a -1	(14,5)	✗ -11 a -8
Rural - %	6 a 9	3,7	✗ Mantido
Despesa de PCLD líquida de Recuperação de Operações em Perdas - R\$ bilhões	-23,5 a -20,5	(11,0)	Mantido
Rendas de Tarifas - %	6 a 9	10,0	✓ Mantido
Despesas Administrativas - %	1,5 a 4,5	(0,9)	✓ -2,5 a 0,5

A seguir apresentamos o desempenho dos novos indicadores vigentes a partir de 2017.

Tabela 2. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna	684.587	100,0	633.271	100,0	639.692	100,0	(6,6)	1,0
Pessoa Física	172.535	25,2	172.427	27,2	174.326	27,3	1,0	1,1
Pessoa Jurídica	359.454	52,5	308.657	48,7	307.171	48,0	(14,5)	(0,5)
Rural	152.599	22,3	152.187	24,0	158.194	24,7	3,7	3,9

Tabela 3. Margem Financeira Bruta e PCLD

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. % s/		Fluxo Semestral			Var. % s.
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16	
Margem Financeira Bruta sem Recuperação de Operações em Perdas	13.249	13.521	13.212	(0,3)	(2,3)	26.665	26.733	0,3	
Despesa de PCLD líquida de Recuperação de Operações em Perdas	(6.893)	(5.757)	(5.264)	(23,6)	(8,6)	(15.177)	(11.021)	(27,4)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.277)	(6.713)	(6.658)	(19,6)	(0,8)	(17.422)	(13.371)	(23,2)	
Recuperação de Operações em Perdas	1.384	956	1.394	0,8	45,9	2.245	2.350	4,7	

Sumário do Resultado

Lucro Líquido Ajustado de R\$ 5,2 bilhões

O Banco do Brasil registrou lucro líquido ajustado de R\$ 5,2 bilhões no 1S17, impactado principalmente pelo aumento das rendas de tarifas e redução da despesa de provisão, quando comparado ao primeiro semestre do ano anterior. O resultado estrutural subiu 5,8% no mesmo período.

Tabela 4. Resultado – R\$ milhões

	2T16	1T17	2T17	Var. %		1S16	1S17	Var. %
				s/2T16	s/1T17			
Rec. Oper. Totais (Produto Bancário)	23.939	23.730	24.009	0,3	1,2	47.061	47.740	1,4
Receitas Operacionais	23.686	23.601	23.939	1,1	1,4	46.488	47.540	2,3
Margem Financeira Bruta	14.633	14.476	14.606	(0,2)	0,9	28.909	29.083	0,6
Rendas de Tarifas	5.886	6.096	6.316	7,3	3,6	11.285	12.411	10,0
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	1.091	953	1.062	(2,7)	11,5	2.089	2.015	(3,5)
Outras Receitas Operacionais	2.075	2.076	1.955	(5,8)	(5,8)	4.205	4.031	(4,1)
Previ - Plano de Benefícios 1	(54)	(59)	(59)	10,5	(0,0)	(107)	(119)	10,5
Previ - Atualização de Fundo Utilização	307	189	129	(57,9)	(31,5)	680	318	(53,3)
Despesas Operacionais Totais	(13.262)	(12.849)	(12.680)	(4,4)	(1,3)	(26.074)	(25.529)	(2,1)
Despesas Administrativas	(7.973)	(7.774)	(7.864)	(1,4)	1,2	(15.781)	(15.638)	(0,9)
Despesas de Pessoal	(4.956)	(4.677)	(4.817)	(2,8)	3,0	(9.745)	(9.494)	(2,6)
Outras Despesas Administrativas	(3.017)	(3.096)	(3.047)	1,0	(1,6)	(6.036)	(6.144)	1,8
Risco Legal	(581)	(751)	(516)	(11,2)	(31,2)	(1.371)	(1.267)	(7,6)
Outras Despesas Tributárias	(92)	(118)	(128)	39,4	8,7	(209)	(245)	17,5
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.291)	(1.262)	(1.231)	(4,7)	(2,5)	(2.514)	(2.493)	(0,8)
Outras Despesas Operacionais	(3.325)	(2.945)	(2.941)	(11,6)	(0,1)	(6.199)	(5.886)	(5,1)
Resultado Não Operacional	72	45	59	(17,0)	31,8	108	105	(3,4)
Resultado Estrutural	10.749	10.926	11.389	6,0	4,2	21.095	22.315	5,8
Provisão p /Créd. de Liquidação Duvidosa	(8.277)	(6.713)	(6.658)	(19,6)	(0,8)	(17.422)	(13.371)	(23,2)
Outros/Impostos	(671)	(1.699)	(2.082)	210,1	22,5	(587)	(3.780)	544,0
Lucro Líquido Ajustado	1.801	2.515	2.649	47,1	5,3	3.087	5.164	67,3
Itens Extraordinários	664	(72)	(30)	0,0	(57,7)	1.738	(102)	0,0
Lucro Líquido	2.465	2.443	2.619	6,2	7,2	4.824	5.062	4,9

Na tabela a seguir são apresentados os conceitos de RSPL:

- RSPL Contábil: calculado a partir das demonstrações financeiras;
- RSPL Mercado: reflete a métrica que os principais analistas de mercado utilizam nas previsões de resultado;
- RSPL Ajustado: relação entre o lucro líquido ajustado e o patrimônio líquido ajustado médio. Este compunha as projeções até 2016; e
- RSPL Acionista: retorno para o acionista do BB. O instrumento elegível ao capital principal não é considerado no cálculo do indicador, pois o pagamento da sua remuneração é realizado com recursos provenientes de lucros acumulados e reservas de lucros.

Tabela 5. Conceitos de RSPL – R\$ milhões

	2T16	1T17	2T17	1S16	1S17
RSPL Contábil - (a)/(b) %	12,3	11,5	12,1	12,0	11,7
a) LL Contábil	2.465	2.443	2.619	4.824	5.062
b) PL Contábil - Média	83.803	88.507	90.302	82.493	88.989
RSPL Mercado - (c)/(b-d) %	9,2	12,4	12,8	7,9	12,4
c) LL Ajustado	1.801	2.515	2.649	3.087	5.164
d) Participações Minoritárias - Média	3.208	3.395	3.429	3.115	3.247
RSPL Ajustado - (c)/(b-d-e) %	7,7	10,4	10,7	6,6	10,4
e) Planos de Benefícios - Média	(15.375)	(15.493)	(15.735)	(15.375)	(15.735)
RSPL Acionista - (c)/(b-d-f) %	10,3	13,7	14,1	8,8	13,7
f) Instrumento Elegível ao Capital Principal - Média	8.100	8.100	8.100	8.100	8.100

Indicadores de Mercado

Destaque para a evolução do lucro ajustado por ação de R\$ 1,11 no 1S16 para R\$ 1,85 no 1S17.

Tabela 6. Indicadores de Mercado

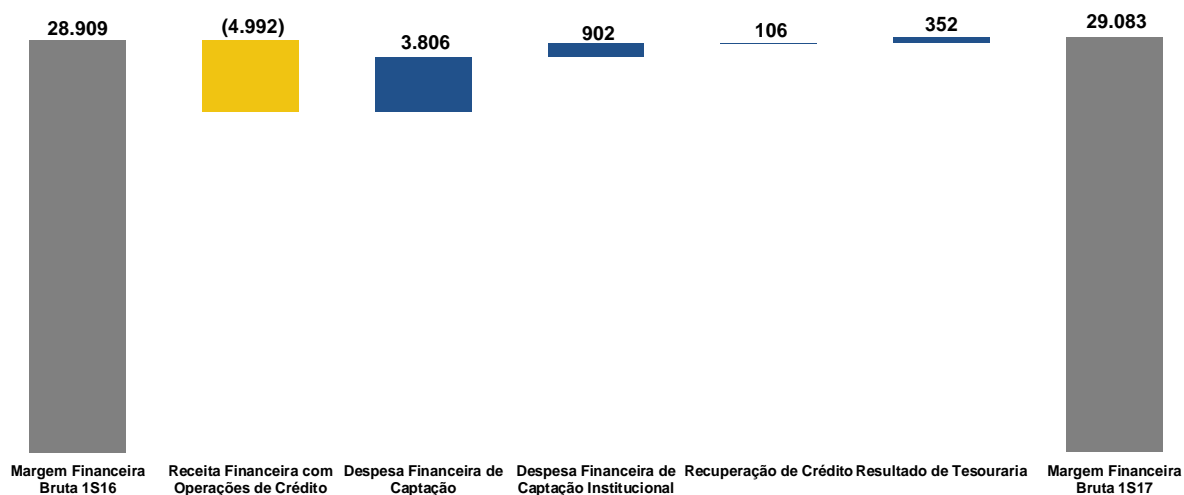
	1S16	1S17	2017 E ¹
Lucro por Ação - R\$	1,70	1,80	3,96
Lucro Ajustado por Ação - R\$	1,11	1,85	3,91
Dividend Yield ² - %	7,62	3,26	3,23
Preço / Lucro 12 meses	4,63	9,02	8,00
Preço / Valor Patrimonial	0,57	0,82	0,97

¹ Estimativa Bloomberg, em 08 de Agosto de 2017, com base na média das projeções de analistas externos. O BB não se responsabiliza por esta informação.
² Dividendos e JCP 12 meses / Capitalização de Mercado.

Margem Financeira cresce 0,6%

No comparativo 1S17/1S16, a margem financeira bruta (MFB) apresentou elevação de 0,6%. O detalhamento da MFB pode ser encontrado no capítulo 5 do relatório Análise do Desempenho.

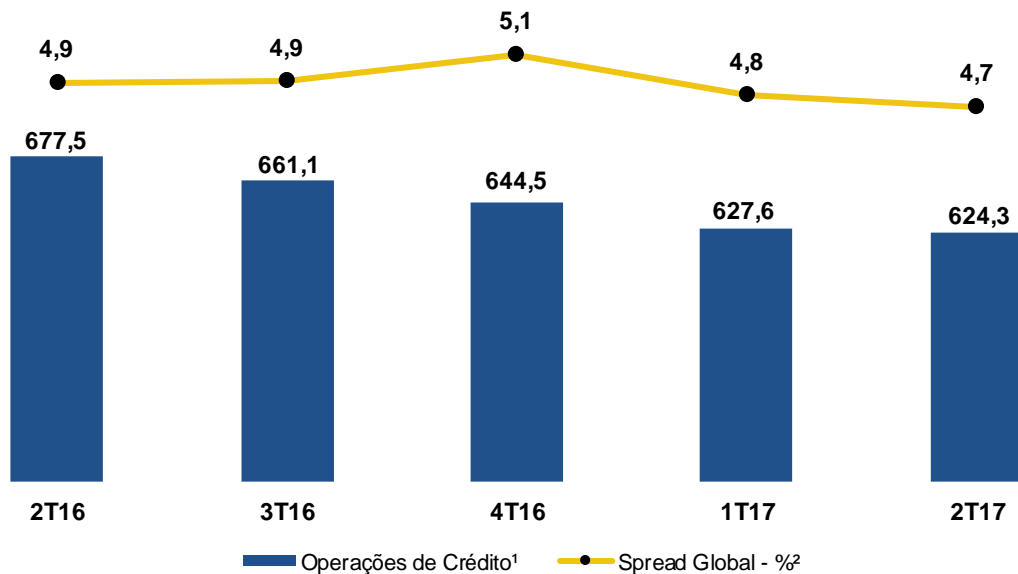
Figura 1. Margem Financeira Bruta – R\$ milhões



Os ativos rentáveis tiveram elevação de R\$ 28.955 milhões no 2T17, frente ao 1T17, sendo que as operações de crédito tiveram redução de R\$ 3.334 milhões e as com TVM crescimento de R\$ 32.969

milhões. Essa dinâmica influenciou negativamente o *spread* global, dado que as operações de TVM apresentam menores *spreads*.

Figura 2. *Spread* Global e Saldo Médio das Operações de Crédito – R\$ bilhões

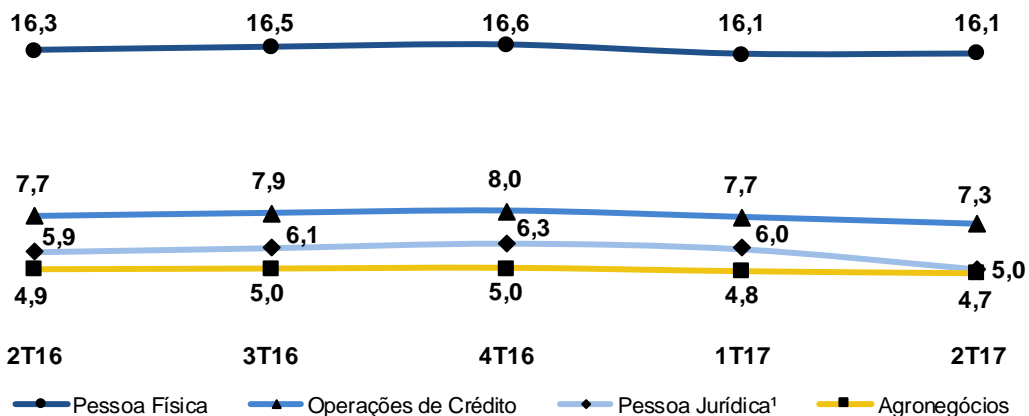


¹ Saldo médio das operações de crédito e *leasing*.
 ² Resultado da margem financeira bruta dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis, anualizado.

O *spread* gerencial é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios das carteiras de crédito, anualizado. No caso de operações prefixadas, o *spread* gerencial considera o custo de captação no momento da contratação, não sendo impactado pelas variações da taxa Selic.

No caso do *Spread* PJ, a redução de 100 bps no 2T17 frente ao 1T17 é explicada majoritariamente pela queda da carteira de MPE, notadamente nas linhas de capital de giro.

Figura 3. *Spread* por Segmento - %



¹ Não inclui operações com o Governo.

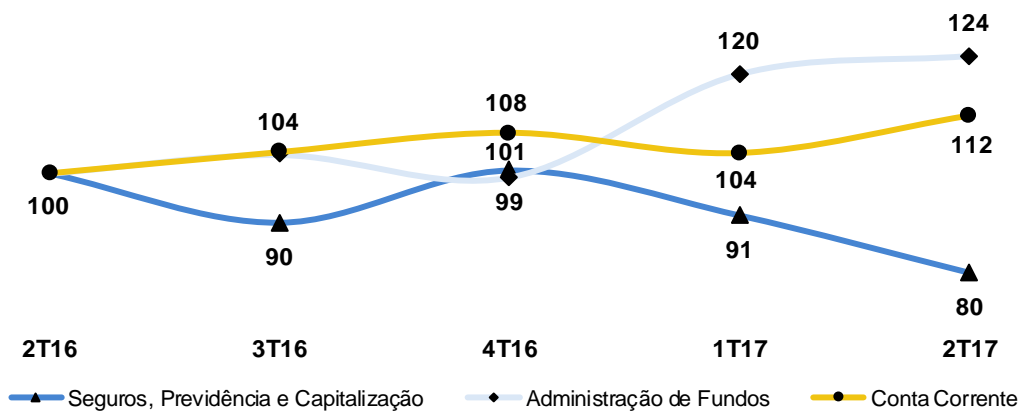
Rendas de Tarifas crescem 10,0%

Amparadas pela evolução da estratégia digital do BB, as rendas de tarifas cresceram 10,0% em relação ao 1S16. Destaque para as tarifas relacionadas à administração de fundos (26,5%), reflexo da elevação dos recursos administrados que passaram de R\$ 668,1 bilhões em Junho/16 para R\$ 816,4 bilhões em Junho/17.

Tabela 7. Rendas de Tarifas – R\$ milhões

	2T16	1T17	2T17	Var. %		1S16	1S17	Var. % s/1S16
				s/2T16	s/1T17			
Rendas de Tarifas	5.886	6.096	6.316	7,3	3,6	11.285	12.411	10,0
Conta Corrente	1.534	1.597	1.712	11,6	7,2	2.969	3.309	11,5
Administração de Fundos	1.077	1.295	1.336	24,0	3,1	2.080	2.631	26,5
Seguros, Previdência e Capitalização	835	763	665	(20,3)	(12,9)	1.532	1.429	(6,8)
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	444	412	550	23,8	33,5	804	963	19,7
Cobrança	421	383	372	(11,7)	(2,7)	840	755	(10,1)
Cartão de Crédito/Débito	337	370	370	9,9	0,1	663	740	11,6
Consórcio	123	161	175	42,6	8,6	238	336	41,0
Outros	1.237	1.275	1.309	5,9	2,7	2.396	2.584	7,9

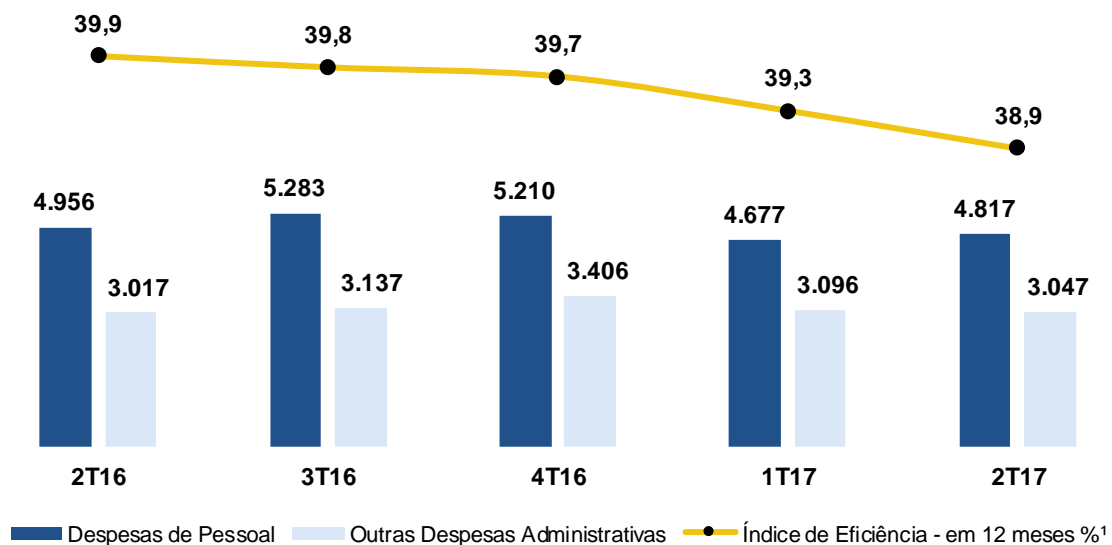
Figura 4. Principais Componentes das Rendas de Tarifas – Base 100



Despesas Administrativas recuam 0,9%

O Banco busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo rígido controle das despesas administrativas. As despesas administrativas foram impactadas em R\$ 67 milhões no 1T17 e em R\$ 77 milhões no 2T17 devido a gastos com a reorganização institucional.

Figura 5. Despesas Administrativas – R\$ milhões

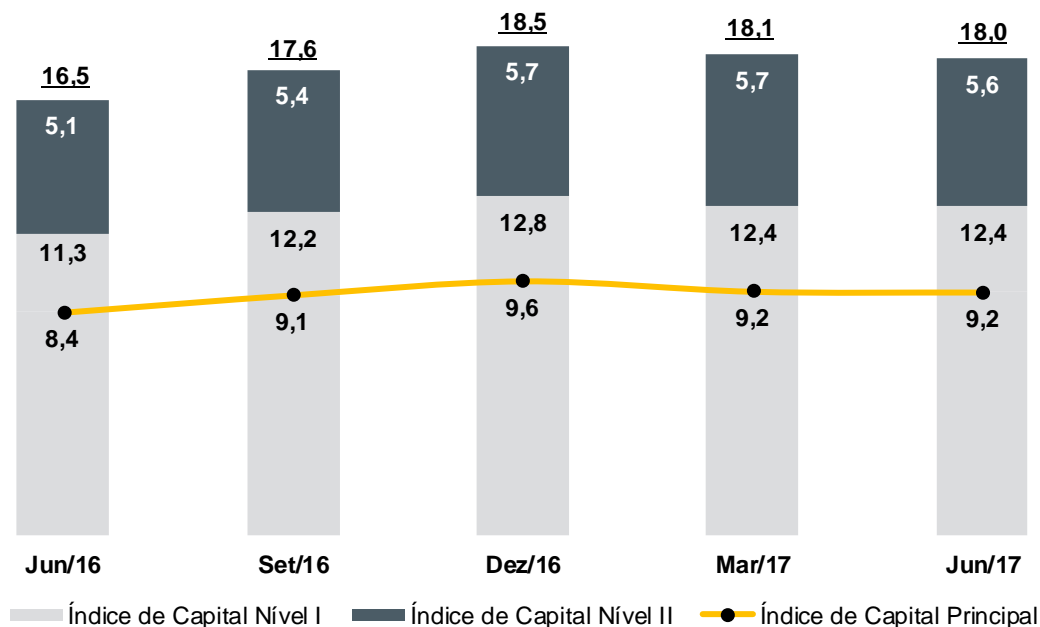


¹ Índice de Eficiência: Despesas Administrativas / Receitas Operacionais. Dados referentes à Demonstração do Resultado com Realocações.

Índice de Capital Principal atinge 9,2%

Em relação ao mesmo período do ano passado, o índice de capital principal atingiu 9,2%. O acréscimo decorre do incremento do Patrimônio Líquido e da redução dos ativos ponderados pelo risco.

Figura 6. Basileia - %

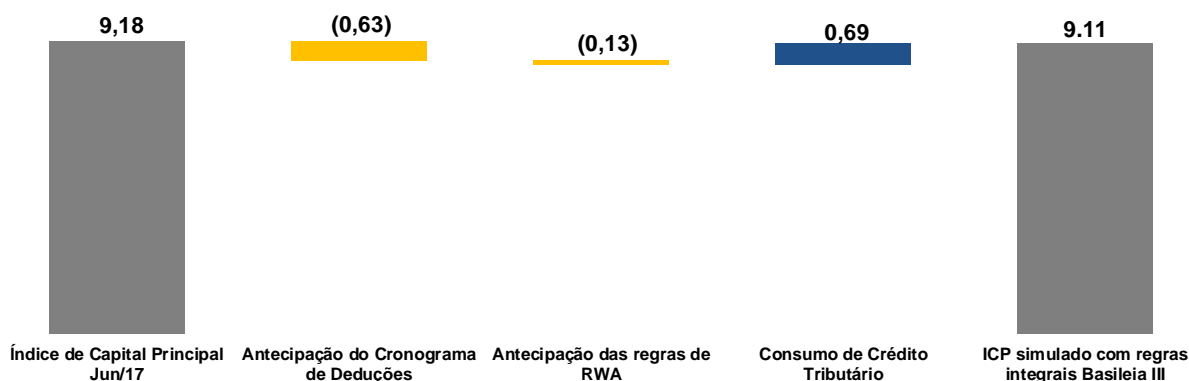


Aplicação integral das regras de Basileia III

O gráfico a seguir simula o cálculo da aplicação integral das regras de Basileia III e seus impactos no índice de capital principal do Banco. Este leva em consideração a base de capital de 30/06/2017 e segue três etapas:

- Primeira etapa: considera no cálculo dos ajustes prudenciais às premissas de antecipação do cronograma de deduções (*phase-in*) e da utilização dos ágios e intangíveis não amortizados até 2017;
- Segunda etapa: considera os efeitos da primeira etapa combinados com a antecipação do fator F (de 9,25% para 8,0%), para as parcelas de risco operacional e mercado; e
- Terceira etapa: considera todos os efeitos das etapas anteriores combinados com o consumo do crédito tributário de diferenças temporárias em 24% e o de prejuízo fiscal em 30%, ambos de acordo com as estimativas de consumo divulgadas pelo Banco nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Figura 7. Simulação do Índice de Capital Principal com as Regras Integrais de Basileia III (%)



Carteira de Crédito e Captações Comerciais

Nos últimos 12 meses, a carteira de crédito ampliada apresentou redução de 7,6%. A carteira de crédito PJ, influenciada pelo decréscimo das operações de capital de giro (14,6%) e TVM privados e garantias (18,2%), apresentou redução de 15,4% no mesmo período.

Alinhado ao comportamento da carteira de crédito, as captações comerciais apresentaram redução de 5,8% em 12 meses. Destaque para o decréscimo das letras de crédito do agronegócio (25,7%), operações compromissadas com títulos privados (18,1%) e dos depósitos interfinanceiros (31,0%).

Figura 8. Carteira de Crédito Ampliada – R\$ bilhões

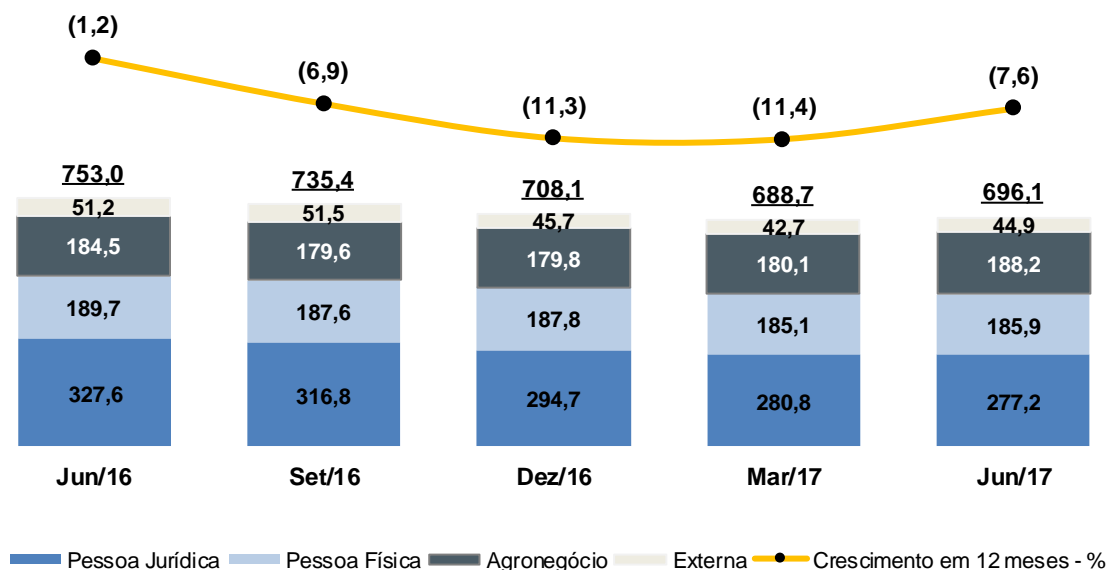
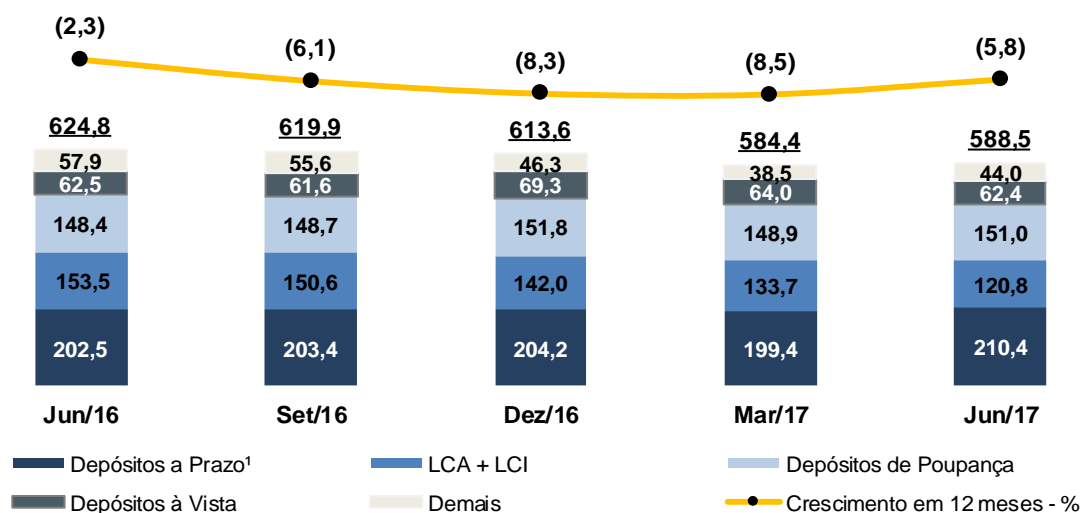


Figura 9. Captações Comerciais – R\$ bilhões

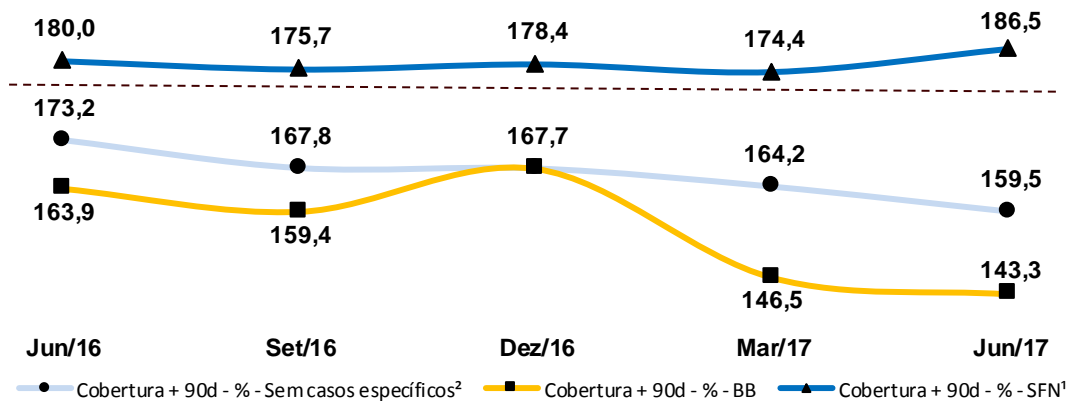


¹ Inclui os depósitos judiciais.

Qualidade da Carteira

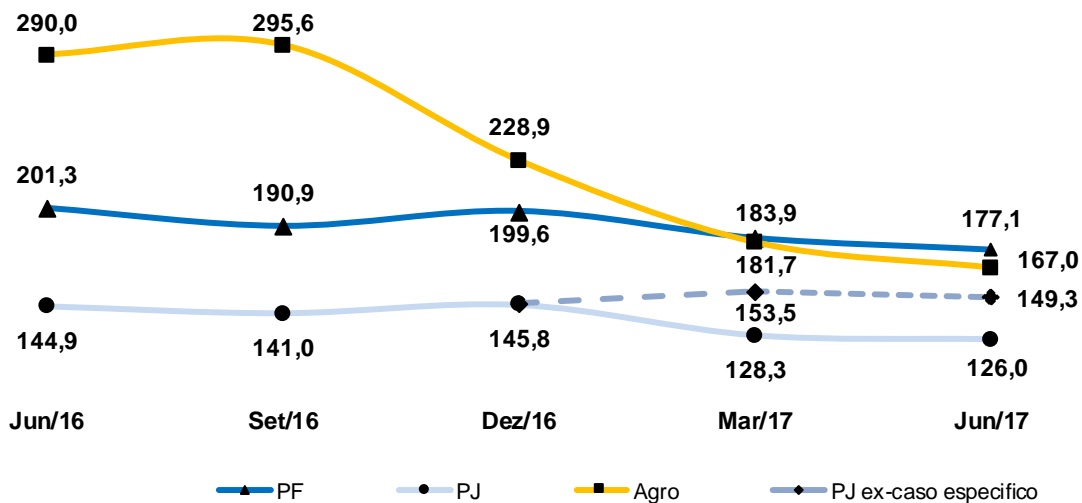
A cobertura do Banco do Brasil passou de 146,5% em março/17 para 143,3% em junho/17. Se um caso específico fosse desconsiderado, a cobertura total seria de 159,5% e a cobertura PJ seria de 149,3%.

Figura 10. Cobertura Total – %



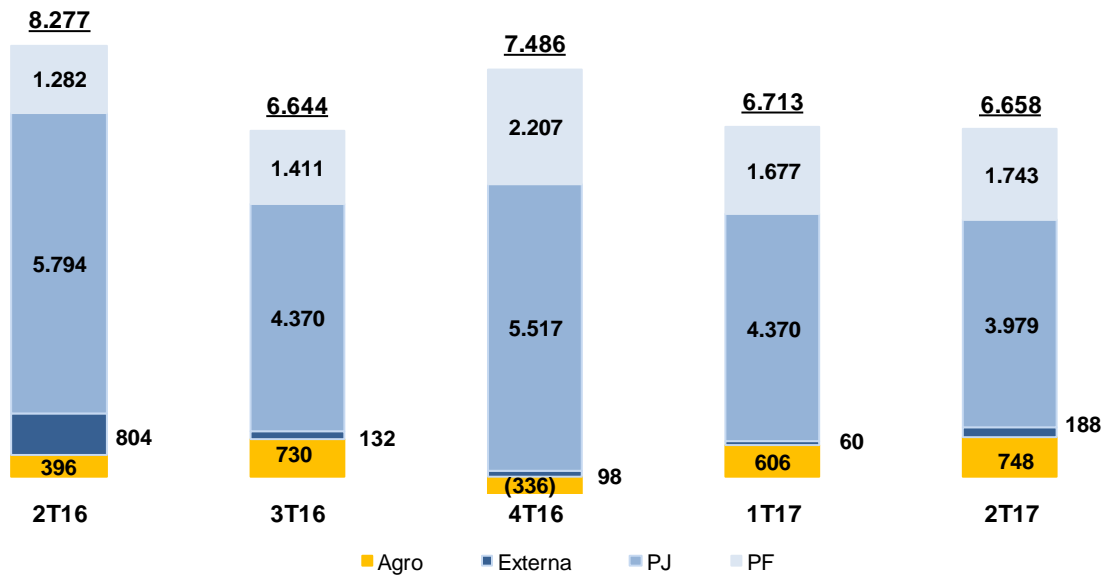
¹ Indicador elaborado através do Índice de Risco Médio, disponível no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil.
² Simulação excluindo o efeito de casos específicos.

Figura 11. Cobertura¹ por Segmento – %



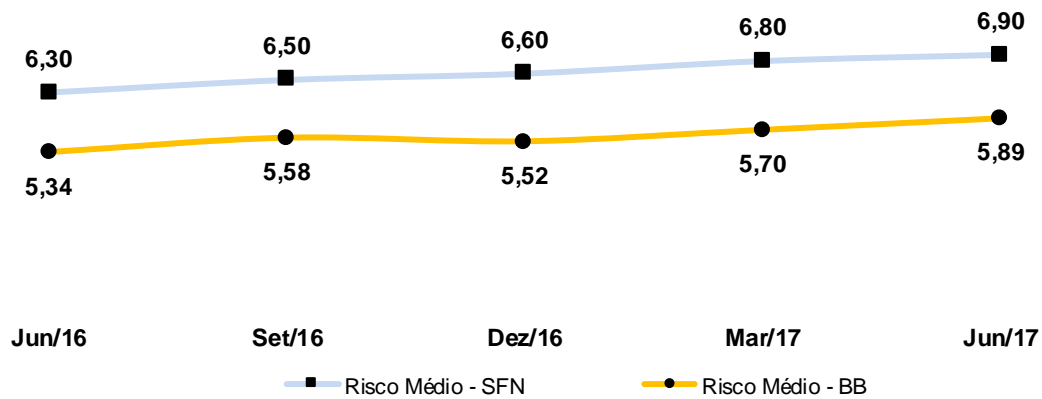
¹ Relação entre o saldo total de provisão (mínima requerida, complementar e adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

Figura 12. Despesa de Provisão por Segmento – R\$ milhões



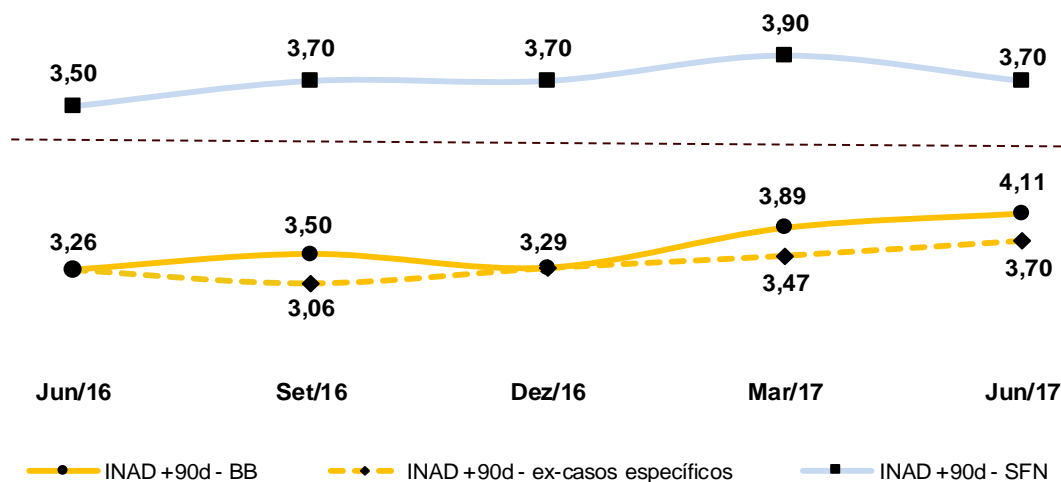
O risco médio do Banco (relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada) se mantém em patamar inferior ao do SFN.

Figura 13. Risco Médio - %



O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) alcançou 4,11% em junho/17. Se um caso específico fosse desconsiderado, a INAD+90d seria de 3,70%.

Figura 14. Inad +90d - %



Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada. Ela não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio. Do total de operações contratadas no 2T17 na carteira renegociada por atraso, 44,4% estavam em atraso a mais de 90 dias e 10,3% estavam em perdas.

Cabe ressaltar que neste trimestre o montante de renegociações de operações que estavam em atraso há mais de 90 dias foi impactado por duas transações que somaram 20% do total de renegociações. Destaca-se ainda o crescimento dos recebimentos de principal e juros líquidos.

Tabela 8. Carteira de Crédito Renegociada – R\$ milhões

	2T16	1T17	2T17	Var. %	
				s/2T16	s/1T17
Créditos Renegociados por Atraso	25.050	26.618	27.042	8,0	1,6
Saldo Inicial	22.038	27.086	26.618	20,8	(1,7)
Contratações	5.026	2.332	3.622	(27,9)	55,3
Recebimentos menos Juros Líquidos ¹	(979)	(864)	(1.211)	23,7	40,1
Baixas para Prejuízo	(1.036)	(1.936)	(1.986)	91,7	2,6
Provisão/Carteira - %	41,4	46,3	47,8		
Inadimplência + 90 dias/Carteira - %	22,5	27,8	26,2		
Índice de Cobertura - %	183,8	166,2	182,2		
Participação da Carteira Renegociada na Classificada - %	3,6	4,2	4,2		

¹ Recebimentos de Principal e Juros menos os Juros capitalizados no período.

1 - Informações Úteis

Tabela 9. Principais Indicadores Econômicos¹

	2014	2015	2016	2T17
Atividade Econômica				
PIB nominal em 4 trimestres (R\$ bilhões)	5.779	6.001	6.267	ND
PIB (variação % em 12 meses)	0,5	(3,8)	(3,6)	ND
Consumo das Famílias	2,3	(3,9)	(4,2)	ND
Consumo do Governo	0,8	(1,1)	(0,6)	ND
Formação Bruta do Capital Fixo	(4,2)	(13,9)	(10,2)	ND
Exportações	(1,1)	6,3	1,9	ND
Importações	(1,9)	(14,1)	(10,3)	ND
Vendas Físicas do Comércio Varejista (variação % em 12 meses)	0,9	(4,3)	(6,3)	ND
Índice de Confiança do Empresário (média no trimestre)	86,1	74,9	85,0	91,4
Índice de Confiança do Consumidor (média no trimestre)	90,3	68,1	80,3	81,9
Produção Industrial (variação % em 12 meses)	(3,0)	(8,2)	(6,4)	(1,9)
Mercado de Trabalho				
Massa de Salário Real (índice - base: mar 2012 = 100)	110,5	109,0	105,4	106,9
Rendimento Médio Real (R\$ mil - a preços do último trimestre)	2.118	2.062	2.090	2.104
Emprego Formal (em milhares de pessoas - criação líquida em 12 m)	152,7	(1.625,6)	(1.371,4)	(786,8)
População Ocupada (em milhões de pessoas - média no trimestre)	92,7	92,2	90,1	89,7
Taxa de Desemprego (% da força de trabalho - média trimestre)	6,5	9,0	11,9	13,3
Setor Externo				
Balanco de Pagamentos				
Transações Correntes (% PIB em 12 meses)	(4,3)	(3,3)	(1,3)	(0,8)
Investimento Direto no País (US\$ bilhões - acumulado no ano)	96,9	74,7	78,2	36,3
Balança Comercial (US\$ bilhões - acumulado no ano)	(4,0)	19,7	47,7	36,3
Exportações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	225,1	191,1	185,3	107,7
Básicos	109,6	87,2	79,2	52,5
Manufaturados	80,2	72,8	73,9	37,7
Semi-manufaturados	29,1	26,5	28,0	15,1
Operações Especiais	6,3	4,7	4,2	2,5
Importações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	229,1	171,5	137,6	71,5
Bens de Capital	29,5	23,3	18,4	7,3
Bens Intermediários	126,9	99,5	84,9	45,0
Bens de Consumo	33,1	26,8	21,7	11,0
Combustíveis	39,5	21,7	12,4	8,2
Demais	0,2	0,2	0,1	0,1
Reservas Internacionais (US\$ bilhões - saldo ao final do período)	375,8	361,2	367,5	374,9
EMBI (em pontos base - final de período)	259	523	328	289
CDS 10Y (em pontos base - final de período)	259	558	360	346
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	2,66	3,90	3,26	3,31
Finanças Públicas				
Dívida Bruta do Setor Público (% PIB)	56,3	65,5	69,9	73,1
Resultado Nominal (R\$ bilhões - em 12 meses)	(343,9)	(613,0)	(562,8)	(607,5)
Resultado Nominal (% PIB - em 12 meses)	(6,0)	(10,2)	(9,0)	(9,5)
Indicadores Monetários				
Selic (% a.a. - fim de período)	11,75	14,25	13,75	10,25
Selic (acumulado em 12 meses)	10,9	13,3	14,0	12,9
Indicadores de Inflação				
IPCA (acumulado % em 12 meses)	6,41	10,67	6,29	3,00

1 - Todos os indicadores são extraídos de fontes oficiais como Banco Central do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, IBGE, etc.
ND - Não Disponível.

Tabela 10. Composição Acionária - %

Acionistas	Jun/16	Set/16	Dez/16	Mar/17	Jun/17
União Federal	54,4	54,4	54,4	54,4	53,9
Ações em Tesouraria	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8
Free Float	42,8	42,8	42,8	42,8	43,2
Pessoas Físicas	7,5	6,7	6,1	5,6	6,0
Pessoas Jurídicas	15,5	15,7	16,1	15,9	16,0
Previ	10,0	9,9	9,8	9,4	9,2
Capital Estrangeiro	19,8	20,4	20,6	21,3	21,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de Ações	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020

Tabela 11. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio¹

R\$ milhões	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
União Federal	427,8	368,6	159,4	397,5	432,3
Pessoas Físicas	58,8	45,3	17,8	40,7	47,7
Pessoas Jurídicas	121,9	106,6	47,2	116,3	127,9
Previ	78,5	67,2	28,8	68,9	73,9
Capital Estrangeiro	155,8	138,2	60,3	155,8	170,9
Total	764,5	658,7	284,7	710,3	778,8

1 - Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Tabela 12. Indicadores de Mercado (sem ações em tesouraria)

	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Lucro por Ação - R\$	0,88	0,80	0,34	0,86	0,94
Preço / Lucro 12 meses	4,60	6,63	9,74	11,59	9,02
Preço / Valor Patrimonial	0,57	0,74	0,90	1,05	0,82
Capitalização de Mercado - R\$ milhões	47.843	63.493	78.224	94.046	74.638
Valor Patrimonial - BBAS3 - R\$	29,97	30,78	31,31	32,25	32,60
Cotação BBAS3 - Fechamento - R\$	17,18	22,80	28,09	33,77	26,80
BBAS3 - Variação (%)	(13,1)	32,7	23,2	20,2	(20,6)
Dividend Yield - % ¹	7,6	4,9	3,0	2,6	3,3

1 - Dividendos e JCP 12 meses / Capitalização de Mercado.

Tabela 13. Participação nos Índices de Mercado Brasileiro - %

	Mai/16 - Ago/16	Set/16 - Dez/16	Jan/17 - Abr/17	Mai/17 - Ago/17	Set/17 - Dez/17
Índice Bovespa - Ibovespa	2,954	2,931	3,446	3,726	3,240
Índice Brasil 50 - IBrX - 50	2,974	2,636	3,533	3,808	3,324
Índice Carbono Eficiente - ICO2	4,647	4,789	5,938	6,143	5,476
Índice Financeiro - IFNC	9,700	9,929	11,971	13,031	11,648
Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT	3,300	3,262	3,842	4,006	3,397
Índice de Governança Corporativa Diferenciada - IGCX	4,046	4,001	4,788	4,996	4,224
Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE	1,563	1,523	1,769	1,796	1,644
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG	3,550	3,502	4,226	4,374	3,743
Índice Mid-Large Cap - MLCX	2,888	2,931	3,422	3,661	3,115

Tabela 14. Participação em Índice de Mercado Internacional - %

	Jun/16	Set/16	Dez/16	Mar/17	Jun/17
MSCI Brazil Index	1,701	2,007	2,447	2,736	2,245

Tabela 15. Informações do BB

	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Itens Patrimoniais - R\$ bilhões					
Ativos	1.445,1	1.448,2	1.401,4	1.402,4	1.445,6
Patrimônio Líquido	83,4	85,7	87,2	89,8	90,8
Carteira de Crédito Classificada	691,8	672,6	653,6	638,3	642,8
Carteira de Crédito Ampliada ¹	753,0	735,4	708,1	688,7	696,1
Depósitos	440,9	437,7	446,0	430,6	442,8
à Vista	62,5	61,6	69,3	64,0	62,4
Poupança	148,4	148,7	151,8	148,9	151,0
a Prazo	202,5	203,4	204,2	199,4	210,4
Rentabilidade					
RSPL Ajustado Anualizado - %	7,5	9,9	7,4	10,4	10,6
RSPL Contábil - %	12,3	11,2	4,5	11,5	12,1
Rentabilidade Ajustada s/ Ativos Médios - Anualizada - %	0,5	0,6	0,5	0,8	0,7
Spread Global Anualizado - %	4,9	4,9	5,1	4,8	4,7
Produtividade					
Índice de Eficiência (acumulado em 12 meses) - %	39,9	39,8	39,7	39,3	38,9
Rendas de Tarifas / Despesas de Pessoal - %	118,8	110,9	118,9	130,3	131,1
Rendas de Tarifas / Despesas Administrativas - %	73,8	69,6	71,9	78,4	80,3
Despesas de Pessoal por Funcionário - R\$ mil	45,2	48,3	49,7	46,6	48,3
Funcionários em Agências / (Ag.+ Pontos de Atendimento)	12,0	11,9	9,9	9,5	9,4
Contas Correntes por Funcionário em Agência	439,6	443,0	525,0	553,7	563,5
Ativos por Funcionário - R\$ mil	13.183,6	13.267,0	13.927,1	14.029,0	14.513,8
Carteira de Crédito Ampliada/Rede Própria - R\$ milhões	43,8	43,0	42,6	41,8	43,2
Qualidade da Carteira de Crédito					
Provisão / Carteira Total - %	5,3	5,6	5,5	5,7	5,9
Índice de Cobertura + 90 dias - %	163,9	159,4	167,7	146,5	143,3
Carteira Líquida de Provisão / Carteira Total - %	94,7	94,4	94,5	94,3	94,1
Estrutura de Capital					
Alavancagem (vezes)	17,3	16,9	16,1	15,6	15,9
Índice de Basileia - %	16,5	17,6	18,5	18,1	18,0
Nível I	11,3	12,2	12,8	12,4	12,4
Índice de Capital Principal	8,4	9,1	9,6	9,2	9,2
Quantidade Total de Ações - milhões	2.865,4	2.865,4	2.865,4	2.865,4	2.865,4
Dados Estruturais					
Agências	5.428	5.430	5.440	4.877	4.885
Rede Própria	17.181	17.092	16.625	16.492	16.098
Base de Clientes - mil	64.187	64.383	64.798	65.244	65.566
Total de Contas Corrente - mil	37.755	37.808	37.307	37.109	36.939
Pessoa Física	35.353	35.177	34.902	34.741	34.587
Pessoa Jurídica	2.402	2.631	2.405	2.368	2.353
Total de Contas de Poupança - mil	39.310	39.211	39.255	39.124	38.112
Colaboradores	114.340	112.751	102.950	101.384	101.071
Funcionários	109.615	109.159	100.622	99.964	99.603
Estagiários	4.725	3.592	2.328	1.420	1.468
Participação de Mercado					
Ativos	20,7	20,7	20,2	20,1	ND
Depósitos	22,8	22,1	22,2	21,5	ND
Crédito	20,7	20,2	19,8	19,6	19,7
Agronegócio	62,0	60,9	59,2	58,4	59,8
Gestão de Recursos de Terceiros ²	22,1	21,5	22,4	23,0	23,1
Faturamento de Cartão de Crédito	24,2	24,0	23,7	23,3	ND
Prêmio de Seguros	15,8	15,8	15,6	14,8	14,9
Automóveis	13,8	12,8	12,0	12,7	12,7
Pessoas	16,7	17,1	17,2	14,1	14,4
Habitacionais	6,5	6,4	6,7	6,4	6,4
Rurais	74,9	74,9	74,7	75,3	76,3
Arrecadação					
Previdência (PGBL, VGBL e Tradicional)	39,7	40,0	41,3	35,1	34,8
Capitalização	23,7	24,8	30,0	19,4	18,6
Câmbio Importação	14,3	14,5	15,5	12,5	12,7
Câmbio Exportação	22,5	20,9	16,8	17,2	21,6

1 - Inclui TVM privados, garantias prestadas e o saldo de carteiras de crédito PF adquiridas com coobrigação, em conformidade à Resolução CMN 3.533/08.

2 - Não considera os recursos administrados pelo Banco Votorantim.

ND - Não Disponível.

Tabela 16. Ratings

	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Ratings Globais					
Fitch Ratings					
Viabilidade	bb-	bb-	bb-	bb-	bb-
CP em Moeda Local	B	B	B	B	B
LP em Moeda Local	BB	BB	BB	BB	BB
Perspectiva - Moeda Local	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
CP em Moeda Estrangeira	B	B	B	B	B
LP em Moeda Estrangeira	BB+	BB	BB	BB	BB
Perspectiva - Moeda Estrangeira	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
Moody's					
CP em Moeda Local	NP	NP	NP	NP	NP
CP em Moeda Estrangeira	NP	NP	NP	NP	NP
Dívida de LP em Moeda Estrangeira	Ba2	Ba2	Ba2	Ba2	Ba2
Depósitos de LP em Moeda Local	Ba2	Ba2	Ba2	Ba2	Ba2
Depósitos de LP em Moeda Estrangeira	Ba3	Ba3	Ba3	Ba3	Ba3
Perspectiva	Negativa	Negativa	Negativa	Estável	Negativa
Standard & Poor's					
LP em Moeda Local	BB	BB	BB	BB	BB
Perspectiva - Moeda Local	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
CP em Moeda Estrangeira	B	B	B	B	B
LP em Moeda Estrangeira	BB	BB	BB	BB	BB
Perspectiva - Moeda Estrangeira	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
Ratings Nacionais					
Fitch Ratings					
Curto Prazo	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)
Longo Prazo	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)
Perspectiva	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa	Negativa
Moody's					
Curto Prazo	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1
Longo Prazo	Aa2.br	Aa1.br	Aa1.br	Aa1.br	Aa1.br
Perspectiva	Negativa	Negativa	Negativa	Estável	Negativa

Tabela 17. Compulsório/Exigibilidade (%)

	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Compulsório/Exigibilidade (%)					
Depósitos à Vista					
Alíquota	45	45	45	45	45
Exigibilidade (crédito rural)	34	34	34	34	34
Exigibilidade (microfinanças)	2	2	2	2	2
Livre	19	19	19	19	19
Depósitos de Poupança					
Rural					
Alíquota	16	16	16	16	16
Adicional	6	6	6	6	6
Exigibilidade	74	74	74	74	74
Livre	5	5	5	5	5
Imobiliário					
Alíquota	25	25	25	25	25
Adicional	6	6	6	6	6
Exigibilidade	65	65	65	65	65
Livre	5	5	5	5	5
Depósitos a Prazo					
Alíquota	25	25	25	25	36
Adicional	11	11	11	11	0
Livre	64	64	64	64	64

Governança Corporativa

A governança no Banco do Brasil (BB) define uma ampla visão sobre princípios e práticas que contribuem para fortalecer a transparência de sua gestão e aumentar seu valor institucional. Essas diretrizes são constantemente atualizadas em decorrência de alterações legais ou estatutárias.

O BB mantém a adoção das melhores práticas em governança corporativa, que asseguram o equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores e à sociedade, a ética no trato com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios suportadas pela utilização de ferramentas de monitoramento que alinham o comportamento dos executivos aos interesses de seus públicos e acionistas e da sociedade em geral.

Desde 2006, o Banco do Brasil integra o Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento de listagem que reúne empresas sujeitas às mais rigorosas práticas de governança corporativa. Além disso, está listado nos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE), de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e, desde 2012, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), da Bolsa de Nova Iorque, impulsionando ainda mais sua inserção no cenário internacional.

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil estão presentes o Conselho de Administração, composto por 8 membros, assessorado pelo Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Exigibilidade, Comitê de Riscos e Capital e pela Auditoria Interna, e a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e 9 Vice-Presidentes) e por 27 Diretores Estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por 5 membros titulares e 5 suplentes.

O Banco possui instrumentos para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, que possibilita o mapeamento e a identificação de oportunidades de aprimoramento das suas respectivas atuações. Além do Estatuto Social, o Código de Governança Corporativa e o Código de Ética são documentos que dão suporte às melhores práticas de governança corporativa do Banco do Brasil.

O Estatuto Social do Banco estabelece a segregação de funções na definição das atribuições dos órgãos de administração com vistas a se evitar eventuais conflitos de interesse. Também está previsto impedimento que integrantes do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva tomem decisões nos assuntos para os quais apresentem eventual conflito de interesses.

Em todos os níveis do Banco, as decisões são tomadas de forma colegiada, com o propósito de envolver os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco do Brasil. Para tanto, a administração utiliza colegiados estratégicos, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Está previsto também no Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu Art. 24, Inciso III, § 2º, que os diretores membros da Diretoria Executiva sejam funcionários de carreira do Banco do Brasil.

A seguir apresentamos os organogramas da alta administração e dos colegiados estratégicos do Banco do Brasil.

Figura 15. Estrutura da Alta Administração

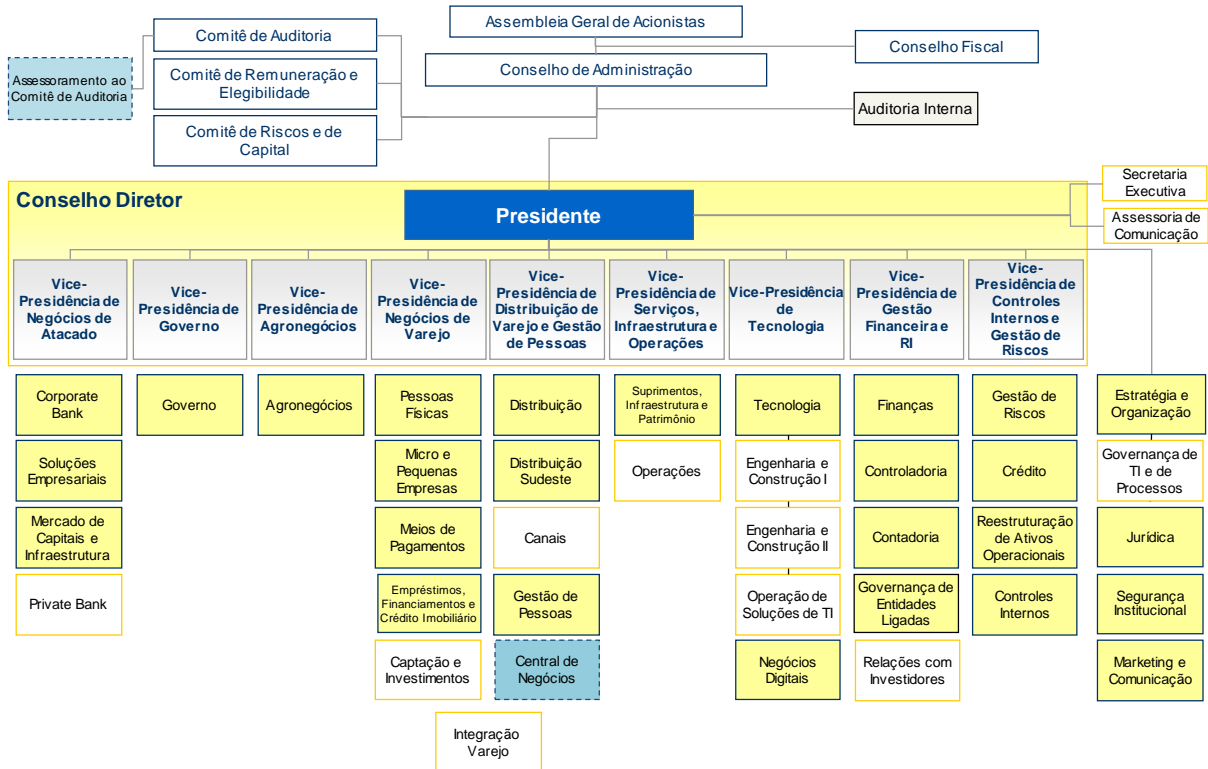
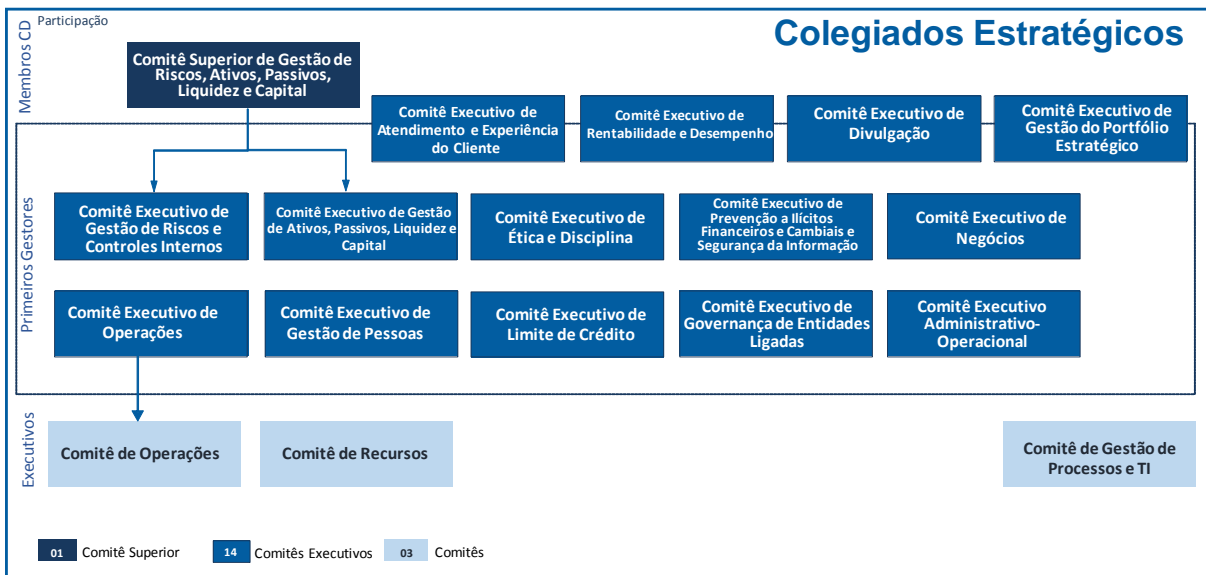


Figura 16. Colegiados Estratégicos



Informações mais detalhadas às práticas de Governança Corporativa do Banco do Brasil estão disponíveis na seção 12 do Formulário de Referência, disponível no site de Relações com Investidores do BB em www.bb.com.br/ri.

2 - Demonstrações Contábeis Resumidas

2.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 18. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo

R\$ milhões	Jun/16	Mar/17	Jun/17	Var. (%) s/	
				Jun/16	Mar/17
ATIVO	1.445.115	1.402.399	1.445.614	0,0	3,1
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.413.533	1.370.713	1.413.959	0,0	3,2
Disponibilidades	14.052	15.314	14.330	2,0	(6,4)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	414.471	421.890	448.417	8,2	6,3
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	120.750	124.755	134.267	11,2	7,6
Títulos Disponíveis para Negociação	6.225	7.889	8.253	32,6	4,6
Títulos Disponíveis para Venda	110.429	110.639	119.473	8,2	8,0
Títulos Mantidos até o Vencimento	841	5.052	5.151	-	2,0
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.256	1.176	1.390	(57,3)	18,1
Relações Interfinanceiras	73.981	69.849	73.543	(0,6)	5,3
Depósitos no Banco Central	65.404	61.619	64.659	(1,1)	4,9
Compulsório s/ Depósitos Não Remunerados	11.050	10.131	13.242	19,8	30,7
Compulsório s/ Depósitos Remunerados	54.354	51.488	51.418	(5,4)	(0,1)
Demais	8.576	8.230	8.884	3,6	8,0
Relações Interdependências	132	133	153	16,0	15,5
Empréstimos e Financiamentos	597.578	553.192	556.756	(6,8)	0,6
(PCLD)	(35.783)	(35.212)	(36.602)	2,3	3,9
Operações de Arrendamento Mercantil	633	519	484	(23,6)	(6,8)
Outros Créditos	191.411	184.531	185.521	(3,1)	0,5
Créditos por Avais e Fianças Honrados	606	742	589	(2,8)	(20,6)
Carteira de Câmbio	19.801	16.879	17.288	(12,7)	2,4
Rendas a Receber	2.688	2.771	2.905	8,1	4,9
Negociação e Intermediação de Valores	1.027	1.047	979	(4,7)	(6,5)
Créditos Específicos	356	389	399	12,3	2,6
Crédito Tributário	43.853	42.555	42.836	(2,3)	0,7
Ativo Atuarial (Previ Plano 1)	(4.910)	(2.184)	(2.596)	(47,1)	18,8
Fundo Paridade	125	133	130	4,1	(2,0)
Fundo Destinação Superávit - Previ	9.377	9.488	9.486	1,2	(0,0)
Devedores por Depósitos em Garantia	47.275	51.785	52.950	12,0	2,3
Diversos	73.911	63.687	63.347	(14,3)	(0,5)
(Provisão para Outros Créditos)	(2.698)	(2.760)	(2.793)	3,5	1,2
(Com Característica de Concessão de Crédito)	(1.179)	(1.234)	(1.312)	11,3	6,3
(Sem Característica de Concessão de Crédito)	(1.519)	(1.526)	(1.481)	(2,5)	(2,9)
Outros Valores e Bens	524	531	488	(6,9)	(8,2)
Bens Não de Uso Próprio e Materiais em Estoque	328	356	354	7,9	(0,3)
(Provisão para Desvalorizações)	(125)	(137)	(149)	19,0	8,3
Despesas Antecipadas	320	313	282	(12,0)	(9,9)
Permanente	31.583	31.686	31.655	0,2	(0,1)
Investimentos	16.505	16.285	16.738	1,4	2,8
Imobilizado de Uso	7.141	7.415	7.418	3,9	0,0
Intangível	7.924	7.986	7.499	(5,4)	(6,1)
Diferido	13	-	-	-	-

Tabela 19. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo

R\$ milhões	Jun/16	Mar/17	Jun/17	Var. (%) s/	
				Jun/16	Mar/17
PASSIVO	1.445.115	1.402.399	1.445.614	0,0	3,1
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.361.227	1.312.130	1.354.399	(0,5)	3,2
Depósitos	440.879	430.578	442.812	0,4	2,8
Depósitos à Vista	62.550	63.960	62.385	(0,3)	(2,5)
Depósitos de Poupança	148.368	148.910	150.982	1,8	1,4
Depósitos Interfinanceiros	27.473	18.265	18.962	(31,0)	3,8
Depósitos a Prazo	202.489	199.442	210.483	3,9	5,5
Captações no Mercado Aberto	411.969	409.966	449.822	9,2	9,7
Operações Compromissadas com Títulos Privados	30.415	20.135	24.898	(18,1)	23,7
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	174.509	157.085	145.822	(16,4)	(7,2)
Letras de Crédito do Agronegócio	135.418	112.720	100.665	(25,7)	(10,7)
Letras de Crédito Imobiliário	18.066	21.012	20.132	11,4	(4,2)
Demais Letras Bancárias	2.393	2.812	3.088	29,0	9,8
Obrigações por TVM no Exterior	18.631	20.540	21.937	17,7	6,8
Relações Interfinanceiras	3.113	2.434	2.906	(6,6)	19,4
Relações Interdependências	3.238	2.197	2.281	(29,6)	3,8
Obrigações por Empréstimos	22.763	17.769	19.741	(13,3)	11,1
Obrigações por Repasses	86.603	81.431	79.453	(8,3)	(2,4)
Tesouro Nacional	166	161	164	(1,2)	1,4
BNDES	35.324	30.922	29.777	(15,7)	(3,7)
Caixa Econômica Federal	21.648	24.487	25.009	15,5	2,1
Finame	27.532	23.736	22.467	(18,4)	(5,3)
Outras Instituições	1.933	2.124	2.037	5,3	(4,1)
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.019	2.159	1.970	(34,7)	(8,8)
Outras Obrigações	215.135	208.512	209.594	(2,6)	0,5
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.913	4.970	4.085	4,4	(17,8)
Carteira de Câmbio	21.588	17.814	16.346	(24,3)	(8,2)
Sociais e Estatutárias	1.623	879	1.935	19,2	120,1
Fiscais e Previdenciárias	15.610	11.336	11.768	(24,6)	3,8
Negociação e Intermediação de Valores	993	624	755	(24,0)	21,1
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	13.741	14.817	14.837	8,0	0,1
Dívida Subordinada	81.615	84.228	85.958	5,3	2,1
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	5.397	5.759	5.540	2,6	(3,8)
Títulos Subordinados	58.648	61.123	62.306	6,2	1,9
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	17.570	17.347	18.112	3,1	4,4
Passivo Atuarial (Cassi)	7.519	8.020	8.284	10,2	3,3
Diversas	68.532	65.825	65.624	(4,2)	(0,3)
Resultados de Exercícios Futuros	439	449	431	(1,9)	(4,0)
Patrimônio Líquido	83.449	89.820	90.783	8,8	1,1
Capital	67.000	67.000	67.000	-	-
Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100	8.100	8.100	-	-
Reservas de Capital	16	16	12	(19,8)	(24,4)
Reservas de Reavaliação	3	3	2	(10,7)	(8,9)
Reservas de Lucros	25.402	27.675	31.120	22,5	12,5
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(18.319)	(16.325)	(16.882)	(7,8)	3,4
Planos de Benefícios	(16.832)	(15.493)	(15.978)	(5,1)	3,1
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	1.627	-	-	-
(Ações em Tesouraria)	(1.855)	(1.852)	(1.850)	(0,3)	(0,1)
Participações Minoritárias nas Controladas	3.102	3.577	3.280	5,7	(8,3)

2.2. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 20. Demonstração do Resultado com Realocações

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo Semestral		Var. (%) s/
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Receitas da Intermediação Financeira	36.935	38.267	38.034	3,0	(0,6)	68.055	76.301	12,1
Operações de Crédito (1)	25.626	22.683	20.851	(18,6)	(8,1)	45.592	43.534	(4,5)
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ. (1)	571	476	386	(32,4)	(18,9)	1.146	863	(24,7)
Operações de Arrendamento Mercantil	35	31	29	(19,1)	(7,4)	75	60	(20,4)
Resultado de Operações com TVM (2) (9)	12.282	14.883	14.645	19,2	(1,6)	23.819	29.528	24,0
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.310)	(546)	351	-	-	(1.613)	(195)	(87,9)
Resultado de Operações de Câmbio	917	278	172	(81,2)	(38,0)	1.547	450	(70,9)
Resultado de Aplicações Compulsórias	1.447	1.255	1.070	(26,1)	(14,8)	2.838	2.325	(18,1)
Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior (3)	(1.081)	(166)	481	-	-	(2.349)	315	-
Hedge Fiscal (4) (5)	(981)	(150)	436	-	-	(1.854)	286	-
Despesas de Intermediação Financeira	(22.302)	(23.790)	(23.428)	5,0	(1,5)	(39.146)	(47.218)	20,6
Operações de Captação no Mercado (6) (17)	(28.926)	(24.258)	(18.119)	(37,4)	(25,3)	(52.577)	(42.377)	(19,4)
Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses (3) (6)	6.624	467	(5.309)	-	-	13.431	(4.842)	-
Margem Financeira Bruta	14.633	14.476	14.606	(0,2)	0,9	28.909	29.083	0,6
Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa (10) (21)	(8.277)	(6.713)	(6.658)	(19,6)	(0,8)	(17.422)	(13.371)	(23,2)
Margem Financeira Líquida	6.356	7.764	7.948	25,0	2,4	11.488	15.712	36,8
Rendas de Tarifas	5.886	6.096	6.316	7,3	3,6	11.285	12.411	10,0
Receitas de Prestação de Serviços	3.810	3.884	3.954	3,8	1,8	7.270	7.838	7,8
Rendas de Tarifas Bancárias	2.076	2.212	2.362	13,8	6,8	4.015	4.574	13,9
Despesas Tributárias s/ Faturamento (4) (13)	(1.291)	(1.262)	(1.231)	(4,7)	(2,5)	(2.514)	(2.493)	(0,8)
Margem de Contribuição	10.952	12.597	13.033	19,0	3,5	20.258	25.630	26,5
Despesas Administrativas	(7.973)	(7.774)	(7.864)	(1,4)	1,2	(15.781)	(15.638)	(0,9)
Despesas de Pessoal (16)	(4.956)	(4.677)	(4.817)	(2,8)	3,0	(9.745)	(9.494)	(2,6)
Outras Despesas Administrativas (11) (12)	(3.017)	(3.096)	(3.047)	1,0	(1,6)	(6.036)	(6.144)	1,8
Outras Despesas Tributárias (13)	(92)	(118)	(128)	39,4	8,7	(209)	(245)	17,5
Resultado Comercial	2.887	4.706	5.041	74,6	7,1	4.268	9.747	128,4
Risco Legal	(581)	(751)	(516)	(11,2)	(31,2)	(1.371)	(1.267)	(7,6)
Demandas Cíveis (14) (15) (18) (19)	(185)	(358)	(112)	(39,5)	(68,7)	(576)	(470)	(18,4)
Demandas Trabalhistas (16) (20)	(396)	(393)	(404)	2,0	2,9	(795)	(797)	0,2
Outros Componentes do Resultado	94	213	146	55,0	(31,5)	668	360	(46,2)
Res. de Part. em Coligadas e Controladas (22)	1.091	953	1.062	(2,7)	11,5	2.089	2.015	(3,5)
Resultado de Outras Receitas/Despesas Operacionais	(997)	(739)	(916)	(8,1)	23,9	(1.420)	(1.655)	16,5
Outras Receitas Operacionais (2) (8)	2.075	2.076	1.955	(5,8)	(5,8)	4.205	4.031	(4,1)
Previ - Plano de Benefícios 1 (7)	(54)	(59)	(59)	10,5	(0,0)	(107)	(119)	10,5
Previ - Atualização de Fundo Utilização (8)	307	189	129	(57,9)	(31,5)	680	318	(53,3)
Outras Despesas Operacionais (7) (9) (10) (11) (12) (14) (15)	(3.325)	(2.945)	(2.941)	(11,6)	(0,1)	(6.199)	(5.886)	(5,1)
Resultado Operacional	2.400	4.168	4.671	94,6	12,1	3.565	8.840	147,9
Resultado Não Operacional	72	45	59	(17,0)	31,8	108	105	(3,4)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	2.472	4.214	4.731	91,4	12,3	3.674	8.944	143,5
IR e CSLL (5) (23)	12	(995)	(1.334)	-	34,0	671	(2.329)	-
Benefício Fiscal de JCP	344	320	350	1,9	9,6	635	670	5,5
Participações Estatutárias no Lucro (24)	(246)	(307)	(354)	44,3	15,3	(431)	(662)	53,5
Participações Minoritárias	(438)	(396)	(394)	(10,1)	(0,6)	(827)	(790)	(4,5)
Lucro Líquido Ajustado	1.801	2.515	2.649	47,1	5,3	3.087	5.164	67,3
Itens Extraordinários	664	(72)	(30)	-	(57,7)	1.738	(102)	-
Planos Econômicos (17) (18)	(185)	(227)	(64)	(65,3)	(71,7)	(567)	(291)	(48,8)
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes (19) (20)	259	88	6	(97,8)	(93,6)	666	94	(85,9)
PCLD Adicional (21) (22)	1.209	-	-	-	-	3.257	-	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários (23) (24)	(618)	67	28	-	(57,7)	(1.617)	95	-
Lucro Líquido	2.465	2.443	2.619	6,2	7,2	4.824	5.062	4,9

Cada índice apresentado nas linhas da tabela acima corresponde ao item do evento na tabela "Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários".

2.2.1. Abertura das Realocações

Neste capítulo são demonstrados os ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societária para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm por objetivo:

- a) segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- b) alterar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;
- c) permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) registrada no período reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis, buscando informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal foi necessário:
 - I - Integrar, na MFB, as rendas com características de intermediação financeira contabilizadas em outras receitas operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de outros créditos do balanço patrimonial;
 - II - Identificar, em item específico dentro da MFB, o ganho (perda) cambial sobre os ativos e passivos no exterior;
 - III - Manter na MFB valores relativos a reajustes cambiais negativos e reversão de despesas que foram contabilizados em Outras Receitas Operacionais e/ou Outras Despesas Operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;
 - IV - Integrar, na MFB, todas as despesas de captação relativas à emissão de dívidas subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD).

A seguir apresenta-se o demonstrativo de todas as realocações realizadas no período.

Tabela 21. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários

R\$ milhões					Fluxo Trimestral		Fluxo Semestral	
Item	De	Para	Evento	2T16	1T17	2T17	1S16	1S17
1	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	Operações de Crédito	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	571,0	476,4	386,2	1.145,9	862,6
2	Outras Receitas Operacionais	Resultado de Operações com TVM	Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,4	2,7	1,4	0,9	4,1
3	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses	Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior	Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior	(1.081,5)	(165,9)	480,9	(2.348,7)	315,0
4	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	(52,7)	(8,1)	23,5	(99,7)	15,4
5	IR e CSLL	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	(928,0)	(142,4)	412,6	(1.754,3)	270,3
6	Operações de Captação no Mercado	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses	Despesas de Atualização - Fundos e Programas	(117,5)	(160,3)	(106,9)	(251,8)	(267,2)
7	Outras Despesas Operacionais	Previ - Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	(53,7)	(59,3)	(59,3)	(107,3)	(118,6)
8	Outras Receitas Operacionais	Previ - Atualização de Fundo Utilização	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	307,0	188,6	129,2	680,3	317,8
9	Resultado de Operações com TVM	Outras Despesas Operacionais	Reversão de Provisões Operacionais	-	-	16,0	-	16,0
10	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Outras Despesas Operacionais	PCLD sem Característica de Intermediação Financeira	7,1	(55,8)	45,5	4,3	(10,4)
11	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização de Ágio	(276,5)	(310,6)	(298,8)	(553,8)	(609,4)
12	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Verba de Relacionamento Negocial	(505,4)	(471,3)	(468,3)	(1.010,9)	(939,6)
13	Outras Despesas Tributárias	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.343,7)	(1.270,4)	(1.207,4)	(2.613,7)	(2.477,8)
14	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Despesas de Demandas Cíveis	(265,1)	(373,9)	(250,2)	(577,5)	(624,1)
15	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Reversão de Passivos Contingentes	305,4	-	219,7	398,1	219,7
16	Despesas de Pessoal	Demandas Trabalhistas	Provisão para Demandas Trabalhistas	(380,4)	(387,5)	(403,0)	(767,1)	(790,5)
17	Operações de Captação no Mercado	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(167,2)	(127,9)	(141,3)	(326,5)	(269,1)
18	Demandas Cíveis	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(18,0)	(98,7)	77,1	(241,0)	(21,6)
19	Demandas Cíveis	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	243,1	82,9	4,3	637,7	87,2
20	Demandas Trabalhistas	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	15,8	5,2	1,3	27,9	6,4
21	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	PCLD Adicional	Reversão de PCLD Adicional	1.209,1	-	-	3.230,0	-
22	Res. de Part. em Coligadas e Controladas	PCLD Adicional	Reversão de PCLD Adicional do BV	-	-	-	26,6	-
23	IR e CSLL	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	(543,6)	58,7	24,8	(1.421,6)	83,5
24	Participações Estatutárias no Lucro	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	(74,7)	8,1	3,4	(195,5)	11,5

2.2.2. Glossário das Realocações

- (1) Receitas (despesas) geradas em operações de cessão de ativos financeiros com coobrigação.
- (2) Receitas de aplicações financeiras de empresas não financeiras.
- (3) Corresponde ao resultado das variações cambiais sobre o investimento em subsidiárias e agências no exterior.
- (4) e (5) Efeitos de impostos incidentes sobre hedge para investimentos no exterior.
- (6) Despesas de captação em fundos e programas.
- (7) Despesas financeiras oriundas da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.
- (8) Receitas financeiras oriundas de atualização do Fundo Utilização da Previ.
- (9) Reversão de provisão para perdas em participações societárias
- (10) Reversão ou despesas com PCLD para créditos sem característica de intermediação financeira.
- (11) Despesas provenientes de amortização de ágio de investimentos e intangível.
- (12) Amortização de aquisição de folha de pagamento.
- (13) Despesas tributárias realocadas para compor a margem de contribuição.
- (14) e (15) Reversão ou despesas provenientes de demandas cíveis
- (16) Provisão para despesas provenientes de demandas trabalhistas.
- (17) e (18) Despesas com provisão proveniente de ações judiciais referentes aos planos econômicos.
- (19) e (20) Provisão extraordinária com demandas contingentes.
- (21) Reversão parcial de provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa constituída em exercícios anteriores.
- (22) Reversão parcial de provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa constituída em exercícios anteriores do Banco Votorantim.
- (23) e (24) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período sobre o pagamento de Participações nos Lucros e Resultados (PLR) e a unificação dos efeitos desses itens sobre o Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

2.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

A tabela a seguir demonstra isoladamente os efeitos fiscais e de participação nos lucros e resultados ocorridos em cada item extraordinário.

Tabela 22. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Fluxo Semestral	
	2T16	1T17	2T17	1S16	1S17
Planos Econômicos	89	109	31	274	140
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(125)	(42)	(3)	(321)	(45)
PCLD Adicional	(583)	-	-	(1.570)	-
Total	(618)	67	28	(1.617)	95

3 - Crédito

O Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil

A concessão de crédito no Banco do Brasil é precedida por avançadas metodologias de cálculo de risco de crédito. Essas metodologias foram desenvolvidas pelo BB e seguem as melhores práticas de gestão de riscos.

O risco do cliente reflete a probabilidade do tomador se tornar inadimplente no período de até doze meses após a análise do risco. Essa avaliação determina o volume de recursos que o Banco está disposto a se expor ao tomador. O risco é calculado utilizando informações internas e externas, além do histórico de relacionamento com o cliente, conforme descrição a seguir.

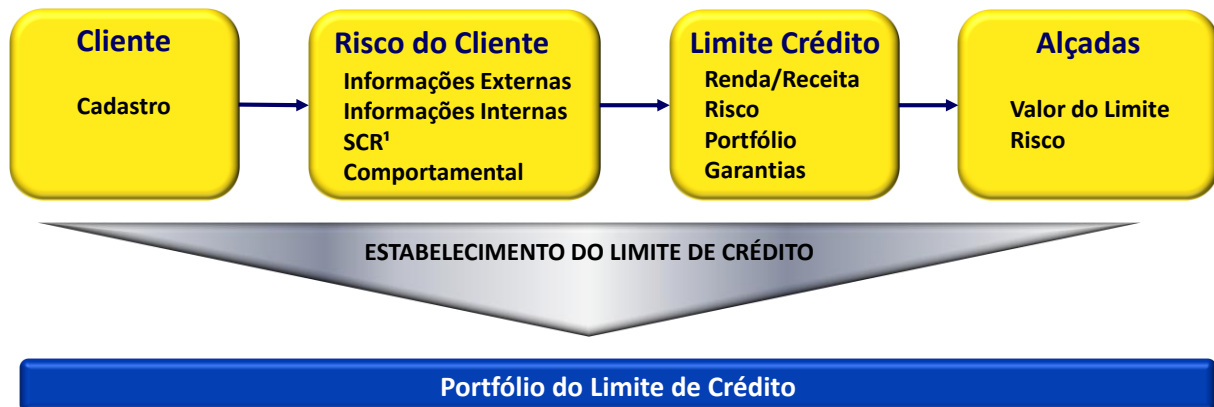
- I. Informações Cadastrais - análise de informações cadastrais obtidas em fontes internas e externas, inclusive informações restritivas;
- II. Informações Comportamentais no BB - avaliação do endividamento, utilização de produtos de crédito, pontualidade no pagamento e dados de relacionamento com o Banco;
- III. Informações Comportamentais no Sistema Financeiro Nacional (SFN) - análise do endividamento em outras instituições financeiras, da utilização de produtos na concorrência e da pontualidade de pagamento no SFN;
- IV. Metodologias Personalizadas - avaliação de demonstrativos financeiros, das perspectivas do segmento do cliente e demais informações de mercado.

O risco é calculado de forma massificada para clientes pessoas físicas, microempresas e produtores rurais, e de forma personalizada para clientes pessoas jurídicas, entes do setor público, entre outros. Na análise massificada, o risco de crédito do cliente é calculado automaticamente pelo sistema do Banco, com resultados imediatos para a contratação da operação.

As análises personalizadas são realizadas pelos técnicos do Banco do Brasil e por cálculos de sistemas corporativos. Cabe aos comitês responsáveis a aprovação do risco desses clientes.

O risco do cliente é insumo importante para o estabelecimento do limite de crédito, para a adequada classificação do risco das operações e para o direcionamento de linhas de negócios com o cliente.

Figura 17. Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil



1 - SCR: Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil.

3.1. Carteira de Crédito

Para melhor entendimento das operações de crédito do BB, a seguir são apresentados os conceitos referentes à carteira de crédito. As informações apresentadas nesse capítulo são segmentadas em pessoa física, pessoa jurídica e agronegócios.

a) Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito, sendo que a carteira interna é originada no Brasil e a carteira externa originada no exterior.

b) Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e garantias, onde:

b.1) TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

b.2) Garantias: são operações onde o BB assegura a liquidação financeira dos contratos.

Tabela 23. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira de Crédito Classificada (a)	691.832	100,0	638.336	100,0	642.846	100,0	(7,1)	0,7
Interna	647.650	93,6	603.009	94,5	607.273	94,5	(6,2)	0,7
Pessoa Física	189.222	27,4	184.752	28,9	185.530	28,9	(2,0)	0,4
Crédito Consignado	64.380	9,3	63.176	9,9	64.808	10,1	0,7	2,6
Financiamento Imobiliário	39.706	5,7	42.635	6,7	43.049	6,7	8,4	1,0
Cartão de Crédito	22.906	3,3	23.776	3,7	23.627	3,7	3,1	(0,6)
CDC Salário	20.482	3,0	19.716	3,1	19.850	3,1	(3,1)	0,7
Financiamento de Veículos	23.081	3,3	17.732	2,8	16.400	2,6	(28,9)	(7,5)
Empréstimo Pessoal	7.392	1,1	5.841	0,9	6.110	1,0	(17,3)	4,6
Cheque Especial	2.775	0,4	2.580	0,4	2.425	0,4	(12,6)	(6,0)
Demais	8.502	1,2	9.295	1,5	9.261	1,4	8,9	(0,4)
Pessoa Jurídica	274.875	39,7	238.827	37,4	234.078	36,4	(14,8)	(2,0)
Médias e Grandes	156.353	22,6	139.695	21,9	138.033	21,5	(11,7)	(1,2)
MPE	81.167	11,7	61.425	9,6	57.442	8,9	(29,2)	(6,5)
Governos	37.355	5,4	37.707	5,9	38.603	6,0	3,3	2,4
Agronegócio	183.553	26,5	179.431	28,1	187.665	29,2	2,2	4,6
Pessoa Física	130.475	18,9	134.010	21,0	138.715	21,6	6,3	3,5
Pessoa Jurídica	53.078	7,7	45.421	7,1	48.949	7,6	(7,8)	7,8
Exterior	44.181	6,4	35.327	5,5	35.573	5,5	(19,5)	0,7
TVM Privados e Garantias (b)	61.140		50.353		53.275		(12,9)	5,8
Carteira de Crédito Ampliada (a + b)	752.971	100,0	688.689	100,0	696.121	100,0	(7,6)	1,1
Interna	701.756	93,2	645.968	93,8	651.250	93,6	(7,2)	0,8
Pessoa Física	189.703	25,2	185.124	26,9	185.884	26,7	(2,0)	0,4
Pessoa Jurídica	327.577	43,5	280.783	40,8	277.210	39,8	(15,4)	(1,3)
Agronegócio	184.476	24,5	180.062	26,1	188.155	27,0	2,0	4,5
Externa	51.215	6,8	42.720	6,2	44.871	6,4	(12,4)	5,0

O Banco do Brasil divulga suas estimativas de desempenho considerando a carteira ampliada orgânica interna, apurada pela soma da carteira de crédito orgânica interna e operações com TVM privados e garantias prestadas, desconsiderando as carteiras adquiridas. A carteira rural desconsidera as operações da linha de crédito agroindustrial, que são somadas à carteira pessoa jurídica.

Tabela 24. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna	684.587	100,0	633.271	100,0	639.692	100,0	(6,6)	1,0
Pessoa Física	172.535	25,2	172.427	27,2	174.326	27,3	1,0	1,1
Pessoa Jurídica	359.454	52,5	308.657	48,7	307.171	48,0	(14,5)	(0,5)
Rural	152.599	22,3	152.187	24,0	158.194	24,7	3,7	3,9

A tabela a seguir demonstra a participação do BB na carteira de crédito classificada do SFN.

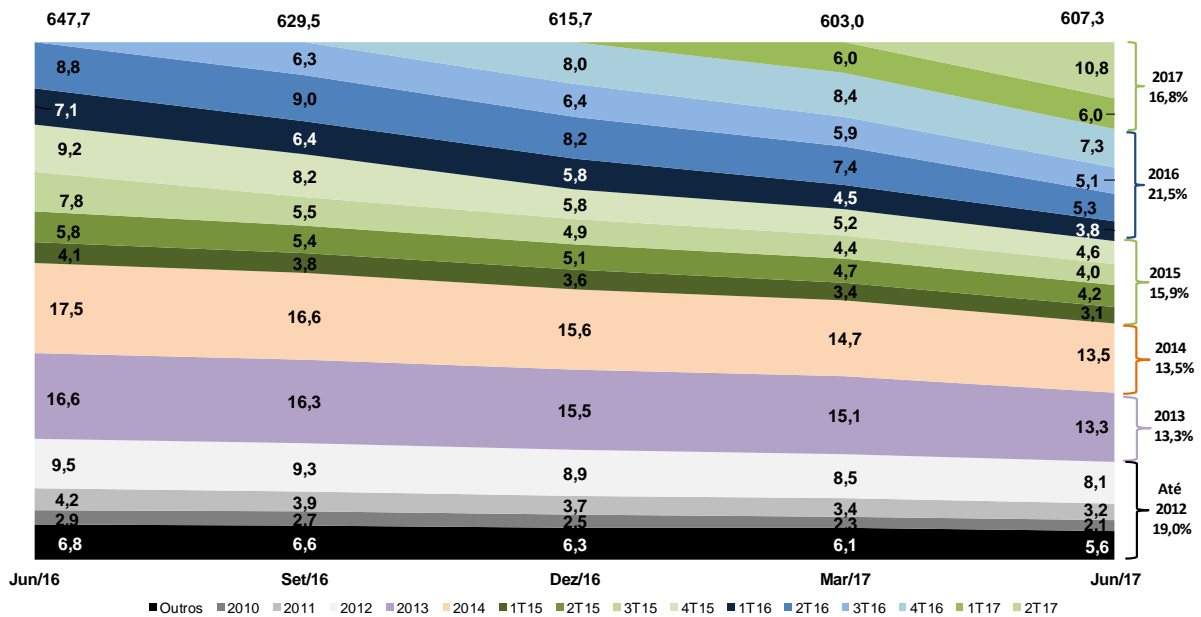
Tabela 25. Crédito SFN

R\$ bilhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Set/16	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Jun/16	Mar/17	
SFN	3.130	3.110	3.106	3.079	3.078	(1,6)	(0,0)	
Pessoa Física	1.529	1.542	1.561	1.576	1.595	4,3	1,2	
Pessoa Jurídica	1.600	1.568	1.545	1.502	1.483	(7,3)	(1,3)	
Participação de Mercado BB - %	20,7	20,2	19,8	19,6	19,7			

A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna considerando o período de contratação. Em alguns casos existe a possibilidade do desembolso do crédito continuar ocorrendo nos trimestres subsequentes à contratação, sendo então somado ao período de contratação original.

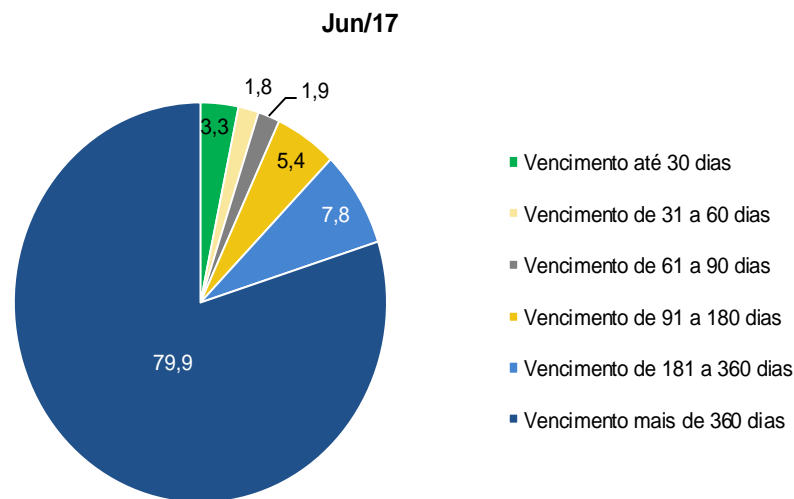
Considerando a carteira de junho/17, 16,8% dos ativos foram contratados em 2017. Os ativos gerados nos anos anteriores a 2015 representam 45,8%.

Figura 18. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) - % e R\$ bilhões



A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna por prazo de vencimento das operações. Até 79,9% do portfólio possui vencimento com mais de 360 dias, em linha com a relevância das linhas de investimento, imobiliário e consignado do Banco, enquanto 6,9% da carteira possui vencimento inferior a 90 dias, notadamente operações de capital de giro com empresas.

Figura 19. Carteira de Crédito Interna BB (por Prazo de Vencimento) - %



3.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

As tabelas a seguir apresentam as principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas. As carteiras de crédito adquiridas pelo BB compõem-se de operações de crédito consignado e financiamento de veículos. A queda da carteira adquirida total em 12 meses foi motivada pela consolidação e reorganização do setor, especialmente no segmento de crédito consignado. As operações com coobrigação respondem por mais de 99,5% do total.

Tabela 26. Carteira de Crédito Pessoa Física

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira Classificada Orgânica	172.054	90,7	172.054	92,9	173.972	93,6	1,1	1,1
CDC	90.832	47,9	87.999	47,5	90.179	48,5	(0,7)	2,5
Crédito Consignado	62.959	33,2	62.442	33,7	64.219	34,5	2,0	2,8
CDC Salário	20.482	10,8	19.716	10,7	19.850	10,7	(3,1)	0,7
Empréstimo Pessoal	7.392	3,9	5.841	3,2	6.110	3,3	(17,3)	4,6
Financiamento Imobiliário	39.706	20,9	42.635	23,0	43.049	23,2	8,4	1,0
Cartão de Crédito	22.906	12,1	23.776	12,8	23.627	12,7	3,1	(0,6)
Crédito Renegociado	6.876	3,6	8.049	4,3	8.139	4,4	18,4	1,1
Financiamento de Veículos	7.333	3,9	5.769	3,1	5.432	2,9	(25,9)	(5,9)
Cheque Especial	2.775	1,5	2.580	1,4	2.425	1,3	(12,6)	(6,0)
Microcrédito	700	0,4	602	0,3	538	0,3	(23,2)	(10,7)
Demais	926	0,5	643	0,3	584	0,3	(36,9)	(9,1)
Carteiras Adquiridas¹	17.169	9,1	12.697	6,9	11.558	6,2	(32,7)	(9,0)
Crédito Consignado	1.421	0,7	734	0,4	590	0,3	(58,5)	(19,7)
Financiamento de Veículos	15.748	8,3	11.963	6,5	10.969	5,9	(30,3)	(8,3)
Carteira de Crédito Classificada (a)	189.222	99,7	184.752	99,8	185.530	99,8	(2,0)	0,4
TVM Privados e Garantias (b)	481	0,3	372	0,2	354	0,2	(26,4)	(4,9)
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	189.703	100,0	185.124	100,0	185.884	100,0	(2,0)	0,4

1 - Inclui carteira adquirida com coobrigação conforme Resolução CMN nº 3.533/08.

O BB mantém-se entre os líderes de mercado nos segmentos de crédito com menor risco. A participação do BB nas linhas de empréstimos com essa característica é demonstrada a seguir.

Tabela 27. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado

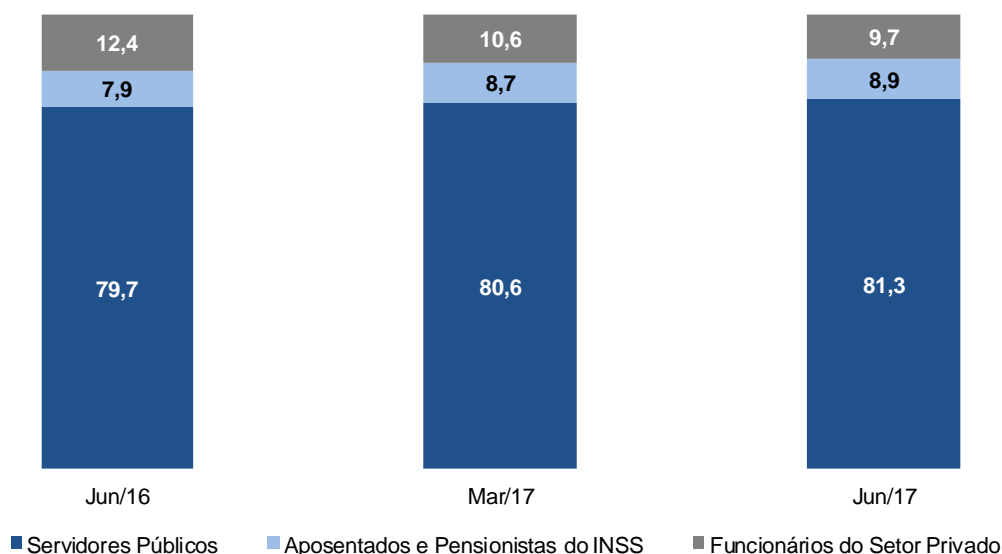
R\$ milhões	Jun/16			Mar/17			Jun/17		
	BB ¹	SFN	Part. %	BB ¹	SFN	Part. %	BB ¹	SFN	Part. %
Crédito Consignado	64.380	282.560	22,8	63.176	293.950	21,5	64.808	300.705	21,6
Financiamento de Veículos ²	22.011	150.604	14,6	16.707	144.214	11,6	15.404	143.837	10,7
Financiamento Imobiliário	39.706	516.805	7,7	42.635	542.160	7,9	43.049	551.498	7,8

1 – Inclui carteira adquirida com coobrigação conforme Resolução CMN nº 3.533/08.

2 – Apenas carteira de recursos livres.

Considerando as operações de CDC e de financiamento de veículos, que alcançaram R\$ 95,6 bilhões em junho/17, a maioria das operações é realizada com servidores públicos e pensionistas.

Figura 20. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos - %



Um dos importantes componentes da metodologia de crédito é o histórico que o Banco do Brasil possui dos seus clientes. Daqueles com operações de crédito no BB, 89,9% possuem conta há pelo menos cinco anos.

Tabela 28. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito

%	Jun/16	Mar/17	Jun/17
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	1,1	0,7	0,6
Entre 1 e 2 anos	2,4	1,7	1,6
Entre 2 e 5 anos	8,1	8,2	7,9
Entre 5 e 10 anos	19,7	19,2	19,0
Mais de 10 anos	68,8	70,1	70,9

A tabela a seguir demonstra o prazo médio e a taxa de juros nas operações com menor risco. Os prazos médios da carteira são calculados ponderando o prazo restante das operações pelo saldo devedor. A taxa média considera o portfólio.

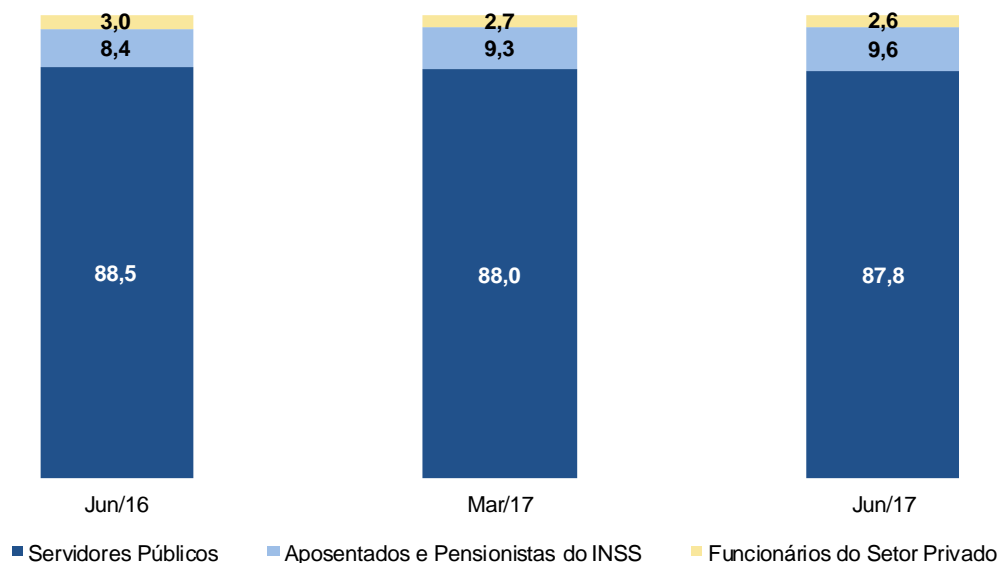
Tabela 29. Taxas e Prazos Médios

	Set/15	Dez/15	Mar/16	Jun/16	Set/16	Dez/16	Mar/17	Jun/17
Banco do Brasil								
Financiamento de Veículos								
Taxa Média - % a.m.	1,58	1,63	1,66	1,71	1,75	1,79	1,82	1,83
Prazo Médio - meses	30	30	30	29	29	29	29	29
Financiamento Imobiliário								
Ticket Médio - R\$ mil	115,0	114,0	113,0	127,2	134,3	138,3	132,1	149,2
Taxa Média - % a.a.	7,11	7,09	7,07	7,09	7,10	7,12	7,12	7,13
Prazo Médio - meses	344	346	347	339	338	338	335	332
Percentual financiado	59,6	59,6	59,8	59,9	60,0	60,1	60,2	60,6
Crédito Consignado								
Taxa Média - % a.m.	1,81	1,83	1,85	1,87	1,89	1,91	1,92	1,92
Prazo Médio - meses	59	60	60	60	60	60	60	60
Crédito Pessoal								
Taxa Média - % a.m.	3,73	3,83	3,97	4,07	4,12	4,15	4,21	4,22
Prazo Médio - meses	43	44	43	42	43	44	43	43

Crédito Consignado

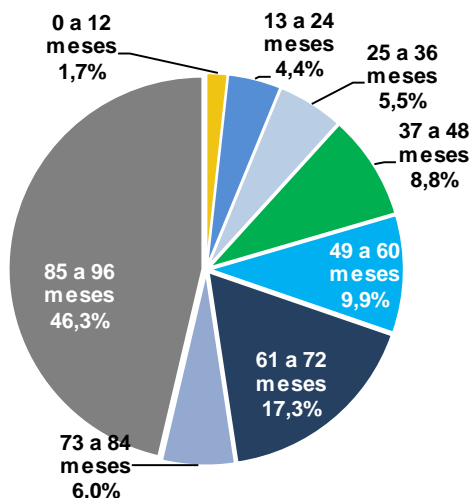
No 2T17, o volume de contratações alcançou R\$ 11,0 bilhões, melhor desempenho desde 2014. A carteira de crédito consignado orgânica BB, que alcançou R\$ 64,2 bilhões em junho/17, é composta em quase sua totalidade, por operações com clientes servidores públicos e pensionistas, que oferecem menor risco. A figura a seguir demonstra a composição da carteira.

Figura 21. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - %



A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 2T17 tem prazo superior a 60 meses. O perfil dessa carteira permite o alongamento do prazo e gera fidelização e oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse tempo.

Figura 22. Prazo das Operações Contratadas no trimestre – Crédito Consignado



Financiamento de Veículos

As operações de veículos originadas no BB totalizaram saldo de R\$ 5,4 bilhões em junho/17. As contratações somaram R\$ 651,2 milhões no 2T17.

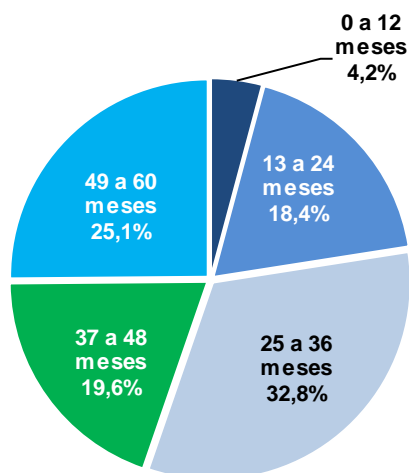
Na tabela a seguir são demonstradas as principais características dos clientes da carteira de financiamento de veículos orgânica do Banco do Brasil. Pode-se constatar que a maioria dos clientes são correntistas há mais de 10 anos e recebem proventos pelo Banco.

Tabela 30. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica

%	Jun/16	Mar/17	Jun/17
Tempo de Relacionamento			
Até 5 anos	11,8	9,8	9,0
Entre 5 a 10 anos	19,7	19,3	19,3
Mais de 10 anos	68,5	70,9	71,7
Proventos			
Recebem Proventos	71,8	72,9	73,3
Não Recebem Proventos	28,2	27,1	26,7

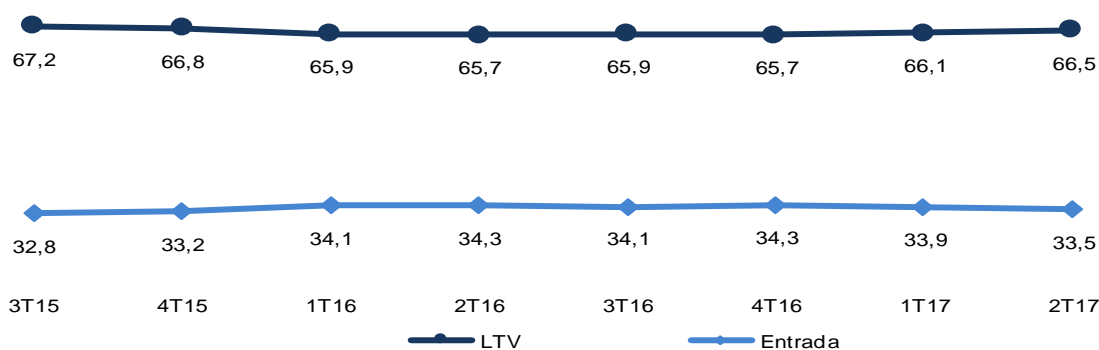
A próxima figura demonstra o prazo das operações de financiamento de veículos contratadas no Banco do Brasil no 2T17. Cerca de 74,9% das contratações no trimestre tem prazo de até 48 meses.

Figura 23. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Financiamento de Veículos



Na próxima figura, apresenta-se o indicador de percentual financiado de um bem (*Loan-to-Value LTV*). No BB, os clientes se comprometem, em média, com 33,5% do valor do bem considerando o 2T17, o que reduz ainda mais a probabilidade de inadimplência.

Figura 24. LTV e Entrada – Financiamento de Veículos da Carteira Orgânica PF - % no trimestre



Financiamento Imobiliário

Nos últimos 12 meses o crescimento do saldo foi de R\$ 3,3 bilhões, confirmando a tendência de ganho de relevância na carteira, com elevação na participação de 23,1% para 24,7% na visão orgânica. O incremento observado no período foi resultado da estratégia de ampliação de produtos ofertados aos clientes, bem como ganhos de eficiência na análise e liberação de operações.

O BB tinha participação de mercado de 7,8% em junho/17, aumento de 10 pontos base em relação ao mesmo período do ano passado.

3.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

A queda da carteira de crédito pessoa jurídica na comparação anual resulta, principalmente, da redução das operações de capital de giro.

Tabela 31. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira de Crédito Classificada (a)	274.875	83,9	238.827	85,1	234.078	84,4	(14,8)	(2,0)
Capital de Giro	134.356	41,0	117.236	41,8	114.707	41,4	(14,6)	(2,2)
Investimento	62.383	19,0	57.881	20,6	56.471	20,4	(9,5)	(2,4)
Crédito Renegociado	18.097	5,5	18.495	6,6	18.838	6,8	4,1	1,9
ACC/ACE	18.163	5,5	12.663	4,5	13.461	4,9	(25,9)	6,3
Crédito Imobiliário	11.872	3,6	11.028	3,9	10.549	3,8	(11,1)	(4,3)
Cartão de Crédito	12.573	3,8	8.863	3,2	7.593	2,7	(39,6)	(14,3)
Recebíveis	10.959	3,3	7.450	2,7	7.522	2,7	(31,4)	1,0
Conta Garantida	2.233	0,7	1.539	0,5	1.312	0,5	(41,3)	(14,8)
BNDES Exim	925	0,3	765	0,3	708	0,3	(23,5)	(7,4)
Cheque Especial	476	0,1	438	0,2	412	0,1	(13,3)	(5,9)
Demais	2.838	0,9	2.469	0,9	2.506	0,9	(11,7)	1,5
TVM Privados e Garantias (b)	52.702	16,1	41.956	14,9	43.132	15,6	(18,2)	2,8
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	327.577	100,0	280.783	100,0	277.210	100,0	(15,4)	(1,3)

A segmentação da carteira pessoa jurídica do Banco do Brasil, é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 32. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira de Crédito Classificada (a)	274.875	83,9	238.827	85,1	234.078	84,4	(14,8)	(2,0)
Médias e Grandes Empresas	156.353	47,7	139.695	49,8	138.033	49,8	(11,7)	(1,2)
MPE	81.167	24,8	61.425	21,9	57.442	20,7	(29,2)	(6,5)
Governo	37.355	11,4	37.707	13,4	38.603	13,9	3,3	2,4
TVM Privados e Garantias (b)	52.702	16,1	41.956	14,9	43.132	15,6	(18,2)	2,8
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	327.577	100,0	280.783	100,0	277.210	100,0	(15,4)	(1,3)

Crédito para Comércio Exterior

O Banco do Brasil é um dos principais parceiros do comércio exterior brasileiro, encerrando o 2T17 com participação de mercado de 21,6% e 12,7% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. O BB encerrou o período com 24,2% de participação em ACC/ACE.

Tabela 33. Câmbio de Exportação e Importação

	SalDOS					Var. % s/	
	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17	2T16	1T17
Câmbio Exportação							
Volume Contratado (US\$ mil)	11.198	8.433	8.061	8.120	11.079	(1,1)	36,4
Participação de Mercado - %	22,5	20,9	16,8	17,2	21,6		
Câmbio Importação							
Volume Contratado (US\$ mil)	4.402	4.593	5.066	4.051	4.228	(3,9)	4,4
Participação de Mercado - %	14,3	14,5	15,5	12,5	12,7		

Tabela 34. ACC/ACE

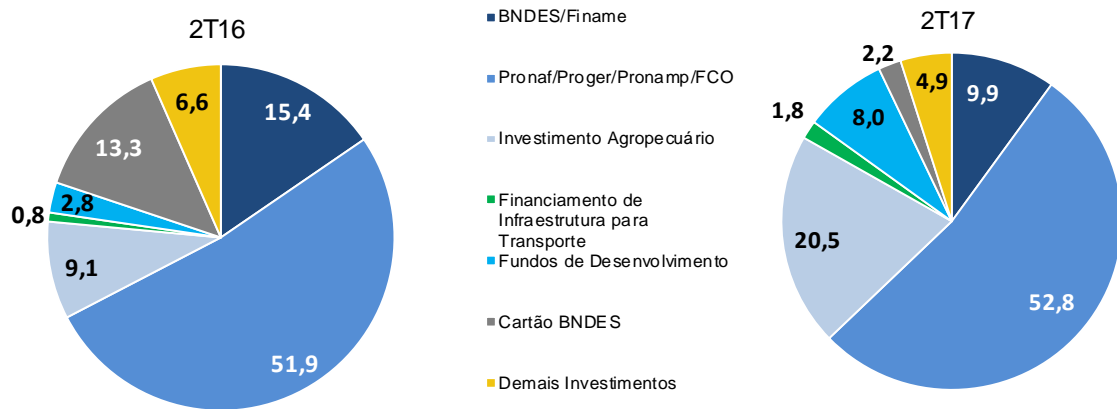
	SalDOS					Var. % s/	
	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17	2T16	1T17
Volume Contratado (US\$ milhões)	2.276	1.354	1.496	1.252	1.852	(18,6)	47,9
Quantidade de Contratos	3.128	2.554	2.410	2.255	2.971	(5,0)	31,8
Volume Médio por Contrato (US\$ mil)	728	530	621	555	623	(14,4)	12,2

Crédito para Investimentos

Os desembolsos para investimentos realizados pelo Banco do Brasil atingiram o montante de R\$ 6,4 bilhões no 2T17. Destaque para os produtos Pronaf/Pronamp/Proger/FCO, que respondem por mais da metade dos desembolsos do período.

O gráfico a seguir apresenta a participação das linhas de repasse nos desembolsos para investimentos.

Figura 25. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %



Crédito para Governo

O Banco do Brasil vem apoiando os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, financiando programas de investimento voltados à melhoria da qualidade e transparência da gestão pública, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, gerando benefícios efetivos para a população e contribuindo para o desenvolvimento do país. No 2T17, foram desembolsados R\$ 212 milhões para os estados e municípios.

Segundo a Circular Bacen nº 3.644/2013, artigo 37, deve ser aplicado Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

Crédito para Micro e Pequenas Empresas

Ao final do 2T17, o BB possuía 2,2 milhões de clientes MPE. Enquadram-se como clientes no segmento MPE as empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 25 milhões.

Do saldo dessa carteira, 99,1% estão aplicados junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Tabela 35. Tempo de Relacionamento dos Clientes - % do Saldo da Carteira MPE

%	Jun/16	Mar/17	Jun/17
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	0,3	0,1	0,2
De 1 a 2 anos	2,1	1,1	0,7
De 2 a 5 anos	18,5	15,1	14,8
Entre 5 a 10 anos	34,3	34,2	34,3
Mais de 10 anos	44,8	49,3	50,0

As tabelas a seguir apresentam os principais detalhamentos dos saldos aplicados junto ao segmento MPE.

Tabela 36. Crédito MPE por Setor de Atividade

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Comércio	34.173	42,1	24.979	40,7	23.576	41,0	(31,0)	(5,6)
Serviço	25.753	31,7	20.174	32,8	18.723	32,6	(27,3)	(7,2)
Indústria	21.241	26,2	16.272	26,5	15.143	26,4	(28,7)	(6,9)
Total	81.167	100,0	61.425	100,0	57.442	100,0	(29,2)	(6,5)

Tabela 37. Produtos de Crédito - MPE

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Capital de Giro	51.593	63,6	38.675	63,0	36.858	64,2	(28,6)	(4,7)
Investimento	28.348	34,9	21.862	35,6	19.699	34,3	(30,5)	(9,9)
Comércio Exterior	1.226	1,5	888	1,4	885	1,5	(27,8)	(0,4)
Total	81.167	100,0	61.425	100,0	57.442	100,0	(29,2)	(6,5)

3.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do País.

O Brasil é um dos maiores exportadores do agronegócio mundial, com destaque para a posição que ocupa na produção, exportação e comércio das principais cadeias produtivas agropecuárias.

Tabela 38. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em junho/17

Item	Produção	Exportação	% Comércio Mundial
Suco de Laranja	1º	1º	76,1%
Açúcar	1º	1º	48,0%
Complexo de Soja	2º	1º	43,2%
Carne de Frango	2º	1º	38,3%
Café	1º	1º	25,0%
Carne Bovina	2º	2º	18,7%
Milho	3º	3º	22,0%
Algodão	5º	4º	12,2%

Fonte: USDA – PSD online.

O protagonismo do agronegócio brasileiro está associado à competência dos produtores rurais, recursos naturais disponíveis, tecnologia de ponta e oferta de crédito. Esse conjunto de atributos faz com que o País tenha uma posição privilegiada no cenário mundial.

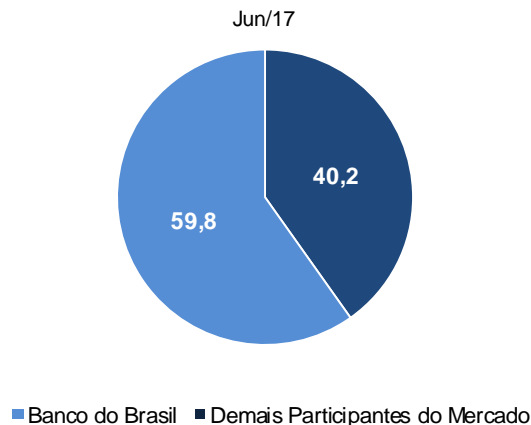
A atividade agropecuária brasileira respeita o calendário agrícola, chamado de ano-safra, que se inicia em julho de cada ano e termina em junho do ano seguinte. Os dados apresentados neste relatório contemplam as informações do quarto trimestre do ano safra 2016/2017.

Agronegócio no BB

O Banco do Brasil é um dos principais agentes indutores do desenvolvimento do agronegócio no País, alinhado aos critérios estabelecidos para a manutenção da sustentabilidade socioambiental.

Atuando desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais, o Banco do Brasil financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como a construção e ampliação de armazéns, a aquisição e modernização de máquinas e implementos, além do beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários e a adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o BB apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Banco Central do Brasil, o BB detém 59,8% de participação nos financiamentos destinados ao setor, com posição em junho/17.

Figura 26. Participação do BB no Agronegócio – %

A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 39. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região

Região	Crédito Rural - %	Agroindustrial - %	Total - %
Sudeste	31,3	97,4	41,9
Sul	32,6	1,4	27,6
Centro-Oeste	23,8	0,5	20,0
Nordeste	6,9	0,5	5,9
Norte	5,4	0,1	4,6

A tabela a seguir apresenta a composição da carteira de crédito de agronegócios por programa/linha de crédito.

Destaque para o saldo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que totalizou R\$ 43,0 bilhões em junho/2017, crescimento de 6,1% frente ao mesmo período do ano anterior. Destaque também para a evolução do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) que totalizou R\$ 25,2 bilhões no período, crescimento de 1,2% em 12 meses e para as operações de custeio da agricultura empresarial, que totalizaram R\$ 40,6 bilhões, 7,5% superior em relação ao mesmo período do ano passado.

Tabela 40. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira de Crédito Classificada	183.553	99,5	179.431	99,6	187.665	99,7	2,2	4,6
Crédito Rural	151.676	82,2	151.556	84,2	157.703	83,8	4,0	4,1
Pronaf	40.501	22,0	42.291	23,5	42.972	22,8	6,1	1,6
Custeio Agropecuário	37.789	20,5	37.778	21,0	40.629	21,6	7,5	7,5
Pronamp	24.916	13,5	24.736	13,7	25.225	13,4	1,2	2,0
FCO Rural	9.411	5,1	10.742	6,0	11.481	6,1	22,0	6,9
Investimento Agropecuário	9.412	5,1	9.616	5,3	10.165	5,4	8,0	5,7
Programa ABC	9.478	5,1	9.196	5,1	9.060	4,8	(4,4)	(1,5)
BNDES/Finame Rural	9.432	5,1	8.730	4,8	8.565	4,6	(9,2)	(1,9)
Comercialização Agropecuária	7.429	4,0	5.552	3,1	6.797	3,6	(8,5)	22,4
Demais	3.309	1,8	2.915	1,6	2.810	1,5	(15,1)	(3,6)
Crédito Agroindustrial	31.877	17,3	27.875	15,5	29.961	15,9	(6,0)	7,5
Cédula de Produto Rural e Garantias	923	0,5	631	0,4	491	0,3	(46,8)	(22,2)
Carteira Rural Ampliada	152.599	82,7	152.187	84,5	158.194	84,1	3,7	3,9
Carteira de Crédito Ampliada	184.476	100,0	180.062	100,0	188.155	100,0	2,0	4,5

A tabela a seguir apresenta a destinação da carteira de agronegócio do BB segmentada em linhas de custeio, investimento, comercialização, agroindustrial e demais.

Tabela 41. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira de Crédito Classificada	183.553	99,5	179.431	99,6	187.665	99,7	2,2	4,6
Investimento	82.168	44,5	83.415	46,3	84.505	44,9	2,8	1,3
Custeio	60.492	32,8	59.894	33,3	63.625	33,8	5,2	6,2
Agroindustrial	31.877	17,3	27.875	15,5	29.961	15,9	(6,0)	7,5
Comercialização	8.093	4,4	5.965	3,3	7.107	3,8	(12,2)	19,1
Demais	924	0,5	2.282	1,3	2.466	1,3	166,8	8,1
Cédula de Produto Rural e Garantias	923	0,5	631	0,4	491	0,3	(46,8)	(22,2)
Carteira de Crédito Ampliada	184.476	100,0	180.062	100,0	188.155	100,0	2,0	4,5

A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por tipo de item financiado.

Tabela 42. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira de Crédito Classificada	183.553	99,5	179.431	99,6	187.665	99,7	2,2	4,6
Bovinocultura	35.699	19,4	38.135	21,2	38.560	20,5	8,0	1,1
Carne	23.068	12,5	24.944	13,9	25.184	13,4	9,2	1,0
Leite	12.631	6,8	13.191	7,3	13.375	7,1	5,9	1,4
Maquinas e Implementos	22.578	12,2	23.105	12,8	23.082	12,3	2,2	(0,1)
Soja	17.083	9,3	18.246	10,1	20.621	11,0	20,7	13,0
Milho	8.202	4,4	9.272	5,1	9.704	5,2	18,3	4,7
Café	4.038	2,2	3.725	2,1	4.401	2,3	9,0	18,1
Cana	3.612	2,0	3.268	1,8	3.479	1,8	(3,7)	6,4
Avicultura	3.235	1,8	3.601	2,0	3.698	2,0	14,3	2,7
Suinocultura	1.899	1,0	2.850	1,6	3.246	1,7	70,9	13,9
Arroz	2.392	1,3	2.008	1,1	2.504	1,3	4,7	24,7
Algodão	693	0,4	647	0,4	681	0,4	(1,6)	5,3
Demais	52.246	28,3	46.698	25,9	47.728	25,4	(8,6)	2,2
Crédito Agroindustrial	31.877	17,3	27.875	15,5	29.961	15,9	(6,0)	7,5
Cédula de Produto Rural e Garantias	923	0,5	631	0,4	491	0,3	(46,8)	(22,2)
Carteira de Crédito Ampliada	184.476	100,0	180.062	100,0	188.155	100,0	2,0	4,5

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do agronegócio segregado conforme o porte do cliente.

Tabela 43. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira de Crédito Classificada	183.553	99,5	179.431	99,6	187.665	99,7	2,2	4,6
Médio e Grande Produtor	87.476	47,4	88.570	49,2	92.508	49,2	5,8	4,4
Pequeno Produtor	42.999	23,3	45.440	25,2	46.208	24,6	7,5	1,7
Empresas	42.594	23,1	37.260	20,7	40.563	21,6	(4,8)	8,9
Cooperativas Agropecuárias	10.485	5,7	8.161	4,5	8.386	4,5	(20,0)	2,8
Cédula de Produto Rural e Garantias	923	0,5	631	0,4	491	0,3	(46,8)	(22,2)
Carteira de Crédito Ampliada	184.476	100,0	180.062	100,0	188.155	100,0	2,0	4,5

Na tabela seguinte, é apresentada a distribuição do saldo da carteira de crédito de agronegócios por tipo de personalidade jurídica.

Tabela 44. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira de Crédito Classificada	183.553	99,5	179.431	99,6	187.665	99,7	2,2	4,6
Pessoa Física	130.475	70,7	134.010	74,4	138.715	73,7	6,3	3,5
Pessoa Jurídica	53.078	28,8	45.421	25,2	48.949	26,0	(7,8)	7,8
Cédula de Produto Rural e Garantias	923	0,5	631	0,4	491	0,3	(46,8)	(22,2)
Carteira de Crédito Ampliada	184.476	100,0	180.062	100,0	188.155	100,0	2,0	4,5

Nos financiamentos rurais e agroindustriais, o BB utiliza 81,1% de recursos próprios (principalmente poupança rural, Letras de Crédito do Agronegócio – LCA e depósitos a vista). Além destes, o Banco também repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de Fundos Constitucionais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

A seguir, é apresentada a carteira de crédito ampliada de agronegócios por fonte de recursos.

Tabela 45. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos

R\$ milhões	Saldos					
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %
Poupança Rural	92.146	50,0	91.971	51,1	97.751	52,0
LCA	38.178	20,7	33.620	18,7	35.152	18,7
Depósitos à Vista	19.929	10,8	20.801	11,6	19.703	10,5
FCO	13.184	7,1	14.966	8,3	15.843	8,4
BNDES/FINAME	11.955	6,5	11.748	6,5	11.793	6,3
Demais ¹	9.084	4,9	6.955	3,9	7.914	4,2
Carteira de Crédito Ampliada	184.476	100,0	180.062	100,0	188.155	100,0

1 - Tesouro Nacional, Funcafé, Cédula de Produto Rural e Garantias.

Para tornar os financiamentos com taxas de juros diferenciadas viáveis, cobrindo os custos da captação, o risco de crédito, os custos administrativos e tributários e a rentabilidade do Banco, o Tesouro Nacional e o Banco Central podem autorizar:

a) Equalização de Taxas: valor pago pelo Tesouro Nacional que representa uma receita dos bancos para a cobertura dos custos administrativos e tributários, além de garantir a taxa de rentabilidade sobre os recursos aplicados;

b) Fator de Ponderação: multiplicador adotado pelo Governo Federal para aplicação dos recursos originários de depósitos à vista e poupança rural. Por meio desse mecanismo, os bancos são autorizados a cumprir uma menor taxa de exigibilidade de aplicação de recursos em crédito rural, possibilitando que o montante liberado seja investido em operações a taxas de mercado, com objetivo de compensar o diferencial de rentabilidade decorrente da taxa de juros paga pelo tomador final nas operações do crédito rural incentivadas pelo governo.

O mecanismo do fator de ponderação reduz a quantidade de recursos que o governo tem que equalizar e permite aos bancos a compensação proporcional na rentabilidade. No Banco do Brasil, os recursos liberados para o caixa são aplicados à remuneração TMS.

A tabela a seguir mostra o histórico do recebimento de receitas a título de equalização de taxas e fator de ponderação.

Tabela 46. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Receitas de Equalização	1.416	1.706	1.722	1.415	1.385
Fator de Ponderação	481	72	67	75	59
Total	1.897	1.779	1.789	1.490	1.444

Tabela 47. Receitas de Equalização a Receber - Movimentação¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Saldo Inicial	1.357	2.767	1.700	3.418	1.401
Movimentações	1.410	(1.067)	1.718	(2.017)	1.382
Saldo Final	2.767	1.700	3.418	1.401	2.783

1 – Fonte: Nota Explicativa 12.b.

A tabela a seguir evidencia a distribuição dos recursos equalizáveis da carteira de agronegócios do BB.

Tabela 48. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios

R\$ milhões	Saldos		
	Jun/16	Mar/17	Jun/17
Carteira de Crédito Classificada	183.553	179.431	187.665
Recursos Equalizáveis	95.500	92.578	96.358
Investimento	50.970	49.449	49.779
Custeio	43.255	41.617	44.650
Comercialização	1.275	1.512	1.929
Recursos Não-Equalizáveis	88.054	86.853	91.306
Cédula de Produto Rural e Garantias	923	631	491
Carteira de Crédito Ampliada	184.476	180.062	188.155

Na safra 2016/2017, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 72,3 bilhões em operações de crédito rural.

Na Agricultura Familiar foram aplicados R\$ 13,4 bilhões, enquanto na Agricultura Empresarial o desembolso alcançou R\$ 46,9 bilhões. As operações por meio do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores Rurais (Pronamp) somaram R\$ 12,0 bilhões.

A tabela seguinte mostra o comparativo do desembolso na safra 2016/2017 com a safra 2015/2016, detalhando o segmento do cliente e a finalidade do crédito.

Tabela 49. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural

R\$ milhões	Safra 15/16	Safra 16/17	Var. (%)
Agricultura Familiar - Pronaf	13.494	13.431	(0,5)
Custeio	7.276	7.581	4,2
Investimento	6.218	5.851	(5,9)
Médios Produtores - Pronamp	14.313	11.964	(16,4)
Custeio	12.287	10.586	(13,8)
Investimento	2.026	1.378	(32,0)
Agricultura Empresarial	54.582	46.890	(14,1)
Custeio/Comercialização	48.176	39.929	(17,1)
Investimento	6.406	6.961	8,7
Total	82.389	72.285	(12,3)

Mitigadores de Risco

O Banco do Brasil estimula a contratação de proteção contra intempéries climáticas (seguro agrícola ou proagro) nas operações de custeio agrícola. A estratégia é aperfeiçoada a cada nova safra, inclusive com a oferta massificada de opções e outros mecanismos, como por exemplo o seguro faturamento.

A estratégia de mitigação considera diversas informações das operações demandadas pelos clientes, como o risco da atividade, a cultura a ser financiada e o local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção (seguro agrícola/proagro ou opções) mais adequado ao perfil de risco da operação.

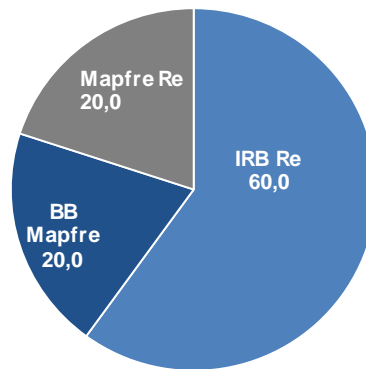
A tabela seguinte mostra o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola.

Tabela 50. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola

R\$ milhões	Contratação					
	Safra 14/15	Part. %	Safra 15/16	Part. %	Safra 16/17	Part. %
Custeio Agrícola	20.828	100,0	42.024	100,0	32.404	100,0
Total com Mitigador	11.573	55,6	27.267	64,9	20.175	62,3
Proagro	6.908	33,2	6.536	15,6	5.876	18,1
Seguro Agrícola	4.513	21,7	19.602	46,6	14.010	43,2
Proteção de Preço	151	0,7	1.130	2,7	289	0,9
Sem Mitigador	9.255	44,4	14.757	35,1	12.229	37,7

Os riscos assumidos em decorrência da contratação de seguro agrícola na safra 2016/2017 foram distribuídos conforme a figura a seguir.

Figura 27. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %



3.1.4. Concentração

As tabelas a seguir apresentam o nível de concentração com os clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona. A primeira tabela apresenta a concentração em relação à carteira de crédito classificada e a segunda em relação ao patrimônio de referência.

Tabela 51. 100 Maiores Clientes em relação à Carteira de Crédito Classificada

Período	1º Cliente (%)	2º ao 20º (%)		21º ao 100º (%)		100 maiores (%)		
		Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	
Set/15	3,6	25.780	13,5	95.844	10,1	71.822	27,2	193.446
Dez/15	3,5	25.121	13,6	97.774	10,4	74.672	27,5	197.567
Mar/16	3,6	25.562	13,4	94.092	10,1	71.045	27,1	190.699
Jun/16	3,6	24.902	12,9	89.119	10,0	69.381	26,5	183.403
Set/16	3,8	25.390	13,2	88.649	10,1	67.662	27,0	181.701
Dez/16	3,8	24.760	12,9	84.340	9,4	61.430	26,1	170.529
Mar/17	3,9	25.136	12,9	82.148	9,1	58.001	25,9	165.284
Jun/17	4,0	25.467	12,6	81.145	9,2	59.263	25,8	165.876

Tabela 52. 100 Maiores Clientes em relação ao Patrimônio de Referência

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Set/15	18,9	25.780	70,1	95.844	52,6	71.822	141,6	193.446
Dez/15	18,5	25.121	72,1	97.774	55,1	74.672	145,8	197.567
Mar/16	19,9	25.562	73,3	94.092	55,3	71.045	148,5	190.699
Jun/16	19,9	24.902	71,3	89.119	55,5	69.381	146,6	183.403
Set/16	20,0	25.390	69,8	88.649	53,3	67.662	143,0	181.701
Dez/16	19,0	24.760	64,7	84.340	47,1	61.430	130,7	170.529
Mar/17	20,3	25.136	66,2	82.148	46,8	58.001	133,2	165.284
Jun/17	20,0	25.467	63,9	81.145	46,6	59.263	130,6	165.876

A próxima tabela apresenta a concentração da carteira de crédito PJ e agronegócios PJ, considerando a carteira do Banco Múltiplo, operações com TVM e garantia e carteira externa.

Cada macrossetor é composto por diversos segmentos econômicos correlacionados. A carteira é constituída de acordo com o código de atividade principal no cadastro de cada cliente.

Tabela 53. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Macrossetor								
Administração Pública	37.997	9,0	38.303	10,7	39.225	10,9	3,2	2,4
Petroleiro	42.595	10,1	38.436	10,8	38.660	10,8	(9,2)	0,6
Metalurgia e Siderurgia	38.732	9,2	33.938	9,5	32.264	9,0	(16,7)	(4,9)
Alimentos de Origem Vegetal	33.532	8,0	27.913	7,8	30.129	8,4	(10,1)	7,9
Energia Elétrica	38.274	9,1	30.391	8,5	29.416	8,2	(23,1)	(3,2)
Transportes	27.080	6,4	25.281	7,1	25.099	7,0	(7,3)	(0,7)
Serviços	21.525	5,1	22.099	6,2	20.729	5,8	(3,7)	(6,2)
Imobiliário	20.778	4,9	18.668	5,2	17.640	4,9	(15,1)	(5,5)
Automotivo	23.041	5,5	16.404	4,6	15.944	4,4	(30,8)	(2,8)
Alimentos de Origem Animal	16.427	3,9	14.892	4,2	15.538	4,3	(5,4)	4,3
Instituições e Serviços Financeiros	16.439	3,9	9.709	2,7	12.187	3,4	(25,9)	25,5
Comércio Varejista	17.194	4,1	12.267	3,4	11.828	3,3	(31,2)	(3,6)
Fornecedores da Construção Civil	13.821	3,3	11.508	3,2	11.190	3,1	(19,0)	(2,8)
Insumos Agrícolas	10.191	2,4	7.399	2,1	8.038	2,2	(21,1)	8,6
Telecomunicações	5.894	1,4	5.933	1,7	7.548	2,1	28,1	27,2
Têxtil e Confecções	10.116	2,4	7.282	2,0	7.242	2,0	(28,4)	(0,5)
Eletroeletrônico	8.048	1,9	6.624	1,9	6.792	1,9	(15,6)	2,5
Papel e Celulose	8.765	2,1	6.345	1,8	6.045	1,7	(31,0)	(4,7)
Químico	7.065	1,7	5.742	1,6	5.586	1,6	(20,9)	(2,7)
Construção Pesada	7.067	1,7	4.927	1,4	4.859	1,4	(31,2)	(1,4)
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	6.945	1,6	4.697	1,3	4.720	1,3	(32,0)	0,5
Madeireiro e Moveleiro	5.576	1,3	4.887	1,4	4.639	1,3	(16,8)	(5,1)
Couro e Calçados	2.631	0,6	2.122	0,6	2.066	0,6	(21,5)	(2,6)
Bebidas	1.598	0,4	1.258	0,4	1.279	0,4	(20,0)	1,7
Demais Atividades	45	0,0	12	0,0	15	0,0	(67,5)	22,2
Total	421.374	91,0	357.038	89,3	358.679	89,1	(14,9)	0,5
Carteira de Crédito Interna	328.006		284.249		282.907			
Carteira de Crédito Externa	33.881		24.022		23.937			
Garantias	17.770		13.945		14.150			
TVM	41.717		34.822		37.685			
Total	421.374		357.038		358.679			

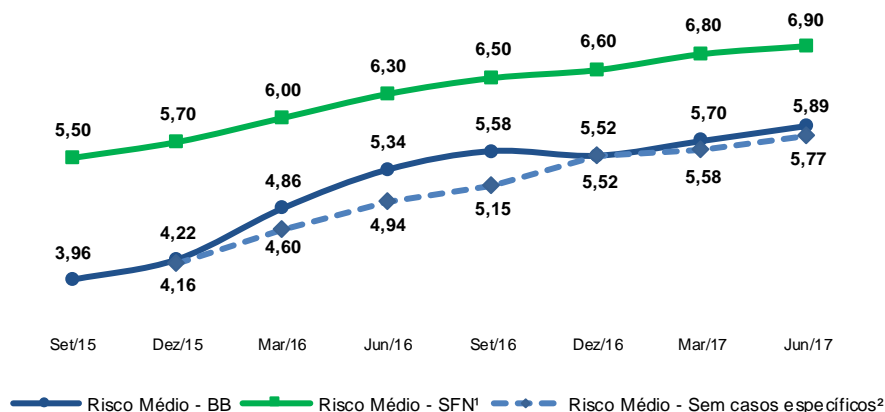
3.2. Qualidade do Crédito

Todas as segmentações do risco da carteira de crédito nesta seção referem-se à Carteira Classificada (Resolução CMN nº 2.682/99), exceto se indicado de outra forma.

O Banco do Brasil mantém um consistente processo de avaliação e acompanhamento do risco de crédito nas operações realizadas com clientes. O principal indicador de qualidade da carteira de crédito é o Risco Médio, que demonstra a relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada.

O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica do risco médio da carteira do Banco do Brasil e sua comparação direta com o Sistema Financeiro Nacional (SFN). O patamar continua inferior ao do SFN.

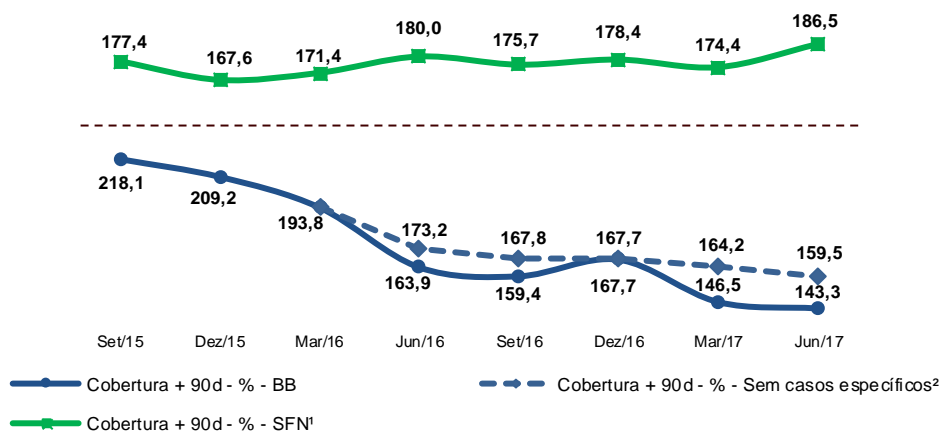
Figura 28. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



1 - Indicador elaborado através do Índice de Risco Médio, disponível no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil.
 2 - Simulação excluindo o efeito de casos específicos.

A seguir é apresentado o índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias, que exprime a relação entre o saldo total de provisão (mínima, complementar e adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias. É válido ressaltar que o Banco possui níveis de provisões suficientes para suportar eventuais mudanças de cenários, como elevação do nível de inadimplência.

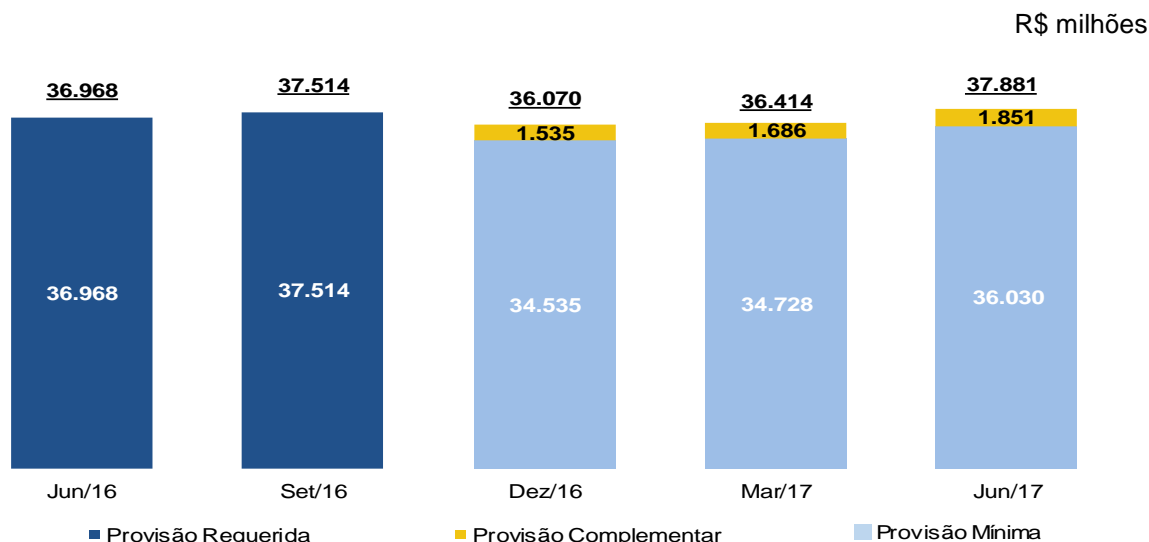
Figura 29. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada



1 - Indicador elaborado através do Índice de Risco Médio, disponível no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil.
 2 - Simulação excluindo o efeito de casos específicos.

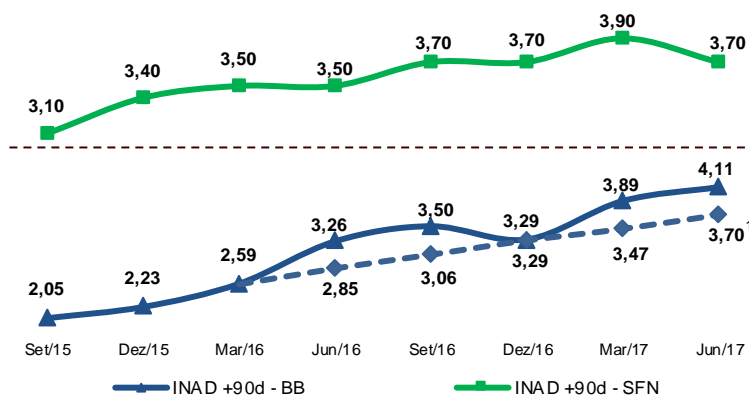
Na figura a seguir, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é detalhada segregando-se as provisões mínima, complementar e requerida. No padrão contábil brasileiro (BR GAAP), o Banco do Brasil realiza provisão de crédito sobre sua carteira seguindo o modelo estatístico de provisão de risco conforme a Resolução CMN nº 2.682/99.

Figura 30. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada



O índice de inadimplência (INAD +90d) compreende a relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada.

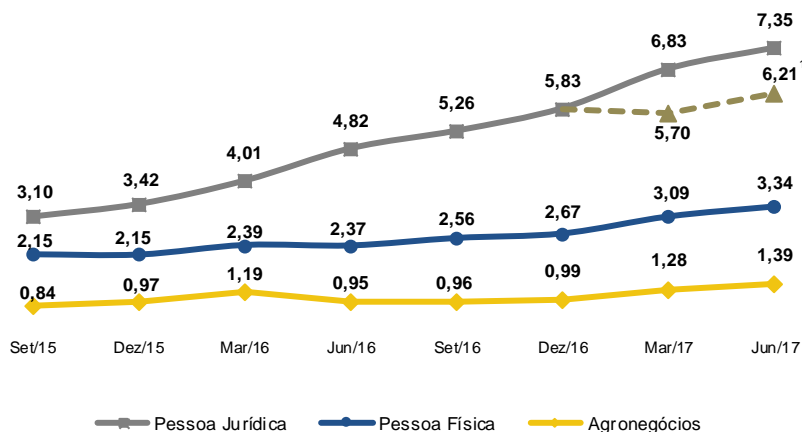
Figura 31. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada



1 - Simulação excluindo o efeito de casos específicos.

A seguir são apresentadas as inadimplências por segmento de atuação do BB. Excluindo-se o efeito da redução da carteira PJ e de caso específico de inadimplência, o INAD +90d da carteira PJ seria de 6,08% em Jun/17.

Figura 32. INAD +90 por segmento – em % da Carteira de Crédito Classificada Interna

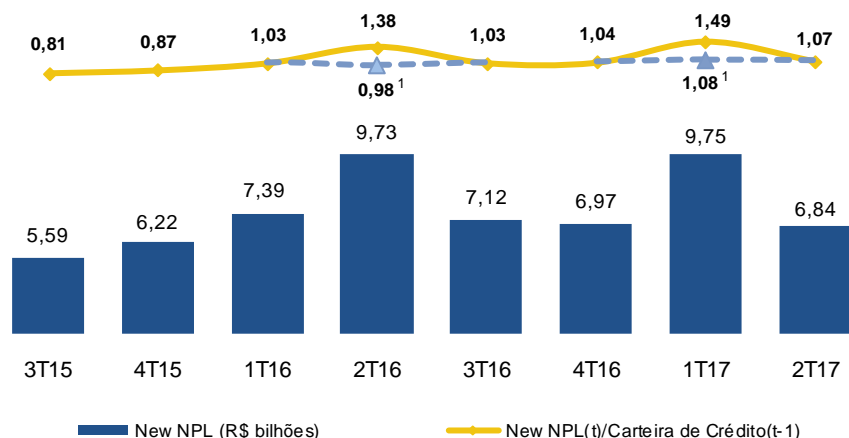


1 - Simulação excluindo o efeito de caso específico.

No gráfico a seguir é possível observar o indicador New NPL/Carteira de Crédito que representa uma tendência da futura inadimplência. O indicador é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito classificada do trimestre imediatamente anterior.

É válido ressaltar que as baixas de operações para prejuízo seguem rigorosamente as determinações da Resolução CMN nº 2.682/99. As operações classificadas em risco H são contabilizadas como perdas somente depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior.

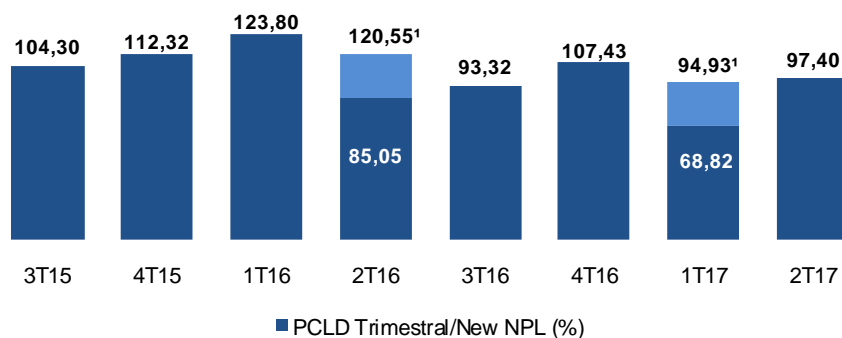
Figura 33. New NPL – % da Carteira de Crédito Classificada



1 - Simulação excluindo o efeito de casos específicos.

No gráfico a seguir é apresentada a relação entre a despesa trimestral de PCLD e o *New NPL*, representando seu índice de cobertura.

Figura 34. Despesa Trimestral de PCLD sobre *New NPL* (Cobertura)



1 - Simulação excluindo o efeito de casos específicos.

Os resultados alcançados com a gestão do risco da carteira de crédito, aliados ao baixo índice de inadimplência e histórico de cobertura da PCLD elevado, têm permitido o contínuo aprimoramento das metodologias de classificação de risco das operações de crédito do Banco.

No 4T16 e 1T17, o BB implementou melhorias na classificação por *rating*, estabelecendo indicadores intermediários aos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN 2.682/99. O saldo desses indicadores intermediários é apresentado na coluna Provisão Complementar da tabela a seguir.

Tabela 54. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/16					Jun/17				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	343.702	-	-	-	49,6	297.661	-	-	-	46,3
A	132.192	-	-	661	19,2	91.552	458	46	504	14,2
B	120.082	-	-	1.201	17,4	133.109	1.331	493	1.824	20,7
C	39.567	-	-	1.187	5,7	63.470	1.904	1.160	3.064	9,9
D	8.465	-	-	847	1,2	11.911	1.191	152	1.343	1,9
E	15.443	-	-	4.633	2,2	12.624	3.787	-	3.787	2,0
F	5.161	-	-	2.580	0,7	5.943	2.971	-	2.971	0,9
G	4.537	-	-	3.176	0,7	7.293	5.105	-	5.105	1,1
H	22.684	-	-	22.684	3,3	19.283	19.283	-	19.283	3,0
Total	691.832	-	-	36.968	100,0	642.846	36.030	1.851	37.881	100,0
AA-C	635.543	-	-	3.049	91,9	585.793	3.693	1.699	5.392	91,1
D-H	56.289	-	-	33.919	8,1	57.053	32.338	152	32.489	8,9
	Mar/17					Jun/17				
AA	307.437	-	-	-	48,2	297.661	-	-	-	46,3
A	92.266	461	41	502	14,5	91.552	458	46	504	14,2
B	108.754	1.088	304	1.391	17,0	133.109	1.331	493	1.824	20,7
C	68.783	2.063	1.096	3.159	10,8	63.470	1.904	1.160	3.064	9,9
D	16.477	1.648	246	1.894	2,6	11.911	1.191	152	1.343	1,9
E	14.175	4.253	-	4.253	2,2	12.624	3.787	-	3.787	2,0
F	6.559	3.279	-	3.279	1,0	5.943	2.971	-	2.971	0,9
G	6.493	4.545	-	4.545	1,0	7.293	5.105	-	5.105	1,1
H	17.391	17.391	-	17.391	2,7	19.283	19.283	-	19.283	3,0
Total	638.336	34.728	1.686	36.414	100,0	642.846	36.030	1.851	37.881	100,0
AA-C	577.241	3.612	1.440	5.052	90,4	585.793	3.693	1.699	5.392	91,1
D-H	61.095	31.116	246	31.362	9,6	57.053	32.338	152	32.489	8,9

1 - Provisão mínima requerida pela Resolução CMN 2.682/99.

Na próxima tabela é apresentada a PCLD na visão trimestral, bem como a carteira classificada média, além dos indicadores de despesa sobre a carteira.

Tabela 55. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada

R\$ milhões, exceto quando indicado	Saldo					Var. %	
	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17	s/ 2T16	s/ 1T17
Despesas de PCLD							
(A) BB - 12 meses	(30.248)	(31.056)	(31.552)	(29.119)	(27.501)	(9,1)	(5,6)
(B) BB - 3 meses	(8.277)	(6.644)	(7.486)	(6.713)	(6.658)	(19,6)	(0,8)
Média da Carteira Classificada							
(C) BB - 12 meses	704.002	700.764	688.845	671.794	657.319	(6,6)	(2,2)
(D) BB - 3 meses	698.644	682.031	662.757	644.413	638.228	(8,6)	(1,0)
Recuperação de Operações em Perdas							
(E) 12 meses	4.211	4.459	4.571	4.666	4.677	11,1	0,2
(F) Trimestral	1.384	968	1.359	956	1.394	0,8	45,9
Índices de PCLD - %							
(A/C) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 12M	4,30	4,43	4,58	4,33	4,18		
(B/D) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 3M	1,18	0,97	1,13	1,04	1,04		

A seguir apresentamos resumo dos principais indicadores de gestão do risco de crédito, alguns já mencionados anteriormente.

Tabela 56. Índices de Atraso da Carteira Classificada

R\$ milhões, exceto quando indicado	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Carteira de Crédito Classificada	691.832	672.638	653.591	638.336	642.846
Operações Vencidas + 15 dias	33.896	39.921	37.032	44.088	38.848
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	4,90	5,94	5,67	6,91	6,04
Op. Venc. + 15 dias/Cart. de Crédito - % sem casos específicos	4,49	5,50	5,27	6,49	5,63
Operações Vencidas + 60 dias	25.722	27.559	25.134	30.354	29.807
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	3,72	4,10	3,85	4,76	4,64
Op. Venc. + 60 dias/Cart. de Crédito - % sem casos específicos	3,30	3,66	3,85	4,33	4,22
Op. Vencidas + 15-59 dias/Carteira de Crédito - %	1,18	1,84	1,82	2,15	1,41
Operações Vencidas + 90 dias	22.559	23.535	21.504	24.853	26.435
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %	3,26	3,50	3,29	3,89	4,11
Op. Venc. + 90 dias/Cart. de Créd. - % sem caso específicos	2,85	3,06	3,29	3,47	3,70
Op. Vencidas + 15-89 dias/Carteira de Crédito - %	1,64	2,44	2,38	3,01	1,93
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - SFN - %	3,50	3,70	3,70	3,90	3,70
Baixa para Prejuízo	5.434	6.143	9.000	6.405	5.253
Baixa para Prejuízo - sem casos específicos			6.078		
Recuperação de Operações em Perdas	(1.384)	(968)	(1.359)	(956)	(1.394)
Recuperação/Baixa para Prejuízo - %	25,46	15,75	15,10	14,93	26,54
Saldo Perda	4.050	5.176	7.641	5.449	3.859
Saldo Perda/Carteira de Crédito - anualizado - %	2,36	3,11	4,76	3,46	2,42
Saldo Perda/Carteira de Crédito - anualizado - % - sem casos específicos			2,92		
Provisão (Mínima + Complementar + Adicional)	36.968	37.514	36.070	36.414	37.881
Provisão/Carteira de Crédito - %	5,34	5,58	5,52	5,70	5,89
Provisão/Op. Vencidas + 15 dias - %	109,06	93,97	97,40	82,59	97,51
Provisão/Op. Vencidas + 60 dias - %	143,72	136,12	143,51	119,97	127,09
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias - %	163,87	159,39	167,74	146,52	143,30

3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito classificada BB pessoa física, a respectiva movimentação da PCLD e a inadimplência de mais de 90 dias são apresentadas.

Tabela 57. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/16					Jun/17				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	66.036	-	-	-	34,9	42.376	-	-	-	22,8
A	49.879	-	-	249	26,4	25.776	129	16	145	13,9
B	47.845	-	-	478	25,3	70.383	704	314	1.017	37,9
C	12.721	-	-	382	6,7	31.646	949	677	1.626	17,1
D	2.568	-	-	257	1,4	5.197	520	96	616	2,8
E	2.038	-	-	612	1,1	2.103	631	-	631	1,1
F	1.419	-	-	710	0,8	1.347	673	-	673	0,7
G	1.207	-	-	845	0,6	1.437	1.006	-	1.006	0,8
H	5.509	-	-	5.509	2,9	5.267	5.267	-	5.267	2,8
Total	189.222	-	-	9.041	100,0	185.530	9.878	1.103	10.981	100,0
AA-C	176.481	-	-	1.109	93,3	170.180	1.782	1.007	2.789	91,7
D-H	12.742	-	-	7.932	6,7	15.350	8.096	96	8.192	8,3
	Mar/17					Jun/17				
AA	56.560	-	-	-	30,6	42.376	-	-	-	22,8
A	36.899	184	8	192	20,0	25.776	129	16	145	13,9
B	45.360	454	123	577	24,6	70.383	704	314	1.017	37,9
C	27.210	816	547	1.363	14,7	31.646	949	677	1.626	17,1
D	8.682	868	183	1.051	4,7	5.197	520	96	616	2,8
E	2.171	651	-	651	1,2	2.103	631	-	631	1,1
F	1.584	792	-	792	0,9	1.347	673	-	673	0,7
G	1.336	935	-	935	0,7	1.437	1.006	-	1.006	0,8
H	4.950	4.950	-	4.950	2,7	5.267	5.267	-	5.267	2,8
Total	184.752	9.651	861	10.512	100,0	185.530	9.878	1.103	10.981	100,0
AA-C	166.029	1.454	678	2.132	89,9	170.180	1.782	1.007	2.789	91,7
D-H	18.723	8.196	183	8.379	10,1	15.350	8.096	96	8.192	8,3

1 - Provisão mínima requerida pela Resolução CMN 2.682/99.

Tabela 58. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF

R\$ milhões, exceto quando indicado	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Carteira de Crédito Classificada PF	189.222	187.144	187.431	184.752	185.530
Provisão Inicial	9.010	9.041	9.144	9.993	10.512
1 - Migração de Risco	1.132	1.409	1.908	1.406	1.355
a) Piora de Risco	2.214	2.228	3.939	2.010	2.827
b) Melhora de Risco	(1.081)	(818)	(2.032)	(604)	(1.472)
2 - Contratações	391	171	387	297	419
3 - Perdas	(1.251)	(1.309)	(1.357)	(1.159)	(1.274)
Total (1 + 2 + 3)	272	272	938	544	500
Outros Impactos ¹	(241)	(169)	(88)	(26)	(31)
Provisão Exigida (Res. CMN nº 2.682)	9.041	9.144	9.993	10.512	10.981
Despesas de Provisão - R\$ milhões	1.282	1.411	2.207	1.677	1.743
Provisão/Carteira - %	4,82	4,89	5,33	5,69	5,92
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,68	0,75	1,18	0,91	0,94
Op. Vencidas +15 dias/Carteira - %	4,55	5,97	5,26	6,94	6,46
Op. Vencidas +90 dias/Carteira - %	2,37	2,56	2,67	3,09	3,34

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio.

Tabela 59. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito

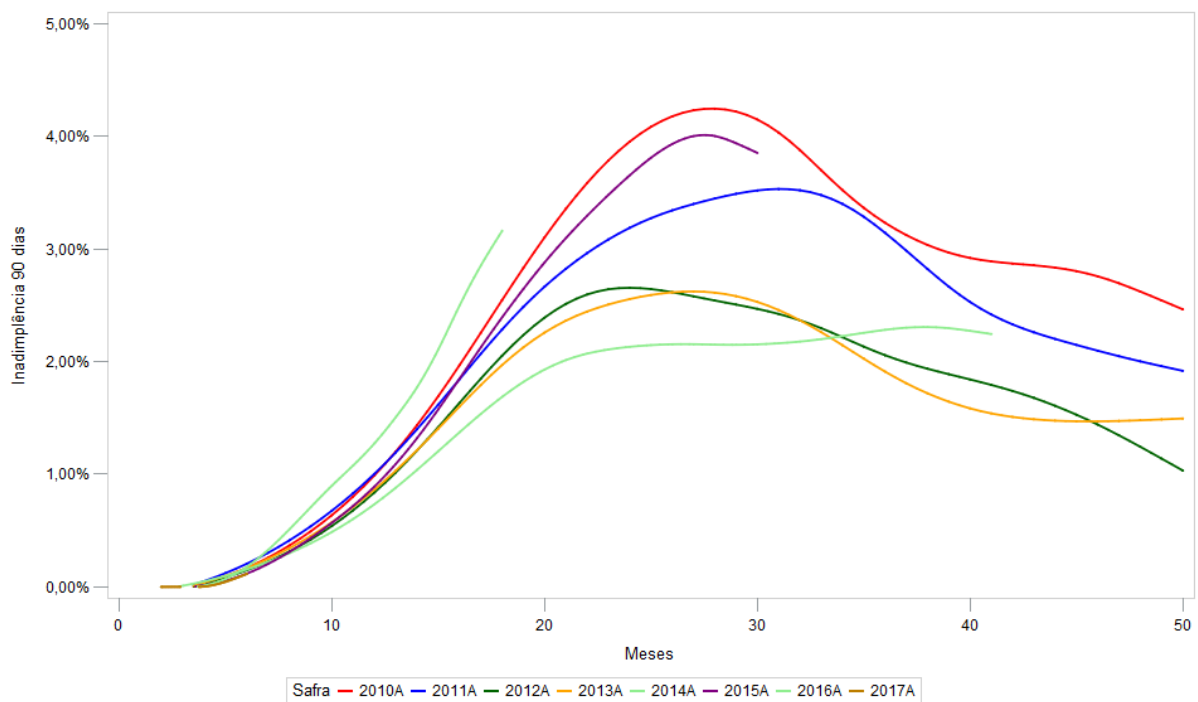
	Jun/16		Mar/17		Jun/17	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Física	2,37	100,0	3,09	100,0	3,34	100,0
Crédito Consignado	1,25	34,0	1,45	34,2	1,82	34,9
Financiamento Imobiliário	1,29	21,0	2,09	23,1	2,15	23,2
Cartão de Crédito	3,34	12,1	3,43	12,9	3,47	12,7
CDC Salário	2,61	10,8	3,54	10,7	4,94	10,7
Financiamento de Veículos	0,88	12,2	1,20	9,6	1,29	8,8

Acompanhamento por Safras

No gráfico seguinte é apresentado o acompanhamento da inadimplência da carteira de crédito de pessoas físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da carteira do que os indicadores tradicionais, permitindo avaliar, ao longo do tempo, como se comporta a inadimplência do conjunto de operações contratadas em determinado período.

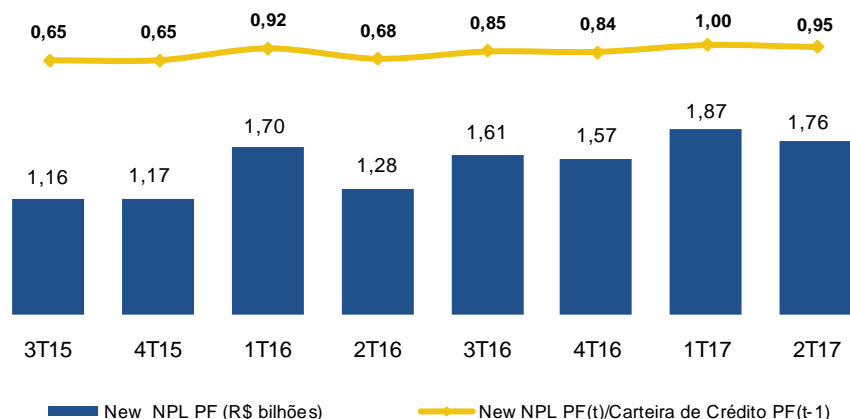
Para o cálculo da inadimplência são consideradas as operações vencidas há mais de 90 dias. Em relação ao saldo da carteira de crédito pessoa física, ressalta-se que as operações de cheque especial e cartão de crédito são desconsideradas.

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras na periodicidade anual, facilitando a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 35. Safra Anual – Crédito Pessoa Física

O gráfico abaixo detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito pessoa física nos últimos 8 trimestres.

Figura 36. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Física



3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito classificada BB pessoa jurídica e a respectiva movimentação da PCLD são apresentadas.

Tabela 60. Carteira de Crédito Classificada BB PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/16					Jun/17				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	153.977	-	-	-	56,0	129.395	-	-	-	55,3
A	37.892	-	-	189	13,8	24.523	123	10	133	10,5
B	32.131	-	-	321	11,7	24.599	246	107	353	10,5
C	18.100	-	-	543	6,6	20.491	615	368	982	8,8
D	5.231	-	-	523	1,9	5.257	526	42	567	2,2
E	10.732	-	-	3.220	3,9	9.437	2.831	-	2.831	4,0
F	3.156	-	-	1.578	1,1	3.929	1.964	-	1.964	1,7
G	2.817	-	-	1.972	1,0	5.303	3.712	-	3.712	2,3
H	10.838	-	-	10.838	3,9	11.145	11.145	-	11.145	4,8
Total	274.875	-	-	19.185	100,0	234.078	21.161	526	21.688	100,0
AA-C	242.100	-	-	1.054	88,1	199.008	983	484	1.468	85,0
D-H	32.775	-	-	18.131	11,9	35.070	20.178	42	20.220	15,0

R\$ milhões	Mar/17					Jun/17				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	131.041	-	-	-	54,9	129.395	-	-	-	55,3
A	15.001	75	10	85	6,3	24.523	123	10	133	10,5
B	27.701	277	112	389	11,6	24.599	246	107	353	10,5
C	29.233	877	447	1.324	12,2	20.491	615	368	982	8,8
D	6.422	642	53	696	2,7	5.257	526	42	567	2,2
E	10.786	3.236	-	3.236	4,5	9.437	2.831	-	2.831	4,0
F	4.143	2.071	-	2.071	1,7	3.929	1.964	-	1.964	1,7
G	4.639	3.248	-	3.248	1,9	5.303	3.712	-	3.712	2,3
H	9.861	9.861	-	9.861	4,1	11.145	11.145	-	11.145	4,8
Total	238.827	20.287	623	20.910	100,0	234.078	21.161	526	21.688	100,0
AA-C	202.976	1.229	569	1.798	85,0	199.008	983	484	1.468	85,0
D-H	35.851	19.058	53	19.111	15,0	35.070	20.178	42	20.220	15,0

1 - Provisão mínima requerida pela Resolução CMN 2.682/99.

Tabela 61. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ

R\$ milhões, exceto quando indicado	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Carteira de Crédito Classificada PJ	274.875	263.539	249.204	238.827	234.078
Provisão Inicial	16.665	19.185	19.561	21.183	20.910
1 - Migração de Risco	5.407	4.743	5.185	4.379	3.869
a) Fora de Risco	6.455	5.504	6.370	5.681	5.181
b) Melhora de Risco	(1.049)	(760)	(1.184)	(1.302)	(1.312)
2 - Contratações	468	337	433	118	195
3 - Perdas	(3.274)	(3.994)	(3.896)	(4.643)	(3.201)
Total (1 + 2 + 3)	2.601	1.086	1.722	(147)	863
Outros Impactos ¹	(81)	(710)	(101)	(127)	(85)
Provisão Exigida (Res. CMN nº 2.682)	19.185	19.561	21.183	20.910	21.688
Despesas de Provisão - R\$ milhões	5.794	4.370	5.517	4.370	3.979
Provisão/Carteira - %	6,98	7,42	8,50	8,76	9,27
Fluxo da Provisão/Carteira - %	2,11	1,66	2,21	1,83	1,70
Op. Vencidas +15 dias/Carteira - %	7,09	8,47	9,29	11,09	9,41
Op. Vencidas +90 dias/Carteira - %	4,82	5,26	5,83	6,83	7,35
Op. Vencidas + 90d - % - Sem caso específico	4,82	5,26	5,83	5,70	6,21

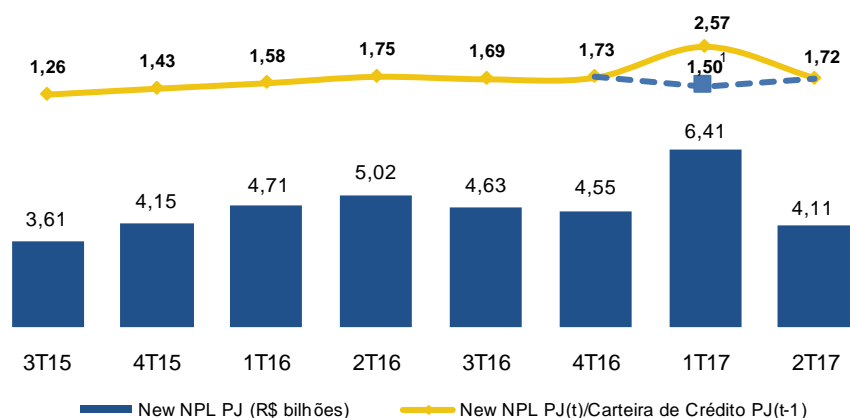
1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas aos clientes pessoas jurídicas do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio.

Tabela 62. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito

	Jun/16		Mar/17		Jun/17	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Jurídica	4,82	100,0	6,83	100,0	7,35	100,0
Capital de Giro	3,32	48,9	4,98	49,1	5,21	49,0
Investimento	1,68	22,7	2,03	24,2	3,30	24,1
ACC/ACE	0,38	6,6	0,61	5,3	0,05	5,8
Recebíveis	4,21	4,0	5,59	3,1	6,01	3,2

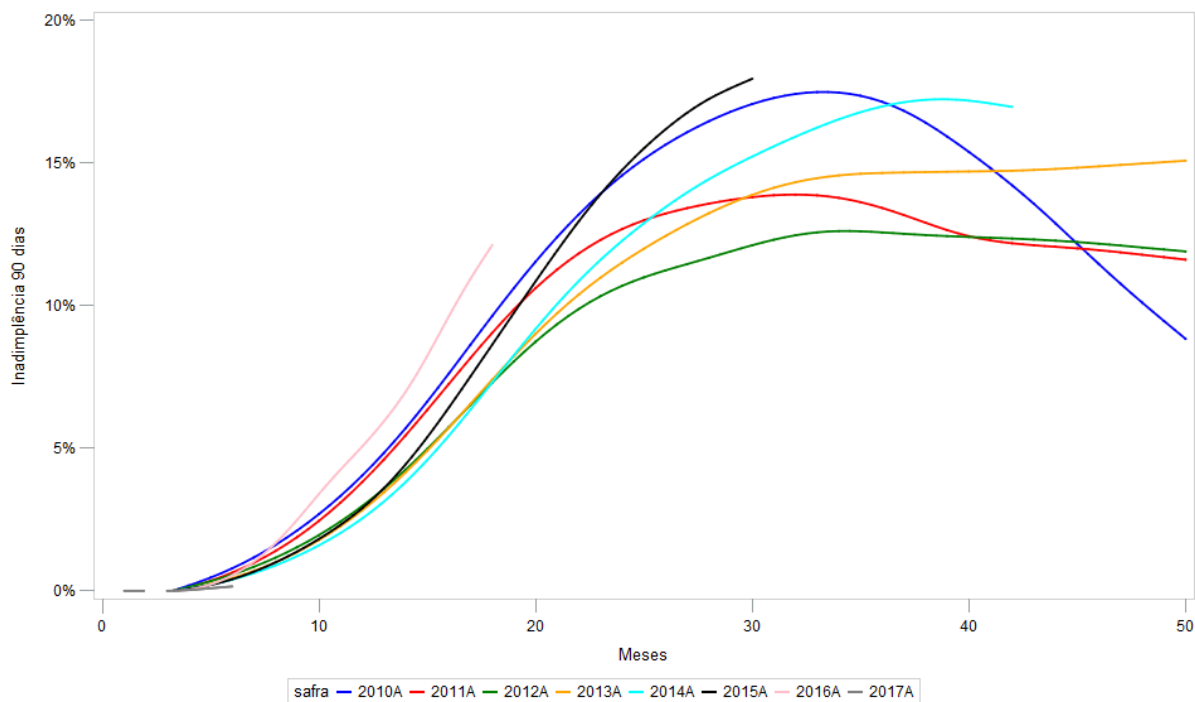
O gráfico abaixo detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito pessoa jurídica nos últimos 8 trimestres.

Figura 37. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

1 - Simulação excluindo o efeito de caso específico.

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras de crédito MPE na periodicidade anual, facilitando a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 38. Safra Anual – Carteira MPE



3.2.3. Carteira de Agronegócios

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito classificada de agronegócios por nível de risco.

Tabela 63. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/16					Jun/17				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	98.595	-	-	-	53,7	104.078	-	-	-	55,5
A	36.106	-	-	181	19,7	33.834	169	20	189	18,0
B	33.452	-	-	335	18,2	32.833	328	73	401	17,5
C	8.246	-	-	247	4,5	11.133	334	115	449	5,9
D	627	-	-	63	0,3	1.368	137	14	151	0,7
E	2.663	-	-	799	1,5	1.069	321	-	321	0,6
F	565	-	-	283	0,3	659	329	-	329	0,4
G	507	-	-	355	0,3	543	380	-	380	0,3
H	2.792	-	-	2.792	1,5	2.148	2.148	-	2.148	1,1
Total	183.553	-	-	5.054	100,0	187.665	4.147	222	4.368	100,0
AA-C	176.399	-	-	762	96,1	181.878	831	208	1.039	96,9
D-H	7.154	-	-	4.291	3,9	5.787	3.315	14	3.329	3,1

R\$ milhões	Mar/17					Jun/17				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	99.329	-	-	-	55,4	104.078	-	-	-	55,5
A	32.746	164	23	187	18,2	33.834	169	20	189	18,0
B	30.638	306	68	374	17,1	32.833	328	73	401	17,5
C	11.038	331	101	432	6,2	11.133	334	115	449	5,9
D	1.301	130	10	140	0,7	1.368	137	14	151	0,7
E	1.207	362	-	362	0,7	1.069	321	-	321	0,6
F	708	354	-	354	0,4	659	329	-	329	0,4
G	509	356	-	356	0,3	543	380	-	380	0,3
H	1.954	1.954	-	1.954	1,1	2.148	2.148	-	2.148	1,1
Total	179.431	3.958	202	4.160	100,0	187.665	4.147	222	4.368	100,0
AA-C	173.751	801	192	993	96,8	181.878	831	208	1.039	96,9
D-H	5.679	3.157	10	3.167	3,2	5.787	3.315	14	3.329	3,1

1 - Provisão mínima requerida pela Resolução CMN 2.682/99.

Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas aos clientes do agronegócio e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio.

Tabela 64. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito

	Jun/16		Mar/17		Jun/17	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Agronegócios	0,95	100,0	1,28	100,0	1,39	100,0
Pronaf	1,32	22,1	1,53	23,6	1,96	22,9
Custeio Agropecuário	0,98	20,6	1,13	21,1	1,02	21,6
Pronamp	1,52	13,6	2,38	13,8	2,75	13,4
BNDES/Finame Rural	0,63	5,1	1,07	4,9	1,14	4,6

As próximas tabelas apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa física por nível de risco e a movimentação da PCLD relativa a tais operações.

Tabela 65. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão			Part. %	Saldo	Provisão			Part. %	
		Mínima ¹	Complementar	Requerida			Mínima ¹	Complementar	Requerida		
Jun/16						Jun/17					
AA	68.987	-	-	-	52,9	73.752	-	-	-	53,2	
A	19.598	-	-	98	15,0	20.796	104	19	123	15,0	
B	30.986	-	-	310	23,7	30.516	305	66	371	22,0	
C	3.957	-	-	119	3,0	7.995	240	114	354	5,8	
D	622	-	-	62	0,5	1.356	136	14	150	1,0	
E	2.608	-	-	782	2,0	1.045	314	-	314	0,8	
F	542	-	-	271	0,4	630	315	-	315	0,5	
G	462	-	-	324	0,4	512	358	-	358	0,4	
H	2.712	-	-	2.712	2,1	2.113	2.113	-	2.113	1,5	
Total	130.475	-	-	4.678	100,0	138.715	3.884	214	4.098	100,0	
AA-C	123.528	-	-	527	94,7	133.060	649	200	849	95,9	
D-H	6.946	-	-	4.151	5,3	5.656	3.235	14	3.249	4,1	
Mar/17						Jun/17					
AA	71.950	-	-	-	53,7	73.752	-	-	-	53,2	
A	20.186	101	22	123	15,1	20.796	104	19	123	15,0	
B	28.470	285	62	347	21,2	30.516	305	66	371	22,0	
C	7.873	236	100	336	5,9	7.995	240	114	354	5,8	
D	1.271	127	10	137	0,9	1.356	136	14	150	1,0	
E	1.189	357	-	357	0,9	1.045	314	-	314	0,8	
F	678	339	-	339	0,5	630	315	-	315	0,5	
G	472	330	-	330	0,4	512	358	-	358	0,4	
H	1.922	1.922	-	1.922	1,4	2.113	2.113	-	2.113	1,5	
Total	134.010	3.697	195	3.891	100,0	138.715	3.884	214	4.098	100,0	
AA-C	128.479	622	185	807	95,9	133.060	649	200	849	95,9	
D-H	5.531	3.075	10	3.084	4,1	5.656	3.235	14	3.249	4,1	

1 - Provisão mínima requerida pela Resolução CMN 2.682/99.

Tabela 66. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF

R\$ milhões, exceto quando indicado	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PF	130.475	128.523	130.785	134.010	138.715
Provisão Inicial	5.093	4.678	4.757	3.763	3.891
1 - Migração de Risco	488	812	(283)	575	769
a) Piora de Risco	1.235	1.290	1.658	1.138	1.356
b) Melhora de Risco	(747)	(478)	(1.941)	(563)	(587)
2 - Contratações	90	81	159	62	90
3 - Perdas	(717)	(667)	(648)	(473)	(533)
Total (1 + 2 + 3)	(139)	226	(772)	165	326
Outros Impactos ¹	(276)	(147)	(223)	(36)	(119)
Provisão Exigida (Res. CMN nº 2.682)	4.678	4.757	3.763	3.891	4.098
Despesas de Provisão - R\$ milhões	302	746	(346)	602	740
Provisão/Carteira - %	3,59	3,70	2,88	2,90	2,95
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,23	0,58	(0,26)	0,45	0,53

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

As tabelas a seguir apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa jurídica por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 67. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/16					Jun/17				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	29.608	-	-	-	55,8	30.326	-	-	-	62,0
A	16.508	-	-	83	31,1	13.037	65	1	66	26,6
B	2.465	-	-	25	4,6	2.317	23	6	29	4,7
C	4.289	-	-	129	8,1	3.138	94	1	95	6,4
D	4	-	-	0	0,0	12	1	-	1	0,0
E	55	-	-	17	0,1	23	7	-	7	0,0
F	24	-	-	12	0,0	29	14	-	14	0,1
G	45	-	-	31	0,1	32	22	-	22	0,1
H	80	-	-	80	0,2	35	35	-	35	0,1
Total	53.078	-	-	376	100,0	48.949	262	8	270	100,0
AA-C	52.870	-	-	236	99,6	48.819	182	8	190	99,7
D-H	208	-	-	140	0,4	131	80	(0)	80	0,3

R\$ milhões	Mar/17					Jun/17				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	27.380	-	-	-	60,3	30.326	-	-	-	62,0
A	12.559	63	1	63	27,7	13.037	65	1	66	26,6
B	2.168	22	6	27	4,8	2.317	23	6	29	4,7
C	3.166	95	1	96	7,0	3.138	94	1	95	6,4
D	30	3	-	3	0,1	12	1	-	1	0,0
E	19	6	-	6	0,0	23	7	-	7	0,0
F	30	15	-	15	0,1	29	14	-	14	0,1
G	37	26	-	26	0,1	32	22	-	22	0,1
H	33	33	-	33	0,1	35	35	-	35	0,1
Total	45.421	262	7	269	100,0	48.949	262	8	270	100,0
AA-C	45.272	179	7	187	99,7	48.819	182	8	190	99,7
D-H	148	82	-	82	0,3	131	80	(0)	80	0,3

1 - Provisão mínima requerida pela Resolução CMN 2.682/99.

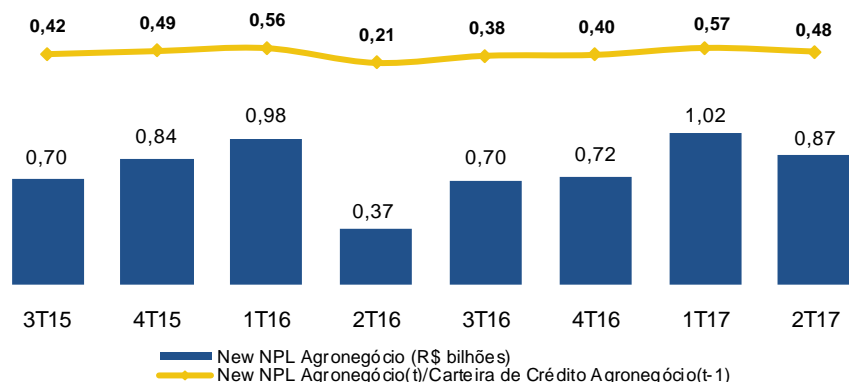
Tabela 68. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ

R\$ milhões, exceto quando indicado	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PJ	53.078	50.326	48.327	45.421	48.949
Provisão Inicial	320	376	294	295	269
1 - Migração de Risco	90	40	10	3	10
a) Flora de Risco	120	75	39	56	29
b) Melhora de Risco	(30)	(36)	(29)	(54)	(19)
2 - Contratações	8	3	17	3	14
3 - Perdas	(38)	(66)	(9)	(31)	(7)
Total (1 + 2 + 3)	60	(24)	19	(25)	17
Outros Impactos ¹	(4)	(58)	(17)	(1)	(16)
Provisão Exigida (Res. CMN nº 2.682)	376	294	295	269	270
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	94	(16)	10	4	8
Provisão/Carteira - %	0,71	0,58	0,61	0,59	0,55
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,18	(0,03)	0,02	0,01	0,02

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

O gráfico abaixo detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito do agronegócio nos últimos 8 trimestres.

Figura 39. New NPL – Carteira de Crédito do Agronegócio



Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas

O risco médio da carteira é influenciado pelas operações prorrogadas, principalmente entre os anos de 2005 e 2007, com saldo total de R\$ 7.433 milhões em junho/17. A Resolução CMN nº 2.682/99, que disciplina a classificação de risco e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estabelece a manutenção do risco das operações renegociadas no nível de risco observado à época da renegociação. Em função desta regra, as operações renegociadas majoram o risco médio da carteira de crédito.

Na tabela a seguir, a carteira de crédito classificada de agronegócios, no 2T17, é segregada em operações prorrogadas e não prorrogadas. Verifica-se que as operações em atraso acima de 90 dias (risco BB+Terceiros) representam 1,21% da carteira total não prorrogada em junho/17, enquanto que esse mesmo indicador para as operações prorrogadas alcançou 4,86%.

Tabela 69. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio

R\$ milhões	Operações Não Prorrogadas ¹			Operações Prorrogadas ¹		
	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90
AA	103.155	-	38	924	-	-
A	33.205	185	(0)	628	4	0
B	30.739	375	1	2.094	26	0
C	9.547	378	124	1.586	72	3
D	783	84	211	585	66	12
E	494	148	237	575	173	38
F	441	220	281	218	109	28
G	356	249	238	188	131	50
H	1.513	1.513	1.051	635	635	231
Total	180.231	3.152	2.181	7.433	1.216	361
AA-C	176.646	937	163	5.232	102	3
D-H	3.585	2.215	2.018	2.201	1.114	358

1 - As operações em atraso no nível AA referem-se a crédito com risco de terceiros.

Na tabela seguinte são apresentados os saldos, índice de inadimplência 90 dias e risco médio da carteira classificada de agronegócio segmentada em carteira total, prorrogada e não prorrogada.

Tabela 70. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios

R\$ milhões	Jun/16	Set/16	Dez/16	Mar/17	Jun/17
Carteira de Crédito Classificada	183.553	178.848	179.111	179.431	187.665
Provisão	5.054	5.051	4.058	4.160	4.368
Operações Vencidas + 15 dias	2.662	3.203	3.238	4.122	4.204
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	1,45	1,79	1,81	2,30	2,24
Operações Vencidas + 90 dias	1.743	1.709	1.773	2.290	2.616
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - % ¹	0,95	0,96	0,99	1,28	1,39
Provisão/Carteira de Crédito - %	2,75	2,82	2,27	2,32	2,33
Baixa para Prejuízo	765	694	476	262	551
Op. não Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	178.221	173.023	172.196	172.835	180.231
Provisão	4.106	4.084	2.968	3.084	3.152
Operações Vencidas + 90 dias	1.468	1.466	1.511	1.964	2.181
Op. Vencidas + 90 dias/Operações não Prorrogadas - %	0,82	0,85	0,88	1,14	1,21
Provisão/Operações não Prorrogadas - %	2,30	2,36	1,72	1,78	1,75
Baixa para Prejuízo	637	595	408	208	433
Op. Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	5.332	5.825	6.915	6.595	7.433
Provisão	947	967	1.089	1.076	1.216
Operações Vencidas + 90 dias	273	193	238	326	361
Op. Vencidas + 90 dias/Operações Prorrogadas - %	5,11	3,31	3,45	4,94	4,86
Provisão/Operações Prorrogadas - %	17,76	16,60	15,75	16,31	16,36
Baixa para Prejuízo	128	99	68	53	118
Simulação Op. não Pror. sem Efeito Arrasto das Pror.					
a - Risco BB + Terceiros	177.828	172.629	171.794	172.834	180.230
b - Provisão	1.434	1.430	1.477	1.964	2.181
Risco Médio (b/a) - %	0,81	0,83	0,86	1,14	1,21

1 - No cálculo do índice foi computado o atraso proveniente de operações com risco de terceiros.

3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior

A tabela a seguir demonstra a carteira de crédito no exterior por nível de risco.

Tabela 71. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/16			Mar/17			Jun/17		
	Saldo	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Requerida	Part. %
AA	25.094	-	56,8	20.507	-	58,1	21.812	-	61,3
A	8.315	42	18,8	7.620	38	21,6	7.419	37	20,9
B	6.654	67	15,1	5.056	51	14,3	5.295	53	14,9
C	500	15	1,1	1.302	39	3,7	200	6	0,6
D	39	4	0,1	72	7	0,2	89	9	0,2
E	8	3	0,0	11	3	0,0	16	5	0,0
F	20	10	0,0	123	62	0,3	8	4	0,0
G	6	4	0,0	9	6	0,0	9	7	0,0
H	3.545	3.545	8,0	627	627	1,8	724	724	2,0
Total	44.181	3.688	100,0	35.327	833	100,0	35.573	845	100,0
AA-C	40.564	123	91,8	34.485	128	97,6	34.727	96	97,6
D-H	3.617	3.565	8,2	842	705	2,4	846	748	2,4

1 - Provisão mínima requerida pela Resolução CMN 2.682/99.

3.3. Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos

3.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O tratamento das operações em curso anormal é realizado em três fases: condução, cobrança e regularização/recuperação.

- I. A condução busca evitar a inadimplência de forma preventiva;
- II. A cobrança tem como objetivo regularizar, no menor tempo possível, a operação inadimplente, o que reduz os custos de cobrança e provisão, além de manter o bom relacionamento com o cliente;
- III. A regularização e recuperação tem como finalidade minimizar as perdas e regularizar e recuperar o maior montante possível.

3.3.2. O Processo de Cobrança e Regularização de Créditos

O Banco do Brasil utiliza modelos quantitativos próprios, que em conjunto com plataformas automatizadas de cobrança e regularização, monitoram e gerenciam o comportamento dos clientes que ficam ou que venham a ficar inadimplentes.

Os perfis desses clientes são estatisticamente identificados a partir do seu comportamento histórico em relação às ações de cobrança, o que resulta na determinação da probabilidade de regularização dos créditos em atraso, e são classificados como aqueles com:

- I. Alta probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos;
- II. Probabilidade intermediária de regularizar seus créditos inadimplidos;
- III. Baixa probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos.

A partir da análise de informações e variáveis são determinadas as ações, canais, política de renegociação e desconto, cessões de crédito, que sustentam o modelo de cobrança e regularização de crédito do BB.

O modelo conceitual que sustenta o processo baseia-se nas seguintes premissas:

- I. Perfil do cliente: as ações são definidas em função do perfil do cliente, considerando aspectos como pilar de atendimento, nível de relacionamento, produtos consumidos, endividamento no BB, entre outros;
- II. Canais de Atendimento: o processo de regularização e recuperação ocorre em diversos canais, de forma sequencial;
- III. Ações Sequenciais: as ações de cobrança são pré-determinadas para cada perfil de cliente e aumentam de intensidade com o tempo decorrido;
- IV. Relações de Valor: abordagem diferenciada que respeita o nível de relacionamento de cada cliente com o BB;
- V. Sistemas de Informação: são utilizadas avançadas plataformas analíticas e operacionais que automatizam o processo de cobrança e melhoram a eficiência do negócio.

O desempenho histórico das ações de cobrança determina a probabilidade da regularização dos créditos em atraso. A principal consequência do acompanhamento estatístico é a possibilidade de aperfeiçoar continuamente o processo, utilizando a retroalimentação das informações das estratégias mais acertadas no período.

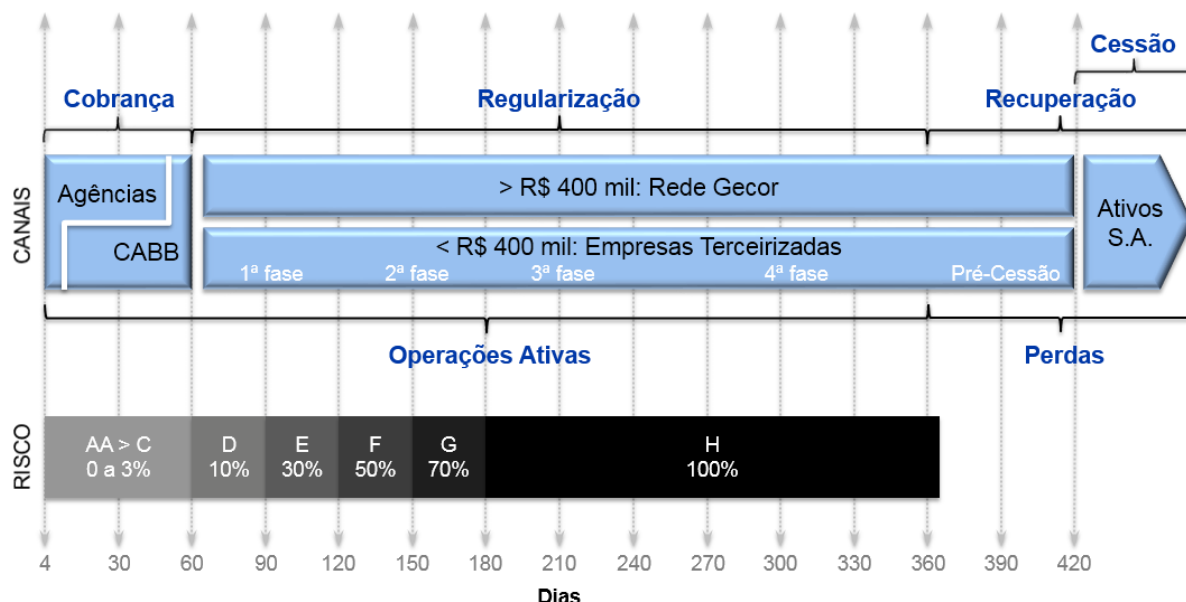
A possibilidade de segmentar os clientes inadimplentes é um importante aspecto da estratégia de cobrança e regularização, da política de descontos e da cessão de créditos.

O Banco do Brasil utiliza a cessão de crédito como parte da estratégia de recuperação, com o objetivo de reduzir as perdas e os custos de gestão do portfólio inadimplido, por meio de transações com empresas de personalidade jurídica autônoma.

3.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos

A utilização dos canais de cobrança, regularização e recuperação, de forma sequencial, guarda relação estreita com o sucesso na estratégia do BB.

Figura 40. Canais de Cobrança, Regularização e Recuperação¹

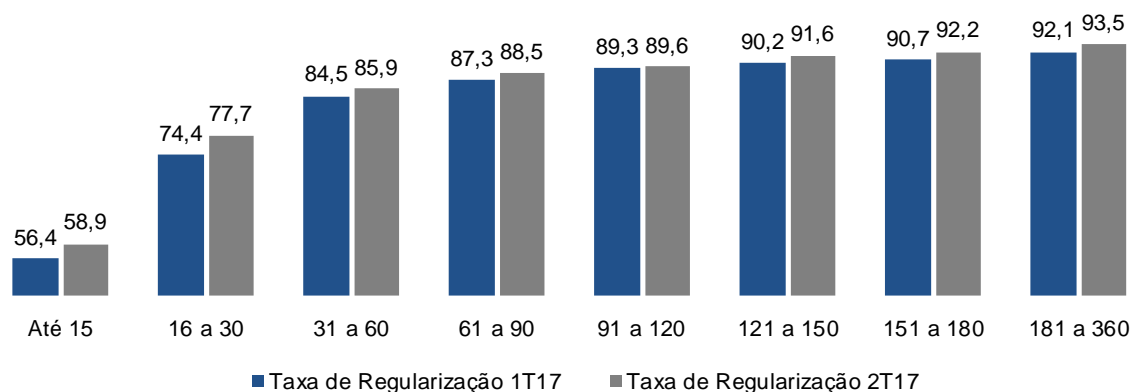


1 - Rede Gecor: refere-se ao conjunto de unidades de negócio especializadas na condução e tratamento de créditos inadimplidos de clientes com endividamento superior a R\$ 400 mil.

3.3.4. Eficiência do Processo

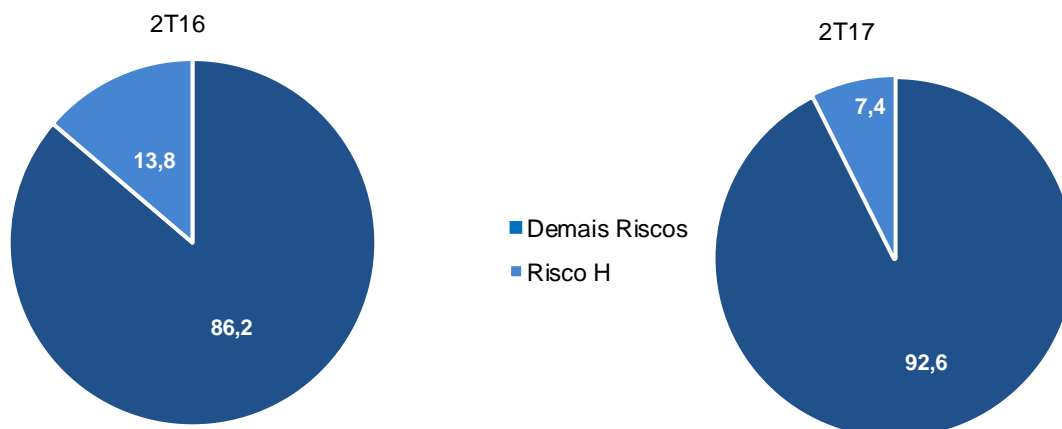
Nas próximas figuras são apresentados os resultados obtidos no fluxo de cobrança e regularização de créditos. Do volume de crédito que ingressou em cobrança nos 12 meses anteriores a Jun/17, 93,5% foram resolvidos em até 360 dias.

Figura 41. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %



O Banco prioriza o recebimento de créditos em atraso no menor tempo possível, atuando inclusive preventivamente, de modo a evitar o agravamento de risco e o envio para perda. Nos últimos doze meses foram cobrados e regularizados R\$ 21,9 bilhões em caixa, sendo que créditos em atraso classificados em risco H representaram 7,4% desse total. Os outros 92,6% foram cobrados e regularizados enquanto estavam em outros níveis de risco.

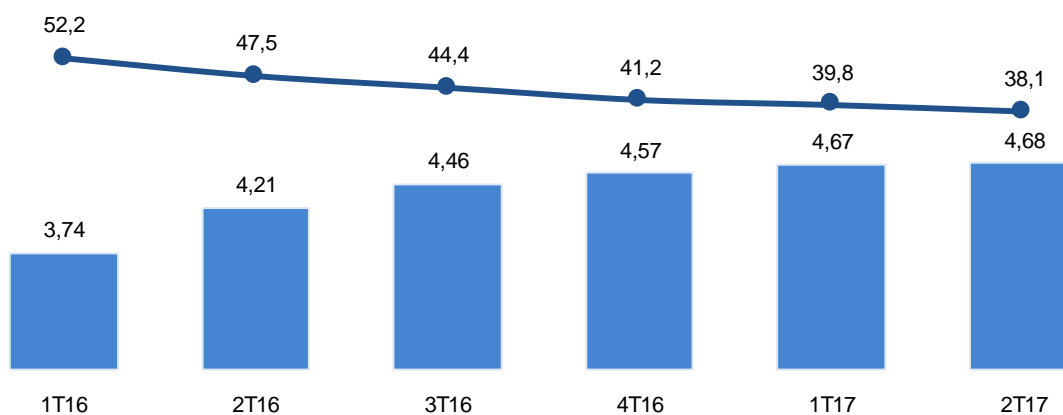
Figura 42. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas¹ - %



1 - Acumulado em 12 meses

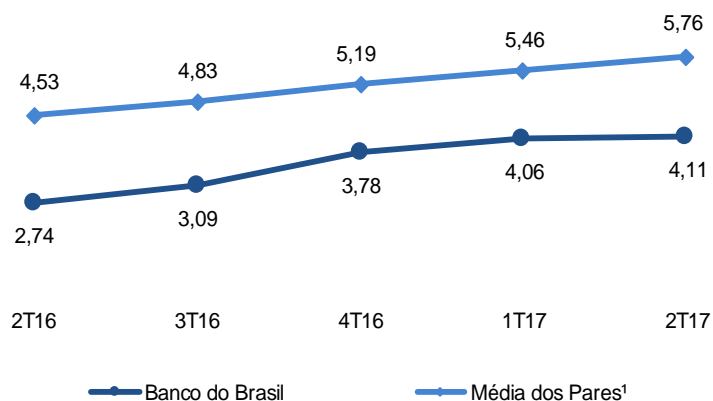
Para os ativos em perdas, a estratégia das ações de recuperação é direcionada para recebimento à vista das operações inadimplidas, que não geram novas provisões de crédito. Nos últimos doze meses foram recuperados R\$ 4,7 bilhões. Desse total, o montante de R\$ 1,8 bilhão foi recebido em caixa e o restante recuperado a prazo.

Figura 43. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %



O gráfico a seguir demonstra o comportamento das baixas para prejuízo acumuladas em 12 meses em relação ao saldo médio da carteira de crédito classificada no mesmo período. Pode-se observar que o BB apresenta, historicamente, índice melhor que a média dos principais pares de mercado.

Figura 44. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada



1 - Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

3.3.5. Carteira de Crédito Renegociada

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada. Ela não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio, abordadas na seção 3.2.3 deste Relatório. A seguir estão descritas as definições das principais linhas constantes da tabela:

a) Créditos Renegociados: saldo de operações de crédito repactuadas no período, vincendas ou em atraso;

a.1) Renegociados por Atraso: composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento;

a.2) Renovados – Operações Vincendas: operações contratadas, apenas com clientes Pessoas Físicas até o 3T16 e também disponível para Pessoas Jurídicas a partir do 4T16, para liquidação parcial ou integral de operação anterior que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, inclusive com possibilidade de novos desembolsos.

Do total de operações contratadas no 2T17 na carteira renegociada por atraso, 44,4% estavam em atraso a mais de 90 dias e 10,3% estavam em perdas. Cabe ressaltar que neste trimestre o montante de renegociações de operações que estavam em atraso há mais de 90 dias foi impactado por duas transações que somaram 20% do total de renegociações. Destaca-se ainda o crescimento dos recebimentos de principal e juros líquidos.

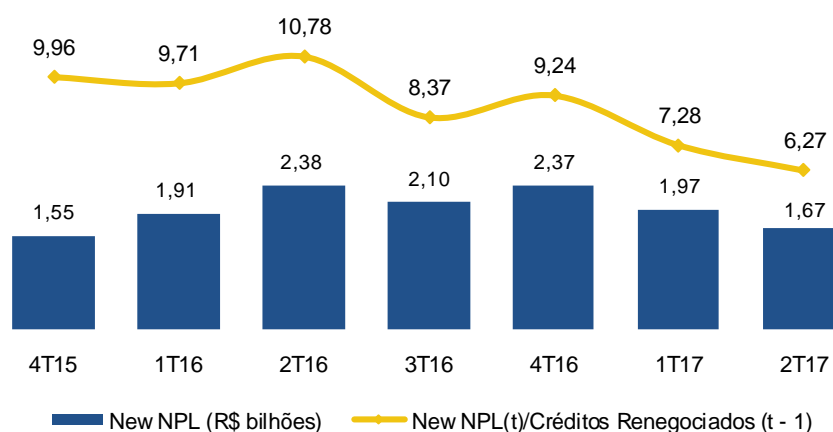
Tabela 72. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo¹

R\$ milhões	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Créditos Renegociados	11.921	9.190	9.955	9.524	13.959
Renegociados por Atraso	5.026	2.758	3.873	2.332	3.622
Renovados - Operações Vincendas	6.895	6.432	6.082	7.192	10.337
Créditos Renegociados por Atraso - Movimentação					
Saldo Inicial	22.038	25.050	25.694	27.086	26.618
Contratações	5.026	2.758	3.873	2.332	3.622
Recebimentos menos Juros Líquidos ²	(979)	(744)	(1.113)	(864)	(1.211)
Baixas para Prejuízo	(1.036)	(1.370)	(1.368)	(1.936)	(1.986)
Saldo Final (A)	25.050	25.694	27.086	26.618	27.042
Créditos Renegociados por Atraso - Saldo da Provisão (B)	10.369	10.784	11.925	12.314	12.924
Créditos Renegociados por Atraso - Inadimplência + 90 dias (C)	5.642	6.370	7.375	7.410	7.094
Indicadores - %					
Provisão/Carteira (B/A)	41,4	42,0	44,0	46,3	47,8
Inadimplência + 90 dias/Carteira (C/A)	22,5	24,8	27,2	27,8	26,2
Índice de Cobertura (B/C)	183,8	169,3	161,7	166,2	182,2
Participação da Carteira Renegociada Por Atraso na Classificada	3,6	3,8	4,1	4,2	4,2

1 - Conforme Nota Explicativa 10.k – Demonstrações Individuais

2 – Recebimentos de principal e juros menos juros capitalizados no período.

Figura 45. New NPL – % da Carteira Renegociada



Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada por nível de risco.

Tabela 73. Carteira de Crédito Renegociada por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/16			Mar/17			Jun/17		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	218	-	0,9	255	-	1,0	198	-	0,7
A	1.604	8	6,4	418	2	1,6	383	2	1,4
B	3.426	34	13,7	2.799	28	10,5	2.784	28	10,3
C	3.154	95	12,6	3.895	117	14,6	3.681	110	13,6
D	1.301	130	5,2	1.987	199	7,5	1.926	193	7,1
E	4.988	1.497	19,9	4.269	1.281	16,0	4.709	1.413	17,4
F	2.369	1.184	9,5	2.739	1.369	10,3	2.392	1.196	8,8
G	1.897	1.328	7,6	3.124	2.187	11,7	3.289	2.302	12,2
H	6.094	6.094	24,3	7.132	7.132	26,8	7.680	7.680	28,4
Total	25.050	10.369	100,0	26.618	12.314	100,0	27.042	12.924	100,0
AA-C	8.401	137	33,5	7.367	147	27,7	7.046	140	26,1
D-H	16.649	10.232	66,5	19.250	12.167	72,3	19.996	12.784	73,9

4 - Captações

O montante de captações comerciais apresentou crescimento de 0,7% no trimestre. A variação positiva de 23,7% no volume em operações compromissadas com títulos privados foi compensada por outras quedas no período, principalmente LCA, menor em 10,7% frente ao 1T17. Na comparação a igual período do ano anterior, a queda no volume de captações comerciais foi ocasionada, principalmente, pelo decréscimo nos volumes de captações em LCA, depósitos interfinanceiros e operações compromissadas com títulos privados.

Tabela 74. Captações Comerciais

R\$ milhões	Saldos				Var. (%) s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Captações Comerciais	624.778	100,0	584.445	100,0	588.506	100,0	(5,8)	0,7
Depósitos de Poupança	148.368	23,7	148.910	25,5	150.982	25,7	1,8	1,4
Depósitos Judiciais	116.655	18,7	121.931	20,9	130.514	22,2	11,9	7,0
Letras de Crédito do Agronegócio	135.418	21,7	112.720	19,3	100.665	17,1	(25,7)	(10,7)
Depósitos a Prazo ¹	85.834	13,7	77.511	13,3	79.969	13,6	(6,8)	3,2
Depósitos à Vista	62.550	10,0	63.960	10,9	62.385	10,6	(0,3)	(2,5)
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ²	30.415	4,9	20.135	3,4	24.898	4,2	(18,1)	23,7
Letras de Crédito Imobiliário ³	18.066	2,9	21.012	3,6	20.132	3,4	11,4	(4,2)
Depósitos Interfinanceiros	27.473	4,4	18.265	3,1	18.962	3,2	(31,0)	3,8

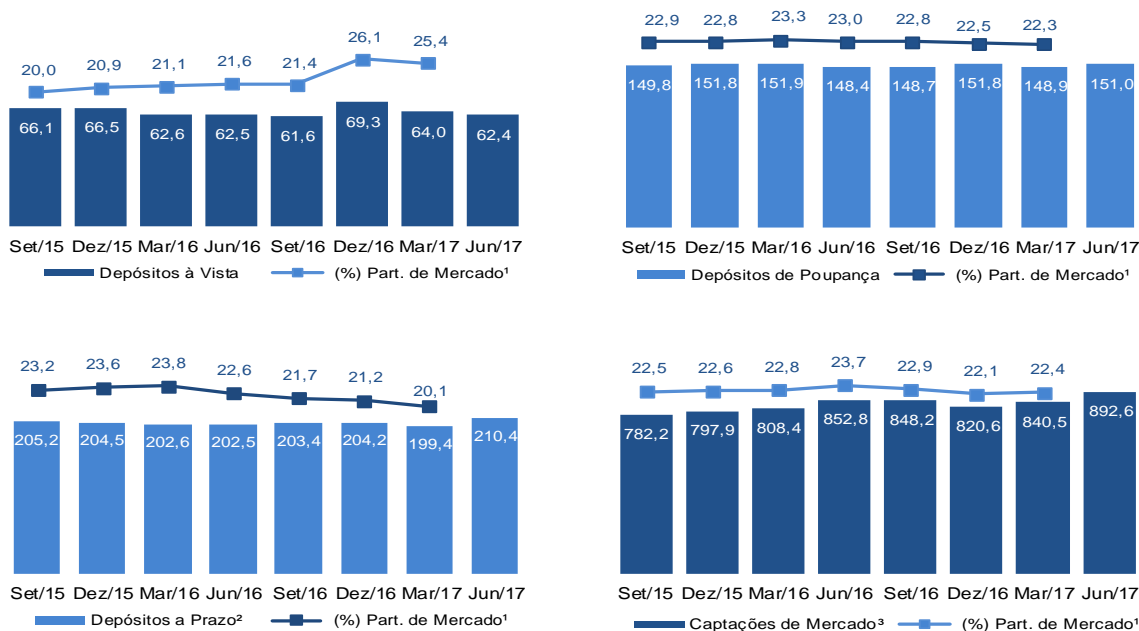
1 - A linha Depósitos a Prazo abrange a linha outros depósitos das Notas Explicativas.

2 - A linha de Operações Compromissadas com Títulos Privados abrange parte dos saldos de Títulos Privados das Notas Explicativas.

3 - O saldo de LCI inclui o saldo de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

A seguir são apresentadas as participações do Banco do Brasil nas captações de mercado do SFN.

Figura 46. Participação de Mercado das Captações do BB (R\$ bilhões)



1 - As informações sobre participação de mercado no SFN são provenientes de relatórios do Bacen "Dados Selecionados de Entidades Supervisionadas", disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios>>. Posição: Mar/17.

2 - Inclui os depósitos judiciais.

3 - Considera depósitos totais e captações no mercado aberto.

A tabela a seguir mostra o saldo das captações institucionais do BB, que consistem nas emissões de títulos adquiridos por investidores institucionais. Na comparação com Jun/16, o crescimento de 1,1% é explicado, principalmente, pelo maior volume na linha de TVM no exterior.

Tabela 75. Captações Institucionais

R\$ milhões	Saldos				Var. (%) s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Captações Institucionais	211.091	100,0	211.958	100,0	213.404	100,0	1,1	0,7
Op. de Emp., Cessões e Repasses	124.185	58,8	122.193	57,6	120.881	56,6	(2,7)	(1,1)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	31.068	14,7	31.206	14,7	31.753	14,9	2,2	1,8
Letras Financeiras	27.690	13,1	28.748	13,6	29.012	13,6	4,8	0,9
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	18.631	8,8	20.540	9,7	21.937	10,3	17,7	6,8
Dívida Subordinada no Exterior	9.517	4,5	9.271	4,4	9.821	4,6	3,2	5,9

As tabelas a seguir mostram os saldos das captações no exterior (por modalidade e produto) do BB, incluindo o Banco Patagonia e BB Americas.

Tabela 76. Captações no Exterior - Modalidade

US\$ milhões	Saldos				Var. (%) s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Modalidade								
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	14.929	36,3	15.570	41,5	15.711	40,2	5,2	0,9
Depósitos e Empréstimos Interbancários	14.831	36,1	10.631	28,3	10.876	27,8	(26,7)	2,3
Pessoa Jurídica	6.591	16,0	6.279	16,7	6.579	16,8	(0,2)	4,8
Pessoa Física	3.624	8,8	3.951	10,5	4.091	10,5	12,9	3,5
Compromissadas	1.051	2,6	1.032	2,7	1.783	4,6	69,5	72,8
Special Account	112	0,3	98	0,3	40	0,1	(64,2)	(59,4)
TOTAL	41.137	100,0	37.561	100,0	39.080	100,0	(5,0)	4,0

No 2T17, o incremento no saldo de captações no exterior foi ocasionado, principalmente, pela variação no saldo em Compromissadas, 72,8% maior na comparação ao 1T17.

As captações no exterior de depósitos à vista, a prazo e de poupança, compõem o saldo das captações comerciais do BB.

Tabela 77. Captações no Exterior - Produto

US\$ milhões	Saldos				Var. (%) s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Produto								
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	14.929	36,3	15.570	41,5	15.711	40,2	5,2	0,9
Depósitos a Prazo	11.549	28,1	8.970	23,9	9.138	23,4	(20,9)	1,9
Empréstimos	6.992	17,0	5.525	14,7	5.867	15,0	(16,1)	6,2
Depósitos à Vista	2.736	6,7	2.725	7,3	2.674	6,8	(2,3)	(1,9)
Compromissadas	1.051	2,6	1.032	2,7	1.783	4,6	69,5	72,8
Depósitos de Poupança	1.287	3,1	1.526	4,1	1.670	4,3	29,7	9,4
Pledge	1.252	3,0	1.282	3,4	963	2,5	(23,1)	(24,8)
Call Account	690	1,7	390	1,0	637	1,6	(7,6)	63,5
Over	539	1,3	444	1,2	597	1,5	10,8	34,7
Special Account	112	0,3	98	0,3	40	0,1	(64,2)	(59,4)
TOTAL	41.137	100,0	37.561	100,0	39.080	100,0	(5,0)	4,0

Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil.

O Banco do Brasil busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco. No 2T17, os maiores saldos em operações compromissadas com títulos privados e depósitos totais, frente ao trimestre imediatamente anterior, contribuíram diretamente para o *funding* no período.

A carteira de crédito continua sendo o principal destino dos recursos captados com participação de 82,9% do total de usos.

A tabela também apresenta o indicador carteira de crédito líquida ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse.

Tabela 78. Fontes e Usos

R\$ milhões	Saldos				Var. (%) s/			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Fontes	802.737	100,0	761.795	100,0	766.782	100,0	(4,5)	0,7
Captações Comerciais	624.778	77,8	584.445	76,7	588.506	76,8	(5,8)	0,7
Depósitos Totais	440.879	54,9	430.578	56,5	442.812	57,7	0,4	2,8
LCA + LCI	153.485	19,1	133.732	17,6	120.797	15,8	(21,3)	(9,7)
Op. Compromissadas com Títulos Privados ¹	30.415	3,8	20.135	2,6	24.898	3,2	(18,1)	23,7
Obrigações por Repasses no País	86.603	10,8	81.431	10,7	79.453	10,4	(8,3)	(2,4)
Dívida Subordinada	58.648	7,3	61.123	8,0	62.306	8,1	6,2	1,9
Obrigações no Exterior ²	50.911	6,3	47.581	6,2	51.499	6,7	1,2	8,2
IHCD	31.068	3,9	31.206	4,1	31.753	4,1	2,2	1,8
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	13.741	1,7	14.817	1,9	14.837	1,9	8,0	0,1
Demais Letras Bancárias ³	2.393	0,3	2.812	0,4	3.088	0,4	29,0	9,8
Depósitos Compulsórios	(65.404)	(8,1)	(61.619)	(8,1)	(64.659)	(8,4)	(1,1)	4,9
Usos	802.737	100,0	761.795	100,0	766.782	100,0	(4,5)	0,7
Carteira de Crédito Líquida (a)	696.683	86,8	631.645	82,9	635.846	82,9	(8,7)	0,7
Carteira de Crédito Classificada	691.832	86,2	638.336	83,8	642.846	83,8	(7,1)	0,7
TVM Privados	41.819	5,2	29.724	3,9	30.882	4,0	(26,2)	3,9
Provisão para Risco de Crédito	(36.968)	(4,6)	(36.414)	(4,8)	(37.881)	(4,9)	2,5	4,0
Recursos Disponíveis	106.054	13,2	130.150	17,1	130.936	17,1	23,5	0,6
Linhas de Repasse no País (b)	124.232	15,5	122.215	16,0	120.926	15,8	(2,7)	(1,1)
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (b)	572.451	71,3	509.431	66,9	514.920	67,2	(10,1)	1,1
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	158,0		146,7		143,6			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais	111,5		108,1		108,0			
Cart. de Crédito Líq. Ajustada / Captações Comerciais	91,6		87,2		87,5			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	86,8		82,9		82,9			

1 - Abrange parte dos saldos de Títulos Privados apresentados nas Notas Explicativas.

2 - Inclui obrigações por TVM no exterior, empréstimos no exterior, obrigações por repasses no exterior e dívida subordinada no exterior.

3 - Inclui Letras Financeiras e Debêntures.

A tabela a seguir apresenta os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais.

Tabela 79. Emissões Vigentes no Exterior

Data de Emissão	Data Vencimento	Call Date	Volume (US\$ mil)	Cupom (%) Freq. ¹	Preço de Emissão	Retorno Invest. (%)	Spread s/ Treasury	Moeda Emissão	Saldo em Jun/17 (US\$ mil)	Rating S&P/Moody's/Fitch	Programa
18/07/2007	18/07/2017		187.198	9,750 S	100,00	9,75	-	BRL	105.816,91	SR / Ba2 / SR	GMTN
29/04/2008	15/06/2018		150.000	5,250 T	100,00	5,25	-	USD	24.000,00	BBB - / Ba1 / SR	MT 100
20/10/2009	Perpétuo	20/10/2020	1.500.000	8,500 S	100,00	8,50	-	USD	1.498.500,00	SR / B2 / SR	Stand Alone
22/01/2010	22/01/2020		500.000	6,000 S	99,45	6,07	237,5	USD	500.000,00	BB - / Ba2 / BB	GMTN
05/10/2010	15/01/2021		660.000	5,375 S	99,32	5,46	300	USD	660.000,00	SR / Ba3 / SR	Stand Alone
26/05/2011	26/01/2022		1.500.000	5,875 S	98,70	6,04	287,5	USD	1.500.000,00	SR / Ba3 / SR	Stand Alone
20/01/2012	Perpétuo	15/04/2023	1.000.000	9,250 S	100,00	9,25	732,7	USD	648.727,00	B - / SR / SR	Stand Alone
05/03/2012	Perpétuo	15/04/2023	750.000	9,250 S	108,50	8,49	-	USD	750.000,00	B - / SR / SR	Stand Alone
19/06/2012	19/01/2023		750.000	5,875 S	99,02	6,00	434,1	USD	750.000,00	B - / Ba3 / SR	Stand Alone
10/10/2012	10/10/2022		1.925.000	3,875 S	98,98	4,00	237,5	USD	1.809.700,00	BB - / Ba2 / BB	Stand Alone
31/01/2013	Perpétuo	15/04/2024	2.000.000	6,250 S	100,00	6,25	439,8	USD	1.988.000,00	B - / SR / SR	Stand Alone
25/07/2013	25/07/2018		929.775	3,750 A	99,44	3,88	EUR mid-sw ap+283,9	EUR	820.020,00	BB - / Ba2 / BB	GMTN
20/12/2013	20/06/2019		306.988	2,500 A	99,73	2,56	CHF mid-sw ap+190	CHF	286.936,56	BB - / Ba2 / BB	GMTN
26/03/2014	25/07/2018		417.210	3,750 A	102,30	3,17	EUR mid-sw ap+230	EUR	320.880,00	BB - / Ba2 / BB	GMTN
18/06/2014	Perpétuo	18/06/2024	2.500.000	9,000 S	100,00	9,00	636,2	USD	2.169.700,00	B - / B2 / SR	Stand Alone

1 - A: anual; S: semestral; T: trimestral.

O Banco do Brasil não realizou operações de recompra de títulos de dívida no 2T17.

5 - Resultado Financeiro

Neste capítulo serão discutidos os principais componentes do resultado financeiro do Banco do Brasil.

5.1. Margem Financeira Bruta

Tabela 80. Principais Indexadores

%	Taxa					Var. (%)		
	2T16	1T17	2T17	1S16	1S17	2T16	1T17	1S16
CDI	3,36	3,03	2,54	6,72	5,65	(24,4)	(16,1)	(16,0)
TMS	3,36	3,03	2,54	6,73	5,65	(24,4)	(16,1)	(16,0)
TJLP	1,82	1,89	1,71	3,68	3,62	(6,5)	(9,6)	(1,5)
TR	0,49	0,35	0,18	0,95	0,53	(63,5)	(49,3)	(44,1)
Câmbio (US\$)	3,21	3,17	3,31	-	-	3,1	4,4	-

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 81. Composição da Margem Financeira Bruta

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Margem Financeira Bruta	14.633	14.476	14.606	(0,2)	0,9	28.909	29.083	0,6
Margem Financeira Sem Recuperação	13.249	13.521	13.212	(0,3)	(2,3)	26.665	26.733	0,3
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	25.311	23.611	21.786	(13,9)	(7,7)	50.390	45.398	(9,9)
Despesa Financeira de Captação	(11.034)	(9.755)	(8.404)	(23,8)	(13,9)	(21.965)	(18.159)	(17,3)
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(3.785)	(3.470)	(3.146)	(16,9)	(9,4)	(7.518)	(6.616)	(12,0)
Resultado de Tesouraria ²	2.758	3.135	2.975	7,9	(5,1)	5.758	6.110	6,1
Recuperação de Crédito em Perdas	1.384	956	1.394	0,8	45,9	2.245	2.350	4,7

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

2 - Inclui o resultado com juros, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

3 - Série revisada para ajuste de composição (Despesas de Captação Institucional e Tesouraria).

A Margem Financeira Bruta e seus componentes são analisados abaixo:

- I. Redução de R\$ 1.825 milhão nas receitas financeiras com operações de crédito na comparação com o trimestre anterior decorrente especialmente (70,0%) da queda das receitas na linha PJ. Essa, por sua vez, foi impactada pela queda da carteira de MPE, notadamente nas linhas de capital de giro. Nas linhas da PF, a queda de R\$ 321,0 milhões foi majoritariamente pela redução nas taxas do crédito rotativo do cartão, que já havia afetado também o 1T17.
- II. Maior recuperação de crédito frente ao 1T17, em R\$ 438 milhões e em R\$ 10,8 milhões em relação ao 2T16.
- III. A composição de *mix* dos ativos rentáveis, com o aumento de saldo médio em operações de TVM e Aplicação Interfinanceira de Liquidez em R\$ 32.969 milhões (6,2%) e redução de saldo Operações com Crédito em R\$ 3.334 milhões (-0,5%) no trimestre, impactando as receitas correspondentes nessas linhas e o spread global.

5.2. Receita Financeira com Operações de Crédito

Tabela 82. Receita Financeira de Operação de Crédito

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	25.311	23.611	21.786	(13,9)	(7,7)	50.390	45.398	(9,9)
Operações de Crédito - PF	9.831	10.014	9.693	(1,4)	(3,2)	19.242	19.708	2,4
Operações de Crédito - PJ	9.226	7.561	6.283	(31,9)	(16,9)	18.532	13.843	(25,3)
Operações de Crédito - Agronegócio	4.941	4.749	4.662	(5,6)	(1,8)	9.690	9.411	(2,9)
Receita de Equalização	1.416	1.415	1.385	(2,2)	(2,1)	2.799	2.801	0,1
Operações de Crédito - Rede Externa	580	670	683	17,8	2,0	1.467	1.354	(7,7)
Op. de Venda ou de Transf. de Ativos Financeiros	571	476	386	(32,4)	(18,9)	1.146	863	(24,7)
Demais Operações de Crédito	127	110	50	(60,4)	(54,3)	238	160	(32,8)
Operações de Arrendamento Mercantil	35	31	29	(19,1)	(7,4)	75	60	(20,4)

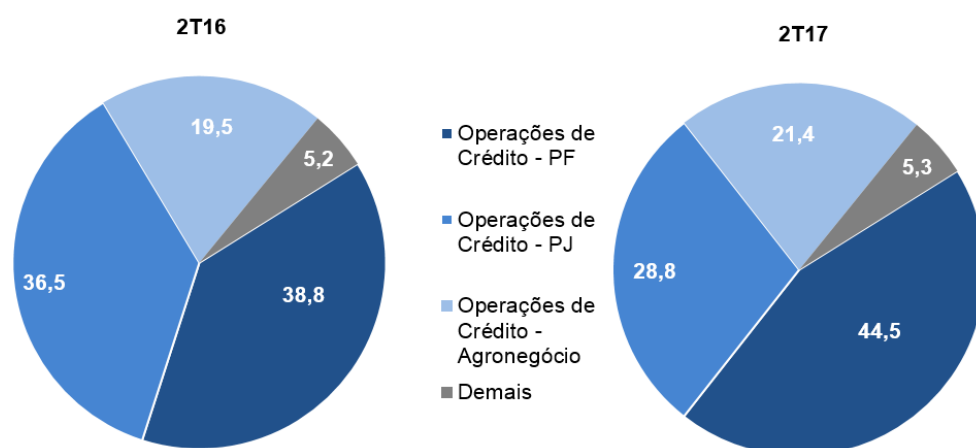
A redução de receita de Operações de Crédito PF frente ao 1T17 (R\$ 321,0 milhões) é explicada, em sua maior parte, pela queda das receitas advindas do crédito rotativo do cartão de crédito cujas taxas foram reduzidas no decorrer do 1T17. Na comparação entre o 1S16 e o 1S17, elevação de R\$ 465,5

milhões, fruto da reprecificação iniciada em 2015, mesmo com a queda de 2,0% da carteira classificada PF no período.

No caso das receitas de Operações de Crédito PJ, a redução dos saldos médios nessa carteira, notadamente nos produtos de capital de giro para MPE, impactaram negativamente a linha em todas as comparações.

Percebe-se o ganho de relevância das receitas de crédito PF em 565 bps, contra uma queda de 761 bps nas receitas PJ. Esse movimento é reflexo da redução do volume da carteira classificada PJ (14,8% em um ano) bem como da maior reprecificação da carteira PF nos últimos períodos.

Figura 47. Distribuição das Receitas de Crédito



A seguir é apresentada a composição sintética dos ativos.

Tabela 83. Composição Sintética dos Ativos

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Carteira de Crédito Classificada	691.832	47,9	638.336	45,5	642.846	44,5	(7,1)	0,7
Ativos de Liquidez	546.017	37,8	560.783	40,0	595.624	41,2	9,1	6,2
Demais	207.267	14,3	203.281	14,5	207.144	14,3	(0,1)	1,9
Ativo Total	1.445.115		1.402.399		1.445.614		0,0	3,1

5.3. Despesa Financeira de Captação

As despesas financeiras de captação abrangem as operações realizadas com clientes, exceto as operações compromissadas com títulos privados. Também fazem parte da composição das despesas com captação o resultado das aplicações compulsórias e a despesa com o FGC.

Tabela 84. Resultado de Captação¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Resultado de Captação	(11.034)	(9.755)	(8.404)	(23,8)	(13,9)	(21.965)	(18.159)	(17,3)
Despesas de Captação com Depósitos	(7.905)	(7.308)	(6.579)	(16,8)	(10,0)	(15.698)	(13.888)	(11,5)
Depósitos Judiciais	(2.996)	(3.024)	(2.806)	(6,3)	(7,2)	(5.886)	(5.830)	(1,0)
Depósitos de Poupança	(2.854)	(2.668)	(2.388)	(16,3)	(10,5)	(5.698)	(5.057)	(11,3)
Depósitos a Prazo	(2.054)	(1.616)	(1.385)	(32,6)	(14,3)	(4.114)	(3.001)	(27,1)
Emissão de Títulos	(4.410)	(3.545)	(2.744)	(37,8)	(22,6)	(8.766)	(6.289)	(28,3)
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	(3.934)	(3.112)	(2.347)	(40,4)	(24,6)	(7.814)	(5.459)	(30,1)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	(476)	(432)	(398)	(16,4)	(8,0)	(951)	(830)	(12,8)
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.447	1.255	1.070	(26,1)	(14,8)	2.838	2.325	(18,1)
Fundo Garantidor Créditos - FGC	(167)	(157)	(149)	(10,8)	(5,2)	(338)	(307)	(9,4)

1 – Não considera despesas de operações compromissadas com títulos privados.

No 2T17, as despesas com captação caíram em relação ao último trimestre (R\$ 1.352 milhão), sendo a movimentação mais relevante as despesas com LCA (R\$ 766 milhões) ou 56,7% do total. Tal movimento foi proveniente de menores saldos médios e menores taxas (queda de 16,1% do CDI no trimestre). Na visão acumulada, a queda nas despesas com LCA representaram 61,9% do total da redução das despesas de captação (R\$ 3.806 milhões).

A tabela abaixo mostra o custo de captação no BB em comparação à taxa média Selic do período.

Tabela 85. Captações vs. Taxa Selic

R\$ milhões	2T16			1T17			2T17		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos de Poupança	149.297	(2.854)	56,8	149.621	(2.668)	58,8	149.634	(2.388)	62,7
Depósitos a Prazo - Depósitos Judiciais	116.075	(2.996)	76,7	121.815	(3.024)	81,9	127.020	(2.806)	86,8
Letras de Crédito do Agronegócio	135.540	(3.934)	86,3	117.244	(3.112)	87,5	104.499	(2.347)	88,3
Depósitos a Prazo	87.418	(2.054)	69,9	78.366	(1.616)	68,0	78.434	(1.385)	69,4
Depósitos à Vista	60.827	-	-	62.955	-	-	62.194	-	-
Letras de Crédito Imobiliário	18.267	(476)	77,4	19.742	(432)	72,2	20.508	(398)	76,2
Depósitos Interfinanceiros	31.671	(141)	13,3	18.495	(183)	32,6	17.906	(148)	32,5
Depósitos Totais	599.095	(12.456)	61,8	568.239	(11.035)	64,0	560.195	(9.472)	66,5

5.4. Despesa Financeira de Captação Institucional

A tabela a seguir apresenta a abertura das despesas de captação institucional.

Tabela 86. Despesa de Captação Institucional

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Despesa Financ. de Captação Institucional	(3.785)	(3.470)	(3.146)	(16,9)	(9,4)	(7.518)	(6.616)	(12,0)
Op. de Emprést., Cessões e Repasses	(2.088)	(1.740)	(1.572)	(24,7)	(9,7)	(3.879)	(3.312)	(14,6)
Letras Financeiras	(961)	(940)	(763)	(20,6)	(18,8)	(1.973)	(1.703)	(13,7)
Despesas com IHCD	(438)	(453)	(461)	5,2	1,7	(973)	(914)	(6,1)
TVM no Exterior	(176)	(200)	(210)	19,4	5,1	(418)	(410)	(1,9)
Desp. com Dívida Subord. no Exterior	(122)	(137)	(140)	14,5	2,3	(274)	(277)	0,9

5.5. Receita de Recuperação de Crédito

Mais informações sobre o processo e saldos de operações de Recuperação de Crédito podem ser encontradas nos capítulos 3.2 e 3.3 desse relatório.

Tabela 87. Recuperação de Crédito

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Recuperação de Crédito em Perdas	1.384	956	1.394	0,8	45,9	2.245	2.350	4,7

5.6. Resultado de Tesouraria

O resultado de tesouraria abrange o resultado com juros e variação cambial de atividades típicas de tesouraria, além de conter o resultado do *hedge* estrutural da variação cambial incidente sobre receitas financeiras de operações de crédito e despesas de captação e captação institucional.

Tabela 88. Resultado de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Resultado de Tesouraria	2.758	3.135	2.975	7,9	(5,1)	5.758	6.110	6,1
Res. Títulos e Valores Mobiliários	14.473	15.536	13.884	(4,1)	(10,6)	28.615	29.420	2,8
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(11.664)	(12.311)	(11.030)	(5,4)	(10,4)	(22.823)	(23.341)	2,3
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	(172)	(301)	(113)	(34,4)	(62,5)	(375)	(414)	10,4
Outros Componentes de Tesouraria ¹	122	211	234	92,3	11,0	341	445	30,4

1 – Contém itens não discriminados na abertura do resultado de tesouraria, inclusive variação cambial.

A seguir, a análise dos componentes do resultado de tesouraria.

Resultado com TVM

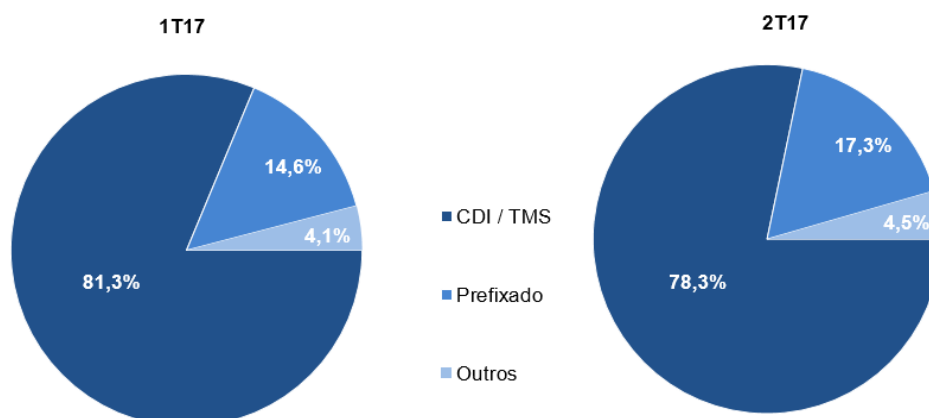
Na tabela a seguir evidenciam-se os resultados das operações com Títulos e Valores Mobiliários apresentando apenas as operações classificadas pelo Banco Central como TVM/Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

Tabela 89. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Res. Títulos e Valores Mobiliários	14.473	15.536	13.884	(4,1)	(10,6)	28.615	29.420	2,8
Res. Títulos de Renda Fixa	14.594	15.482	13.754	(5,8)	(11,2)	28.595	29.236	2,2
Aplicações Interf. de Liquidez	10.825	12.076	10.605	(2,0)	(12,2)	21.147	22.681	7,3
Reavaliação - Curva	3.767	3.236	3.066	(18,6)	(5,2)	7.307	6.302	(13,8)
Resultado das Negociações	(7)	160	85	-	(47,1)	110	245	123,4
Marcação a Mercado	9	10	(2)	-	-	31	8	(75,2)
Demais	(121)	54	130	-	138,1	20	184	829,4

A figura a seguir apresenta a classificação da carteira de títulos do Banco Múltiplo por tipo de indexador.

Figura 48. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo)



As tabelas a seguir demonstram a abertura da carteira de TVM.

Tabela 90. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Títulos e Valores Mobiliários	117.205	100,0	123.233	100,0	132.320	100,0	12,9	7,4
Títulos Disponíveis p/ Negociação	6.225	5,3	7.889	6,4	8.253	6,2	32,6	4,6
Títulos Disponíveis p/ Venda	110.429	94,2	110.639	89,8	119.473	90,3	8,2	8,0
Títulos Mantidos até o Vencimento	552	0,5	4.706	3,8	4.594	3,5	732,9	(2,4)
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.256	-	1.176	-	1.390	-	(57,3)	18,1

Tabela 91. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado

R\$ milhões	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Total
	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	
Set/15	19.233	17,7%	56.388	51,9%	29.623	27,3%	3.299	3,0%	108.543
Dez/15	19.271	17,0%	55.534	48,8%	32.007	28,2%	6.871	6,0%	113.684
Mar/16	20.141	17,1%	71.329	60,6%	22.192	18,8%	4.130	3,5%	117.791
Jun/16	12.870	11,0%	74.179	63,3%	23.596	20,1%	6.560	5,6%	117.205
Set/16	12.095	9,9%	79.237	64,8%	22.837	18,7%	8.170	6,7%	122.339
Dez/16	11.283	9,5%	74.762	62,8%	24.464	20,6%	8.497	7,1%	119.005
Mar/17	12.888	10,5%	76.523	62,1%	28.196	22,9%	5.627	4,6%	123.233
Jun/17	16.267	12,3%	74.993	56,7%	35.316	26,7%	5.743	4,3%	132.320

A tabela seguinte apresenta o Saldo de Liquidez, diferença entre os Ativos e Passivos de Liquidez.

Tabela 92. Saldo da Liquidez

R\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Ativos de Liquidez (A)	546.017	100,0	560.783	100,0	595.624	100,0	9,1	6,2
Aplicações Interfinanceiras	414.471	75,9	421.890	75,2	448.417	75,3	8,2	6,3
TVM (exceto vincul. ao Bacen)	117.494	21,5	123.579	22,0	132.877	22,3	13,1	7,5
Disponibilidades	14.052	2,6	15.314	2,7	14.330	2,4	2,0	(6,4)
Passivos de Liquidez (B)	439.441	100,0	428.231	100,0	468.783	100,0	6,7	9,5
Captações no Mercado Aberto	411.969	93,7	409.966	95,7	449.822	96,0	9,2	9,7
Depósitos Interfinanceiros	27.473	6,3	18.265	4,3	18.962	4,0	(31,0)	3,8
Saldo da Liquidez (A-B)	106.576		132.552		126.841		19,0	(4,3)

Captação no Mercado Aberto

As despesas de captação no Mercado Aberto constituem principalmente despesas incorridas com operações compromissadas lastreadas com títulos em carteira própria e de terceiros.

Tabela 93. Despesa de Captação no Mercado Aberto

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(11.664)	(12.311)	(11.030)	(5,4)	(10,4)	(22.823)	(23.341)	2,3
Carteira de Terceiros	(9.852)	(10.678)	(9.701)	(1,5)	(9,1)	(18.924)	(20.378)	7,7
Carteira Própria	(1.659)	(1.441)	(1.169)	(29,5)	(18,9)	(3.341)	(2.610)	(21,9)
Depósitos Interfinanceiros	(141)	(183)	(148)	4,8	(18,9)	(541)	(331)	(38,9)
Outras Operações de Captação no Mercado	(11)	(10)	(12)	8,7	20,1	(17)	(22)	27,1

Outros Componentes de Tesouraria

O grupamento outros componentes de tesouraria contém, além dos resultados de ganho/perda cambial sobre o PL no exterior e *hedge* fiscal, a variação cambial incidente nas linhas de operação de crédito, captação e captação institucional entre outras, registradas na linha “demais”.

Tabela 94. Outros Componentes de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Outros Componentes de Tesouraria	122	211	234	92,3	11,0	341	445	30,4
Ganho (Perda) Cambial s/ PL no Ext.	(1.081)	(166)	481	-	-	(2.349)	315	-
Hedge Fiscal	(981)	(150)	436	-	-	(1.854)	286	-
Resultado de Operações de Câmbio	72	75	97	34,4	29,0	156	172	10,4
Demais	2.112	452	(780)	-	-	4.388	(328)	-

5.7. Análise dos Ativos e Passivos

5.7.1. Análise dos Ativos

Tabela 95. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Anual)

R\$ milhões	2T16			2T17		
	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²
Ativos Rentáveis	1.218.676	41.279	14,3	1.252.360	36.782	12,7
Operações de Crédito + Leasing ⁴	677.470	25.311	15,8	624.289	21.786	15,2
TVM + Aplic. Interfinanc. - Hedge	479.125	14.473	12,6	568.449	13.884	10,5
Depósito Compulsório Rentável	53.733	1.447	11,2	51.257	1.070	8,9
Demais	8.348	48	2,3	8.366	43	2,1
Ativos Não Rentáveis	176.107			174.422		
Demais Ativos	102.113			99.945		
Créditos Tributários	42.429			42.889		
Ativo Permanente	31.564			31.588		
ATIVO TOTAL	1.394.783			1.426.782		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;
4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 96. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)

R\$ milhões	1T17			2T17		
	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²
Ativos Rentáveis	1.223.404	40.454	13,9	1.252.360	36.782	12,7
Operações de Crédito + Leasing ⁴	627.622	23.611	15,9	624.289	21.786	15,2
TVM + Aplic. Interfinanc. - Hedge	535.480	15.536	12,1	568.449	13.884	10,5
Depósito Compulsório Rentável	51.998	1.255	10,0	51.257	1.070	8,9
Demais	8.304	51	2,5	8.366	43	2,1
Ativos Não Rentáveis	177.079			174.422		
Demais Ativos	102.409			99.945		
Créditos Tributários	42.524			42.889		
Ativo Permanente	32.146			31.588		
ATIVO TOTAL	1.400.484			1.426.782		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);
3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;
4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 97. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Semestral)

R\$ milhões	1S16			1S17		
	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²
Ativos Rentáveis	1.220.103	82.007	14,1	1.237.882	77.236	13,1
Operações de Crédito + Leasing ⁴	684.322	50.390	15,5	625.955	45.398	15,3
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	473.776	28.615	12,7	551.964	29.420	11,1
Depósito Compulsório Rentável	53.331	2.838	11,1	51.627	2.325	9,4
Demais	8.674	165	3,9	8.335	93	2,3
Ativos Não Rentáveis	176.182			175.750		
Demais Ativos	103.025			101.177		
Créditos Tributários	41.553			42.706		
Ativo Permanente	31.603			31.867		
Ativo Total	1.396.285			1.413.633		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
2 - Taxa anualizada (dias úteis do semestre dividido por 252);
3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;
4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

5.7.2. Análise dos Passivos

Tabela 98. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual)

R\$ milhões	2T16			2T17		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.133.923	(28.301)	10,4	1.164.459	(24.080)	8,8
Captações no Mercado Aberto	354.980	(11.522)	13,6	434.706	(10.882)	10,8
Depósitos a Prazo	203.493	(5.050)	10,3	205.454	(4.191)	8,7
Depósitos de Poupança	149.297	(2.854)	7,9	149.634	(2.388)	6,8
Letras de Crédito do Agronegócio	135.540	(3.934)	12,1	104.499	(2.347)	9,6
Obrig. por Emprest. e Repasses	111.418	(2.088)	7,7	98.624	(1.572)	6,8
Dívida Subordinada	91.808	(1.521)	6,8	93.059	(1.364)	6,2
Demais Letras Bancárias ³	20.498	(476)	9,6	23.351	(398)	7,2
Obrigações com T.V.M. no Exterior	21.193	(176)	3,4	22.475	(210)	3,9
Depósitos Interfinanceiros	31.671	(141)	1,8	17.906	(148)	3,5
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	14.026	(538)	16,2	14.750	(580)	17,3
Demais Passivos	260.860			262.322		
Outros Passivos	117.628			117.461		
Patrimônio Líquido	82.405			82.667		
Depósitos à Vista	60.827			62.194		
PASSIVO TOTAL	1.394.783			1.426.782		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 99. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)

R\$ milhões	1T17			2T17		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.139.061	(27.229)	9,9	1.164.459	(24.080)	8,8
Captações no Mercado Aberto	402.573	(12.129)	12,6	434.706	(10.882)	10,8
Depósitos a Prazo	200.181	(4.640)	9,6	205.454	(4.191)	8,7
Depósitos de Poupança	149.621	(2.668)	7,3	149.634	(2.388)	6,8
Letras de Crédito do Agronegócio	117.244	(3.112)	11,0	104.499	(2.347)	9,6
Obrig. por Emprest. e Repasses	100.900	(1.740)	7,1	98.624	(1.572)	6,8
Dívida Subordinada	92.629	(1.530)	6,8	93.059	(1.364)	6,2
Demais Letras Bancárias ³	22.377	(432)	8,0	23.351	(398)	7,2
Obrigações com T.V.M. no Exterior	20.266	(200)	4,0	22.475	(210)	3,9
Depósitos Interfinanceiros	18.495	(183)	4,0	17.906	(148)	3,5
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	14.776	(595)	17,1	14.750	(580)	17,3
Demais Passivos	261.422			262.322		
Outros Passivos	116.862			117.461		
Patrimônio Líquido	81.605			82.667		
Depósitos à Vista	62.955			62.194		
PASSIVO TOTAL	1.400.484			1.426.782		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 100. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Semestral)

R\$ milhões	1S16			1S17		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.139.110	(55.865)	10,2	1.151.760	(51.309)	9,3
Captações no Mercado Aberto	345.700	(22.282)	13,5	418.640	(23.010)	11,5
Depósitos a Prazo	203.395	(10.000)	10,2	202.817	(8.831)	9,0
Depósitos de Poupança	150.167	(5.698)	7,9	149.628	(5.057)	7,0
Letras de Crédito do Agronegócio	135.701	(7.814)	12,1	110.872	(5.459)	10,3
Dívida Subordinada	94.438	(3.220)	7,1	92.844	(2.893)	6,4
Obrig. por Emprest. e Repasses	113.781	(3.879)	7,1	99.762	(3.312)	6,9
Depósitos Interfinanceiros	36.251	(541)	3,1	18.201	(331)	3,7
Obrigações com T.V.M. no Exterior	24.369	(418)	3,5	21.370	(410)	3,9
Demais Letras Bancárias ³	20.643	(951)	9,6	22.864	(830)	7,5
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	14.666	(1.060)	15,2	14.763	(1.175)	16,8
Demais Passivos	257.175			261.872		
Outros Passivos	117.418			117.161		
Patrimônio Líquido	77.641			82.136		
Depósitos à Vista	62.117			62.575		
PASSIVO TOTAL	1.396.285			1.413.633		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

5.7.3. Análise Volume e Taxa

Tabela 101. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral

R\$ milhões	1T17	2T17	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.223.404	1.252.360	28.955
Margem Financeira Bruta (b)	14.476	14.606	130
Spread - % (b/a)	1,183	1,166	(0,017)
Ganho/(Perda) com Volume ²			343
Ganho/(Perda) com Taxa ³			(208)

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual líq. da MFB anterior.

Tabela 102. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Semestral

R\$ milhões	1S16	1S17	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.220.103	1.237.882	17.779
Margem Financeira Bruta (b)	28.909	29.083	174
Spread - % (a/b)	2,369	2,349	(0,020)
Ganho/(Perda) com Volume ²			421
Ganho/(Perda) com Taxa ³			(244)
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa ⁴			(4)

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

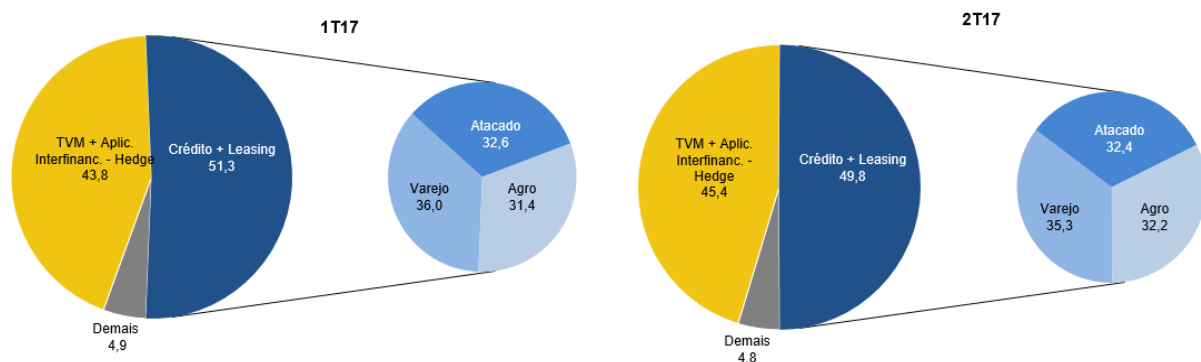
2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual líq. da MFB anterior;

4 - Ganho/(Perda) combinado dos dois efeitos supracitados.

A seguir apresenta-se a evolução da Margem Global.

Os ativos rentáveis tiveram elevação de R\$ 28.955 milhões no 2T17, frente ao 1T17, sendo que as operações de crédito tiveram redução de R\$ 3.334 milhões e as com TVM crescimento de R\$ 32.969 milhões. Essa dinâmica influenciou negativamente o spread global, dado que as operações de TVM apresentam menores spreads.

Figura 49. Distribuição dos Ativos Rentáveis - (%)¹

Essa mudança do *mix* nos ativos rentáveis, com o aumento de saldo em operações de TVM e redução de saldo operações com crédito no trimestre, tal qual como ocorreu no 1T17, foram responsáveis pela queda do spread global. Caso as operações com TVM não tivessem qualquer crescimento, o novo spread global seria de 4,9%. Além disso, as quedas nas receitas do crédito rotativo do cartão de crédito na Pessoa Física também influenciaram no spread global em 10 bps.

Tabela 103. Margem Global – (%)

	3T15	4T15	1T16	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Spread Global ¹	4,5	4,8	4,8	4,9	4,9	5,1	4,8	4,7
Spread Ajustado pelo Risco ²	2,5	2,4	1,7	2,1	2,7	2,6	2,6	2,6

1 - Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado;

2 - Margem Financeira Líquida (MFB menos PCLD)/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Tabela 104. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	2T16	1T17	2T17	1S16	1S17
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis (a)	1.218.676	1.223.404	1.252.360	1.220.103	1.237.882
Saldo Médio dos Passivos Onerosos (b)	1.133.923	1.139.061	1.164.459	1.139.110	1.151.760
Margem Financeira Bruta (c)	14.633	14.476	14.606	28.909	29.083
Receita Líquida de Juros (d)	12.977	13.224	12.702	26.142	25.927
Receitas de Juros (1.d)	41.279	40.454	36.782	82.007	77.236
Despesas de Juros (2.d)	(28.301)	(27.229)	(24.080)	(55.865)	(51.309)
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta ¹ (e)	1.655	1.252	1.904	2.767	3.156
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - % (b/a)	93,0	93,1	93,0	93,4	93,0
Rentabilidade Média dos Ativos ^{2 4} - % (1.d/a)	14,3	13,9	12,3	13,9	12,9
Custo Médio dos Passivos ^{2 4} - % (2.d/b)	10,4	9,9	8,5	10,0	9,1
Margem de Lucro Líquida ^{2 3} - %	3,9	4,0	3,7	3,8	3,8
Margem Líquida de Juros ² - % (d/a)	4,3	4,4	4,1	4,3	4,2
Spread Global ² - % (c/a)	4,9	4,8	4,7	4,8	4,8

1 – Contém resultado de derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de cré. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira;

2 - Taxas anualizadas;

3 - Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Os quadros a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos, nos períodos em análise.

¹ Na carteira Varejo, estão incluídas as operações PF e MPE. No atacado, as operações com médias e grandes empresas além do Governo.

Tabela 105. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)

R\$ milhões	2T17 / 1T17			2T17 / 2T16		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis ⁴	850	(4.522)	(3.671)	989	(5.486)	(4.497)
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	805	(2.458)	(1.652)	2.182	(2.770)	(589)
Operações de Crédito + Leasing	(116)	(1.709)	(1.825)	(1.856)	(1.668)	(3.524)
Depósito Compulsório Rentável	(15)	(170)	(185)	(52)	(326)	(378)
Demais	0	(9)	(8)	0	(6)	(6)
Passivos Onerosos ⁴	(525)	3.675	3.149	(631)	4.853	4.222
Depósitos de Poupança	(0)	280	280	(5)	471	466
Depósitos Interfinanceiros	5	30	34	114	(121)	(7)
Depósitos a Prazo	(108)	557	449	(40)	899	859
Captações no Mercado Aberto	(804)	2.051	1.247	(1.996)	2.637	641
Obrig. por Emprest. e Repasses	36	132	168	204	312	516
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1	13	14	(28)	(14)	(43)
Dívida Subordinada	(6)	173	166	(18)	175	157
Obrigações com T.V.M. no Exterior	(21)	11	(10)	(12)	(22)	(34)
Letras de Crédito do Agronegócio	286	480	766	697	891	1.588
Demais Letras Bancárias ⁵	(17)	51	34	(49)	127	78

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3;

5 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

Tabela 106. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Semestral)

R\$ milhões	1S17 / 1S16		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis ⁴	1.109	(5.881)	(4.771)
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	4.168	(3.362)	806
Operações de Crédito + Leasing	(4.233)	(759)	(4.992)
Depósito Compulsório Rentável	(77)	(436)	(513)
Demais	(4)	(68)	(72)
Passivos Onerosos ⁴	(564)	5.120	4.556
Depósitos de Poupança	18	624	642
Depósitos Interfinanceiros	328	(117)	211
Depósitos a Prazo	25	1.144	1.169
Captações no Mercado Aberto	(4.009)	3.281	(728)
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	465	101	567
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(8)	(108)	(115)
Dívida Subordinada	50	277	327
Obrigações com T.V.M. no Exterior	58	(50)	8
Letras de Crédito do Agronegócio	1.223	1.133	2.355
Demais Letras Bancárias ⁵	(81)	202	122

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3;

5 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

5.8. Margem Gerencial de Crédito

A apuração da margem financeira gerencial é apurada considerando:

- Receitas financeiras, classificadas por tipos de carteiras;
- Custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras.

No caso de operações prefixadas, o *spread* gerencial considera o custo de captação no momento da contratação, não sendo impactado pelas variações da taxa Selic.

Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS e/ou ETTJ. No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Tabela 107. Margem Gerencial

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Operações de Crédito	11.424	10.609	10.107	(11,5)	(4,7)	22.586	20.716	(8,3)
Pessoa Física	5.534	5.416	5.457	(1,4)	0,7	10.814	10.873	0,5
Pessoa Jurídica	3.708	3.074	2.533	(31,7)	(17,6)	7.544	5.607	(25,7)
Agronegócios	2.182	2.119	2.117	(3,0)	(0,1)	4.229	4.236	0,2

Taxa Gerencial

A tabela seguinte apresenta o *spread* gerencial segmentado por tipo de operações. A taxa é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios.

Tabela 108. Taxa por Carteira

%	3T15	4T15	1T16	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Operações de Crédito	7,1	7,4	7,5	7,7	7,9	8,0	7,7	7,3
Pessoa Física	14,9	15,5	15,8	16,3	16,5	16,6	16,1	16,1
Pessoa Jurídica ¹	5,7	5,8	5,9	5,9	6,1	6,3	6,0	5,0
Agronegócios	4,5	4,8	4,8	4,9	5,0	5,0	4,8	4,7

1 – Não inclui operações com o Governo.

A queda do Spread PJ (100 bps) foi a principal responsável pela redução do *spread* de operações de crédito (40 bps). Três efeitos foram predominantes nessa queda: Redução da TMS no período, que impacta as receitas com o segmento atacado, a queda da carteira de capital de giro, notadamente com as MPEs e o aumento de recuperações judiciais, que reduzem a capitalização de juros após 60 dias de atraso.

6 - Rendas de Tarifas

A oferta assertiva de produtos e serviços personalizados aproxima as necessidades dos clientes às soluções oferecidas pelo Banco, estratégia que busca gerar maior satisfação, rentabilidade, e consequentemente incremento nas rendas de tarifas.

No comparativo 2T17/1T17, destaque para o desempenho das rendas de tarifas com Operações de Crédito e Garantias que cresceu R\$ 138 milhões no período, decorrente principalmente do desembolso da carteira de crédito do BB.

No 1S17/1S16, a performance com conta corrente e administração de fundos tiveram grande relevância. A renda de tarifas relativa a conta corrente foi impulsionada pela qualificação de contas através de pacotes de serviços com a consequente melhoria no relacionamento com o cliente, apesar na redução da base.

Tabela 109. Rendas de Tarifas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Rendas de Tarifas	5.886	6.096	6.316	7,3	3,6	11.285	12.411	10,0
Conta-corrente	1.534	1.597	1.712	11,6	7,2	2.969	3.309	11,5
Administração de Fundos	1.077	1.295	1.336	24,0	3,1	2.080	2.631	26,5
Seguros, Previdência e Capitalização	835	763	665	(20,3)	(12,9)	1.532	1.429	(6,8)
Operações de Crédito e Garantias	444	412	550	23,8	33,5	804	963	19,7
Cobrança	421	383	372	(11,7)	(2,7)	840	755	(10,1)
Cartão de Crédito/Débito	337	370	370	9,9	0,1	663	740	11,6
Arrecadações	257	273	270	4,9	(1,1)	517	543	4,9
Rendas do Mercado de Capitais	192	170	180	(6,5)	5,6	320	350	9,3
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	150	167	171	13,9	2,2	282	338	19,9
Consórcios	123	161	175	42,6	8,6	238	336	41,0
Interbancária ¹	46	41	39	(14,7)	(4,5)	89	81	(9,5)
Outros	469	463	475	1,2	2,6	950	937	(1,3)

1- Série revisada no 1T17.

A seguir apresentamos os principais negócios originadores de tarifas no Banco do Brasil.

6.1. Conta-Corrente

O BB manteve o ritmo de crescimento em sua base de clientes. Na tabela a seguir é demonstrada a base de clientes e correntistas nos últimos 12 meses.

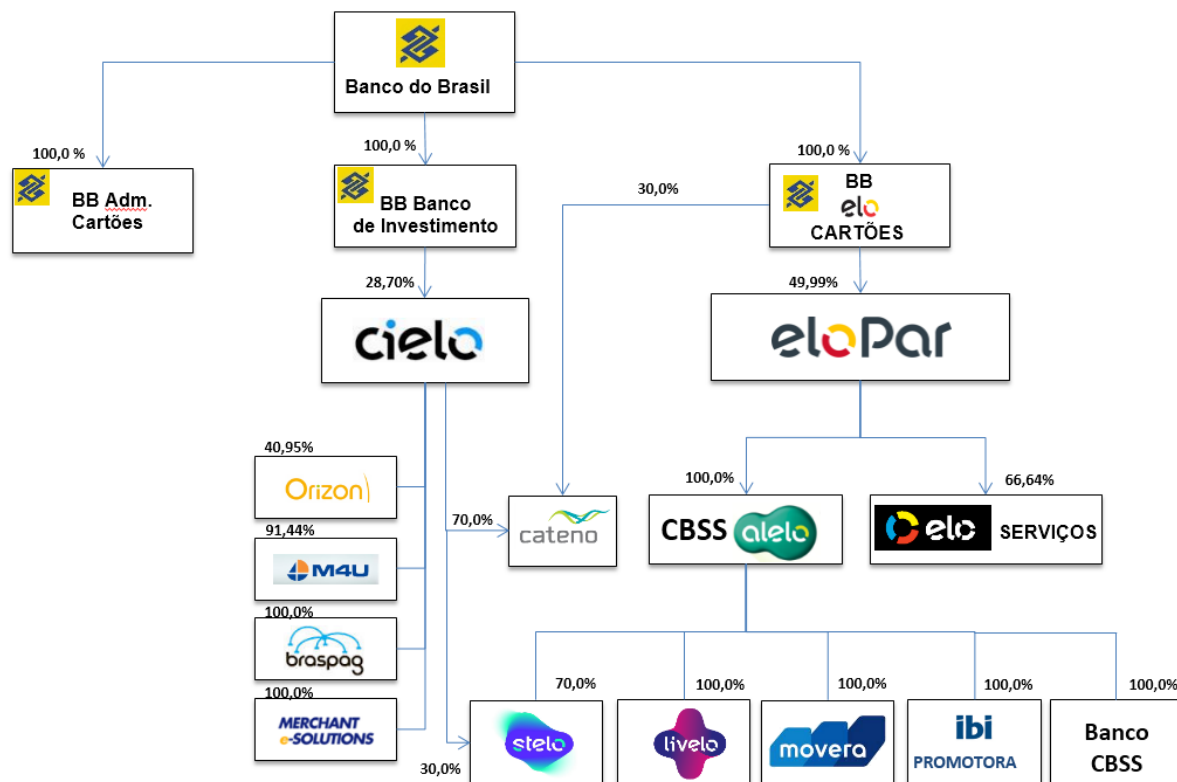
Tabela 110. Base de Clientes e Contas-correntes

milhares	Posição					Var. (%)	
	Jun/16	Set/16	Dez/16	Mar/17	Jun/17	Jun/16	Mar/17
Base de Clientes	64.187	64.383	64.798	65.244	65.566	2,1	0,5
Contas-correntes	37.755	37.808	37.307	37.109	36.939	(2,2)	(0,5)
Pessoa Física	35.353	35.177	34.902	34.741	34.587	(2,2)	(0,4)
Pessoa Jurídica	2.402	2.631	2.405	2.368	2.353	(2,1)	(0,6)

Série revisada em jun/17.

6.2. Meios de Pagamento

A seguir é apresentado o organograma dos principais negócios de meios eletrônicos de pagamento nos quais o Banco do Brasil possui participação societária direta ou indireta.

Figura 50. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas¹

1 – Considera a posição de 30/06/2017.

6.2.1. Base de Cartões e Faturamento

A ampla base de clientes, a qualidade e diversidade dos serviços prestados, fazem do Banco do Brasil um dos principais emissores das bandeiras Elo, Visa e Mastercard.

Ao final de junho de 2017, a base total de cartões emitidos atingiu 68,3 milhões, entre cartões de crédito, débito e pré-pagos. A base de cartões Elo gerados alcançou 11,6 milhões no período.

A redução da base de cartões gerados reflete a estratégia de redução de custos operacionais, com encerramento de cartões inativos (sem uso nas diversas funções bancárias).

Tabela 111. Base de Cartões

milhares	Jun/16	Mar/17	Jun/17	Var. (%)	
				Jun/16	Mar/17
Base de Cartões¹	78.644	69.238	68.321	(13,1)	(1,3)
Cartões de Crédito	22.315	17.098	16.589	(25,7)	(3,0)
Elo	2.917	2.173	2.175	(25,4)	0,1
Cartões de Débito/Pré-Pago	56.329	52.140	51.732	(8,2)	(0,8)
Elo	8.357	8.675	9.416	12,7	8,5

1. Série revisada em jun/17.

A quantidade de cartões com uso recorrente, pelo menos um uso nos últimos 30 dias, chegou a 8,0 milhões na função crédito e 11,2 milhões na função débito.

A tabela abaixo expõe a quantidade de transações realizadas no trimestre e o crescimento observado no período, que segue alinhado ao crescimento no faturamento do negócio tradicional.

Tabela 112. Quantidade de Transações

milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Semestral		Var. (%)
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Quantidade de Transações	614	651	662	7,7	1,6	1.216	1.313	8,0
Cartões de Crédito	259	263	273	5,2	3,9	506	535	5,8
Cartões de Débito/Pré-Pagos	355	389	389	9,6	0,1	710	778	9,5

No 2T17, o volume transacionando por meio dos cartões do Banco do Brasil, faturamento total, alcançou R\$ 67,6 bilhões, aumento de 1,8% na comparação com o 1T17. Considerando somente as transações tradicionais, o crescimento alcançou 7,8% no semestre.

Figura 51. Faturamento Total de Cartões – R\$ bilhões

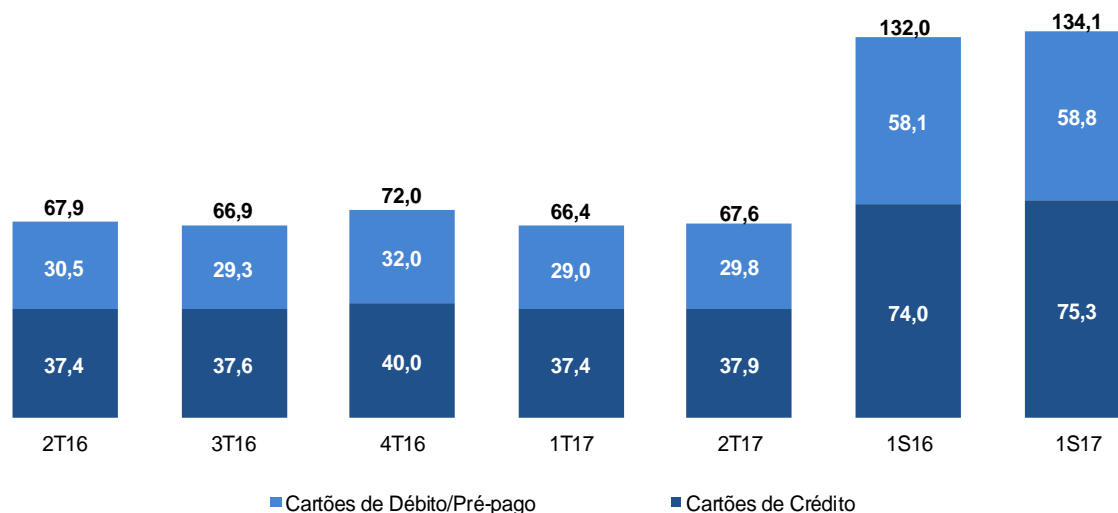
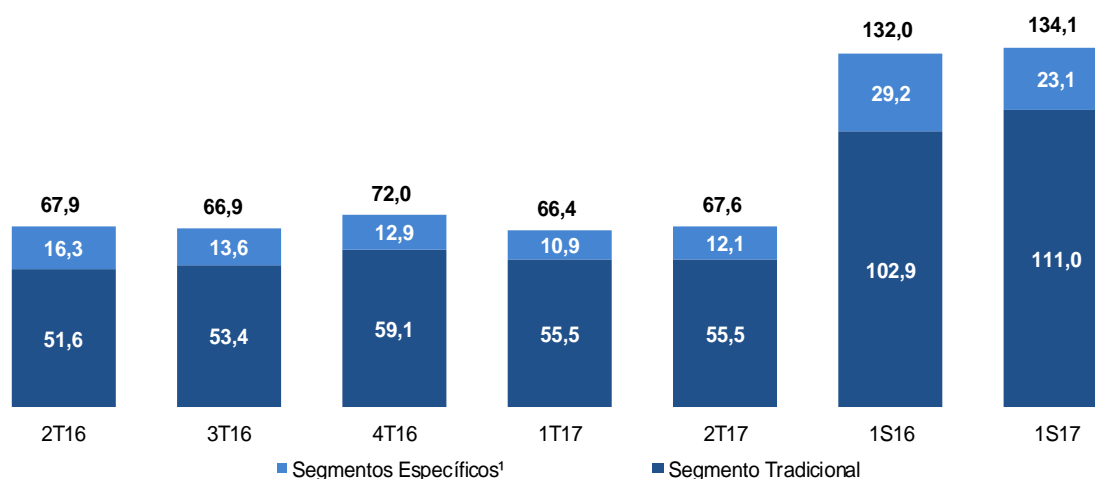


Figura 52. Faturamento Total de Cartões por Tipo de Segmento Negocial – R\$ bilhões



1 – Representa o volume de transações com Ourocard Agronegócios, Ourocard Crediário, Cartão BNDES, pagamento de títulos com cartão, Ourocard Pré-pago e Alelo e compras B2B/empresariais com cartões.

6.2.2. Resultado dos Serviços de Cartões

O resultado de serviços de cartões advém da emissão e utilização dos cartões nas funções crédito, débito, pré-pagos e crediário pelos clientes, e do resultado dos serviços de credenciamento e aquisição, cartões pré-pagos/voucher e de bandeira de cartões, que são prestados pelas coligadas do Banco.

O resultado de serviços não abrange as receitas e despesas financeiras oriundas do pagamento mínimo ou parcial da fatura (crédito rotativo). Foram alocados os custos administrativos e operacionais diretamente relacionados ao negócio cartão, identificados até o presente exercício.

Na tabela a seguir é apresentado o detalhamento do resultado dos serviços de cartões e o resultado após a tributação.

Tabela 113. Resultado de Serviços de Cartões – Visão Trimestral

R\$ milhões	2T16	1T17	2T17	Var. (%)	
				2T16	1T17
Receitas Operacionais Totais	2.244	2.163	2.366	5,4	9,4
Emissão	907	934	991	9,3	6,1
Adquirência	729	852	837	14,8	(1,8)
Outras Receitas	608	377	538	(11,5)	42,7
Despesas	(1.379)	(1.213)	(1.294)	(6,2)	6,7
Emissão	(650)	(568)	(640)	(1,5)	12,7
Adquirência	(581)	(559)	(592)	1,9	5,9
Outras Despesas	(148)	(86)	(62)	(58,1)	(28,0)
Resultado de Serviços de Cartões	865	950	1.072	23,9	12,8
Efeito Tributário	(313)	(350)	(404)	29,1	15,4
Result. Oper. de Serviços de Cartões Líq. de Tributos	552	600	668	21,0	11,3

Tabela 114. Resultado de Serviços de Cartões – Visão Semestral

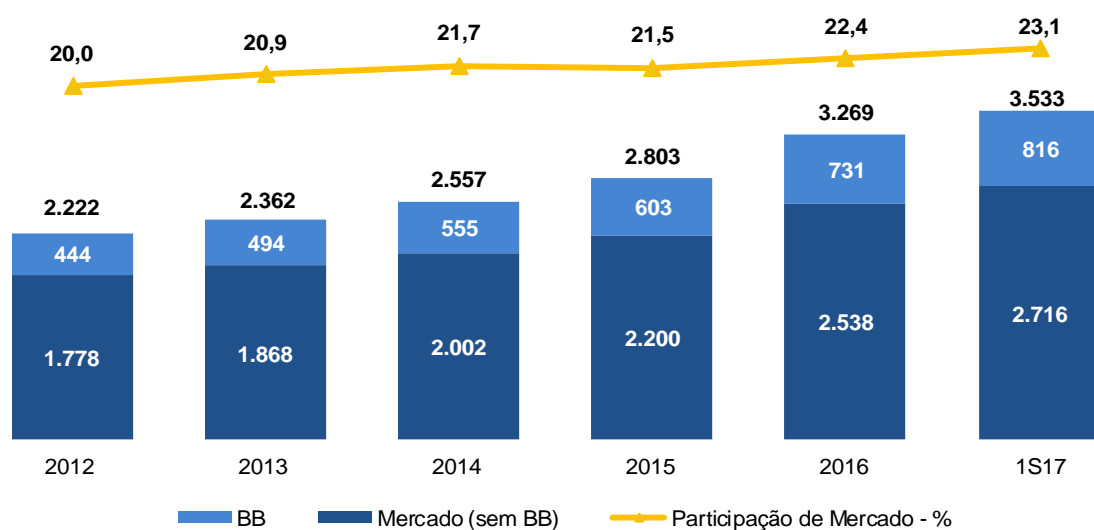
R\$ milhões	1S16	1S17	Var. (%)
Receitas Operacionais Totais	4.533	4.529	(0,1)
Emissão	1.775	1.925	8,5
Adquirência	1.366	1.689	23,6
Outras Receitas	1.392	915	(34,3)
Despesas	(2.726)	(2.507)	(8,0)
Emissão	(1.291)	(1.208)	(6,4)
Adquirência	(1.131)	(1.151)	1,8
Outras Despesas	(304)	(148)	(51,3)
Resultado de Serviços de Cartões	1.807	2.022	11,9
Efeito Tributário	(658)	(754)	14,6
Result. Oper. de Serviços de Cartões Líq. de Tributos	1.149	1.268	10,4

6.3. Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A., tem como atividades principais a administração, gestão e distribuição de fundos e carteiras administradas.

O gráfico a seguir apresenta o saldo em recursos de terceiros administrados e a participação da BB DTVM no *ranking* Global de Administração de Recursos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima.

Figura 53. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

No 1S17, a captação líquida da BB DTVM foi positiva em R\$ 43,2 bilhões, tendo como destaques as categorias Renda Fixa e Previdência.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o *ranking* Global de Administração de Recursos da Anbima de junho de 2017, a BB DTVM permaneceu como líder nos segmentos: Investidor Institucional, Poder Público e Varejo.

As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos administrados por segmento e produto, referentes a junho de 2017.

Tabela 115. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Investidor Institucional	311.772	46,7	350.142	43,8	351.917	43,1	12,9	0,5
Poder Público	120.498	18,0	140.037	17,5	138.952	17,0	15,3	(0,8)
Varejo	84.313	12,6	103.913	13,0	108.633	13,3	28,8	4,5
Alta Renda	45.607	6,8	55.482	6,9	62.828	7,7	37,8	13,2
RPPS	44.073	6,6	48.711	6,1	51.608	6,3	17,1	5,9
Corporate ¹	13.973	2,1	41.728	5,2	37.602	4,6	169,1	(9,9)
Private	25.965	3,9	33.697	4,2	36.961	4,5	42,4	9,7
Middle Market	14.505	2,2	16.965	2,1	19.326	2,4	33,2	13,9
Investidor Estrangeiro	7.444	1,1	8.037	1,0	8.614	1,1	15,7	7,2
Total	668.150	100,0	798.712	100,0	816.441	100,0	22,2	2,2

Fonte: Anbima

1- No 4T16 a BB DTVM passou a administrar fundo de um cliente exclusivo, esse mesmo fundo apresentou captação líquida negativa no 2T17.

O crescimento observado nos fundos de investimento dos segmentos Varejo e Alta Renda é decorrente da estratégia de mobilização de vendas da rede ocorrida no período.

Os dados acerca da distribuição por classe Anbima são divulgados sem a dedução das cotas de fundos próprios e de terceiros, que em junho de 2017 somaram R\$ 3.959 milhões.

Tabela 116. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por classe Anbima

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Fundos de Investimentos	656.938	98,3	793.045	99,3	804.507	98,5	22,5	1,4
Renda Fixa	422.596	63,2	495.048	62,0	505.239	61,9	19,6	2,1
Renda Variável	42.564	6,4	37.583	4,7	34.149	4,2	(19,8)	(9,1)
Multimercado	12.366	1,9	19.202	2,4	20.690	2,5	67,3	7,8
Outros ¹	179.412	26,9	241.213	30,2	244.430	29,9	36,2	1,3
Carteiras Administradas	14.379	2,2	16.040	2,0	15.892	1,9	10,5	(0,9)
Renda Fixa	14.193	2,1	15.836	2,0	15.692	1,9	10,6	(0,9)
Renda Variável	186	0,0	204	0,0	200	0,0	7,5	(2,0)
Fundos de Terceiros	(3.168)	(0,5)	(10.373)	(1,3)	(3.959)	(0,5)	25,0	(61,8)
Total	668.150	100,0	798.712	100,0	816.441	100,0	22,2	2,2

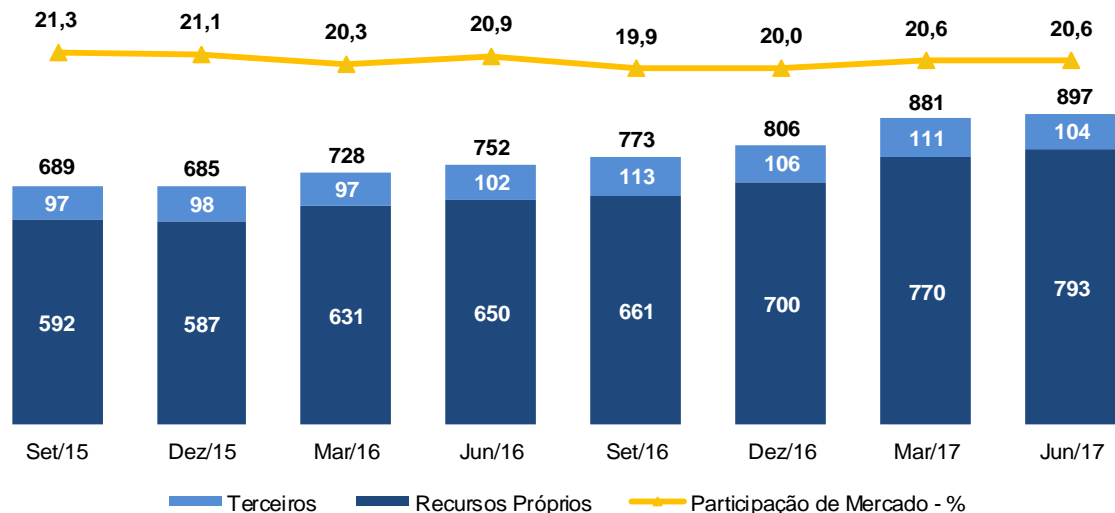
Fonte: Anbima

1 - Inclui Previdência, Cambial, FIDC, FIP, ETF, Fundo Imobiliário e Off Shore.

Custódia

O Banco do Brasil se destaca como um dos principais líderes da indústria de custódia, controladoria, contabilidade e escrituração de ativos. Em junho de 2017, o BB alcançou a marca de R\$ 897 bilhões sob custódia. Evolução de 19,4% em relação ao mesmo período do ano anterior e 1,8% em relação ao último trimestre. A expansão de volume sob custódia deveu-se principalmente ao avanço da indústria de fundos.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos custodiados no Banco do Brasil.

Figura 54. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões

Fonte: Anbima.

Sustentabilidade

Atualmente, a BB DTVM administra cinco fundos de investimento com características socioambientais. A tabela a seguir detalha o saldo dos recursos administrados nos cinco fundos.

Tabela 117. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais

R\$ milhões	Saldos			Var. (%)	
	Jun/16	Mar/17	Jun/17	Jun/16	Mar/17
BB Referenciado DI Social 50	105,6	165,5	563,3	433,4	240,4
BB Multi Global Acqua LP Private FI	289,9	254,4	302,8	4,4	19,0
BB Previdenciário Ações Governança	104,7	125,5	130,9	25,0	4,3
BB Ações ISE Jovem FIC	8,3	8,6	8,3	-	(3,5)
BB Ações Carbono Sustent. FIA	4,6	4,2	4,0	(13,0)	(4,8)
Total	513,1	558,2	1.009,3	96,7	80,8

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários - CVM

6.4. Mercado de Capitais

O mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente no mercado de capitais brasileiro com o BB - Banco de Investimento S.A (BB-BI).

No mercado de capitais internacional, o conglomerado BB atua por meio de suas subsidiárias integrais: BB Securites Ltd. (Londres), Banco do Brasil Securities LLC. (Nova Iorque) e BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura).

No portfólio do BB estão serviços que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de operações, liquidação e custódia de ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas. Os principais produtos e serviços são destacados a seguir:

- I. **Fusões e aquisições:** presta assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações), colocações privadas, ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) e emite laudos de avaliação e de *fairness opinion* para empresas.
- II. **Ouro:** oferece serviços de compra e venda de ouro em forma escritural ou de lingotes para os clientes, além da custódia desses ativos.
- III. **Private Equity:** é cotista de 15 fundos e atua como assessor em 7 deles, com 53 investimentos indiretos em empresas localizadas em várias regiões do país, nos mais diversos segmentos (energia, infraestrutura, logística, consumo, educação, TI, serviços, agroindústria, entre outros.) e em diferentes estágios de desenvolvimento (empresas consolidadas, emergentes e empresas com tecnologia inovadora).

- IV. Renda Fixa:** (i) Mercado doméstico: são ofertados os serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas promissórias comerciais e letras financeiras. (ii) Mercado internacional: atuação na coordenação, estruturação e distribuição de papéis emitidos por empresas, bancos e governos por meio das corretoras localizadas em Londres, Nova Iorque e Cingapura, conferindo uma atuação global do BB no mercado de capitais.
- V. Renda Variável:** oferece os serviços de assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações, ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) e ofertas de Cepacs (instrumento de captação de recursos para financiar obras públicas). Atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento *private* abrange também o serviço de aluguel de ações.
- VI. Securitização:** atua na coordenação, estruturação e distribuição de operações de securitização, processo pelo qual um grupo relativamente homogêneo de ativos é convertido em títulos negociáveis, por intermédio dos seguintes produtos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Desempenho em Mercado de Capitais

No primeiro semestre de 2017 o BB-BI atuou em 7 emissões, tendo atingido o volume de R\$ 1,7 bilhão em operações de Debêntures, sendo R\$ 1,6 bilhão de longo prazo e R\$ 108 milhões de curto prazo. No Ranking Consolidado – Originação da Anbima, referente a jun/17, o BB-BI atingiu a 5ª posição, com 6,6% de participação.

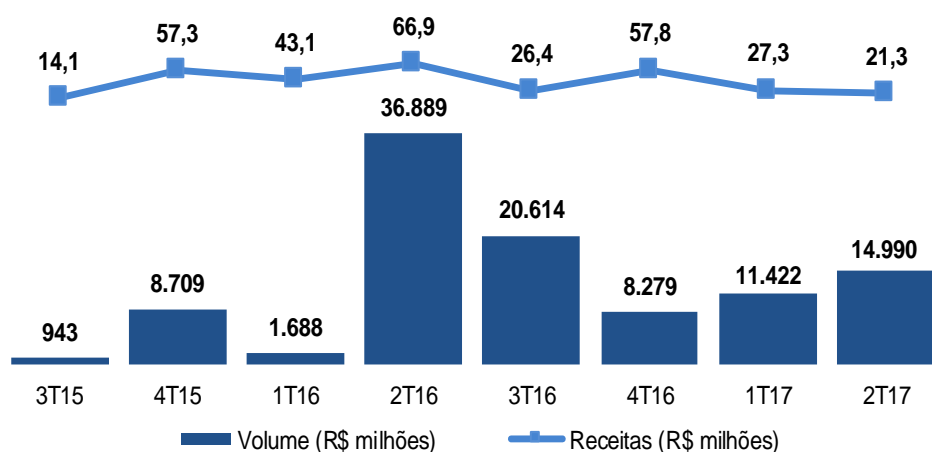
Em termos de securitização, conforme Ranking Anbima divulgado em jun/17, o BB-BI alcançou a 6ª posição em número de Emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com 4 operações acumuladas no Ranking Anbima de Originação, perfazendo um volume total de R\$ 663 milhões.

No segundo trimestre de 2017, 4 emissores brasileiros (3 companhias e 1 banco) acessaram o mercado internacional de capitais (*bonds*), emitindo um total de US\$ 6,1 bilhões, sendo que 2 companhias contrataram o BB para atuar como *lead-manager*, emitindo um total de US\$ 4,4 bilhões. Isto representa uma participação de mercado de 71,9% no período. No acumulado do ano, conforme Ranking Anbima de Emissões Externas (posição jun/17), o BB é 6º colocado.

No que se refere a grupos estrangeiros, o BB atuou como *co-manager* em outras 3 transações no montante total de US\$ 7 bilhões no período.

O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB na originação de títulos de renda fixa no Brasil e no exterior.

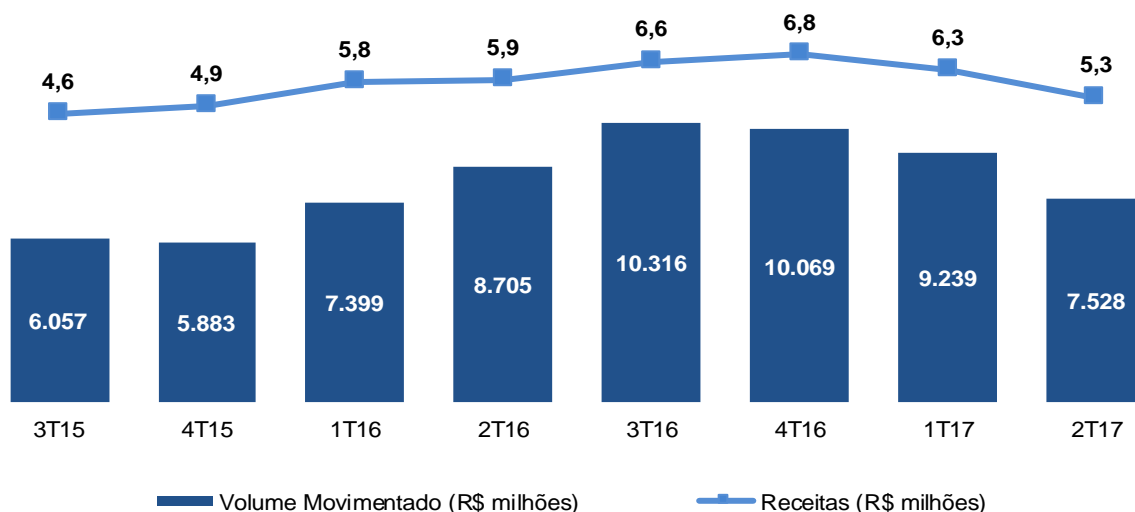
Figura 55. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional



Para os investidores de Varejo, o BB-BI oferece o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do BB, internet (*home broker*) e *mobile*. No 2T17, o volume movimentado no BB foi

de R\$ 7,5 bilhões, no mesmo período a B3 – Brasil Bolsa Balcão movimentou R\$ 154,6 bilhões. O *market share* do BB no período foi de 4,8%. A seguir apresentamos a movimentação trimestral:

Figura 56. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário



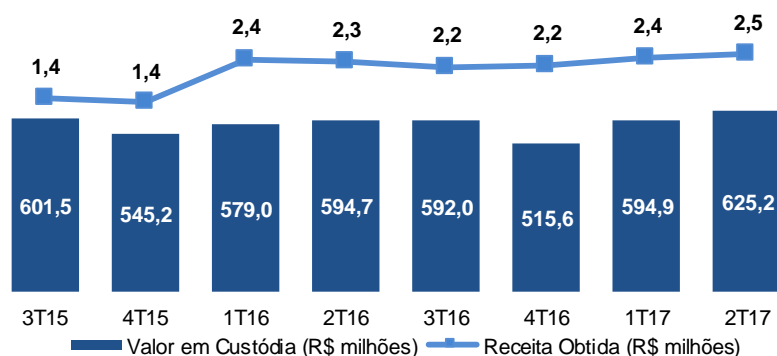
Na indústria de *private equity*, o BB-BI é cotista de 15 fundos. O total de capital comprometido pelo BB-BI na indústria de *private equity* é de R\$ 1,3 bilhão, conforme tabela a seguir:

Tabela 118. *Private Equity* – Participação Indireta

R\$ milhões	Jun/16		Mar/17		Jun/17	
	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)
FIP Angra Infraestrutura	60,0	8,1	60,0	8,1	60,0	8,1
FIP Logística Brasil	60,0	13,0	60,0	13,0	60,0	13,0
FIP Brasil Energia	60,0	5,8	60,0	5,8	60,0	5,8
FIP Infra Brasil	60,0	7,3	60,0	7,3	60,0	7,3
FIP Coliseu	200,0	20,1	200,0	21,5	200,0	21,5
FMIEE Rio Bravo Nordeste II	20,0	15,2	20,0	15,2	19,9	15,1
FMIEE Jardim Botânico VC I	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
FMIEE Fundotec II	12,0	15,5	12,0	15,5	12,0	15,5
FIP Fundo Brasil de Governança Corporativa	82,5	13,8	82,5	13,8	82,5	13,8
FIP Brasil Agronegócio	160,0	19,1	160,0	19,0	160,0	19,0
FIP Brasil Sustentabilidade	40,0	9,5	40,0	9,5	40,0	9,5
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	88,0	24,4	88,0	24,4	88,0	24,4
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	169,3	18,8	169,3	18,8	169,3	18,8
FIP Brasil Óleo e Gás	125,0	25,0	125,0	25,0	125,0	25,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II	150,0	21,4	150,0	21,5	150,0	21,5
Total	1.306,8		1.306,8		1.306,7	

A figura a seguir apresenta o saldo e a receita de custódia no BB-BI no mercado de ouro.

Figura 57. Ouro – Custódia



6.5. Seguros, Previdência e Capitalização

A BB Seguridade é o grupo segurador do Banco do Brasil. Constituída em 2012, a empresa representa o resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008. Dentre as suas atividades estão a oferta de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e serviços de corretagem.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho daquela empresa, disponível no site <http://www.bbseguridaderi.com.br/>

Na próxima tabela estão presentes os principais indicadores de desempenho da BB Seguridade.

Tabela 119. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (p.p)	
	2T16	1T17	2T17	s/ 2T16	s/ 1T17
Indicadores de Desempenho - %					
Seguros - Vida, Habitacional e Rural					
Sinistralidade ¹	30,9	24,6	27,4	(11,4)	11,3
Índice de Comissionamento ²	28,0	27,2	27,7	(1,0)	1,9
Margem Técnica	41,3	48,5	45,1	9,2	(7,1)
Índice Combinado ³	68,5	72,1	69,2	0,9	(4,0)
Índice Combinado Ampliado ⁴	62,3	65,8	64,3	3,2	(2,3)
RSPL Ajustado ⁵	46,8	45,5	57,6	23,2	26,8
Seguros - Patrimônio					
Sinistralidade ¹	56,6	59,3	56,3	(0,6)	(5,0)
Índice de Comissionamento ²	22,6	24,0	25,1	10,8	4,5
Margem Técnica	21,0	17,1	18,9	(9,9)	10,5
Índice Combinado ³	96,8	105,9	101,2	4,6	(4,4)
Índice Combinado Ampliado ⁴	88,9	101,2	93,8	5,5	(7,3)
RSPL Ajustado	13,9	(0,4)	6,6	(52,7)	-
Previdência					
Índice de Comissionamento ²	0,7	1,5	1,6	133,1	11,3
RSPL Ajustado	39,0	39,7	40,1	2,8	1,0
Capitalização					
Índice de Comissionamento ⁵	60,0	63,8	67,6	12,6	5,9
Margem de Capitalização	18,3	12,3	12,3	(32,7)	0,2
RSPL Ajustado	84,1	98,7	43,5	(48,3)	(56,0)
Corretagem					
Margem Operacional Ajustada	80,1	81,5	79,9	(0,2)	(1,9)
Margem Líquida Ajustada	57,7	58,5	57,4	(0,5)	(1,9)

1 – Sinistralidade = Despesas com Sinistros / Prêmios Ganhos.

2 – Índice de Comissionamento = Despesas de Comercialização / Prêmios Ganhos.

3 – Índice Combinado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / Prêmios Ganhos.

4 – Índice Combinado Ampliado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / (Prêmios Ganhos + Resultado Financeiro).

5 - Série histórica revisada no 1T17.

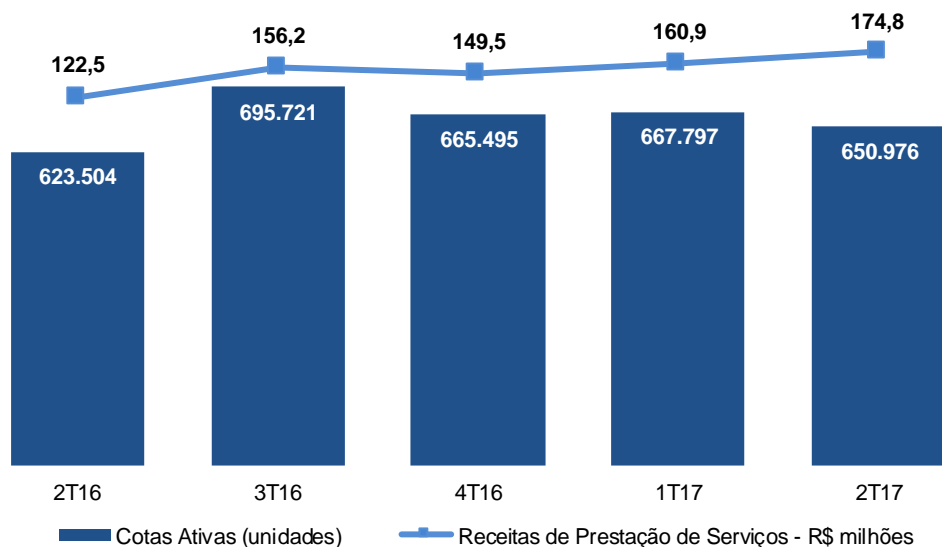
6.6. Consórcios

O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua controlada, BB Administradora de Consórcios S.A. Em abril de 2017, último dado disponibilizado pelo site do Banco Central, a BB Consórcios contava com 9,6% de participação de mercado. Até junho de 2017, o BB comercializou 44,7 mil novas cotas de consórcios.

Tabela 120. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo

unidades	Saldos						Var. (%)	
	Jun/16	Part. %	Mar/17	Part. %	Jun/17	Part. %	Jun/16	Mar/17
Automóveis	579.103	92,9	613.479	91,9	585.867	90,0	1,2	(4,5)
Moto	10.511	1,7	15.840	2,4	23.601	3,6	124,5	49,0
Imóveis	19.673	3,2	22.417	3,4	23.178	3,6	17,8	3,4
Trator/Caminhão	7.562	1,2	8.300	1,2	8.966	1,4	18,6	8,0
Serviços	3.280	0,5	4.152	0,6	4.809	0,7	46,6	15,8
Eletrodomésticos	3.375	0,5	3.609	0,5	4.555	0,7	35,0	26,2
Total	623.504	100,0	667.797	100,0	650.976	100,0	4,4	(2,5)

Figura 58. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativas



As tabelas a seguir apresentam comparativo entre saldo médio, prazo médio e taxa de administração média das cotas comercializadas no período.

Tabela 121. Consórcios - Ticket Médio

R\$	Saldos				
	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Trator/Caminhão	156.528	141.843	154.346	159.260	161.634
Imóveis	187.132	141.912	162.867	165.905	159.207
Automóveis	35.394	31.232	39.431	37.405	39.862
Moto	9.881	10.907	11.833	12.986	14.657
Serviços	7.101	7.343	7.360	6.842	7.236
Eletrodomésticos	4.535	4.736	4.557	4.233	4.428

Tabela 122. Consórcios¹ – Prazo Médio e Taxa de Administração Média

	2T16		1T17		2T17	
	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)
Serviços	28	22,0	30	20,7	29	20,7
Moto	46	20,3	53	20,1	57	20,1
Imóveis	129	19,6	133	19,8	141	19,9
Eletrodomésticos	29	19,1	28	18,7	31	19,2
Automóveis	66	15,3	67	15,3	67	15,2
Trator/Caminhão	84	15,2	110	15,1	111	15,0

1 – Contratados no período.

7- Produtividade e Eficiência

O Banco do Brasil tem buscado melhorar sua eficiência operacional e produtividade mantendo rígido controle de suas despesas administrativas, de pessoal e operacionais.

7.1. Indicadores

Nesta seção são apresentados os indicadores normalmente utilizados para análise de instituições financeiras. A seguir apresentamos o Resultado Estrutural, que cresceu nas comparações trimestrais e semestrais e é composto principalmente pelo produto bancário e as despesas operacionais totais, demonstrando a evolução dos negócios do Banco.

Tabela 123. Resultado Estrutural

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo Semestral			Var. (%) s/
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16	
Receitas Operacionais Totais (Produto Bancário)	23.939	23.730	24.009	0,3	1,2	47.061	47.740	1,4	
Receitas Operacionais	23.686	23.601	23.939	1,1	1,4	46.488	47.540	2,3	
Margem Financeira Bruta	14.633	14.476	14.606	(0,2)	0,9	28.909	29.083	0,6	
Rendas de Tarifas	5.886	6.096	6.316	7,3	3,6	11.285	12.411	10,0	
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	1.091	953	1.062	(2,7)	11,5	2.089	2.015	(3,5)	
Outras Receitas Operacionais	2.075	2.076	1.955	(5,8)	(5,8)	4.205	4.031	(4,1)	
Previ - Plano de Benefícios	(54)	(59)	(59)	10,5	(0,0)	(107)	(119)	10,5	
Previ - Atualização de Fundo Utilização	307	189	129	(57,9)	(31,5)	680	318	(53,3)	
Despesas Operacionais Totais	(13.262)	(12.849)	(12.680)	(4,4)	(1,3)	(26.074)	(25.529)	(2,1)	
Despesas Administrativas	(7.973)	(7.774)	(7.864)	(1,4)	1,2	(15.781)	(15.638)	(0,9)	
Despesas de Pessoal	(4.956)	(4.677)	(4.817)	(2,8)	3,0	(9.745)	(9.494)	(2,6)	
Outras Despesas Administrativas	(3.017)	(3.096)	(3.047)	1,0	(1,6)	(6.036)	(6.144)	1,8	
Risco Legal	(581)	(751)	(516)	(11,2)	(31,2)	(1.371)	(1.267)	(7,6)	
Outras Despesas Tributárias	(92)	(118)	(128)	39,4	8,7	(209)	(245)	17,5	
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.291)	(1.262)	(1.231)	(4,7)	(2,5)	(2.514)	(2.493)	(0,8)	
Outras Despesas Operacionais	(3.325)	(2.945)	(2.941)	(11,6)	(0,1)	(6.199)	(5.886)	(5,1)	
Resultado Não Operacional	72	45	59	(17,0)	31,8	108	105	(3,4)	
Resultado Estrutural	10.749	10.926	11.389	6,0	4,2	21.095	22.315	5,8	

As despesas administrativas foram impactadas em R\$ 67 milhões no 1T17 e R\$ 77 milhões 2T17 devido a gastos com a reorganização institucional.

Pode-se observar na tabela a seguir que os índices de cobertura das rendas de tarifas e receitas operacionais apresentaram evolução no 1S17/1S16 em função do desempenho favorável das rendas de tarifas, além do rígido controle das despesas.

Tabela 124. Índices de Cobertura e Eficiência – Ajustados¹

%	Fluxo Semestral						
	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17	1S16	1S17
Cobertura das Despesas de Pessoal - Trimestral	118,8	110,9	118,9	130,3	131,1	115,8	130,7
Cobertura das Despesas de Pessoal - 12 meses	116,4	114,7	115,3	119,4	122,4	-	-
Cobertura das Despesas Administrativas - Trimestral	73,8	69,6	71,9	78,4	80,3	71,5	79,4
Cobertura das Despesas Administrativas - 12 meses	70,8	70,4	71,1	73,3	74,9	-	-
Índice de Eficiência - 12 meses²	39,9	39,8	39,7	39,3	38,9	-	-

1 - Dados referentes à Demonstração de Resultado com Realocações.

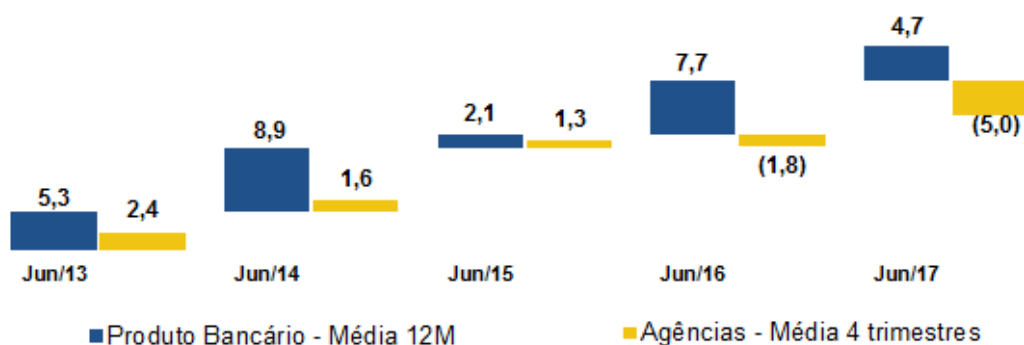
2 - Receitas Operacionais, líquido das Outras Despesas Operacionais.

A tabela a seguir apresenta outros indicadores de produtividade utilizados.

Tabela 125. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência

	Jun/16	Set/16	Dez/16	Mar/17	Jun/17
Contas Correntes/Rede Própria	2.197	2.212	2.244	2.250	2.295
Contas Correntes/Funcionários em Agências	440	443	525	554	564
Renda de Tarifas/Rede Própria - R\$ mil	343	343	373	370	392
Cart. de Créd. Ampl./Rede Própria - R\$ milhões	44	43	43	42	43
Captação Comercial/Funcionários em Agências - R\$ milhões	7	7	9	9	9
Captação Fundos/Funcionários em Agências - R\$ milhões	8	8	10	12	12
Despesa de Pessoal por Funcionário - R\$ mil	45	48	50	47	48
Funcionários em Agências/(Ag.+Postos de Atendimento)	12	12	10	9	9

No próximo gráfico é demonstrada a evolução do produto bancário (receitas operacionais totais) e a evolução no número de agências dos últimos 5 anos.

Figura 59. Produto Bancário e Agências – (% de evolução)

7.2. Despesas de Pessoal

As Despesas de Pessoal apresentaram aumento de 3% no comparativo 2T17/1T17, impactadas pela sazonalidade do período, relacionado principalmente com a concentração de férias.

Na comparação 1S17/1S16, apresentaram queda de 2,6%. A diminuição das despesas ocorreu principalmente pela reorganização interna do Banco.

Tabela 126. Despesas de Pessoal

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo Semestral		Var. (%) s/
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Despesas de Pessoal	(4.956)	(4.677)	(4.817)	(2,8)	3,0	(9.745)	(9.494)	(2,6)
Proventos	(2.687)	(2.201)	(2.589)	(3,6)	17,6	(4.938)	(4.790)	(3,0)
Encargos Sociais	(825)	(754)	(797)	(3,4)	5,6	(1.598)	(1.551)	(2,9)
Provisões Administrativas de Pessoal	(554)	(735)	(440)	(20,6)	(40,1)	(1.438)	(1.175)	(18,3)
Benefícios	(669)	(765)	(762)	14,0	(0,3)	(1.332)	(1.527)	14,7
Previdência Complementar	(192)	(202)	(204)	6,3	0,7	(387)	(406)	4,8
Treinamento	(17)	(9)	(14)	(19,3)	61,9	(28)	(22)	(21,0)
Honorários de Diretores e Conselheiros	(13)	(11)	(11)	(13,1)	(0,4)	(24)	(22)	(8,4)

A seguir apresentamos a evolução do quadro de pessoal e o perfil dos colaboradores do BB (Funcionários e Estagiários).

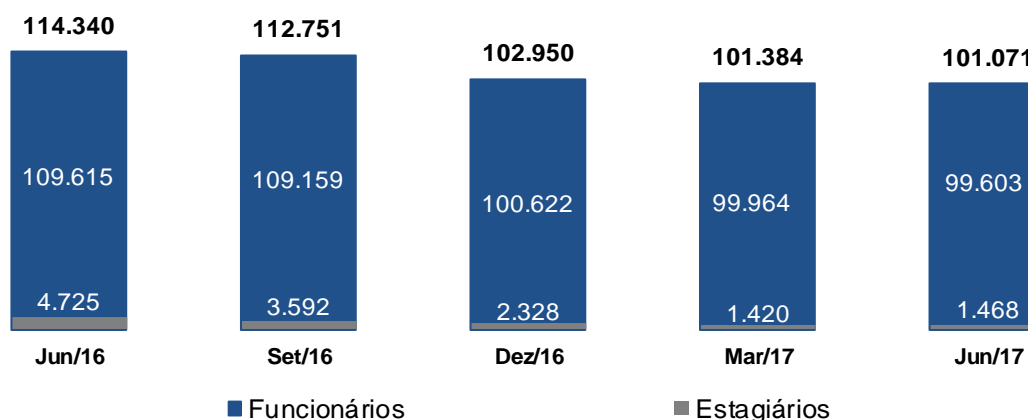
Figura 60. Evolução do Quadro de Pessoal

Tabela 127. Perfil dos Funcionários

	Jun/16	Set/16	Dez/16	Mar/17	Jun/17
Funcionários	109.615	109.159	100.622	99.964	99.603
Feminino	45.542	45.408	41.549	41.321	41.194
Masculino	64.073	63.751	59.073	58.643	58.409
Escolaridade					
Ensino Médio	22.846	22.060	19.750	19.024	18.429
Graduação	47.210	46.916	43.083	42.482	42.100
Especialização, Mestrado e Doutorado	39.250	39.875	37.575	38.249	38.868
Demais	309	308	214	209	206
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	0,4	0,4	8,6	0,7	0,3

O índice de rotatividade 8,6% em dez/16 reflete o Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (PEAI), anunciado por fato relevante em 20 de novembro de 2016.

7.3. Outras Despesas Administrativas

As Outras Despesas Administrativas diminuíram 1,6% em relação ao trimestre anterior, destaque para as linhas a seguir:

- I - Comunicação e Processamento de Dados: implementação de ações com objetivo de reduzir gastos correntes e revisão de contratos.
- II - Serviços de Terceiros: repactuação de contratos que impactaram o 1T17.

No comparativo semestral houve incremento de 1,8%, em que Imóveis e Bens de Uso tiveram grande peso em função da locação de novos edifícios em São Paulo e Brasília e indenizações para devolução de imóveis em decorrência do plano de reestruturação iniciado em novembro/2016.

Tabela 128. Outras Despesas Administrativas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo Semestral		Var. (%) s/
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Outras Despesas Administrativas	(3.017)	(3.096)	(3.047)	1,0	(1,6)	(6.036)	(6.144)	1,8
Imóveis e Bens de Uso ¹	(625)	(720)	(708)	13,2	(1,8)	(1.304)	(1.428)	9,5
Serv. de Vigilância, Segurança e Transp.	(567)	(550)	(562)	(0,9)	2,3	(1.110)	(1.112)	0,2
Comunicação e Processamento de Dados	(510)	(541)	(444)	(12,8)	(17,9)	(973)	(985)	1,2
Serviços de Terceiros	(445)	(497)	(476)	7,0	(4,2)	(946)	(973)	2,8
Amortização e Depreciação	(338)	(352)	(355)	4,9	0,8	(674)	(707)	4,9
Publicidade e Relações Públicas	(128)	(84)	(96)	(24,9)	15,3	(247)	(180)	(27,0)
Demais Despesas Administrativas	(404)	(353)	(406)	0,6	15,0	(782)	(759)	(2,9)

1- Inclui despesas com Seguro Patrimonial.

Apresentamos a seguir dados sobre a estrutura do Banco que contribuem para a formação das outras despesas administrativas.

7.3.1. Rede de Atendimento

O Banco do Brasil encerrou jun/17 com 66,1 mil pontos de atendimento entre rede própria, compartilhada e correspondentes, fazendo-se presente em 99,8% dos municípios brasileiros.

O BB possui parcerias para o compartilhamento de terminais de autoatendimento e utilização da rede de lotéricas onde é possível realizar saques, depósitos, pagamentos, entre outros serviços. Essas parcerias consolidam a presença nacional da rede do Banco do Brasil.

Na próxima tabela apresentamos a composição da rede de atendimento do BB.

Tabela 129. Rede de Atendimento

	Posição			Var. (%) s/	
	Jun/16	Mar/17	Jun/17	Jun/16	Mar/17
Rede Própria	17.181	16.492	16.098	(6,3)	(2,4)
Agências	5.428	4.877	4.885	(10,0)	0,2
Postos de Atendimento	1.738	2.180	2.117	21,8	(2,9)
Postos de Atendimento Eletrônico	10.015	9.435	9.096	(9,2)	(3,6)
Rede MaisBB	14.110	13.622	13.486	(4,4)	(1,0)
Correspondentes no País	7.962	7.501	7.350	(7,7)	(2,0)
Banco Postal	6.148	6.121	6.136	(0,2)	0,2
Rede Compartilhada	35.680	36.731	36.488	2,3	(0,7)
Lotéricas	13.146	13.038	13.021	(1,0)	(0,1)
Banco 24h	18.935	20.516	20.340	7,4	(0,9)
TAA: Bancos Parceiros	3.599	3.177	3.127	(13,1)	(1,6)
Total	66.971	66.845	66.072	(1,3)	(1,2)

Tabela 130. Rede de Agências por Região

	BB	SFN	Part. %
Sudeste	2.118	11.743	18,0
Nordeste	1.057	3.572	29,6
Sul	948	4.166	22,8
Centro-Oeste	457	1.817	25,2
Norte	305	1.143	26,7
Total	4.885	22.441	21,8

7.3.2. Canais Automatizados

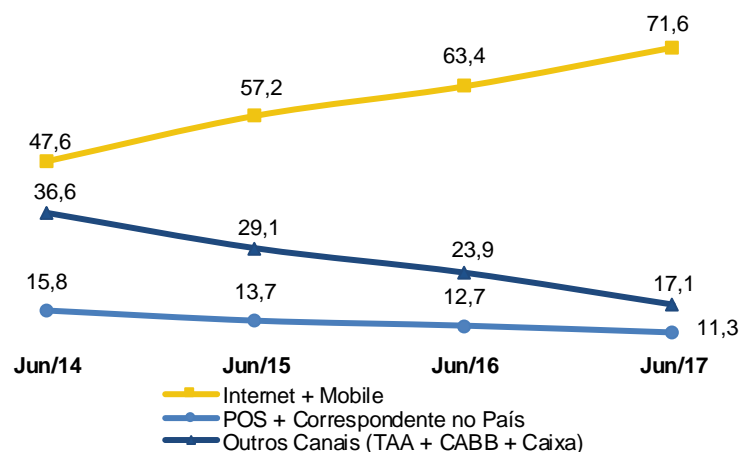
Os canais de atendimento automatizados do Banco do Brasil disponibilizam uma ampla gama de serviços e produtos aos clientes, além de contribuir no controle de custos. Em jun/17 estes canais foram responsáveis por 96,9% das transações realizadas.

Mobile e Internet Banking

O BB *mobile* e *internet banking* buscam tornar a experiência bancária dos clientes cada vez mais simples, rápida, segura e conveniente, com a disponibilização de amplo portfólio de produtos e serviços, de forma a atendê-lo a qualquer hora e em qualquer lugar em que ele esteja.

A próxima figura apresenta a evolução do percentual das transações realizadas por canal de atendimento.

Figura 61. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – (%)



Os próximos dois gráficos apresentam a recente evolução da quantidade de usuários cadastrados e das transações realizadas pelos canais *mobile banking* e *internet banking*, respectivamente.

Figura 62. Quantidade de Usuários (milhões) – *Internet e Mobile*

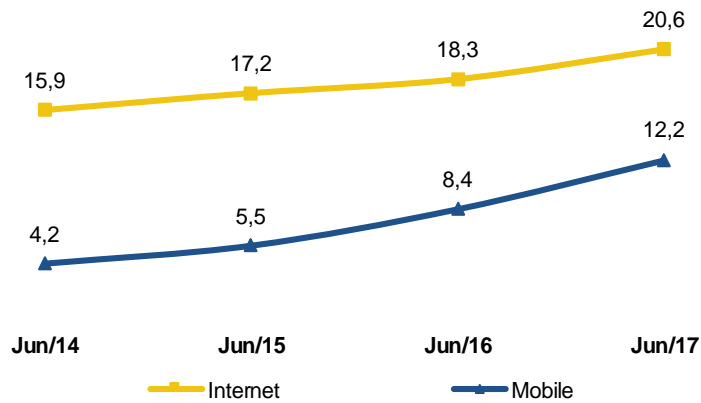
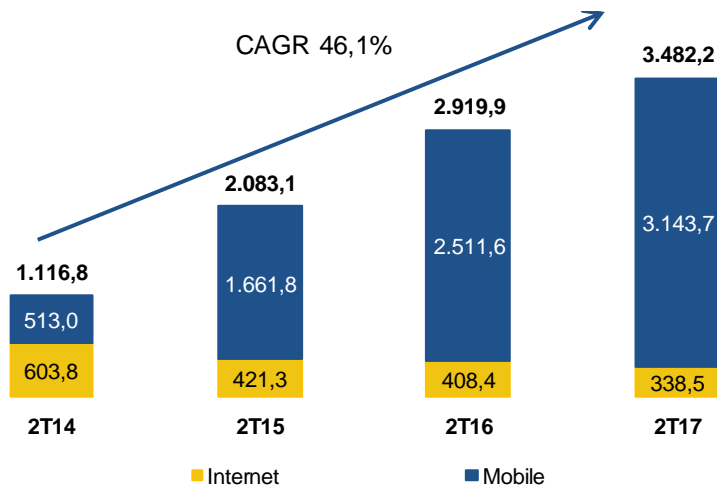


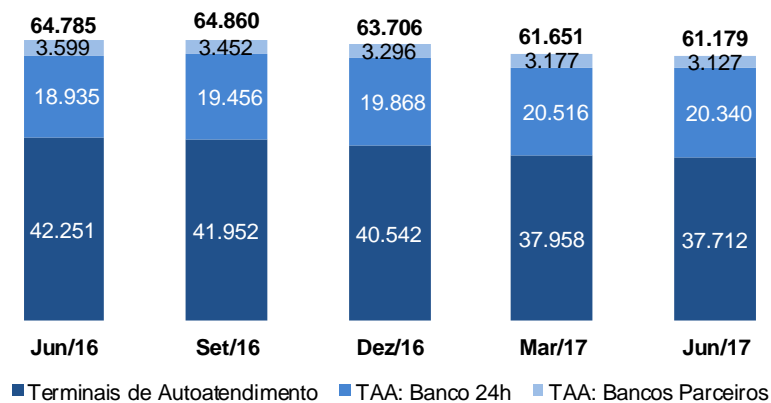
Figura 63. Quantidade de Transações (milhões) – *Internet PF e Mobile*



Terminais de Autoatendimento

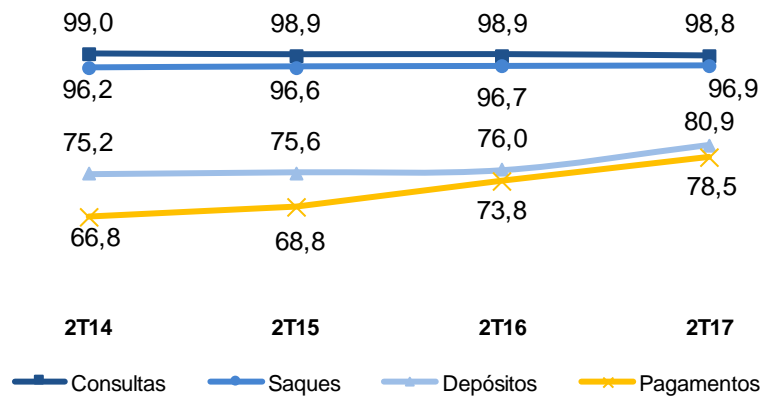
O Banco do Brasil conta com a maior de rede de terminais de autoatendimento (TAA) do País. A figura a seguir apresenta a quantidade de TAAs da rede própria e das parcerias com Bancos e rede do Banco 24h.

Figura 64. Terminais de Autoatendimento



No próximo gráfico é possível observar que os TAAs, em comparação com os caixas das agências e dos postos de atendimento, respondem pela maioria absoluta das transações bancárias básicas, tais como consultas diversas, saques, depósitos e pagamentos de títulos e convênios.

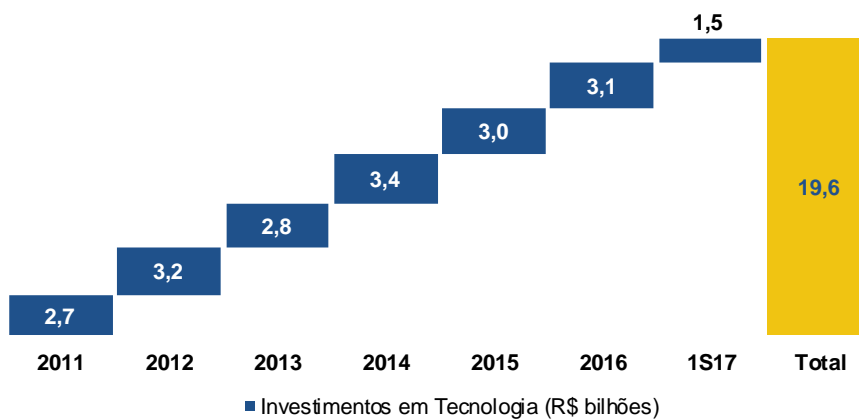
Figura 65. Transações - TAAs vs Caixa – (% média)



Investimento em Tecnologia

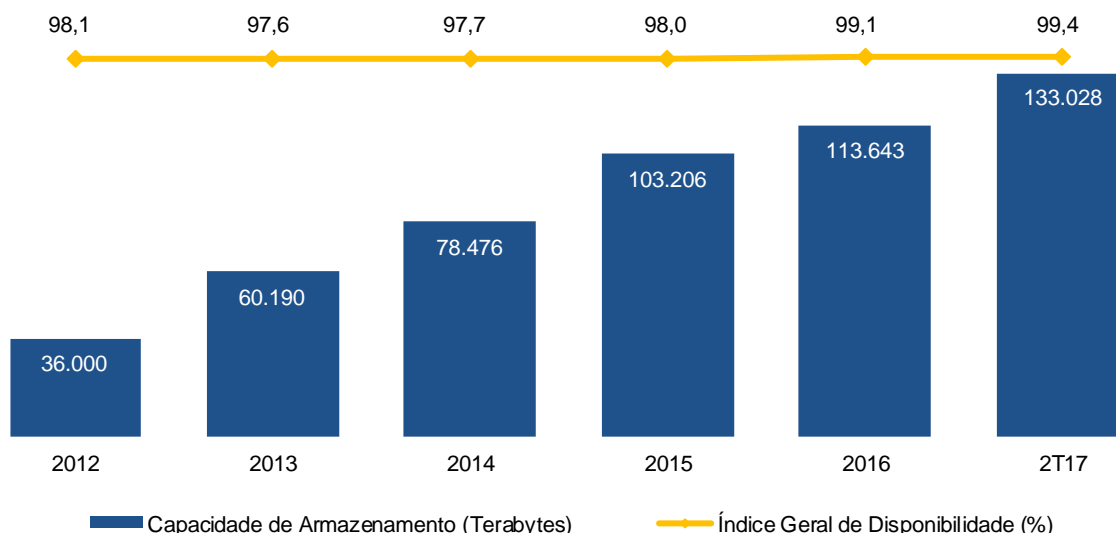
O Banco do Brasil investe permanentemente em tecnologia com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir as perdas operacionais, expandir os negócios e melhorar o atendimento ao cliente. Durante o período de 2011 a jun/17 foi investido o montante de R\$ 19,6 bilhões. Na próxima figura pode-se observar a distribuição desse total investido em 6 anos.

Figura 66. Investimentos em Tecnologia



Um importante resultado dos investimentos em tecnologia está relacionado ao significativo aumento da capacidade de armazenamento de dados e no índice de disponibilidade, conforme demonstrado na próxima figura.

Figura 67. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade



7.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas/despesas operacionais. É válido ressaltar que a linha “Demais” representa o somatório das subcontas de valores pouco relevantes individualmente e pulverizados.

Tabela 131. Outras Receitas e Despesas Operacionais

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo Semestral		Var. (%) s/
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17	1S16	1S17	1S16
Outras Receitas Operacionais	2.075	2.076	1.955	(5,8)	(5,8)	4.205	4.031	(4,1)
Atualização de Depósitos em Garantia	771	790	676	(12,4)	(14,5)	1.437	1.466	2,0
Recuperação de Encargos e Despesas	494	506	507	2,6	0,2	1.016	1.013	(0,3)
Operações com Cartões	169	149	294	74,2	97,5	430	443	3,1
Rendas de Títulos e Créditos a Receber	228	229	185	(18,8)	(19,1)	449	415	(7,8)
Rec. de Empresas Colig./Control. Não Financeiras	80	92	72	(9,5)	(21,1)	157	164	4,4
Outras Despesas Operacionais	(3.325)	(2.945)	(2.941)	(11,6)	(0,1)	(6.199)	(5.886)	(5,1)
Verba de Relacionamento Negocial	(505)	(471)	(468)	(7,4)	(0,6)	(1.011)	(940)	(7,1)
Descontos Concedidos em Renegociação	(411)	(313)	(422)	2,6	34,6	(641)	(735)	14,7
Operações com Cartões	(408)	(326)	(331)	(18,7)	1,5	(733)	(658)	(10,2)
Amortização de Ágio em Investimentos	(277)	(311)	(299)	8,1	(3,8)	(554)	(609)	10,0
Atualização das Obrigações Atuariais	(312)	(292)	(292)	(6,4)	-	(623)	(583)	(6,4)
Atualização de Depósitos em Garantia	(318)	(307)	(267)	(16,1)	(13,1)	(558)	(573)	2,8
Bônus de Relacionamento Negocial	(181)	(230)	(225)	24,6	(2,4)	(260)	(455)	74,8
Desp. das Empresas Ligadas não Financeiras	(94)	(98)	(110)	16,3	11,4	(207)	(208)	0,4
Autoatendimento	(91)	(86)	(96)	5,6	11,3	(178)	(182)	2,2
Falhas/Fraudes e outras Perdas	(67)	(79)	(119)	76,8	50,3	(164)	(198)	20,5
Bônus de Adimplência	(78)	(58)	(52)	(32,5)	(9,8)	(150)	(110)	(26,3)
Remuneração pelas Transações do Banco Postal	(309)	(55)	(59)	(80,9)	6,6	(607)	(114)	(81,2)
Convênio INSS	(27)	(38)	(40)	49,5	5,1	(50)	(78)	57,6
Prêmio de Seguro de Vida - CDC	(39)	(34)	(33)	(15,4)	(3,1)	(78)	(67)	(14,5)
Demais	123	64	92	(25,4)	42,3	331	156	(52,8)

1- Série revisada desde 1T17, devido ao ajuste na realocação de Outras Despesas Operacionais para Risco Legal - Demandas Cíveis.

7.5. Perdas Operacionais

O Banco do Brasil classifica suas perdas operacionais em categorias de eventos de risco operacional conforme a Resolução CMN nº 4.557/2017. O BB considera as constituições/reversões de provisões – notadamente para passivos contingentes – no total apurado de perdas operacionais para as categorias Práticas Trabalhistas e Condições do Ambiente de Trabalho, Práticas Inadequadas relativas aos Negócios, Produtos e Clientes e Falhas na Execução e Gerenciamento de Processos.

Na categoria “Práticas Trabalhistas e Condições do Ambiente de Trabalho” são registradas as perdas decorrentes de divergências na relação empregado-empregador envolvendo contratos ou leis, saúde, segurança e discriminação no ambiente de trabalho, incluídas as perdas por responsabilidade subsidiária relativas aos empregadores terceirizados.

As perdas decorrentes de “Fraudes e Roubos Externos” caracterizam-se por atos praticados por terceiros com intenção de apropriar-se indevidamente de valores e ativos físicos do Banco ou de clientes. Destacam-se, nessa categoria, as perdas operacionais oriundas de fraudes eletrônicas e roubos externos.

O BB registra na categoria “Práticas Inadequadas relativas aos Negócios, Produtos e Clientes” as perdas operacionais relacionadas aos ressarcimentos ou indenizações a correntistas e não correntistas decorrentes de ações judiciais e administrativas, excluídas aquelas decorrentes de fraudes, resultantes de questionamentos relacionados a práticas de atendimento e aos produtos e serviços comercializados pelo Banco e seus parceiros de negócios.

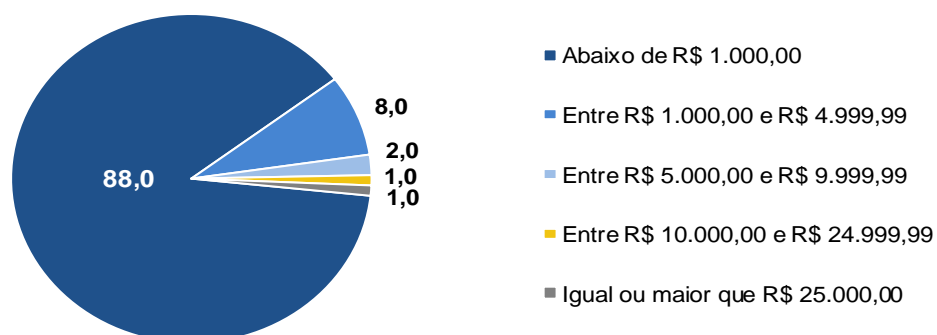
A categoria “Falhas na Execução e Gerenciamento de Processos” caracteriza-se pela possibilidade de perdas com pagamentos a outros Bancos, parceiros de negócio, fornecedores, órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle, decorrentes de falhas ou inadequações na execução, condução e gerenciamento das atividades associadas aos respectivos processos internos. A participação percentual de cada categoria é discriminada na tabela abaixo.

Tabela 132. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda – (%)

	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Práticas Trabalhistas e Condições do Ambiente de Trabalho	63,9	29,6	29,2	32,7	56,2
Fraudes e Roubos Externos	16,6	15,7	14,2	14,4	21,1
Práticas Inadequadas Relativas aos Negócios, Produtos e Clientes	20,7	51,6	52,0	50,1	19,9
Fraudes e Roubos Internos	0,1	0,9	0,3	1,0	1,4
Falhas na Execução e Gerenciamento de Processos	0,9	2,1	4,2	1,7	1,2
Danos a Ativos Físicos e Lesões a Pessoas	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
Falhas de Sistemas e Tecnologia	-	0,0	0,0	0,0	-
Interrupção das Atividades	(2,2)	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A distribuição das perdas operacionais do BB está concentrada (96%) em valores abaixo de R\$ 5.000,00, sendo 88% abaixo de R\$ 1.000,00.

Figura 68. Perdas Operacionais por Faixa de Valor – (%)



8 - Ativo e Passivo Atuarial

O BB contabiliza em seu balanço, ativos e passivos atuariais decorrentes dos planos de benefícios concedidos aos seus empregados.

O ativo atuarial mais relevante é o Plano 1 da Previ, enquanto o passivo atuarial mais representativo é o plano de assistência administrado pela Cassi. Os valores são apurados periodicamente com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

Desde o 2T16, os impostos diferidos (ativos e passivos fiscais diferidos) estão disponíveis no site de relações com investidores (www.bb.com.br/ri), na planilha séries históricas.

8.1. Previ – Plano 1

Breve Histórico

O Plano de Benefícios 1 (Plano) foi criado em 1967 e estruturado na modalidade de benefício definido.

Até dezembro/2000, custearam o Plano na razão de 2/3 o patrocinador (Banco do Brasil) e de 1/3 os participantes (aposentados e pensionistas). A adesão de novos participantes foi encerrada em 23/12/1997.

A partir de janeiro/2001, visando a adequação às disposições da Emenda Constitucional nº 20, o patrocinador e os participantes implementaram a contribuição paritária (50%). Em vista disto, a participação do Banco no superavit é de 50% do valor presente dos ativos e obrigações atuariais do Plano.

No período de janeiro de 2007 a dezembro de 2013, em função do superavit do plano, a cobrança das contribuições foi suspensa. Nessa ocasião, o Banco firmou Memorando de Entendimentos com a Previ, visando a destinação e utilização parcial do superavit, após atendidos os requisitos estabelecidos nas legislações (Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CGPC nº 26/2008). Face a aprovação das medidas previstas no memorando houve a destinação parcial do superavit acordado em 2010, reconhecido como Fundo de Destinação e posteriormente segregado em fundos de Contribuição e Utilização. Entre dez/10 e dez/13, as contribuições foram cobertas pelo Fundo de Contribuição.

Em janeiro de 2014, com a diminuição do superavit acumulado, a Previ comunicou a retomada da cobrança das contribuições. As contribuições do BB para o Plano, a partir de então, passaram a ser feitas pelo Fundo de Utilização.

A mensuração do saldo atuarial do Plano é realizada semestralmente (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do superavit/deficit para o final do semestre corrente e (ii) a estimativa do resultado financeiro para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

O BB efetua o reconhecimento antecipado mensal a partir da estimativa de resultado financeiro do Plano para o final do semestre subsequente. O reconhecimento é feito na razão de 1/6 (um sexto) dos ganhos ou perdas projetados, no decorrer do semestre ao qual se refere.

Participantes

Os funcionários que detinham a condição de associado da Previ em 24/12/1997 e aqueles que foram demitidos ou desligados anteriormente, mas optaram por permanecer no plano, são participantes do Plano. Os participantes estão divididos em três grupos:

- I. Contrato 97: apenas os funcionários ativos admitidos até 14/04/1967. Foram abrangidos por contrato assinado em 24/12/1997 entre o Banco do Brasil e a Previ, no qual foi firmado o compromisso do pagamento, pelo patrocinador, das aposentadorias relativas ao período em que não houve a formação de reserva matemática. A partir de abril/1967, as reservas matemáticas garantidoras dos benefícios desse grupo passaram a ser integralizadas ao Plano 1;
- II. Admitidos entre 15/04/1967 e 23/12/1997; e
- III. Grupo Especial: participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais.

Análise

Os ativos do Plano são mensurados a valor justo com referência ao valor de mercado ou fluxo de caixa descontado, conforme composição apresentada na tabela a seguir.

As obrigações atuariais correspondem ao valor presente líquido dos benefícios devidos aos participantes. Levam-se em consideração a estatística de sobrevivência prevista na tábua atuarial AT 2000 (suavizada 10%) e a taxa nominal de desconto, apurada pela curva futura da taxa de juros praticada nas negociações com títulos públicos indexados à inflação. A taxa utilizada pelo Banco é diferente da taxa da Previ, que considera as premissas estabelecidas pela resolução CGPC nº 18/2006.

Tabela 133. Composição dos Ativos

%	Jun/16	Mar/17	Jun/17
Renda Variável	45,9	49,1	44,2
Renda Fixa	42,8	40,3	44,7
Investimentos Imobiliários	6,7	6,3	6,7
Empréstimos e Financiamentos	3,9	3,6	3,7
Outros	0,6	0,6	0,6
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano			
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	6,6	8,1	7,5
Em Propriedades ou Outros Ativos Utilizados pela Entidade	0,1	0,1	0,1

Tabela 134. Principais Premissas Atuariais

%	1S16	2016	1S17
Taxa Real de Desconto (a.a.)	6,2	5,8	5,6
Taxa Nominal de Retorno dos Investimentos (a.a.)	12,0	11,5	10,7

O ativo (passivo) atuarial do Plano 1 equivale a 50% (paridade) da diferença positiva ou negativa entre os ativos a valor justo e os passivos a valor presente.

Em virtude da mensuração semestral do resultado do Plano 1, o Banco do Brasil reconhece antecipadamente a variação projetada para o semestre seguinte, reduzindo a volatilidade do ativo atuarial.

As contribuições do item "f" (contribuição de fundos) da tabela a seguir são provenientes do Fundo de Utilização, cuja movimentação está detalhada na tabela "Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização" na seção 8.2.

Tabela 135. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	129.888	129.888	143.946	143.946	146.597
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(139.707)	(139.707)	(148.350)	(148.350)	(151.789)
(c) Superavit/(Deficit) BB = [(a) + (b)] x 50%	(4.910)	(4.910)	(2.202)	(2.202)	(2.596)
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	(1.453)	(4.910)	(4.977)	(2.202)	(2.184)
(e) Resultado Financeiro Antecipado	(110)	(199)	(199)	(115)	(115)
(f) Contribuição de Fundos	135	131	177	132	136
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	(3.482)	-	2.797	-	(433)
(h) Saldo do Ativo/(Passivo) Atuarial = (d) + (e) + (f) + (g)	(4.910)	(4.977)	(2.202)	(2.184)	(2.596)

8.2. Fundos de Destinação do Superavit Previ (Plano 1)

O Banco do Brasil reconheceu em seu ativo, valores relativos a:

- I. Paridade contributiva entre patrocinador e participantes, contabilizada em maio/06, a partir do saldo de reservas remanescentes, com montante inicial de R\$ 2,2 bilhões;
- II. Fundo de Destinação: constituído após acordo de destinação de superavit Previ em 2010, visava suprir os Fundos de Contribuição e Utilização. O saldo do fundo foi esgotado e o processo de transferência finalizado em 2013.
- III. Fundo de Contribuição: constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de 2010 à 2013 e foi integralmente utilizado; e
- IV. Fundo de Utilização: constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação e utilizado pelo Banco após 1T14, para fazer frente aos aportes periódicos.

Fundo Paridade

O fundo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde jan/07 para compensar os compromissos assumidos no Contrato 97.

Tabela 136. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade

R\$ milhões	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Saldo Inicial	125	125	128	130	133
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(5)	-	-	-	(4)
Atualização	4	3	2	3	2
Saldo Final	125	128	130	133	130

Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído no 2T11 e reforçado trimestralmente pela transferência de recursos do Fundo de Destinação. Esse fundo representa o montante passível de resgate pelo Banco do Brasil e reflete a contabilização na Previ da distribuição do superavit. Essa reserva é corrigida anualmente pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e sua utilização está condicionada à comprovação da cobertura integral das obrigações do plano (art. 25, Deliberação CGPC nº 26/2008).

A partir do 1T14, com a retomada dos aportes periódicos, as contribuições do patrocinador passaram a ser realizadas através desse fundo.

Tabela 137. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização

R\$ milhões	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Saldo Inicial	9,200	9,377	9,458	9,432	9,488
Atualização	307	212	151	189	129
Contribuições ao Plano 1	(131)	(131)	(177)	(132)	(132)
Saldo Final	9,377	9,458	9,432	9,488	9,486

8.3. Cassi

O Banco é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde dos associados e seus beneficiários inscritos.

Os participantes do Plano de Associados são subdivididos em:

- I. Associados: funcionários ativos, ex-funcionários (autopatrocinados), aposentados e pensionistas do BB;
- II. Dependentes: cônjuge, companheiro, filhos e enteados que não tenham completado 24 anos de idade; e
- III. Dependentes Indiretos: dependentes com vinculação direta ao associado, em qualquer grau de parentesco, admitidos até a reforma estatutária de 1996.

Em 1995, devido aos sucessivos descasamentos entre receitas e despesas, ocorreu rateio entre o patrocinador e os associados para cobrir o deficit operacional. Em 1996, a Cassi e o Banco reformularam o Estatuto Social para garantir o equilíbrio financeiro do plano. Entre as principais alterações, destacam-se a restrição ao acesso de novos dependentes indiretos e o aumento nas contribuições dos participantes e do patrocinador.

Em 2007, o Banco firmou novo acordo com a Cassi para alteração do seu estatuto, vigente até os dias atuais. As principais modificações foram:

- I. contribuição patronal de 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, para todos os grupos;
- II. contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão;
- III. realização de aporte de R\$ 315 milhões pelo BB na Cassi para investimentos no aprimoramento do modelo de atuação relativo aos serviços próprios; e
- IV. assunção, pelo Banco, do deficit dos Dependentes Indiretos até a extinção desse grupo.

As medidas de 2007 foram complementadas em 2016, quando o Banco do Brasil e as entidades representativas assinaram Memorando de Entendimentos. Este resultou em proposta que foi aprovada pelos associados e garantirá R\$ 40 milhões mensais a mais para o Plano, da seguinte forma:

- I. ressarcimento extraordinário de despesas, pelo Banco, de até R\$ 23 milhões mensal em favor da Cassi, até dezembro de 2019;
- II. contribuição mensal extraordinária adicional de 1% dos participantes, até dezembro de 2019, sobre a mesma base de cálculo da contribuição pessoal, no valor estimado de R\$ 17 milhões mensais; e
- III. contratação de empresa especializada para analisar, revisar e desenvolver processos, projetos e ações com foco no modelo de governança, gestão e operação da Cassi.

A próxima tabela demonstra a evolução do passivo atuarial relacionado à Cassi, de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

Tabela 138. Efeitos da Contabilização da Cassi – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-	-	-	-
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(7.519)	(7.519)	(7.948)	(7.948)	(8.284)
(c) Deficit BB = [(a) + (b)]	(7.519)	(7.519)	(7.948)	(7.948)	(8.284)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(6.368)	(7.519)	(7.619)	(7.948)	(8.020)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(266)	(248)	(248)	(253)	(253)
(f) Contribuição BB	178	148	154	181	164
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	(1.062)	-	(236)	-	(175)
(h) Saldo do Passivo Atuarial = [(d) + (e) + (f) + (g)]	(7.519)	(7.619)	(7.948)	(8.020)	(8.284)

8.4. Efeitos no Patrimônio Líquido

A tabela a seguir detalha os efeitos da contabilização dos ativos e passivos atuariais do Banco reconhecidos no Patrimônio Líquido (PL) do BB conforme Deliberação CVM nº 695/2012.

Os efeitos no PL ocorrem semestralmente, tendo em vista a realização dos estudos atuariais.

Tabela 139. Efeito no Patrimônio Líquido – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	Previ - Plano 1	Cassi	Outros Planos	Total
Jun/16				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3.482)	(1.062)	(312)	(4.857)
Efeitos Fiscais	1.393	425	125	1.943
Efeito no Patrimônio Líquido	(2.089)	(637)	(187)	(2.914)
Dez/16				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.797	(236)	(329)	2.233
Efeitos Fiscais	(1.119)	94	133	(892)
Efeito no Patrimônio Líquido	1.678	(141)	(196)	1.341
Jun/17				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(433)	(175)	(205)	(813)
Efeitos Fiscais	173	70	82	325
Efeito no Patrimônio Líquido	(260)	(105)	(123)	(488)

9 - Gestão de Riscos

9.1. Gestão dos Riscos

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Financeiro do Banco do Brasil contempla de forma abrangente os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos, procedimentos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

Para conhecer mais detalhes sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar III no website bb.com.br/ri.

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado. Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do BB Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. A exposição cambial líquida, para 30/06/2017, é passiva no valor de US\$ 1.396 milhão.

Tabela 140. Balanço em Moedas Estrangeiras

R\$ milhões Moeda	Contas Patrimoniais	
	Ativo	Passivo
Dólar dos EUA	151.628	166.332
Euro	10.722	10.424
Iene	1.827	1.645
Libra Esterlina	428	586
Franco Suíço	9	975
Dólar Canadense	8	7
Ouro	9	-
Demais	15.332	14.477
Total	179.963	194.446
Posição Líquida - Patrimoniais		14.483

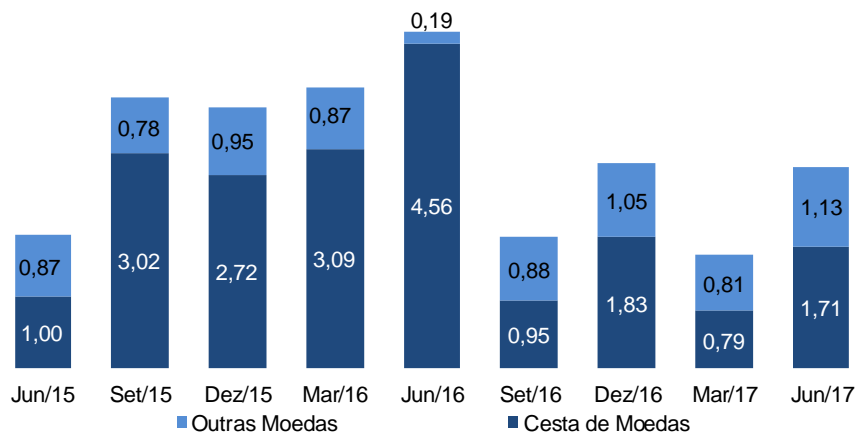
R\$ milhões Moeda	Derivativos	
	Comprado	Vendido
Dólar dos EUA	34.083	24.156
Euro	3.909	4.525
Libra Esterlina	346	839
Franco Suíço	997	-
Iene	-	511
Dólar Canadense	-	-
Demais	567	5
Total	39.902	30.036
Posição Líquida - Derivativos	9.866	

Totais Patrimoniais e Derivativos	219.865	224.482
Posição Líquida Total		(4.617)
Posição Líquida Total - Em US\$ milhões		(1.396)

A exposição cambial regulatória do BB Consolidado, calculada conforme a Circular Bacen 3.641, de 04/03/2013, contemplando a estratégia de *hedge fiscal*, é da ordem de R\$ 3.556 milhões para a data de 30/06/2017. O *hedge fiscal* objetiva reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

O gráfico a seguir evidencia o comportamento da exposição cambial do BB Consolidado, em relação ao Patrimônio de Referência (PR), trimestralmente, desde junho de 2015.

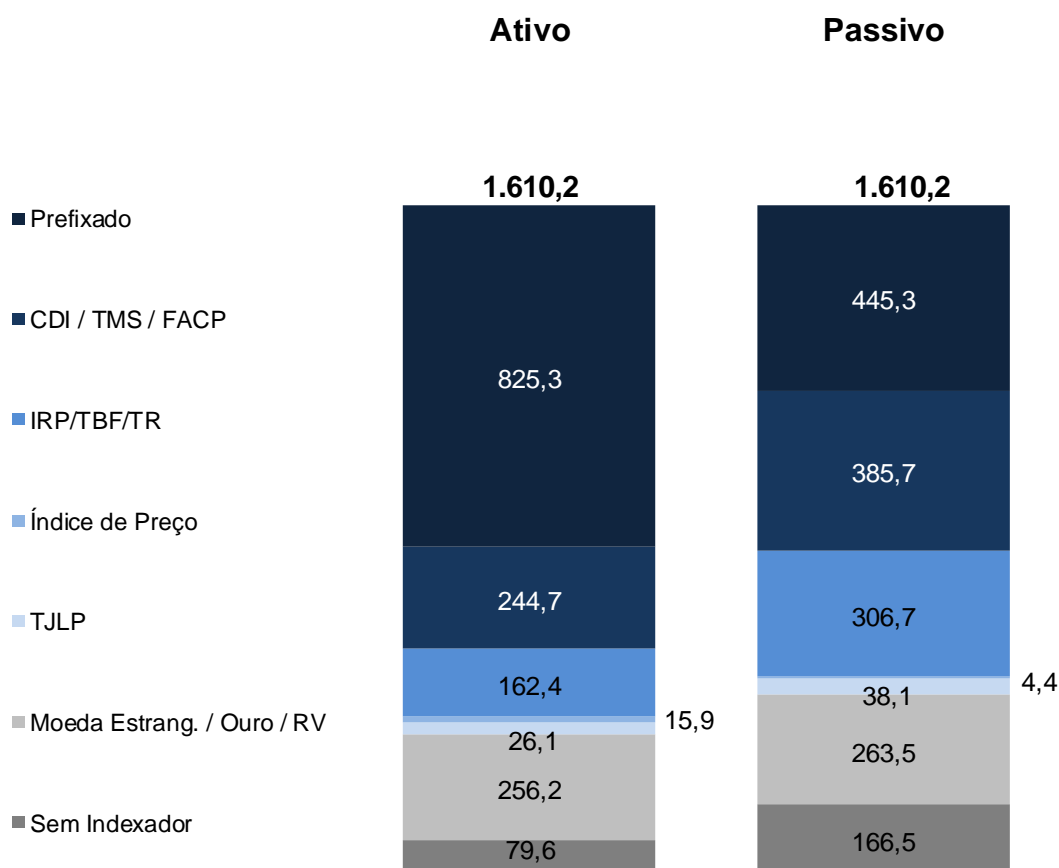
Figura 69. Evolução da Exposição Cambial em % do PR



Balanco por Indexador

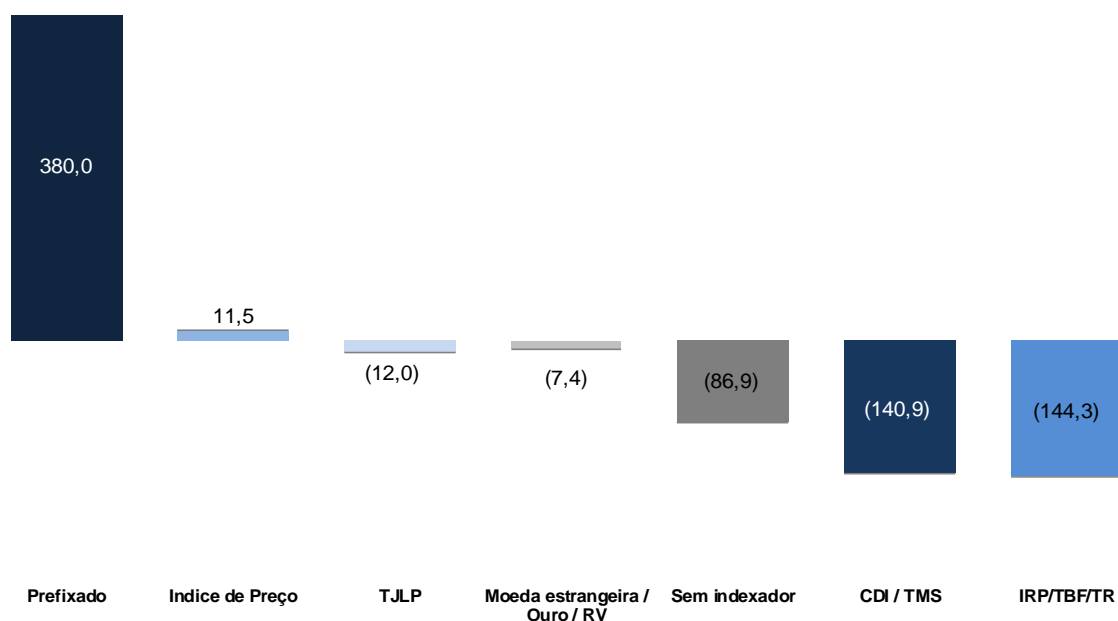
O gráfico a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do BB Consolidado, detalhada por indexador em 30/06/2017.

Figura 70. Ativos e Passivos por Indexador (R\$ bilhões)



O gráfico a seguir evidencia os descasamentos líquidos por indexador do BB Consolidado.

Figura 71. Posição Líquida por Indexador (R\$ bilhões)



Demonstrativo do Perfil de Repactuação das Taxas de Juros

Apresenta-se, a seguir, tabela contendo o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por fator de risco e por prazo de indexação de taxa de juros do BB Consolidado.

Tabela 141. Perfil de Repactuação das Taxas de Juros

R\$ milhões	< 1 Meses	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Ativos	806.047	75.015	238.785	63.567	125.680	221.519	1.530.614
Prefixado	509.234	25.880	46.875	39.246	98.317	105.767	825.318
CDI / TMS	244.742	-	-	-	-	-	244.742
TR/TBF/IRP	-	-	162.366	-	-	-	162.366
Índice de Preço	-	-	15.909	-	-	-	15.909
TJLP	1.174	24.930	-	-	-	-	26.104
US\$/ME	50.898	24.205	13.634	24.321	27.363	115.752	256.173
Passivos	764.191	60.385	345.298	39.558	67.455	166.780	1.443.667
Prefixado ¹	326.292	7.424	15.430	17.074	33.886	45.220	445.326
CDI / TMS	385.652	-	-	-	-	-	385.652
TR/TBF/IRP	-	-	306.653	-	-	-	306.653
Índice de Preço	-	-	4.411	-	-	-	4.411
TJLP	1.390	36.693	-	-	-	-	38.083
US\$/ME	50.857	16.268	18.804	22.484	33.569	121.560	263.542
Gap	41.856	14.630	(106.513)	24.009	58.225	54.739	86.947
Gap Acumulado	41.856	56.486	(50.027)	(26.017)	32.208	86.947	-
Gap Acum. como % Ativos	5,2	75,3	(21,0)	(40,9)	25,6	39,3	-

1 - Está considerada a totalidade dos depósitos em conta-corrente (R\$ 44,3 bilhões) em passivos prefixados.

9.2. Estrutura de Capital

Tendo em vista a quantidade relevante de termos técnicos utilizados pela regulação de capital, apresentamos glossário para auxiliar a interpretação das informações deste capítulo:

- PRMR: Patrimônio de Referência Mínimo Requerido;
- RWA: *Risk Weighted Asset*, ou, Ativo Ponderado pelo Risco;
- RWA_{CPAD}: relativa às exposições ao risco de crédito sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

- d) RWA_{MPAD} : relativa às exposições ao risco de mercado sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- e) RWA_{OPAD} : relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O Índice de Basileia é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

Desempenho

A tabela a seguir demonstra a apuração do valor do PR e RWA.

Tabela 142. Índice de Basileia

R\$ milhões	Jun/16	Set/16	Dez/16	Mar/17	Jun/17
Patrimônio de Referência - PR	125.074	127.061	130.453	124.049	127.048
Nível I	86.188	87.976	90.284	84.867	87.643
Capital Principal	63.965	65.500	67.718	62.926	64.734
Patrimônio Líquido	73.099	75.039	76.703	79.032	80.200
Instrumentos elegíveis a capital	8.100	8.100	8.100	8.100	8.100
Ajustes prudenciais	(17.234)	(17.639)	(17.085)	(24.205)	(23.566)
Inv. Sup. e Créd. Trib. dec. de dif. temporárias dependentes da geração de lucros (excesso 15%) ¹	(4.589)	(5.049)	(4.637)	(9.046)	(9.149)
Ativos intangíveis constituídos a partir de 01.10.2013	(3.246)	(3.514)	(4.258)	(5.233)	(5.105)
Créd. tributários decorrentes de dif. temporárias dependentes da geração de lucros (excesso 10%)	(6.887)	(6.877)	(6.099)	(4.803)	(4.852)
Investimentos superiores (excesso dos 10%)	-	-	-	(2.070)	(1.758)
Créd. tributários decorrentes de prej. fiscais e de base negativa de CSLL	(440)	(336)	(500)	(1.195)	(1.160)
Ágios pagos na aquisição de investimento com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(1.394)	(1.233)	(954)	(966)	(727)
Participação de não controladores	(511)	(465)	(493)	(711)	(637)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(81)	(77)	(76)	(92)	(84)
Ativos atuariais rel. a F. Pensão de Benef. Definido líquidos de passivo fiscal dif. a eles associados	(74)	(77)	(66)	(90)	(95)
Ativos Diferidos	(13)	(11)	-	-	-
Capital Complementar	22.224	22.476	22.565	21.941	22.909
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	17.570	17.770	17.840	17.347	18.112
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ²	4.653	4.706	4.725	4.594	4.797
Nível II	38.885	39.085	40.170	39.182	39.405
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	38.905	39.096	40.182	39.194	39.426
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	5.584	5.286	5.466	5.349	4.936
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	33.320	33.810	34.716	33.844	34.490
Recursos captados no FCO ³	23.842	24.332	25.237	25.945	26.591
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁴	9.479	9.479	9.479	7.899	7.899
Dedução do Nível II	(19)	(12)	(12)	(11)	(21)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	(19)	(12)	(12)	(11)	(21)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	760.102	722.442	705.851	683.652	705.412
Risco de Crédito (RWACPAD)	702.886	668.872	643.214	618.942	633.781
Risco de Mercado (RWAMPAD)	25.508	16.418	18.844	9.723	16.645
Risco Operacional (RWAOPAD)	31.708	37.152	43.793	54.986	54.986
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁵	75.060	71.341	69.703	63.238	65.251
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR - PRMR)	50.014	55.720	60.750	60.812	61.797
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA) - (%)	11,34	12,18	12,79	12,41	12,42
Índice de Capital Principal (CP / RWA) - (%)	8,42	9,07	9,59	9,20	9,18
Índice de Basileia (PR / RWA) - (%)	16,45	17,59	18,48	18,15	18,01

1- Em 30.06.2017, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (BV e Banco CBSS), R\$ 2.353.039 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.106.257 mil foram ponderados em 250% no RWA.

2- Em 30.06.2017 o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

3 - De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

4 - Em 30.06.2017, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

5 - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.

A Resolução CMN nº 4.193/2013 estabeleceu o fator “F” que representa o índice de Basileia a ser observado durante o processo de implementação dos requisitos de Basileia III.

Tabela 143. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Vigência	Fator "F" (%)
01/10/2013 a 31/12/2015	11,0
01/01/2016 a 31/12/2016	9,875
01/01/2017 a 31/12/2017	9,25
01/01/2018 a 31/12/2018	8,625
A partir de 01/01/2019	8,0

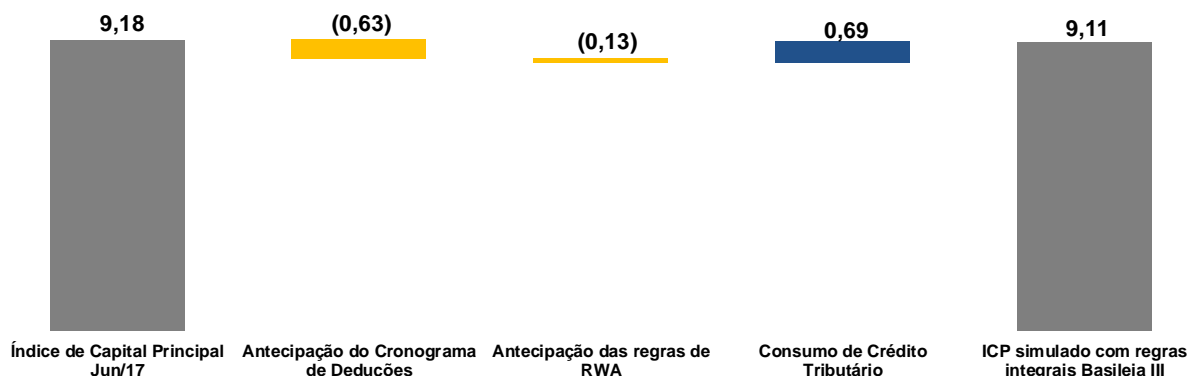
O Patrimônio de Referência, que considera os requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia III, atingiu o montante de R\$ 127.048 milhões, enquanto o PRMR totalizou R\$ 65.251 milhões, em 30/06/2017.

Aplicação integral das regras de Basileia III

O gráfico a seguir simula o cálculo da aplicação integral das regras de Basileia III e seus impactos no índice de capital principal do Banco. Este leva em consideração a base de capital de 30/06/2017 e segue três etapas:

- d) Primeira etapa: considera no cálculo dos ajustes prudenciais às premissas de antecipação do cronograma de deduções (*phase-in*) e da utilização dos ágios e intangíveis não amortizados até 2017;
- e) Segunda etapa: considera os efeitos da primeira etapa combinados com a antecipação do fator F (de 9,25% para 8,0%), para as parcelas de risco operacional e mercado; e
- f) Terceira etapa: considera todos os efeitos das etapas anteriores combinados com o consumo do crédito tributário de diferenças temporárias em 24% e o de prejuízo fiscal em 30%, ambos de acordo com as estimativas de consumo divulgadas pelo Banco nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Figura 72. Simulação do Índice de Capital Principal com as Regras Integrais de Basileia III (%)



A tabela a seguir apresenta a composição do RWA_{CPAD} , considerando as principais exposições.

Tabela 144. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}

R\$ milhões	Jun/17		
	RWA_{CPAD}	PRMR	(%)
Operações de Crédito	403.097	37.286	63,6
Outros Direitos	56.710	5.246	8,9
TVM e Derivativos	28.817	2.666	4,5
Créditos Tributários	37.533	3.472	5,9
Permanente	29.906	2.766	4,7
Limites de Crédito e Créditos a Liberar	17.790	1.646	2,8
Garantias Prestadas	4.501	416	0,7
Participações em Fundos de Garantia de Clearings	32	3	0,0
Demais	55.395	5.124	8,7
TOTAL	633.781	58.625	100,0

Em relação ao risco de mercado RWA_{MPAD} , apresentamos na tabela a seguir, o PRMR, em 30/06/2017, por fator de risco:

Tabela 145. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD}

R\$ milhões	Jun/17		
	RWA_{MPAD}	PRMR	(%)
Câmbio	12.105	1.120	72,7
Taxa de Juros	4.527	419	27,2
Commodities	4	0	0,0
Ações	9	1	0,1
TOTAL	16.645	1.540	100,0

Tabela 146. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}

R\$ milhões	Jun/17		
	RWA_{OPAD}	PRMR	(%)
Comercial	26.434	2.445	48,1
Varejo	14.579	1.349	26,5
Negociação e Vendas	6.703	620	12,2
Pagamentos e Liquidações	3.499	324	6,4
Serviços de Agente Financeiro	1.800	166	3,3
Administração de Ativos	1.661	154	3,0
Finanças Corporativas	256	24	0,5
Corretagem de Varejo	54	5	0,1
TOTAL	54.986	5.086	100,0

Tabela 147. RWA_{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR

R\$ milhões	Jun/17		
	FPR (%)	RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²
Disponibilidades	20	347	32
	100	2.721	252
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20	1.894	175
	50	489	45
	75	97	9
	85	10.887	1.007
	100	21.091	1.951
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	18	2
	20	1	0
	50	55	5
	85	7.982	738
	100	11.434	1.058
	1.250	9.328	863
Participação em Fundos de Garantia de Clearings	2	32	3
Relações Interfinanceiras	20	528	49
	50	261	24
	100	3.957	366
Operações de Crédito	20	60	6
	35	13.340	1.234
	50	3.250	301
	75	169.052	15.637
	85	100.814	9.325
	100	116.581	10.784
Operações de Arrendamento Mercantil	75	229	21
	85	3	0
	100	175	16
Outros Direitos	50	11.057	1.023
	75	16.428	1.520
	85	4.516	418
	100	24.707	2.285
Outros Valores e Bens	100	466	43
Permanente	100	15.136	1.400
	250	14.770	1.366
Limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição	50	680	63
	75	8.334	771
	85	374	35
	100	1.759	163
Créditos a Liberar	50	537	50
	75	591	55
	85	3.553	329
	100	1.961	181
Adiantamentos concedidos pela Instituição	75	159	15
	85	7.318	677
	100	4.276	396
Garantias prestadas - avais, fianças e coobrigações	20	5	0
	50	15	1
	75	107	10
	85	1.589	147
	100	2.786	258
Créditos Tributários	100	27.095	2.506
	250	9.505	879
	300	933	86
Operações a liquidar de compra de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	50	1	0
	100	49	5
Operações a liquidar de venda de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	50	1	0
Ajuste para Derivativos Decorrente de Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte (CVA)		445	41
Total		633.781	58.625

1 - Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão.
2 - Exposição Ponderada por Fator de Risco multiplicada por 9,25%.

10 - Investimentos Estratégicos

10.1. Informações de Coligadas e Controladas

A tabela a seguir apresenta as participações societárias do Banco do Brasil S.A em suas empresas controladas e coligadas.

Tabela 148. Participações Societárias

Participações Societárias R\$ mil	Atividade		Participação		Result. de	
			Total (%)	Saldo de Investimento	Particip.	
			Jun/17	Jun/16	Jun/17	2T17
Banco do Brasil - A.G. Viena	Bancária	(I)	100,00	778.217	824.911	(3.145)
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	58,97	1.224.391	1.145.236	103.946
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	4.139.311	4.253.915	72.590
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	30.796	28.906	4.389
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	167.522	197.078	88.935
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	147.475	131.395	4.334
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Invest.	(I)	100,00	2.951.414	3.014.376	354.122
Ativos S.A. Securitizadora de Créd. Financ.	Aquisição de Créd.	(I)	100,00	1.135.358	1.044.860	36.102
Cielo S.A.	Serviços	(II)	28,69	2.211.858	2.981.990	272.725
Companhia Brasileira de Securit. – Cibrasec	Aquisição de Créd.	(II)	12,12	9.098	9.192	347
Kepler Weber S.A.	Indústria	(II)	17,45	83.302	79.996	(869)
Neoenergia S.A.	Energia	(II)	11,99	1.175.389	1.155.058	13.745
Seg. Brasileira de Créd. à Exportação – SBCE	Seguradora	(II)	12,09	2.082	2.583	(12)
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Serviços	(II)	12,52	49.668	55.594	1.874
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	131.625	131.634	255.407
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(I)	100,00	4.733.893	5.231.086	187.671
Elo Participações S.A.	Holding	(II)	49,99	857.737	968.448	59.833
CBSS - Alelo	Serviços	(II)	49,99	732.774	813.335	49.315
Elo Serviços	Serviços	(II)	33,33	22.587	29.869	3.345
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ¹	Serviços	(II)	50,09	3.630.487	3.652.952	45.539
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	4.243.141	4.474.015	60.036
BB Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	189.700	213.077	5.753
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	4.439.687	4.899.349	633.877
BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A. ²	Corretora	(I)	66,36	34.976	47.074	345.411
BB Seguros Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	6.381.764	6.675.562	594.161
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding	(II)	49,76	2.087.506	1.653.394	310.031
Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	(II)	44,24	359.713	288.881	29.769
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Serviços	(II)	49,77	6.231	9.375	739
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Seg./Previd.	(II)	49,77	1.924.164	1.918.539	171.128
IRB - Brasil Resseguros	Resseguros	(II)	13,61	620.085	660.695	30.223
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Holding	(II)	33,18	1.744.987	1.577.235	26.097
BB Tecnologia e Serviços S.A.	Informática	(I)	99,99	217.183	245.529	11.621
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	691	693	(2)
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	7.165	7.148	(71)
Brazilian American Merchant Bank	Bancária	(I)	100,00	1.482.712	1.505.833	(16.271)
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	17.760	21.837	260
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	166.707	190.513	4.877

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

1 - Os valores apresentados (Saldo de Investimento e Resultado de Participação) da empresa Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. são equivalentes a 30% da participação direta pelo BB Banco Múltiplo.

2 - Em Dez/16 a BB Cor. Participações S.A foi incorporada pela BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.

O BB detém participações diretas e indiretas por meio de BB Banco de Investimentos S.A. nas seguintes empresas:

- I. Ativos S.A.: 75,71% pelo BB-BI e 24,29% pelo Brazilian American Merchant Bank (BAMB);
- II. Cateno: 30,0% pelo BB Banco Múltiplo e 20,9% pelo BB-BI, totalizando 50,9%;
- III. Tecban: 8,01% pelo BB-BI e 4,51% pelo BB Banco Múltiplo, totalizando 12,52%;
- IV. Cibrasec: 7,32% pelo BB-BI e 4,8 pelo BB Banco Múltiplo, totalizando 12,12%.

10.2. Banco Votorantim

As informações financeiras do Banco Votorantim (BV), empresa controlada em conjunto, nas demonstrações contábeis do Banco do Brasil são apresentadas pelo método de equivalência patrimonial. O BB tem participação de 50,0% no BV.

Todos os dados apresentados nesta seção refletem 100% dos saldos, entre contas patrimoniais e contas de resultado do BV. Informações mais detalhadas podem ser obtidas no Relatório Gerencial de Resultados 2T17, disponível em www.bancovotorantim.com.br/ri.

Destaques do Resultado

O BV registrou lucro líquido de R\$ 145 milhões no 2T17, correspondente a um RSPL de 7,1% a.a. No 1S17, o lucro líquido foi de R\$ 273 milhões, crescimento de 40,2% em relação ao 1S16 influenciado, principalmente, (i) pela redução nas despesas com PCLD, (ii) crescimento das receitas de serviços e seguros e (iii) por decréscimo das despesas de pessoal e administrativas.

A redução da MFB na comparação trimestral decorreu principalmente do maior montante de ajuste ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. Na comparação semestral, além do reflexo dos *impairments*, a redução foi decorrente da retração no mercado PJ e maior conservadorismo na concessão de crédito. Vale ressaltar que esta queda foi parcialmente compensada pelo crescimento de 23,6% das receitas de prestação de serviços e seguros no mesmo período.

A redução nas despesas de pessoal, no comparativo 1S17/1S16, decorreram em parte ao decréscimo nas despesas com demandas trabalhistas. Na comparação trimestral, o crescimento é reflexo do dissídio dos financeiros no 2T17. O índice de eficiência dos últimos 12 meses encerrou o período em 38,4%.

Tabela 149. Demonstração do Resultado com Realocações¹ - Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral						Var. (%) s/ 1T17
	1T17			2T17			
	Contábil	Ajustes	Gerencial	Contábil	Ajustes	Gerencial	
Receitas da Intermediação Financeira	3.584	(161)	3.423	3.638	(233)	3.405	(0,5)
Operações de Crédito	1.711	(121)	1.590	2.104	(304)	1.801	13,3
Operações de Arrendamento Mercantil	5	-	5	(1)	-	(1)	-
Resultado de Operações com TVM	1.180	-	1.180	989	-	989	(16,2)
Result. com Instrum. Financ. Derivativos	46	(40)	6	(44)	71	27	348,5
Resultado de Operações de Câmbio	(2)	-	(2)	50	-	50	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	8	-	8	4	-	4	(52,4)
Oper. de Venda ou Transf. de Ativos Financ.	636	-	636	535	-	535	(15,9)
Despesas da Intermediação Financeira	(2.270)	-	(2.270)	(2.363)	34	(2.328)	2,6
Operações de Captação no Mercado	(1.844)	-	(1.844)	(1.856)	-	(1.856)	0,6
Operações de Emp., Cessões e Repasses	(15)	-	(15)	(133)	-	(133)	814,2
Oper. de Venda ou Transf. de Ativos Financ.	(411)	-	(411)	(374)	34	(339)	(17,5)
Margem Financeira Bruta	1.314	(161)	1.153	1.275	(198)	1.077	(6,6)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(477)	109	(368)	(654)	269	(385)	4,7
Margem Financeira Líquida	837	(51)	785	621	71	691	(11,9)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(477)	10	(467)	(443)	(6)	(449)	(3,9)
Receitas de Prestação de Serviços	290	-	290	326	-	326	12,5
Despesas de Pessoal	(245)	-	(245)	(279)	-	(279)	13,9
Outras Despesas Administrativas	(256)	-	(256)	(275)	-	(275)	7,3
Despesas Tributárias	(92)	4	(88)	(86)	(6)	(92)	4,5
Result. de Particip. em Colig. e Controladas	58	-	58	66	-	66	13,5
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(232)	6	(226)	(195)	0	(195)	(13,7)
Resultado Operacional	360	(42)	318	178	65	243	(23,7)
Resultado Não Operacional	(16)	-	(16)	(1)	-	(1)	(96,8)
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	344	(42)	302	177	65	242	(19,8)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(177)	42	(135)	25	(65)	(39)	(70,9)
Participações Estatutária no Lucro	(39)	-	(39)	(58)	-	(58)	47,9
Lucro Líquido	127	(0)	127	145	0	145	13,9

1 - Os ajustes referem-se a: (i) receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo e despesas com provisões de crédito referentes à carteira cedida com coobrigação, classificadas na linha "Operações de Crédito" que foram realocadas para "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" e (ii) variações cambiais dos investimentos no exterior, que são contabilizadas em Outras Receitas (Despesas) Operacionais e que foram realocadas para Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos, bem como os efeitos fiscais e tributários da estratégia de *hedge* desses investimentos.

Tabela 150. Demonstração do Resultado com Realocações¹ - Semestral

R\$ milhões	Fluxo Semestral						Var. (%) s/ 1S16
	1S16			1S17			
	Contábil	Ajustes	Gerencial	Contábil	Ajustes	Gerencial	
Receitas da Intermediação Financeira	6.968	(1)	6.966	7.221	(393)	6.828	(2,0)
Operações de Crédito	3.002	(281)	2.721	3.815	(425)	3.390	24,6
Operações de Arrendamento Mercantil	19	-	19	4	-	4	(77,4)
Resultado de Operações com TVM	2.013	530	2.543	2.170	-	2.170	(14,7)
Result. com Instrum. Financ. Derivat.	374	(250)	123	2	31	33	(72,9)
Resultado de Operações de Câmbio	(319)	-	(319)	48	-	48	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	16	-	16	12	-	12	(28,3)
Oper. de Venda ou Transf. de Ativos Financ.	1.863	-	1.863	1.171	-	1.171	(37,2)
Despesas da Intermediação Financeira	(4.486)	-	(4.486)	(4.633)	34	(4.598)	2,5
Operações de Captação no Mercado	(3.708)	-	(3.708)	(3.700)	-	(3.700)	(0,2)
Operações de Emp., Cessões e Rep.	540	-	540	(148)	-	(148)	-
Oper. de Venda ou Transf. de Ativos Financ.	(1.317)	-	(1.317)	(785)	34	(751)	(43,0)
Margem Financeira Bruta	2.482	(1)	2.481	2.589	(359)	2.230	(10,1)
Provisão para Créd. Liquidação Duvidosa	(691)	(273)	(965)	(1.132)	378	(753)	(21,9)
Margem Financeira Líquida	1.791	(275)	1.516	1.457	19	1.477	(2,6)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.108)	24	(1.084)	(919)	4	(916)	(15,5)
Receitas de Prestação de Serviços	519	-	519	616	-	616	18,6
Despesas de Pessoal	(596)	-	(596)	(524)	-	(524)	(12,1)
Outras Despesas Administrativas	(561)	-	(561)	(532)	-	(532)	(5,2)
Despesas Tributárias	(204)	27	(177)	(178)	(2)	(180)	1,6
Result. de Particip. em Colig. e Controladas	90	-	90	124	-	124	38,5
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(356)	(3)	(359)	(427)	6	(421)	17,2
Resultado Operacional	683	(251)	432	538	23	561	29,8
Resultado Não Operacional	6	-	6	(17)	-	(17)	-
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	688	(251)	438	521	23	544	24,3
Imposto de Renda e Contribuição Social	(411)	251	(160)	(152)	(23)	(175)	9,1
Participações Estatutária no Lucro	(83)	-	(83)	(97)	-	(97)	16,3
Lucro Líquido	194	0	194	273	0	273	40,2

1 - Os ajustes referem-se a: (i) receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo e despesas com provisões de crédito referentes à carteira cedida com coobrigação, classificadas na linha "Operações de Crédito" que foram realocadas para "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" e (ii) variações cambiais dos investimentos no exterior, que são contabilizadas em Outras Receitas (Despesas) Operacionais e que foram realocadas para Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos, bem como os efeitos fiscais e tributários da estratégia de hedge desses investimentos.

Tabela 151. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	2T16	1T17	2T17	Var. (%) s/	
				2T16	1T17
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis	95.988	92.769	92.056	(4,1)	(0,8)
Saldo Médio dos Passivos Onerosos	90.800	86.467	85.834	(5,5)	(0,7)
Receita Líquida de Juros¹	1.212	1.151	1.003	(17,3)	(12,9)
Receitas de Juros	3.334	3.419	3.362	0,8	(1,7)
Despesas de Juros	(2.122)	(2.268)	(2.359)	11,2	4,0
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta²	(4)	2	74	-	3.162,2
Margem Financeira Bruta	1.208	1.153	1.077	(10,9)	(6,6)
Passivos Onerosos/Ativos Rentáveis - %	94,6	93,2	93,2		
Rentabilidade Média dos Ativos - % ³	14,6	15,6	15,4		
Custo Médio dos Passivos - % ⁴	9,7	10,9	11,5		
Margem de Lucro Líquida - % ⁵	5,0	4,7	4,0		
Margem Líquida de Juros - % ⁶	5,1	5,1	4,4		
Spread Global - %	5,1	5,1	4,8		

1 - Definida como receita de juros menos despesas de juros.

2 - Contém derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de operações de câmbio, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira.

3 - Receita total de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

4 - Despesa total de juros dividida pelo saldo médio de passivos onerosos.

5 - Diferença entre a taxa média dos ativos geradores de receita e a taxa média dos passivos onerosos.

6 - Receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

Destaques Patrimoniais

O saldo da carteira de crédito ampliada recuou no trimestre e nos últimos 12 meses, refletindo o conservadorismo na concessão de crédito e do foco em assegurar a qualidade da originação. Nesse

contexto, o Banco tem atuado no mix de captação, ampliando a participação de instrumentos mais estáveis, como letras financeiras, que representavam 32,3% do total de recursos captados em Jun/17.

Tabela 152. Principais Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Jun/16	Mar/17	Jun/17	Var. (%) s/	
				Jun/16	Mar/17
Ativos Totais¹	108.028	104.166	102.468	(5,1)	(1,6)
Carteira de Crédito Ampliada	59.417	59.980	57.305	(3,6)	(4,5)
Carteira de Crédito Classificada	46.875	46.931	46.828	(0,1)	(0,2)
Varejo (Pessoa Física)	33.140	33.998	34.131	3,0	0,4
Atacado (Pessoa Jurídica)	13.735	12.932	12.697	(7,6)	(1,8)
Avais e Fianças Prestados, TVM Privados e Outros	12.542	13.049	10.477	(16,5)	(19,7)
TVM e Derivativos	31.689	31.223	29.726	(6,2)	(4,8)
Captações	67.520	64.073	63.352	(6,2)	(1,1)
Letras Bancárias	17.775	22.043	23.095	29,9	4,8
Letras Financeiras	14.797	19.431	20.432	38,1	5,2
LCA e LCI	2.978	2.613	2.664	(10,6)	2,0
Debêntures (Operações Compromissadas)	16.211	11.760	8.579	(47,1)	(27,1)
Obrigação com Cessões de Crédito	15.690	11.438	10.447	(33,4)	(8,7)
Outras Captações	17.844	18.832	21.232	19,0	12,7
Patrimônio Líquido	8.282	8.358	8.508	2,7	1,8

1 - Considera ajuste de credores por antecipação de valor residual, em operações de leasing financeiro.

A inadimplência superior a 90 dias (INAD +90d) da carteira de crédito reduziu em Jun/17, reflexo da melhora no segmento de atacado. O INAD +90d da carteira varejo ficou estável em relação a Mar/17 e reduziu 50 pontos base ante Jun/16, para 5,2%, refletindo a redução da inadimplência da carteira de veículos, que nos últimos 12 meses reduziu 70 pontos base. Vale ressaltar que o índice médio do mercado recuou 25 pontos base no mesmo período.

Tabela 153. Qualidade da Carteira Gerenciada

R\$ milhões	2T16	1T17	2T17
Carteira de Crédito Gerenciada¹	46.925	46.931	46.828
Operações Vencidas + 90 dias	2.174	2.120	2.065
Operações Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito Gerenciada - %	4,6%	4,5%	4,4%
Baixa para Prejuízo	(639)	(926)	(646)
Recuperação	140	121	304
Perda Líquida	(500)	(804)	(343)
Perda Líquida/Carteira de Crédito Gerenciada - anualizado - %	4,3%	7,0%	3,0%
New NPL	560	408	591
New NPL/Carteira de Crédito Gerenciada ²	1,2%	0,9%	1,3%
Provisão³	3.221	3.245	3.257
Provisão/Operações Vencidas + 90 dias - %	148,2%	153,0%	157,8%
Saldo AA-C	42.309	41.850	41.632
Saldo AA-C/Carteira de Crédito Gerenciada	90,2%	89,2%	88,9%

1 - Inclui os ativos cedidos com coobrigação antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.533.

2 - (Diferença de saldo da INAD 90 no trimestre + baixas para prejuízo do período)/carteira de crédito do trimestre imediatamente anterior.

3 - Inclui PCLD de ativos cedidos com coobrigação.

Basileia

Os índices de Basileia e de capital nível I do Banco Votorantim permanecem acima do mínimo requerido. O crescimento do índice no comparativo com Mar/17 é reflexo da (i) redução do RWA de risco de crédito, impactado pela redução da carteira de crédito ampliada do atacado e, (ii) pelo crescimento do Capital Nível I, decorrente do aumento do patrimônio pelo lucro gerado no período.

Tabela 154. Índice de Basileia

R\$ milhões	Jun/16	Mar/17	Jun/17
PR - Patrimônio de Referência	9.675	8.051	8.178
Capital Nível I	6.892	6.205	6.255
Capital Nível II	2.782	1.846	1.923
RWA - Ativo Ponderado pelo Risco	64.839	61.058	60.445
Risco de Crédito	57.168	54.544	53.575
Risco de Mercado	1.654	1.363	1.719
Risco Operacional	6.016	5.151	5.151
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	6.403	5.648	5.591
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,9%	13,2%	13,5%
Capital Nível I	10,6%	10,2%	10,3%
Capital Nível II	4,3%	3,0%	3,2%

10.3. Negócios Internacionais

A presença do BB no exterior visa manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros nos mercados internacionais.

A rede externa do Banco é composta por 34 dependências localizadas em 23 países. Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes. Ao final do 2T17, havia 880 bancos atuando como correspondentes do BB em 105 países.

Tabela 155. Rede de Atendimento no Exterior

Agências	Subagências	Subsidiárias e Sucursais
Assunção - Paraguai	Hamamatsu - Japão	BB Americas / Miami - Estados Unidos
Buenos Aires - Argentina	Nagoia - Japão	Banco Patagonia / Buenos Aires - Argentina
Frankfurt - Alemanha	Santa Cruz de la Sierra - Bolívia	BB AG (Aktiengesellschaft) / Viena - Áustria ¹
Grand Cayman - Ilhas Cayman	Escritórios de Representação	Unidades de Serviços Compartilhados
La Paz - Bolívia	Caracas - Venezuela	BB USA Servicing Center / Orlando - Estados Unidos
Londres - Inglaterra	Cidade do México - México	BB Europa Servicing Center / Lisboa - Portugal
Miami - Estados Unidos	Dubai - Emirados Árabes Unidos	Securities
Nova Iorque - Estados Unidos	Lima - Peru	Banco do Brasil Securities LLC - Estados Unidos
Santiago - Chile	Luanda - Angola	BB Securities Ltd - Inglaterra
Tóquio - Japão	Montevideú - Uruguai	BB Securities Asia PTE - Cingapura
Xangai - China	Cidade do Panamá - Panamá	

1 - A BB AG Viena também possui sucursais localizadas nas cidades de Madri, Paris, Milão, Lisboa e Porto.

Tabela 156. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Jun/16	Mar/17	Jun/17	Var. (%) s/	
				Jun/16	Mar/17
ATIVO	172.100	153.868	161.220	(6,3)	4,8
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	39.266	28.240	33.642	(14,3)	19,1
Titulos e Valores Mobiliários	9.970	11.592	12.753	27,9	10,0
Titulos Disponíveis para Negociação	2.616	2.919	4.039	54,4	38,4
Titulos Disponíveis para Venda	7.355	8.546	8.664	17,8	1,4
Titulos Mantidos até o Vencimento	-	127	50	-	(60,6)
Operações de Crédito	44.181	35.327	35.573	(19,5)	0,7
Setor Público	870	751	571	(34,4)	(24,0)
Setor Privado	43.311	34.576	35.002	(19,2)	1,2
Outros Ativos	3.618	8.589	5.487	51,7	(36,1)
Grupo BB	75.064	70.120	73.765	(1,7)	5,2
PASSIVO	172.100	153.868	161.220	(6,3)	4,8
Depósitos	54.730	45.737	49.503	(9,6)	8,2
Depósitos à Vista	8.818	9.252	9.045	2,6	(2,2)
Depósitos a Prazo	20.701	20.450	24.062	16,2	17,7
Depósitos Interfinanceiros	25.211	16.035	16.396	(35,0)	2,3
Recursos de Aceites e Emissões de Titulos	18.631	20.540	21.937	17,7	6,8
Obrigações por Empréstimos	22.278	17.605	19.547	(12,3)	11,0
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	32.431	32.326	33.398	3,0	3,3
Demais Passivos	8.086	8.993	9.717	20,2	8,1
Grupo BB	25.992	17.113	15.158	(41,7)	(11,4)
Patrimônio Líquido	9.951	11.555	11.960	20,2	3,5
Controlador	9.100	10.667	11.163	22,7	4,6
Participações Minoritárias ¹	852	888	797	(6,5)	(10,2)

1 - Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

Tabela 157. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado

R\$ milhões	2T16	1T17	2T17	Var. (%) s/	
				2T16	1T17
Lucro Após Impostos e Participações Estatutárias	(30)	229	218	-	(4,8)
Participações Minoritárias ¹	72	62	73	1,4	17,7
Lucro Líquido	42	291	291	-	-

1 - Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

10.3.1. Banco Patagonia

Todos os números apresentados neste capítulo refletem 100% dos saldos, contas patrimoniais e de resultado do Banco Patagonia. Nas tabelas a seguir, apresentamos os principais destaques patrimoniais, de resultado e dados estruturais.

No 2T17, o lucro líquido do Banco Patagonia foi R\$ 176,3 milhões. O resultado foi estável na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 158. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais

R\$ milhões	Jun/16	Mar/17	Jun/17	Var. (%) s/	
				Jun/16	Mar/17
Ativos	13.504	15.454	18.730	38,7	21,2
Operações de Crédito	7.313	8.009	8.323	13,8	3,9
Depósitos	9.140	10.583	11.315	23,8	6,9
Patrimônio Líquido	2.076	2.165	1.942	(6,5)	(10,3)

Tabela 159. Banco Patagonia – Captações

R\$ milhões	Jun/16	Mar/17	Jun/17	Var. (%) s/	
				Jun/16	Mar/17
Interbancário	146	159	193	32,4	21,6
Compromissadas	40	38	729	-	-
Pessoa Jurídica	1.485	1.510	1.548	4,2	2,5
Pessoa Física	1.252	1.551	1.722	37,5	11,0
Emissões	85	87	114	34,0	30,9
Total	3.008	3.344	4.305	43,1	28,7

Tabela 160. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	2T16	1T17	2T17	2T16	1T17
Resultado da Intermediação Financeira	359	384	427	18,8	11,1
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4	30	(23)	-	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	363	415	404	11,2	(2,7)
Rendas de Tarifas	124	189	210	69,3	11,4
Despesas Administrativas	(248)	(288)	(297)	19,6	3,3
Outros	38	5	(6)	-	-
Resultado Antes da Tributação s/Lucro	277	321	310	11,9	(3,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(101)	(169)	(134)	32,9	(20,5)
Lucro Líquido	176	152	176	(0,1)	15,8

Figura 73. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões

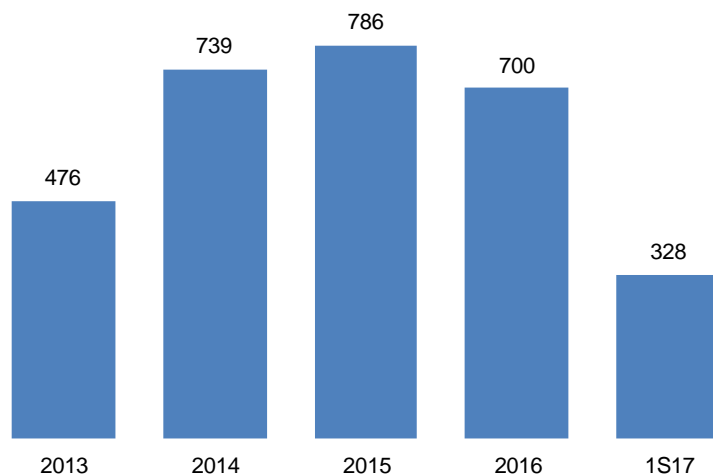


Tabela 161. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito

%	2T16	1T17	2T17
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	37,3	36,7	36,7
Índice de Basileia ¹	15,8	15,0	12,9
Índice de Cobertura (+90 dias)	269,9	254,3	239,7
Inad+90	1,1	1,3	1,3

1 - Série ajustada considerando as regras estabelecidas pela Resolução nº 5.369 do Banco Central da República Argentina.

Tabela 162. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais

	Jun/16	Mar/17	Jun/17	Var. (%) s/	
				Jun/16	Mar/17
Clientes (mil)	1.020	1.074	1.104	8,3	2,8
Agências	177	182	182	2,8	-
Agências em Buenos Aires	93	94	94	1,1	-
Pontos de Atendimento	199	204	206	3,5	1,0
Funcionários	3.421	3.391	3.367	(1,6)	(0,7)

Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Gerente Geral de Relações com Investidores

Bernardo de Azevedo Silva Rothe

Gerente Executivo

Rodrigo Felipe Afonso

Gerentes de Divisão

Daniel Henrique de Sousa Diniz

Heverton Masaru Ono

Janaína Marques Storti

Joaquim Camilo de Castro

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Bruno Santos Garcia

Cleber Antonio Lima Rentroia

Daniela Priscila da Silva

Debora Stefani

Diogo Simas Machado

Eva Maria Gitirana de Oliveira

Fabíola Lopes Ribeiro

Felipe de Mello Pimentel

Fernanda Vasconcelos de Meneses

Filipe Cardoso Duda

Gustavo Correia de Brito

Itala Tonon

Jefferson Guarnieri Aquino

Joabel Martins de Oliveira

Luiz Fernando de Almeida

Peterson Luiz Barbosa

Regina Knysak

Vilmar Francisco Thewes

Vitor Lopes Rodrigues

Viviane de Sousa



Banco do Brasil S.A.

**Relatório de asseguaração limitada
dos auditores independentes
sobre as informações contábeis
suplementares incluídas no
Relatório de Análise do
Desempenho**

30 de junho de 2017



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone 55 (61) 2104-2400, Fax 55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada dos auditores independentes sobre as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho

Ao
Conselho de Administração, aos acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. (“Banco”) para a elaboração de um relatório sobre as informações contábeis suplementares do Banco do Brasil S.A. para o semestre findo em 30 de junho de 2017, na forma de uma conclusão de asseguração limitada se, com base no nosso trabalho realizado, descrito neste relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações referidas no parágrafo “Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares”.

Responsabilidades da Administração do Banco

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação adequada das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho de acordo com os critérios para elaboração das informações contábeis suplementares descritos abaixo, e pelas demais informações contidas no referido relatório, assim como pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.



Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de revisar as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho elaboradas pelo Banco e com base nessa revisão emitir, uma conclusão na forma de asseguração limitada. Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000). Tal norma requer o cumprimento de exigências éticas, que inclui requisitos de independência, planejamento e execução de procedimentos para obter um nível de asseguração limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise de Desempenho do Banco não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações referidas no parágrafo “Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares”.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre as áreas onde distorções materialmente relevantes poderiam existir.

Procedimentos para coleta de evidências para um trabalho de asseguração limitada são mais limitados do que para um trabalho de asseguração razoável. Assim, o nível de segurança obtida em um trabalho de asseguração limitada é significativamente menor do que a segurança que teria sido obtida caso um trabalho de asseguração razoável tivesse sido realizado. Conseqüentemente não expressamos opinião de auditoria ou asseguração razoável sobre as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco.

Nossa conclusão não contempla aspectos relacionados com as informações prospectivas contidas no Relatório de Análise do Desempenho, nem fornece qualquer garantia se as premissas utilizadas pela Administração proporcionam uma base razoável para as projeções apresentadas. Portanto, nosso relatório não proporciona qualquer tipo de asseguração sobre o alcance de informações futuras (como, por exemplo, metas, expectativas e planos futuros) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares

As informações contábeis suplementares divulgadas no Relatório de Análise do Desempenho correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, foram elaboradas pela Administração do Banco com base nas informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas relativas à data-base de 30 de junho de 2017 e nos critérios descritos no Relatório de Análise do Desempenho, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem contudo, fazerem parte das demonstrações contábeis consolidadas divulgadas nesta data.

Conclusão

Nossa conclusão foi baseada e está limitada aos assuntos descritos neste relatório.

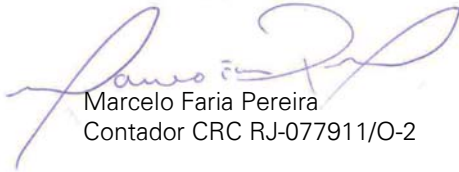
Baseado nos procedimentos realizados de asseguração limitada, conforme resumido acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares, incluídas no Relatório de Análise do



Desempenho, não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações referidas no parágrafo "Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares".

Brasília, 09 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcelo Faria Pereira'. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'M' and 'P'.

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Demonstrações Contábeis

1º Semestre 2017

ÍNDICE

Índice	1
---------------------	----------

Relatório da Administração	3
---	----------

Demonstrações Contábeis	16
BALANÇO PATRIMONIAL	16
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	20
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	22
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	23

Notas Explicativas	24
1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	24
2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	24
3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	24
4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	28
5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	35
6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39
7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	39
8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	40
9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	48
10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	49
11 - CARTEIRA DE CÂMBIO	56
12 - OUTROS CRÉDITOS	57
13 - OUTROS VALORES E BENS	58
14 - INVESTIMENTOS	59
15 - IMOBILIZADO	66
16 - INTANGÍVEL	66
17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	67
18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS	71

19 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	72
20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	73
21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	77
22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL	79
23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	80
24 - TRIBUTOS.....	86
25 - PARTES RELACIONADAS	89
26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	93
27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS.....	103
28 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL.....	106
29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	115
30 - OUTRAS INFORMAÇÕES	116
<hr/>	
Relatório dos Auditores Independentes	119
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	128
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	130
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	131
Membros da Administração	132

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração relativo ao primeiro semestre de 2017, de acordo com as exigências legais e regulamentos vigentes.

Sugerimos a leitura, em conjunto com este documento, dos relatórios Análise de Desempenho do primeiro trimestre e segundo trimestres de 2017. O documento Análise de Desempenho é um relatório destinado a analistas de mercado, acionistas e investidores, tem periodicidade trimestral, disponibiliza indicadores econômicos financeiros e analisa nossa performance. Esses relatórios estão disponíveis no nosso sítio de Relações com Investidores no endereço bb.com.br/ri.

1. Ambiente Macroeconômico

No primeiro semestre, o cenário macroeconômico doméstico e internacional foi caracterizado por incertezas que afetaram direta e indiretamente o ambiente de negócios das instituições financeiras. Ainda que domesticamente o nível de incertezas tenha diminuído ao longo dos primeiros meses do ano, eventos não econômicos voltaram a trazer volatilidade aos mercados.

Nos Estados Unidos, a economia iniciou o ano com crescimento abaixo do esperado, mas fechou o semestre apresentando consistente recuperação. A redução da taxa de desemprego para patamar abaixo do pleno emprego e a convergência da inflação à meta estipulada pelo banco central permitiu a continuidade do processo de normalização das condições monetárias.

Na Europa, a atividade econômica respondeu aos estímulos monetários promovidos pelo Banco Central Europeu, com avanço do PIB em suas principais economias. Acrescente-se a esse contexto a diminuição das incertezas devido à derrota de candidatos presidenciais com perfis nacionalistas e que defendiam a saída de seus países do bloco europeu.

Nos mercados emergentes, após dúvidas com possíveis impactos negativos de uma política comercial protecionista por parte dos EUA, a atividade econômica na China permaneceu crescendo dentro do esperado. Como resultante, houve ligeira valorização dos preços das *commodities* no mercado internacional.

No Brasil, depois de dois anos de recessão, observaram-se os primeiros sinais de recuperação da atividade econômica. Impulsionado pelos robustos resultados da agropecuária, o produto interno bruto (PIB) avançou 1,0% no primeiro trimestre (comparativamente ao último trimestre de 2016, sazonalmente ajustado). No semestre, indústria, comércio e serviços também apresentaram números positivos.

Com a dissipação dos choques sobre a inflação observados em 2015 e 2016, os preços no varejo desaceleraram, com o IPCA alcançando 3,0% no acumulado em 12 meses até junho, patamar abaixo do centro da meta (4,5%), resultado, em parte, da reorientação da política macroeconômica implementada ao longo de 2016.

Houve avanço na agenda de reformas já aprovadas, como o estabelecimento de um teto para os gastos públicos. Outras em tramitação no Congresso, a exemplo da reforma previdenciária, também focam em questões estruturantes para o país.

Como resultado, o prêmio de risco Brasil, medido pelo CDS 5 anos, recuou cerca de 23% comparativamente ao observado ao final de 2016 (média de maio/17 contra média de dezembro/16), e os índices de confiança, sejam de empresários ou consumidores, mantiveram a tendência de melhora, sinalizando perspectivas positivas em relação à possibilidade de retomada gradual e sustentada do crescimento econômico.

Mais recentemente, eventos não econômicos promoveram aumento das incertezas no país. Os níveis de risco e taxa de câmbio responderam desfavoravelmente, mas ainda não há evidências das repercussões desses eventos sobre a condução da política monetária e, especialmente, sobre a tendência de recuperação da atividade econômica.

Ao final do semestre, os efeitos mais intensos desses eventos sobre o risco-país e taxa de câmbio já apresentavam reversão, sugerindo expectativa do mercado na continuidade das discussões da agenda de reformas.

Nesse contexto, a autoridade monetária prosseguiu com o processo de distensão monetária, reduzindo a taxa básica de juros da economia para 9,25% a.a. Desde o início desse ciclo, em outubro/16, a Selic já foi cortada em 500 p.b.

2. Estratégia Corporativa para o Período de 2017-2021

A atuação estratégica do Banco do Brasil para o período 2017-2021 é representada em desafios que nos guiam em direção à Visão de “Ser o banco mais confiável e relevante para a vida dos clientes, funcionários e para o desenvolvimento do Brasil”: a) Rentabilidade, Gestão de Riscos e de Capital; b) Experiência do Cliente; c) Transformação Digital; d) Gestão de Pessoas; e) Gestão do Conhecimento.

Em Rentabilidade, Gestão de Riscos e de Capital, priorizaremos o crescimento da rentabilidade, a elevação das receitas com prestação de serviços, a melhoria da eficiência operacional, a sustentabilidade do capital e a redução das perdas operacionais e de crédito.

Já em relação à Experiência dos Clientes, o foco é proporcionar experiências de alto valor, priorizando ações que favoreçam a melhoria da satisfação dos clientes.

Para a Transformação Digital, temos aperfeiçoado processos, produtos e canais, tornando-os mais simples, ágeis, inovadores, integrados e orientados à Experiência dos Clientes.

A evolução da empresa está fundamentada no desenvolvimento dos seus funcionários. Por isso, em Gestão de Pessoas, continuaremos a investir na melhoria das competências profissionais para o exercício da liderança e transformação digital. Também, aprimoraremos os programas sucessórios e de reconhecimento de talentos.

Por fim, em Gestão do Conhecimento, a prioridade é fortalecer a aquisição e a certificação em conhecimentos estratégicos.

Além do negócio bancário, possuímos presença em outros setores. No ramo de seguridade, atuamos por meio da BB Seguridade S.A., comercializando produtos de seguros, previdência aberta, títulos de capitalização e planos de assistência odontológica.

No mercado de meios de pagamentos, operamos pela BB Administradora de Cartões, pela holding BB Elo Cartões, que concentra os negócios da Alelo, Stelo, Livel e Cateno e pela participação na Cielo S.A., via subsidiária integral BB - Banco de Investimento S.A.

A atuação nesses mercados faz parte de nossa estratégia de fidelização do cliente, pela oferta de serviços complementares ao crédito, bem como de diversificação de receitas, com foco no incremento da rentabilidade. Mais informações sobre esses negócios podem ser encontradas nas páginas de relações com investidores da BB Seguridade (bbseguridaderi.com.br) e da Cielo (cielo.riweb.com.br) e nos Relatórios da Administração dessas empresas, além do relatório Análise do Desempenho do Banco do Brasil.

A seguir, alguns prêmios e eventos que foram destaques no semestre:

- I. lançamos em março, no Congresso de Meios Eletrônicos de pagamento (CMEP), a Pulseira Ourocard, primeiro *wearable* do Banco do Brasil B, por meio da qual os clientes realizarão pagamentos, por aproximação, nas funções débito e crédito, sem precisar do cartão de plástico;
- II. com 38 casos, fomos vencedores em 21 categorias no Prêmio *efinance*¹ 2017 por uma série de inovações, entre as quais a possibilidade de compra com pontos² em lojas físicas pelo aplicativo Ourocard, solução de *Open Banking* com o lançamento do Portal do Desenvolvedor, a disseminação da cultura digital pelo

¹ O Prêmio *efinance* tem como objetivo identificar e destacar os mais importantes projetos na área de TI e Comunicação no segmento de finanças no Brasil.

² Pontos referentes ao Programa de Relacionamento “Ponto pra você”.

desenvolvimento do LABBS no Vale do Silício e a Conta Fácil³, primeiro passo para a conta corrente aberta pelo celular;

- III. conquistamos, pelo 9º ano consecutivo, o título de cartão de crédito preferido, segundo Pesquisa Nacional de Cartões de Crédito, organizada pela CardMonitor;
- IV. conquistamos o Prêmio Atendimento Ouro da Associação das Relações Empresa Cliente (Abrarec), na categoria melhor atendimento de *call center* receptivo;
- V. conquistamos, via BBDTVM, a primeira colocação na categoria Fundos de Ações do *ranking* “Melhor Banco para Investir”, elaborado pela FGV;
- VI. lançamos em maio, no Portal BB na Internet, a ferramenta Fale Conosco, mais uma ferramenta para que o consumidor possa entrar em contato com o Banco do Brasil. A inovação beneficia os clientes não correntistas ou que não possuam senha de *Internet*, que antes não dispunham de opção para registrar demandas no Portal BB;
- VII. conquistamos a categoria Top Básico no Prêmio Broadcast Projeções. O evento, promovido pela Agência Estado, tem por objetivo premiar as instituições cujas projeções para os principais indicadores econômicos do País mais se aproximaram do observado durante o ano de 2016. No mesmo evento, foram premiados, entre os 10 primeiros, quatro analistas do BB-Banco de Investimentos S.A. no Prêmio Broadcast Analistas, que avalia as recomendações de ações que obtiveram a melhor rentabilidade em 2016.

3. Destaques Financeiros

Seguem abaixo os principais números relativos ao resultado do Banco do Brasil

Tabela 1. Destaques Financeiros

	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	1S16	1S17	1S16	1S17
Resultado (R\$ milhões)				
Lucro Líquido	4.752	5.018	4.824	5.062
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	17.461	13.252	16.248	15.158
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	8.223	8.962	11.285	12.411
Despesas Administrativas ¹	(17.427)	(17.239)	(18.113)	(17.977)

1 – Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

	Jun/16	Jun/17	Jun/16	Jun/17
	Patrimoniais (R\$ milhões)			
Ativos	1.551.539	1.503.116	1.445.115	1.445.614
Carteira de Crédito Classificada	675.837	626.998	691.832	642.846
Depósitos Totais	435.652	428.989	440.879	442.812
Patrimônio Líquido	72.586	79.742	83.449	90.783
Índice de Basileia (%)	16,5	18,0	16,5	18,0

³ Conta de pagamentos para quem ainda não possui conta no Banco do Brasil e que pode ser aberta pelo celular.

Capital

O Banco do Brasil, alinhado com as diretrizes regulatórias e com as melhores práticas de mercado, possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, incorporando os efeitos definidos em Basileia III e considerando (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O índice de Basileia do Banco do Brasil atingiu 18,0% em junho/17. O índice de capital nível I chegou a 12,4%, sendo 9,2% de capital principal. O patrimônio de referência do Banco alcançou R\$ 127,0 bilhões.

Nosso foco está na geração orgânica de capital e crescimento do crédito em linhas mais atrativas sob o critério retorno *versus* risco e em participações estratégicas no *core business* do Banco.

4. Negócios e Relacionamentos com Clientes

Contexto atual

Os hábitos e comportamentos dos clientes mudaram e a indústria financeira está mais competitiva, o que exige evolução nos modelos de relacionamento dos bancos. Por isso, continuamos a avançar nas inovações para aperfeiçoar o atendimento por meio da especialização e proporcionar uma experiência integrada entre os canais presencial e digital.

A reorganização estrutural, iniciada em novembro/16, teve como finalidade tornar o Banco ainda mais dinâmico, ágil, competitivo e reforçar a sustentabilidade dos nossos negócios. O objetivo é aprimorar continuamente a experiência do cliente, gerar eficiência nos processos e, conseqüentemente, retomar índices de rentabilidade compatíveis com nossos pares de mercado. No semestre, como resultado desse processo, reduzimos R\$ 863 milhões em despesas com pessoal.

É importante ressaltar que o encerramento das atividades de agências e a transformação de outras em postos de atendimento é parte da estratégia de digitização do atendimento e foi realizada de forma a não prejudicar a prestação de serviços aos clientes, que continuaram a ser atendidos por outras agências ou migrados para o atendimento digital.

4.1 Pessoas Físicas

Atendimento

Nossos mais de 63,0 milhões de clientes contam com 16 mil pontos de atendimento, presentes em 99,8% dos municípios brasileiros. Para melhor atendê-los, contamos com segmentos de relacionamento de acordo com as características e necessidades de cada público. Atualmente, nossos segmentos são: Private, Estilo, Exclusivo, Personalizado, Varejo e Mercado Emergente. Além disso, atendemos de forma especializada o público universitário e produtores rurais.

Nossos clientes Private podem ser atendidos de forma exclusiva em sete Escritórios, 68 pontos de atendimento no país e um no exterior. Considerando as necessidades específicas desses clientes, oferecemos consultoria financeira em investimentos e gestão patrimonial por gerentes especializados, dos quais 80% possuem certificação em planejamento financeiro CFP.

No varejo alta renda (Estilo, Exclusivo e Personalizado), atendíamos, ao final do primeiro semestre de 2017, mais de 1,8 milhão de clientes em 250 agências Estilo e 42 escritórios.

Para os clientes dos segmentos Varejo e Emergente, incentivamos a utilização de canais de autoatendimento, centralização do fluxo de caixa no Banco do Brasil e uso responsável do crédito, com prioridade para a oferta de linhas com menor risco. No público-alvo, destacam-se os proventistas e os beneficiários do INSS.

Investimos também em ferramentas para ouvir e compreender o cliente. Nosso SAC recebeu, em média, 433 mil ligações mensais entre pedidos de informações, reclamações e sugestões, das quais 94% foram resolvidas no primeiro atendimento. Nas mídias sociais (Facebook e Twitter), foram solucionadas aproximadamente 15,5 mil demandas mensais no período.

Experiência Digital

Em junho/17, as transações realizadas por *mobile* e *internet* representaram 48,8% e 22,8% do total do atendimento em canais automatizados, respectivamente. Aproximadamente 12 milhões de clientes (19,4% do total) utilizaram nossas soluções para *mobile* e, mensalmente, registramos 450 mil novos usuários do *app* BB.

Ao final do semestre, 50% dos clientes Private utilizaram o autoatendimento *mobile* e 66% a *internet*. Atendemos mais de 65% dos clientes desse segmento com a solução “Fale com seu Gerente”, já disponível desde o primeiro semestre de 2015 aos clientes Estilo e Exclusivo e oferecida desde novembro/16 aos clientes Private. A aplicação permite o contato direto do cliente com o Banco do Brasil por meio da troca de mensagens instantâneas, de forma segura, via aplicativo do Banco do Brasil ou *internet banking*.

Encerramos o primeiro semestre de 2017 com três escritórios Estilo, sendo que dois foram abertos neste semestre. A evolução também ocorreu no atendimento ao público Exclusivo, com 643 mil clientes atendidos no modelo digital em 39 escritórios.

A evolução desse modelo de relacionamento, aliado a outras inovações na oferta de produtos, tem como objetivo a elevação nos níveis de satisfação dos clientes. Por isso, pretendemos expandir essa atuação e abrir mais 25 escritórios Estilo e 207 Exclusivo até o fim de 2017.

Desde 2016, nossos clientes contam com a possibilidade de financiar veículos e contratar antecipação do imposto de renda de forma totalmente digital pelo *smartphone*. No semestre, a contratação de crédito para aquisição de veículo via *mobile* já representa 31,3% do total desembolsado nessa linha, sendo 57,3% das operações realizadas fora do horário de atendimento bancário. Além de oferecer comodidade ao cliente, a operação realizada pelo *smartphone* tem custo operacional 65% menor que as realizadas na agência.

Com a solução de assessoria de investimentos via *chat*, disponível no autoatendimento Banco do Brasil pelo *mobile* e pela *internet*, captamos R\$ 861,3 milhões. Além disso, oferecemos, no *app* BB, solução de assessoria financeira, denominado Minhas Finanças, que, no semestre, obteve 2,3 milhões de acessos, tendo sido utilizado por 19% dos clientes que utilizam *mobile*.

Inovações nos Negócios

Ampliamos o rol de produtos que podem ser contratados pelo *app* BB no primeiro semestre de 2017. Nossos clientes já podem renovar seguro de automóvel, adquirir título de capitalização e consórcios e contratar, simular e cancelar o BB Seguro Residencial via *mobile*. A exemplo do financiamento de veículos e antecipação de imposto de renda, fomos o primeiro banco a disponibilizar a contratação de seguro residencial via *smartphone*.

Para os clientes investidores, disponibilizamos novo ambiente para negociação de produtos de mercados de capitais, com visual moderno e foco na experiência do cliente. A plataforma permite maior interação do usuário, negociação de ações, ouro e títulos públicos, além da possibilidade de personalização. No primeiro semestre de 2017, foram 1,5 milhão de acessos, movimentando R\$ 16,7 bilhões em negociações.

Após o lançamento da Conta Fácil em novembro/16, iniciamos em maio projeto piloto para a abertura de conta corrente completa pelo *app* BB. Desde o *upload* de documentos ao cadastramento de senhas, tudo é feito pelos clientes no *mobile*. A inovação reduzirá a demanda pela abertura de contas nas agências e permitirá que a rede tenha mais tempo para realização de negócios. Foram convidadas 15 mil pessoas para participar do projeto. A previsão é que no início do segundo semestre a implementação esteja concluída.

No crédito imobiliário, implementamos medidas para otimizar o processo de concessão, como assessoria aos clientes feita por especialistas e possibilidade de o cliente acompanhar o andamento de seu processo pelo *smartphone* e *internet*. Essas melhorias resultaram na redução de 11% no tempo de contratação no segundo trimestre.

Lançamos também o sítio Balcão dos Imóveis, plataforma que oferece condições exclusivas na compra de imóveis construídos por construtoras que são clientes do Banco. Desde o início do ano, foram mais de 10 mil acessos mensais ao portal.

Crédito

O crédito consignado permanece como uma das principais linhas na carteira para pessoas físicas, com 34,9% do total da carteira classificada, sendo os empréstimos para servidores públicos os mais representativos (87,8%).

O crédito imobiliário encerrou o semestre com saldo de R\$ 43,0 bilhões, alta de 8,4% em relação a junho/16.

4.2 Empresas e Governo

Atendimento

Nossos 2,4 milhões de clientes empresariais são atendidos nos seguintes segmentos: Micro e Pequenas Empresas (MPE), Empresa, Empresarial *Middle*, Empresarial *Upper Middle*, *Corporate* e *Large Corporate*.

Para atender cada vez melhor as MPE, inauguramos 55 Agências Empresa no semestre, especializadas e exclusivas, nas quais atendemos mais de 129 mil clientes. Atualmente, temos 93 agências e novas unidades serão implantadas até o final de 2017.

Para aperfeiçoar a experiência dos clientes MPE, foram desenvolvidas ações de capacitação direcionadas aos funcionários envolvidos no atendimento a esses clientes, como o Estágio para Novos Gerentes de Relacionamento. Foram desenvolvidos treinamentos customizados para os gerentes que atuam nas Agências Empresa. A expectativa é que, até o final deste ano, sejam capacitados nesse treinamento 395 gerentes. Ainda como parte do esforço de aperfeiçoamento e especialização, todos os gerentes gerais de agência receberão treinamento em crédito em 2017.

Experiência Digital

Encerramos o primeiro semestre de 2017 com 32 escritórios de negócios voltados ao atendimento de MPE, sendo 12 implantados nesse semestre. Nesses escritórios, atendemos 86 mil clientes, que contam com canais digitais para relacionamento e horário de atendimento estendido.

Desde maio, nossos clientes contam com a possibilidade de contratar câmbio exportação e importação 100% pelo Gerenciador Financeiro. A solução centraliza as operações de negócios internacionais em uma única plataforma e traz agilidade e eficiência para a gestão da empresa. No primeiro semestre de 2017, foram realizados no total US\$ 27,5 milhões em operações de câmbio, sendo que 62,7% das operações de exportação e 38,9% de importação foram realizadas pela Internet.

Inovações nos Negócios

Lançamos, em abril, a procuração eletrônica, que permite que clientes estabeleçam procurações diretamente no Gerenciador Financeiro. A solução dispensa o trânsito de documentos físicos, oferece ao cliente agilidade, segurança e redução de custos cartorários e de transporte. Além disso, gera eficiência operacional nos centros de serviço que processam esses documentos. Em média, essa inovação geraram uma redução de 68% no tempo de análise e registro dessas procurações.

No primeiro semestre de 2017, foram emitidas mais de três mil procurações, o que representa 15% do total cadastrado no período.

Investimos também no desenvolvimento de novas soluções em *Cash Management*, voltada à oferta de soluções de pagamentos e recebimentos aos clientes, incluindo a disponibilização de consultores especializados.

Governo

Desenvolvemos cartão de crédito personalizado para o Poder Judiciário. A solução foi criada para oferecer ao cliente agilidade, controle, segurança e modernidade na utilização de recursos públicos. O produto, que proporciona redução de custos e transparência nas prestações de contas, irá substituir a utilização das contas de suprimento de fundos com utilização de cheques.

Crédito

A carteira de crédito PJ encerrou o primeiro semestre de 2017 com saldo de R\$ 234,0 bilhões, queda de 14,9% em relação a junho/16. No câmbio exportação e importação, atingimos 19,5% e 12,6% de participação, respectivamente, em junho/17, consolidando a posição do Banco como um dos principais parceiros do comércio exterior brasileiro.

Mercado de Capitais

Estamos presentes no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento (BB-BI), e no exterior por meio das corretoras BB Securities Ltd (Londres), Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque) e BB Securities Asia Pte. Ltd. (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. Nossa cobertura é global e atuamos em operações de renda fixa e variável, fusões e aquisições, assessoria em transações de *Project Finance*, oferecendo aos clientes diferentes alternativas de financiamento e acesso a investidores no Brasil e no exterior.

4.3 Rural e Agroindustrial

Atendimento

Ampliamos para 13 o número de agências para atendimento especializado no agronegócio. Foram atendidos 10,6 mil clientes que, nesse modelo de relacionamento, contam com atendimento realizado por equipe capacitada em crédito rural, apoio de especialistas em investimentos, consultoria de engenheiros agrônomos, além de horário de atendimento estendido.

Experiência Digital

Como parte de nosso esforço em fornecer cada vez mais comodidade, nossos clientes contam com a possibilidade de contratar crédito para custeio e investimento pelo *smartphone*. No primeiro semestre de 2017, foram liberados R\$ 334 milhões em operações para custeio e R\$ 4,2 milhões em operações para investimento.

O aplicativo GeoMapa Rural, solução para delimitação de propriedades rurais via coordenadas geodésicas da área a ser financiada e parte do projeto Agro Digital, já ultrapassou 300 mil áreas capturadas por clientes.

Inovações nos Negócios

Lançamos a valoração automática de imóveis rurais, que permite a avaliação de forma remota de propriedades rurais. A novidade gerou eficiência com redução de R\$ 35,8 milhões em custos e mais de 127 mil imóveis avaliados.

Essa iniciativa, somada a outras, como a simulação de financiamentos rurais e a consulta a extratos e lançamentos futuros por canais digitais, reforça nossa atuação como agente financeiro moderno e inovador, que disponibiliza a seus clientes soluções que asseguram mais transparência e comodidade no acompanhamento de seus financiamentos rurais.

Crédito

Mantemo-nos, historicamente, como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o suprimento da demanda de crédito do segmento. Encerramos o primeiro semestre com carteira de crédito de agronegócios de R\$ 187,7 bilhões, com destaque para a linha de custeio agropecuário. Conforme dados do Banco Central do Brasil, detínhamos, em junho/17, 59,8% de participação nos financiamentos destinados ao setor.

Utilizamos mecanismos de mitigação de risco (intempéries e preços) na contratação de operações de crédito rural. Na safra 2016/2017, 62,3% das operações de custeio agrícola contratadas estavam cobertas com seguro de produção (Seguro Agrícola ou Proagro), seguro de preço (contratos de opções) ou ambos (Seguro Faturamento).

5. Gestão de Recursos de Terceiros

Com a BB DTVM, continuamos líderes do mercado de gestão de recursos de terceiros, com 23,1% de market share e R\$ 816,4 bilhões de recursos sob gestão. Para manter essa liderança, é fundamental melhorar a experiência do cliente. Foi pensando nisso que implementamos, a partir de maio, a possibilidade dos cotistas dos fundos do Banco do Brasil votarem eletronicamente, pela internet ou *mobile*, nas assembleias desses fundos.

O novo formato de votação, realizado de forma totalmente digital, além de ser mais prática para o cliente, torna o processo interno mais eficiente, uma vez que, anteriormente, a votação era realizada com o intermédio das agências de relacionamento.

Inicialmente, a possibilidade está disponível para pessoa física e fundos exclusivos do segmento Private. Ao longo de 2017, demais segmentos também terão acesso à votação virtual. O foco em 2017 é ampliar atuação nos meios eletrônicos e melhorar a experiência do cliente com soluções inovadoras.

6. Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável

Nossos negócios sociais têm como prioridade o desenvolvimento de iniciativas economicamente rentáveis, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

Por acreditarmos na viabilidade de conciliar o atendimento aos interesses dos nossos acionistas ao desenvolvimento de negócios sociais e ambientalmente sustentáveis, contamos com o Modelo de Atuação Integrada em Desenvolvimento Sustentável (DS). Esse sistema permite mapear programas, projetos e ações, além de identificar oportunidades de forma integrada, impulsionando as iniciativas em Planos de Ações em Desenvolvimento Sustentável (PADS).

Tabela 2. Principais Negócios Sociais

R\$ milhões	Saldo	
	1S16	1S17
MPO	566,7	405,9
Fies	24.212,9	32.197,2
Crédito Acessibilidade	137,5	140,4

7. Acionistas

As ações do Banco do Brasil (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representavam 3,7% do índice Ibovespa para o quadrimestre de maio a agosto de 2017. O Banco do Brasil também possui um programa de ADR nível 1 (BDORY), negociados no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Disponibilizamos relatórios e informações à CVM e no sítio de Relações com Investidores. Também adotamos a prática de convidar analistas de mercado para conferências sempre que a administração entende ser necessário esclarecer temas específicos sobre o Banco do Brasil.

Para o atendimento ao investidor institucional, realizamos 340 reuniões, incluindo a participação em 14 conferências no país e outras seis no exterior, além de promovermos duas teleconferências de resultado.

Para o investidor pessoa física, promovemos reuniões em conjunto com os escritórios Private em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Mantemos uma equipe dedicada ao atendimento a analistas e investidores, que realizou, até junho, 600 atendimentos, incluindo participação em reuniões e atendimentos telefônicos.

Tabela 3. Indicadores de Mercado

	Indicadores	
	1S16	1S17
Valor Patrimonial - BBAS3	26,1	28,6
Valor Patrimonial - BBAS3 - Consolidado	30,0	32,6
Cotação de Fechamento - BBAS3	17,2	26,8
Lucro por Ação (R\$)	1,7	1,8
Retorno sobre Ativos (%)	0,6	0,7
Retorno sobre Ativos (%) - Consolidado	0,7	0,7
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%)	11,3	11,1
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) - Consolidado	10,4	10,2
JCP (R\$ milhões)	1.411	1.489
Cotação ADR (US\$)	5,3	8,2

Distribuição de Dividendos

De acordo com Fato Relevante de 23/02/2016, o Conselho de Administração decidiu, no exercício de suas atribuições estabelecidas no art. 21, inciso II, do Estatuto Social do Banco do Brasil, fixar em 25% o percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em junho/17, foi aprovada pelo Conselho de Administração a criação de Política Específica de Remuneração aos Acionistas.

Maiores esclarecimentos acerca de política de dividendos do Banco do Brasil poderão ser encontrados na seção 3 do Formulário de Referência ou no artigo 46 do Estatuto Social do Banco do Brasil, disponibilizados no sítio bb.com.br/ri.

8. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa é formada pelo Conselho de Administração (CA) e pela Diretoria Executiva (DE). O CA é composto por oito membros e assessorado pelos comitês de Auditoria, Remuneração e Elegibilidade, Riscos e Capital (recém criado), e pela Auditoria Interna. A DE é composta pelo Conselho Diretor (presidente e nove vice-presidentes) e por 27 diretores estatutários. Mantemos ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal (CF) composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, instituímos processo para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Auditor Geral, do Comitê de Remuneração e da Diretoria Executiva. O Estatuto Social, os códigos de governança corporativa e de ética também dão suporte às práticas de governança adotadas. Além disso, nossas ações estão listadas no “Novo Mercado” da B3, segmento mais exigente da bolsa brasileira em requisitos de governança.

Em todos os níveis, as decisões são tomadas de forma colegiada com o propósito de promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração se utiliza de diversos comitês, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Em maio, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), divulgamos a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, documento escrito em linguagem clara, direta, ao público em geral e aos investidores e subscrita pelos membros do Conselho de Administração. Estamos também nos preparando para o ingresso no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3.

Controles Internos

Alinhado à nossa estratégia corporativa, o Sistema de Controles Internos continua com atuação coesa e coordenada no gerenciamento de riscos e controles.

O modelo preserva a autoridade e independência da Diretoria de Controles Internos, na condição de responsável pela avaliação consolidada do Sistema de Controles Internos.

Para informações adicionais sobre controles internos no Banco do Brasil, consulte o Formulário de Referência 2016 disponível em www.bb.com.br/ri.

Segurança Institucional

Continuamos apoiando e contribuindo ativamente com as ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção. Participamos de reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). No primeiro semestre, 33.503 funcionários participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema de combate à corrupção e 9.343 em prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

9. Gestão de Pessoas

Entendemos que o desenvolvimento das políticas e práticas de gestão de pessoas deve ser norteado pela meritocracia, desenvolvimento de competências para o trabalho, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Eles são o alicerce que permite a conquista dos objetivos estratégicos.

Segue abaixo o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 4. Perfil de Funcionários

	1S16	1S17
Perfil de Funcionários		
Funcionários	109.615	99.603
Feminino	45.542	41.194
Masculino	64.073	58.409
Escolaridade		
Ensino Médio	22.846	18.429
Graduação	47.210	42.100
Especialização, Mestrado e Doutorado	39.250	38.868
Demais	309	206
Distribuição Geográfica		
Norte	5.902	4.509
Nordeste	17.642	16.635
Centro-Oeste	17.586	16.615
Sudeste	49.141	44.142
Sul	19.301	17.665
Exterior	43	37
Rotatividade de Funcionários (%)	0,75	0,98

No primeiro semestre de 2017, investimos R\$ 34,8 milhões em educação corporativa por meio da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB). Esse investimento possibilitou a oferta de 4,8 mil bolsas de graduação, 4,3 mil de pós-graduação e 2,3 mil bolsas de idiomas.

Como resultado dos investimentos, conquistamos o prêmio de melhor universidade corporativa do mundo na categoria Inovação no Global CCU Awards. Alinhada ao movimento estratégico de Transformação Digital, a UniBB vem oferecendo o que há de mais inovador em tecnologias e metodologias educacionais.

Como empresa de economia mista, selecionamos nossos funcionários por meio de concurso público, com exigência de escolaridade mínima de ensino médio, sem limite de idade máxima e com 5% das vagas para pessoas com deficiência e 20% para negros e pardos. Não há diferenças salariais entre mulheres e homens que ocupem os mesmos cargos. Além disso, o processo de ascensão profissional é baseado na meritocracia, levando em consideração a formação, a experiência e os resultados obtidos em suas funções.

Em consonância com nossos compromissos nacionais e globais de valorização da diversidade e para prover oportunidades iguais a homens e mulheres, lançamos, em oito de março de 2017, um conjunto de medidas para acelerar a ascensão orgânica e elevar a representatividade de mulheres em todos os níveis da empresa, inclusive funções de liderança. Entre essas medidas estão:

- I. adesão de todos os executivos ao movimento ElesPorELas (HeForShe), da ONU Mulheres, no qual eles se comprometem a fazer a sua parte por um mundo sem violência e discriminação contra a mulher. O ElesPorElas reforçou a percepção do papel fundamental dos homens para tornar a equidade de gênero uma realidade;
- II. incremento de ações afirmativas de gênero em todos os programas corporativos de ascensão profissional;
- III. extensão, aos transgêneros, do canal da Ouvidoria Interna exclusivo para as mulheres.

Tabela 5. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	1S16	1S17	1S16	1S17
Folha de pagamento ¹	8.670,4	8.351,1	9.305,0	9.043,3
Previdência Complementar ²	676,9	713,1	676,9	713,1
Planos de Saúde ²	592,5	608,0	592,5	608,0
Participação nos Lucros e Resultados ³	625,2	648,0	626,8	650,4
Treinamento ⁴	25,8	20,3	28,3	22,4

1 - Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme nota explicativa 21 – b) Despesas de Pessoal;

2 - Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados;

3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício;

4 - Conforme nota explicativa 21 – b) Despesas de Pessoal.

10. Informações Legais

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 94,8% de nossos clientes pessoa jurídica são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 34,7 bilhões em junho/17. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 1,4 bilhão e das pequenas empresas R\$ 20,2 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 1,0 bilhão e para as pequenas empresas R\$ 12,0 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, contratamos a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 650,3 mil, que representam 1,7% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados constam da tabela 6 a seguir:

Tabela 6. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data da Contratação	Data Final da Contratação	Natureza do Serviço Prestado	Valor Total dos Honorários Contratados (R\$ mil)
BB AG	06/03/2017	06/03/2017	Treinamento Fit&Proper	15,4
Banco Patagonia - Ur	01/04/2017	01/06/2017	Consultoria	23,2
Banco Patagonia	01/04/2017	01/05/2017	Implementação sistemas	49,2
Banco Patagonia	01/04/2017	01/06/2017	Consultoria - Regulação	12,0
BB Securities Londres	10/04/2017	-	Consultoria ICAAP	107,6
Banco Votorantim	06/04/2017	30/11/2017	Treinamento	16,0
Banco Votorantim	10/05/2017	31/07/2017	Consultoria	95,0
Banco Votorantim	24/06/2017	31/07/2017	Consultoria - Tributos	100,0
BB Londres	01/06/2017	31/12/2017	Consultoria	52,4
Neoenergia	30/06/2017	30/06/2017	Consultoria	163,2
BB AG	09/06/2017	09/06/2017	Treinamento	16,3

Em cumprimento à Instrução CVM 381, informamos que, no primeiro semestre de 2017, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 8 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 28 – Gerenciamento de Risco e Capital.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 666 milhões, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 208 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 428 milhões).
- II. Possuímos R\$ 1,4 bilhão de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006 e apresentados na nota explicativa 24 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas ao primeiro semestre de 2017.
- III. Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 7,7 bilhões decorrente de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.
- IV. Firmamos, em 2012, Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim pelo valor total de R\$ 6.800.000.000,00 (seis bilhões e oitocentos milhões de reais). A operação foi contabilizada em contas de compensação, conforme regras dispostas no Cosif, e encontra-se publicada na nota explicativa 25 - Partes Relacionadas das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas ao primeiro semestre de 2017.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade. Para mais informações, visite o sítio de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
ATIVO CIRCULANTE		850.692.665	804.240.873	821.957.263
Disponibilidades	6	14.330.233	12.805.771	14.052.402
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	447.193.208	404.769.645	413.436.276
Aplicações no mercado aberto		416.126.174	371.537.393	374.966.585
Aplicações em depósitos interfinanceiros		31.067.034	33.232.252	38.469.691
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	23.333.147	16.959.199	19.781.675
Carteira própria		16.284.968	13.937.394	16.278.894
Vinculados a compromissos de recompra		5.505.909	1.499.048	986.242
Vinculados à prestação de garantias		264.423	309.539	97.065
Instrumentos financeiros derivativos		1.277.847	1.213.218	2.419.474
Relações Interfinanceiras		72.964.327	68.026.103	73.565.770
Pagamentos e recebimentos a liquidar	9.a	3.468.477	3.513	3.818.464
Créditos vinculados	9.b	67.363.327	66.063.844	68.059.575
Depósitos no Banco Central		64.659.229	63.451.094	65.404.128
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		51.408	54.959	64.192
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.652.690	2.557.791	2.591.255
Repasse interfinanceiros		--	--	1.495
Correspondentes		2.132.523	1.958.746	1.686.236
Relações Interdependências		153.424	376.530	132.293
Transferências internas de recursos		153.424	376.530	132.293
Operações de Crédito	10	173.843.293	174.149.338	178.585.686
Setor público		735.291	649.803	1.184.584
Setor privado		186.791.557	186.111.325	190.217.383
Operações de crédito vinculadas à cessão		827	374	649
(Provisão para operações de crédito)		(13.684.382)	(12.612.164)	(12.816.930)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	194.465	237.447	278.805
Setor privado		218.677	269.250	322.129
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(24.212)	(31.803)	(43.324)
Outros Créditos		118.221.118	126.462.278	121.612.282
Créditos por avais e fianças honrados		589.238	494.543	606.165
Carteira de câmbio	11.a	17.001.540	17.188.751	18.854.747
Rendas a receber		2.871.681	2.644.778	2.641.688
Negociação e intermediação de valores		375.128	218.932	329.176
Créditos específicos	12.a	540	541	--
Diversos	12.b	99.374.659	107.887.734	101.215.592
(Provisão para outros créditos)		(1.991.668)	(1.973.001)	(2.035.086)
Outros Valores e Bens	13	459.450	454.562	512.074
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		354.491	339.302	328.465
(Provisão para desvalorizações)		(148.531)	(137.564)	(124.846)
Despesas antecipadas		253.490	252.824	308.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVO	Nota	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
ATIVO NÃO CIRCULANTE		594.921.127	597.136.101	623.158.234
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		563.266.261	564.008.357	591.575.565
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	1.223.482	942.027	1.034.690
Aplicações no mercado aberto		335.232	145.292	148.919
Aplicações em depósitos interfinanceiros		888.250	796.735	885.771
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	110.933.604	104.309.483	100.968.583
Carteira própria		78.648.526	65.273.440	76.783.299
Vinculados a compromissos de recompra		30.395.180	35.791.728	20.367.464
Vinculados à prestação de garantias		1.778.204	2.844.970	2.981.022
Instrumentos financeiros derivativos		111.694	399.345	836.798
Relações Interfinanceiras		579.104	497.227	414.825
Créditos vinculados	9.b	2.957	1.909	12.513
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		2.957	1.909	12.513
Repasses interfinanceiros		576.140	495.306	402.312
Correspondentes		7	12	--
Operações de Crédito	10	382.912.362	390.774.002	418.992.475
Setor público		73.594.750	73.401.682	72.563.235
Setor privado		331.686.531	338.986.894	368.732.315
Operações de crédito vinculadas à cessão		549.006	611.713	663.397
(Provisão para operações de crédito)		(22.917.925)	(22.226.287)	(22.966.472)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	289.244	325.376	354.420
Setor privado		295.499	334.946	382.558
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(6.255)	(9.570)	(28.138)
Outros Créditos		67.300.266	67.143.433	69.798.783
Carteira de câmbio	11.a	286.214	282.794	945.955
Rendas a receber		33.751	31.350	45.846
Negociação e intermediação de valores		603.686	887.868	697.994
Créditos específicos	12.a	398.769	377.698	355.509
Diversos	12.b	66.779.138	66.337.503	68.416.115
(Provisão para outros créditos)		(801.292)	(773.780)	(662.636)
Outros Valores e Bens	13	28.199	16.809	11.789
Despesas antecipadas		28.199	16.809	11.789
PERMANENTE		31.654.866	33.127.744	31.582.669
Investimentos		16.737.539	16.855.006	16.504.684
Participações em coligadas e controladas em conjunto	14.a	16.585.040	16.703.729	16.350.824
No país		16.523.486	16.631.072	16.230.179
No exterior		61.554	72.657	120.645
Outros investimentos	14.c	171.635	170.398	208.112
(Provisão para perdas)		(19.136)	(19.121)	(54.252)
Imobilizado de Uso	15	7.418.223	7.557.478	7.140.829
Imóveis de uso		7.705.323	7.722.456	6.769.791
Outras imobilizações de uso		10.263.092	9.953.340	9.580.790
(Depreciação acumulada)		(10.550.192)	(10.118.318)	(9.209.752)
Intangível	16	7.499.104	8.715.260	7.924.452
Ativos intangíveis		19.952.308	19.602.197	17.590.378
(Amortização acumulada)		(12.453.204)	(10.886.937)	(9.665.926)
Diferido		--	--	12.704
Gastos de organização e expansão		2.098	2.098	1.584.154
(Amortização acumulada)		(2.098)	(2.098)	(1.571.450)
TOTAL DO ATIVO		1.445.613.792	1.401.376.974	1.445.115.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
PASSIVO CIRCULANTE		1.104.357.067	1.004.424.338	1.011.489.183
Depósitos	17.a	393.217.907	394.668.312	383.520.384
Depósitos à vista		62.384.828	69.349.186	62.549.870
Depósitos de poupança		150.982.353	151.763.344	148.367.610
Depósitos interfinanceiros		15.687.145	17.827.013	24.111.806
Depósitos a prazo		164.060.016	155.675.658	148.461.136
Outros depósitos		103.565	53.111	29.962
Captações no Mercado Aberto	17.c	437.069.635	358.409.319	379.837.556
Carteira própria		33.888.906	42.983.151	18.677.267
Carteira de terceiros		403.180.729	315.426.168	361.160.289
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	96.826.343	68.052.214	60.873.824
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		90.423.395	62.623.394	57.765.731
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		6.278.234	5.428.820	3.108.093
Certificados de operações estruturadas		124.714	--	--
Relações Interfinanceiras		2.905.777	1.075	3.112.659
Recebimentos e pagamentos a liquidar	9.a	2.905.777	1.075	3.100.027
Correspondentes		--	--	12.632
Relações Interdependências		2.280.882	2.450.012	3.238.264
Recursos em trânsito de terceiros		2.279.328	2.446.807	3.236.114
Transferências internas de recursos		1.554	3.205	2.150
Obrigações por Empréstimos	19.a	15.977.925	17.997.094	18.577.980
Empréstimos no exterior		15.977.925	17.997.094	18.577.980
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	39.332.945	39.463.427	38.264.763
BNDDES		7.348.876	8.227.439	9.220.341
Caixa Econômica Federal		25.009.178	23.758.043	21.648.278
Finame		4.938.360	5.155.259	5.463.023
Outras instituições		2.036.531	2.322.686	1.933.121
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	95	95	95
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	1.477.150	1.089.344	2.085.982
Outras Obrigações		115.268.408	122.293.446	121.977.676
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.085.464	427.463	3.913.418
Carteira de câmbio	11.a	10.332.885	17.879.212	18.160.037
Sociais e estatutárias		1.934.819	1.125.248	1.622.869
Fiscais e previdenciárias	20.a	11.188.234	15.293.551	14.877.176
Negociação e intermediação de valores		722.249	379.982	680.317
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	8.946.766	9.055.620	8.606.530
Dívidas subordinadas	20.c	8.331.154	4.158.742	2.448.477
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	86.508	279.308	74.600
Diversas	20.e	69.640.329	73.694.320	71.594.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		250.473.363	309.758.884	350.176.976
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		250.042.160	309.312.622	349.737.563
Depósitos	17.a	49.594.114	51.312.376	57.358.148
Depósitos interfinanceiros		3.274.579	2.837.788	3.360.699
Depósitos a prazo		46.319.535	48.474.588	53.997.449
Captações no Mercado Aberto	17.c	12.752.115	16.224.713	32.131.079
Carteira própria		12.752.099	16.224.699	32.131.079
Carteira de terceiros		16	14	--
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	48.995.197	97.114.139	113.634.901
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		33.259.362	82.047.387	97.975.349
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		15.659.050	14.964.440	15.522.755
Certificados de operações estruturadas		76.785	102.312	136.797
Obrigações por Empréstimos	19.a	3.762.720	2.412.254	4.185.001
Empréstimos no exterior		3.762.720	2.412.254	4.185.001
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	40.119.676	43.619.266	48.337.873
Tesouro Nacional		163.552	149.248	165.578
BNDES		22.427.841	23.859.417	26.103.172
Finame		17.528.283	19.610.601	22.069.123
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	382	382	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	492.809	781.047	932.918
Outras Obrigações		94.325.147	97.848.445	93.157.261
Carteira de câmbio	11.a	6.013.322	5.322.077	3.428.033
Sociais e estatutárias		437	986	--
Fiscais e previdenciárias	20.a	579.934	732.496	733.130
Negociação e intermediação de valores		32.612	24.613	312.520
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	5.890.500	5.734.905	5.134.590
Operações especiais		2.213	2.203	2.205
Dívidas subordinadas	20.c	46.659.043	50.942.804	49.816.340
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	5.453.826	5.246.031	5.322.793
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.c e 20.d	25.427.786	24.714.492	23.953.240
Diversas	20.e	4.265.474	5.127.838	4.454.410
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		431.203	446.262	439.413
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	90.783.362	87.193.752	83.449.338
Capital		67.000.000	67.000.000	67.000.000
De domiciliados no país		52.709.419	53.209.529	53.699.220
De domiciliados no exterior		14.290.581	13.790.471	13.300.780
Instrumento Elegível ao Capital Principal	23.c	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Reservas de Capital		12.436	15.509	15.509
Reservas de Reavaliação		2.407	2.660	2.695
Reservas de Lucros		31.120.094	27.646.569	25.402.333
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(16.881.666)	(16.929.205)	(18.318.685)
(Ações em Tesouraria)		(1.850.043)	(1.854.749)	(1.854.749)
Participação dos Não Controladores		3.280.134	3.212.968	3.102.235
TOTAL DO PASSIVO		1.445.613.792	1.401.376.974	1.445.115.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Trimestre/2017	2º Trimestre/2016	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		37.181.137	38.042.616	75.819.981	72.387.822
Operações de crédito	10.b	20.464.550	24.034.104	42.671.447	44.446.419
Operações de arrendamento mercantil	10.i	64.172	83.078	137.711	177.925
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.b	14.659.395	12.281.551	29.539.380	23.818.215
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	8.e	351.200	(1.310.452)	(195.274)	(1.613.247)
Resultado de operações de câmbio	11.b	172.253	916.625	450.025	1.546.902
Resultado das aplicações compulsórias	9.c	1.069.509	1.447.472	2.324.506	2.837.649
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		400.058	590.238	892.186	1.173.959
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(29.750.364)	(29.656.907)	(60.661.549)	(56.139.430)
Operações de captação no mercado	17.d	(18.366.893)	(29.211.134)	(42.912.820)	(53.155.215)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	19.c	(4.721.296)	6.681.422	(4.259.610)	11.334.221
Operações de arrendamento mercantil	10.i	(35.470)	(47.580)	(78.005)	(102.955)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(13.839)	(19.207)	(29.551)	(28.044)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.f e 10.g	(6.612.866)	(7.060.408)	(13.381.563)	(14.187.437)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.430.773	8.385.709	15.158.432	16.248.392
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.230.848)	(3.774.622)	(6.786.153)	(7.574.212)
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	21.a	6.315.660	5.886.369	12.411.408	11.284.628
Receitas de prestação de serviços		3.953.727	3.810.243	7.837.614	7.269.844
Rendas de tarifas bancárias		2.361.933	2.076.126	4.573.794	4.014.784
Despesas de pessoal	21.b	(5.219.709)	(5.336.562)	(10.284.584)	(10.512.230)
Outras despesas administrativas	21.c	(3.814.373)	(3.798.862)	(7.692.623)	(7.600.784)
Despesas tributárias	24.c	(1.335.108)	(1.435.358)	(2.723.047)	(2.822.523)
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	14	1.062.074	1.091.144	2.014.794	2.115.208
Outras receitas operacionais	21.d	2.085.710	2.382.473	4.353.271	4.886.713
Outras despesas operacionais	21.e	(2.325.102)	(2.563.826)	(4.865.372)	(4.925.224)
RESULTADO OPERACIONAL		4.199.925	4.611.087	8.372.279	8.674.180
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	59.475	71.688	104.590	108.280
Receitas não operacionais		84.643	84.781	150.883	152.810
Despesas não operacionais		(25.168)	(13.093)	(46.293)	(44.530)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		4.259.400	4.682.775	8.476.869	8.782.460
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24.a	(896.043)	(1.459.665)	(1.975.184)	(2.504.506)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(351.064)	(320.452)	(650.361)	(626.769)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(393.611)	(437.610)	(789.621)	(827.086)
LUCRO LÍQUIDO		2.618.682	2.465.048	5.061.703	4.824.099
LUCRO POR AÇÃO	23.f				
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.784.950.759	2.788.217.354	2.784.856.177	2.790.389.280
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		0,94	0,88	1,80	1,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BB Consolidado	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldos em 31.12.2015		60.000.000	8.100.000	14.326	2.730	6.173.642	22.857.448	(16.678.569)	(364.102)	(1.697.380)	--	3.128.078	81.536.173
Aumento de capital - capitalização de reservas		7.000.000	--	--	--	--	(7.000.000)	--	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	1.332.892	305.089	--	--	--	1.637.981
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(2.913.995)	--	--	--	--	(2.913.995)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	1.183	--	--	--	--	--	6.157	--	--	7.340
Adimplemento de operação afiançada pelo FGCN - Fundo Garantidor da Construção Naval		--	--	--	--	--	--	--	--	(163.526)	--	--	(163.526)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.554	--	4.554
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(35)	--	--	--	--	--	35	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(25.843)	(25.843)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.824.099	--	4.824.099
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(46.227)	--	(46.227)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	25.957	--	--	--	(25.957)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	237.595	3.107.691	--	--	--	(3.345.286)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.411.218)	--	(1.411.218)
Saldos em 30.06.2016		67.000.000	8.100.000	15.509	2.695	6.411.237	18.991.096	(18.259.672)	(59.013)	(1.854.749)	--	3.102.235	83.449.338
Mutações do período		7.000.000	--	1.183	(35)	237.595	(3.866.352)	(1.581.103)	305.089	(157.369)	--	(25.843)	1.913.165
Saldos em 31.12.2016		67.000.000	8.100.000	15.509	2.660	6.570.147	21.076.422	(16.944.830)	15.625	(1.854.749)	--	3.212.968	87.193.752
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	568.433	(1.942)	--	--	--	566.491
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(487.658)	--	--	--	--	(487.658)
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(31.294)	--	--	--	(31.294)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	(3.073)	--	--	--	--	--	4.706	--	--	1.633
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.098	--	4.098
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(253)	--	--	--	--	--	253	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	67.166	67.166
Adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.512/2016 no Banco Votorantim S.A.	14.a	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(58.275)	--	(58.275)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	5.061.703	--	5.061.703
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(45.172)	--	(45.172)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	(1.178)	--	--	--	1.178	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	248.190	3.226.513	--	--	--	(3.474.703)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.489.082)	--	(1.489.082)
Saldos em 30.06.2017		67.000.000	8.100.000	12.436	2.407	6.818.337	24.301.757	(16.864.055)	(17.611)	(1.850.043)	--	3.280.134	90.783.362
Mutações do período		--	--	(3.073)	(253)	248.190	3.225.335	80.775	(33.236)	4.706	--	67.166	3.589.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro antes dos Tributos e Participações		8.476.869	8.782.460
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		12.893.611	23.664.885
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	10.f e 10.g	13.381.563	14.187.437
Depreciações e amortizações	21.c	2.150.383	2.134.991
Variação cambial em movimentações de intangíveis	16	(2.362)	17.406
Resultado de participação em coligadas e controladas	14.a	(2.014.794)	(2.115.208)
Lucro na alienação de valores e bens	22	(8.264)	(12.488)
Lucro na alienação de investimentos	22	(311)	--
Ganho de capital	22	(92.186)	(71.810)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	22	11.816	6.091
Amortização de ágios em investimentos	14.d	105.676	103.748
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	27	1.069.221	1.409.317
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	26	53.196	(259.572)
Comissões de corretagem diferidas		(339.840)	(342.383)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(493.908)	9.489.726
Resultado dos não controladores		(789.621)	(827.086)
Outros ajustes		(136.958)	(55.284)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		21.370.480	32.447.345
Variações Patrimoniais		(59.155.965)	(48.118.921)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(90.232.512)	(94.929.936)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(1.856.609)	1.470.932
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		(853.288)	(2.632.071)
Aumento em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(1.208.135)	(4.593.210)
(Aumento) Redução em operações de crédito		(4.970.485)	16.546.482
Redução em operações de arrendamento mercantil		69.853	149.181
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		7.268.199	(2.930.265)
Aumento em outros valores e bens		(19.830)	(20.839)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.394.295)	(4.039.627)
Redução em depósitos		(3.168.667)	(23.541.186)
Aumento em captações no mercado aberto		75.187.718	78.446.987
Redução em recursos de aceites e emissão de títulos		(19.344.813)	(14.052.767)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(4.298.775)	(10.364.972)
(Redução) Aumento em outras obrigações		(13.319.267)	12.392.165
Redução em resultados de exercícios futuros		(15.059)	(19.795)
CAIXA UTILIZADO PELAS OPERAÇÕES		(37.785.485)	(15.671.576)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Aumento em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(38.212.834)	(23.202.854)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		27.291.946	16.620.658
Aumento em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(804.450)	(2.471.171)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		1.249.080	5.495.175
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		4.681.924	1.173.185
Aquisição de imobilizado de uso		(440.143)	(417.960)
Alienação de imobilizado de uso		4.326	38.172
Aquisição de investimentos		(1.884.200)	(54.265)
Aquisição de intangíveis		(357.906)	(200.115)
Baixa de intangíveis/diferidos		1.114	--
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(8.471.143)	(3.019.175)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
Variação da participação dos acionistas não controladores		67.166	(25.843)
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		329.837	(1.287.877)
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		287.103	(6.274.240)
(Aquisição) Alienação de ações em tesouraria		4.706	(157.369)
Juros sobre o capital próprio pagos		(929.124)	(1.276.973)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(240.312)	(9.022.302)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do período		(46.496.940)	(27.713.053)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		103.123.670	102.707.171
Fim do período		493.908	(9.489.726)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		57.120.638	65.504.392
		(46.496.940)	(27.713.053)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	1º Semestre/2017		1º Semestre/2016	
Receitas		74.133.842		69.265.926	
Receitas de intermediação financeira		75.819.981		72.387.822	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		12.411.408		11.284.628	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(13.381.563)		(14.187.437)	
Ganhos de capital	22	112.577		106.243	
Outras receitas/(despesas)		(828.561)		(325.330)	
Despesas da Intermediação Financeira		(47.279.986)		(41.951.993)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.324.619)		(4.392.957)	
Materiais, água, energia e gás	21.c	(315.165)		(354.655)	
Serviços de terceiros	21.c	(707.065)		(750.845)	
Comunicações	21.c	(576.845)		(579.417)	
Processamento de dados	21.c	(407.848)		(394.052)	
Transporte	21.c	(502.093)		(547.500)	
Serviços de vigilância e segurança	21.c	(610.339)		(562.162)	
Serviços do sistema financeiro	21.c	(359.031)		(393.649)	
Propaganda e publicidade	21.c	(122.999)		(125.973)	
Outras		(723.234)		(684.704)	
Valor Adicionado Bruto		22.529.237		22.920.976	
Despesas de amortização/depreciação	21.c	(2.256.059)		(2.238.739)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		20.273.178		20.682.237	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		2.014.794		2.115.208	
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto		2.014.794		2.115.208	
Valor Adicionado a Distribuir		22.287.972	100,00%	22.797.445	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		22.287.972	100,00%	22.797.445	100,00%
Pessoal		9.708.567	43,56%	9.928.148	43,55%
Salários e honorários		6.326.069		6.505.872	
Participação de empregados e administradores no lucro		650.361		626.769	
Benefícios e treinamentos		1.581.269		1.404.704	
FGTS		380.205		385.130	
Outros encargos		770.663		1.005.673	
Impostos, Taxas e Contribuições		5.924.610	26,58%	6.537.881	28,68%
Federais		5.161.188		5.859.273	
Estaduais		477		416	
Municipais		762.945		678.192	
Remuneração de Capitais de Terceiros		803.471	3,61%	680.231	2,98%
Aluguéis	21.c	803.471		680.231	
Remuneração de Capitais Próprios	23.g	5.851.324	26,25%	5.651.185	24,79%
Juros sobre capital próprio da União		803.318		767.567	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		685.764		643.651	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		45.172		46.227	
Lucro retido		3.527.449		3.366.654	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		789.621		827.086	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Reorganização Societária na área de Seguros

Incorporação da BB Cor Participações S.A. pela BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

Em 27.12.2016, a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora) incorporou a BB Cor Participações S.A. (BB Cor) ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 27.12.2016, no montante de R\$ 26.976 mil.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Cor verificada no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de distribuição de produtos de seguridade, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Corretora passou à condição de sucessora a título universal da BB Cor em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguridade é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguridade.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis prudenciais e em IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior, as operações de suas controladas, bem como das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, BB Fund Class A e BB Fund Class D). Essas demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de Imobilizado de Arrendamento para a rubrica de Operações de Arrendamento Mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Despesas de Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Bacen editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, CPC 22 - Informações por Segmento, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 41 - Resultado por Ação.

A aplicação dos normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Circulante - Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágio por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das joint ventures BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 08.08.2017.

a) Participações Societárias Incluídas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, Segregadas por Segmentos de Negócios:

	Atividade	Moeda funcional	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
			% de Participação		
Segmento Bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing Company Ltd. ⁽¹⁾	Arrendamento	Real	--	--	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Braslian American Merchant Bank	Bancária	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Dólar Americano	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Peso Argentino	58,97%	58,97%	58,97%
Segmento Investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos					
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	99,62%	99,62%	99,62%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ⁽²⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%	66,36%
BB Cor Participações S.A. ^{(2) (3)}	Holding	Real	--	--	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽²⁾	Corretora	Real	66,36%	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽²⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Outros Segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽⁴⁾	Turismo	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ⁽²⁾	Informática	Real	99,99%	99,99%	99,97%

(1) A empresa realizou sua última Assembleia Geral em 28.01.2016, ocasião em que os saldos de todas as contas do balanço eram iguais a zero, tendo sido formalmente encerrada em 29.04.2016.

(2) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(3) Empresa incorporada pela BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. em 27.12.2016 (Nota 2).

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a maio/2017.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Demonstração do Resultado

Ressarcimento de despesas com operações de empréstimos, cessões e repasses, do grupamento Outras Receitas Operacionais para Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.

Ressarcimento de custos operacionais interbancários do grupamento Receitas de Prestação de Serviços para Recuperação de Encargos e Despesas do grupamento Outras Receitas Operacionais.

2º Trimestre/2016	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
DESPEAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(29.972.356)	315.449	(29.656.907)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	6.365.973	315.449	6.681.422
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.070.260	315.449	8.385.709
OUTRAS RECEITAS/DESPEAS OPERACIONAIS	(3.459.173)	(315.449)	(3.774.622)
Receitas de prestação de serviços	3.986.862	(176.619)	3.810.243
Outras receitas operacionais	2.521.303	(138.830)	2.382.473

1º Semestre/2016	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
DESPEAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(56.875.960)	736.530	(56.139.430)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	10.597.691	736.530	11.334.221
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.511.862	736.530	16.248.392
OUTRAS RECEITAS/DESPEAS OPERACIONAIS	(6.837.682)	(736.530)	(7.574.212)
Receitas de prestação de serviços	7.605.977	(336.133)	7.269.844
Outras receitas operacionais	5.287.110	(400.397)	4.886.713

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras do ramo de seguros privados e de capitalização, desde 01.09.2015 (a alíquota era de 15% até 31.08.2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.ºs 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto na Circular Bacen n.º 2.397/1993 e na Resolução CMN n.º 4.524/2016, e seus efeitos são reconhecidos no resultado, por meio da equivalência patrimonial para as que possuem moeda funcional igual a moeda nacional, e no Patrimônio Líquido, para as que possuem moeda funcional diferente da moeda nacional.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo (Nota 15).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação do Banco e os gastos efetuados até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, observado o máximo de 10 anos, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 10%. Não são registrados novos valores no ativo diferido, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.534/2016.

No exercício de 2016, foram reclassificados para as adequadas contas do ativo, de acordo com a natureza da operação, os saldos registrados em títulos contábeis excluídos conforme Carta Circular Bacen n.º 3.791/2016.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (imparidade), reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – a metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (Nota 26). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos tributários.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 27).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

q) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 23.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

r) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Conglomerado (Nota 3).

5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As práticas contábeis adotadas no Consolidado Gerencial diferem daquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis do BB Consolidado (Nota 4.j) em função de que os investimentos em entidades controladas em conjunto são consolidados proporcionalmente à participação do Banco.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 3) e controladas em conjunto (Nota 14). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento Bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito, cartões, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Informações Gerenciais por Segmento reconciliadas com o Contábil

	1º Semestre/2017									
	Informações Gerenciais por Segmento							Reconciliação do Gerencial para o Contábil		
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas de intermediação financeira	78.948.659	103.831	41.633	2.240.483	149.125	100.420	(251.521)	81.332.630	(5.512.649)	75.819.981
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	45.543.493	--	--	--	--	53.571	(33.980)	45.563.084	(2.753.926)	42.809.158
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	30.338.389	142.874	41.633	62.526	149.125	47.436	(256.633)	30.525.350	(985.970)	29.539.380
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(261.254)	(39.043)	--	--	--	--	--	(300.297)	105.023	(195.274)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	2.811.190	--	--	--	--	(587)	654	2.811.257	(36.726)	2.774.531
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	516.841	--	--	--	--	--	--	516.841	375.345	892.186
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.177.957	--	--	38.438	2.216.395	(2.216.395)	--
Despesas de intermediação financeira	(63.377.187)	(197.981)	--	(1.525.408)	--	(64.680)	409.083	(64.756.173)	4.094.624	(60.661.549)
Despesas de captação no mercado	(44.897.229)	(197.981)	--	--	--	(64.680)	378.953	(44.780.937)	1.868.117	(42.912.820)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(4.485.562)	--	--	--	--	--	30.130	(4.455.432)	117.817	(4.337.615)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(13.947.718)	--	--	--	--	--	--	(13.947.718)	566.155	(13.381.563)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(46.678)	--	--	--	--	--	--	(46.678)	17.127	(29.551)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(1.525.408)	--	--	--	(1.525.408)	1.525.408	--
Outras receitas	14.183.332	518.593	1.033.915	3.722.234	2.917.228	1.256.180	(1.077.376)	22.554.106	(3.623.750)	18.930.356
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	9.740.815	397.880	1.024.748	1.290.902	2.426.654	866.753	(755.297)	14.992.455	(2.581.047)	12.411.408
Resultado de participações em coligadas e controladas	76.198	12.112	--	(11.476)	(42.590)	--	--	34.244	1.980.550	2.014.794
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.240.709	--	--	102.154	2.342.863	(2.342.863)	--
Demais receitas	4.366.319	108.601	9.167	202.099	533.164	389.427	(424.233)	5.184.544	(680.390)	4.504.154
Outras despesas	(26.085.495)	(184.368)	(160.867)	(1.415.657)	(1.743.290)	(755.924)	919.814	(29.425.787)	3.813.868	(25.611.919)
Despesas de pessoal	(10.280.705)	(29.331)	(43.246)	(268.421)	(112.577)	(187.730)	4.416	(10.917.594)	633.010	(10.284.584)
Outras despesas administrativas	(6.021.232)	(31.919)	(28.618)	(342.533)	(245.769)	(172.113)	753.905	(6.088.279)	651.715	(5.436.564)
Amortização	(1.618.584)	(61.759)	--	(57.649)	(26.782)	(1.766.800)	--	(1.680.987)	85.813	(1.680.987)
Depreciação	(574.678)	--	--	(8.057)	(57.785)	(7.013)	--	(647.533)	72.461	(575.072)
Despesas tributárias	(2.389.757)	(36.544)	(70.713)	(369.015)	(269.208)	(130.019)	--	(3.265.256)	542.209	(2.723.047)
Demais despesas	(5.200.539)	(24.815)	(18.290)	(369.982)	(1.031.169)	(257.023)	161.493	(6.740.325)	1.828.660	(4.911.665)
Lucro antes da tributação e participações	3.669.309	240.075	914.681	3.021.652	1.323.063	535.996	--	9.704.776	(1.227.907)	8.476.869
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(895.154)	(106.849)	(411.254)	(1.131.240)	(461.898)	(123.169)	--	(3.129.564)	1.154.380	(1.975.184)
Participações no lucro	(699.741)	--	(545)	(20.703)	(1.087)	(1.812)	--	(723.888)	73.527	(650.361)
Participação dos não controladores	(134.753)	--	--	(654.866)	--	(2)	--	(789.621)	--	(789.621)
Lucro líquido	1.939.661	133.226	502.882	1.214.843	860.078	411.013	--	5.061.703	--	5.061.703
Saldos Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	460.432.465	6.634	897.593	2.504.203	1.005.898	466.646	(8.074.319)	457.239.120	(8.822.430)	448.416.690
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	144.040.920	1.022.503	7.069	177.281.880	6.416.057	1.051.760	(1.415.863)	328.404.326	(194.137.575)	134.266.751
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	577.539.470	--	--	--	--	2.725.418	(2.818.946)	577.445.942	(20.206.578)	557.239.364
Investimentos	14.562.796	5.418.018	26.967	572.018	756.547	27	(17.872.360)	3.464.013	13.273.526	16.737.539
Demais Ativos	288.690.530	961.824	371.347	12.911.626	19.412.785	2.282.655	(3.609.372)	321.021.395	(32.067.947)	288.953.448
TOTAL DO ATIVO	1.485.266.181	7.408.979	1.302.976	193.269.727	27.591.287	6.526.506	(33.790.860)	1.687.574.796	(241.961.004)	1.445.613.792
Passivo										
Depósitos	1.396.345.235	4.394.603	1.164.168	185.887.029	19.256.264	3.626.905	(13.882.770)	1.596.791.434	(241.961.004)	1.354.830.430
Captações no mercado aberto	447.768.935	3.410.308	--	--	--	--	(3.528.517)	447.650.726	(4.838.705)	442.812.021
Recursos de aceites e emissão de títulos	472.132.386	--	--	--	--	--	(7.302.673)	464.829.713	(15.007.963)	449.821.750
Obrigações por repasses	155.043.614	--	--	--	449.075	2.805.000	--	158.297.689	(12.476.149)	145.821.540
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	81.066.703	--	--	--	--	--	--	81.066.703	(1.613.605)	79.453.098
Demais Passivos	--	--	--	178.083.854	--	--	(5.250)	178.078.604	(178.078.604)	--
Patrimônio Líquido	240.333.597	984.295	1.164.168	7.803.175	18.807.189	821.905	(3.046.330)	266.867.999	(29.945.978)	236.922.021
Patrimônio Líquido	88.920.946	3.014.376	138.808	7.382.698	8.335.023	2.899.601	(19.908.090)	90.783.362	--	90.783.362
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.485.266.181	7.408.979	1.302.976	193.269.727	27.591.287	6.526.506	(33.790.860)	1.687.574.796	(241.961.004)	1.445.613.792

	1º Semestre/2016									
	Informações Gerenciais por Segmento							Reconciliação do Gerencial para o Contábil		
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas de intermediação financeira	75.764.537	(49.087)	39.936	3.249.378	176.150	73.229	(334.952)	78.919.191	(6.531.369)	72.387.822
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	47.880.584	--	--	--	--	--	(96.390)	47.784.194	(3.159.850)	44.624.344
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	24.675.779	(28.686)	39.936	68.991	176.150	73.071	(282.034)	24.723.207	(904.992)	23.818.215
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.613.697)	(20.401)	--	--	--	--	--	(1.634.098)	20.851	(1.613.247)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	4.298.036	--	--	--	--	158	(22)	4.298.172	86.379	4.384.551
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	523.835	--	--	--	--	--	--	523.835	650.124	1.173.959
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	3.180.387	--	--	43.494	3.223.881	(3.223.881)	--
Despesas da intermediação financeira	(58.799.309)	(220.138)	(9)	(2.193.512)	(56)	(58.164)	413.922	(60.857.266)	4.717.836	(56.139.430)
Despesas de captação no mercado	(55.256.241)	(212.846)	--	--	--	(58.512)	368.455	(55.159.144)	2.003.929	(53.155.215)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	11.079.329	--	--	--	--	--	45.467	11.124.796	106.470	11.231.266
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(14.594.353)	(7.292)	(9)	--	(56)	348	--	(14.601.362)	413.925	(14.187.437)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(28.044)	--	--	--	--	--	--	(28.044)	--	(28.044)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(2.193.512)	--	--	--	(2.193.512)	2.193.512	--
Outras receitas	14.256.595	591.896	811.796	3.705.419	3.017.277	1.227.605	(1.095.654)	22.514.934	(4.075.575)	18.439.359
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	8.862.343	362.577	804.583	1.119.196	2.561.290	742.738	(783.755)	13.668.972	(2.384.344)	11.284.628
Resultado de participações em coligadas e controladas	4.085	(10.788)	--	113	(62.835)	147	--	(69.278)	2.184.486	2.115.208
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.377.213	--	--	130.192	2.507.405	(2.507.405)	--
Demais receitas	5.390.167	240.107	7.213	208.897	518.822	484.720	(442.091)	6.407.835	(1.368.312)	5.039.523
Outras despesas	(26.915.437)	(268.037)	(147.956)	(1.314.287)	(1.820.754)	(784.762)	1.016.684	(30.234.549)	4.329.258	(25.905.291)
Despesas de pessoal	(10.571.310)	(37.623)	(42.650)	(272.287)	(155.476)	(180.577)	4.318	(11.255.605)	743.375	(10.512.230)
Outras despesas administrativas	(5.943.207)	(35.330)	(26.336)	(356.793)	(304.830)	(155.235)	738.419	(6.083.312)	721.267	(5.362.045)
Amortização	(1.626.451)	(54.630)	--	(55.196)	(74.476)	(1.071)	--	(1.811.824)	135.078	(1.676.746)
Depreciação	(566.901)	(1.556)	--	(9.357)	(59.803)	(5.136)	--	(642.753)	80.760	(561.993)
Despesas tributárias	(2.563.488)	(25.014)	(55.936)	(377.546)	(295.076)	(113.631)	3.999	(3.426.692)	604.169	(2.822.523)
Demais despesas	(5.644.080)	(113.884)	(23.034)	(243.108)	(931.093)	(329.112)	269.948	(7.014.363)	2.044.609	(4.969.754)
Lucro antes da tributação e participações	4.306.386	54.634	703.767	3.446.998	1.372.617	457.908	--	10.342.310	(1.559.850)	8.782.460
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.730.917)	(15.597)	(316.248)	(1.346.300)	(476.051)	(115.412)	--	(4.000.525)	1.496.019	(2.504.506)
Participações no lucro	(671.043)	--	(421)	(17.950)	(83)	(1.103)	--	(690.600)	63.831	(626.769)
Participação dos não controladores	(139.967)	--	--	(687.118)	--	(1)	--	(827.086)	--	(827.086)
Lucro líquido	1.764.459	39.037	387.098	1.395.630	896.483	341.392	--	4.824.099	--	4.824.099
Saldos Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	425.578.110	7.756	710.293	2.087.527	1.083.998	362.345	(6.717.661)	423.112.368	(8.641.402)	414.470.966
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	132.008.032	1.422.116	7.436	146.798.715	3.118.771	1.096.622	(2.070.689)	282.381.003	(161.630.745)	120.750.258
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	619.004.077	--	--	--	--	2.642.116	(2.747.819)	618.898.374	(20.686.988)	598.211.386
Investimentos	13.474.358	4.922.860	23.681	145.467	625.436	282.455	(16.159.707)	3.314.550	13.190.134	16.504.684
Demais Ativos	292.220.846	966.759	315.485	14.924.453	7.641.217	2.720.800	(3.302.766)	315.486.794	(20.308.591)	295.178.203
TOTAL DO ATIVO	1.482.285.423	7.319.491	1.056.895	163.956.162	12.469.422	7.104.338	(30.998.642)	1.643.193.089	(198.077.592)	1.445.115.497
Passivo										
Depósitos	1.400.688.849	4.368.077	925.270	157.196.029	5.492.523	3.487.540	(12.414.537)	1.559.743.751	(198.077.592)	1.361.666.159
Captações no mercado aberto	442.562.176	3.322.337	--	402	--	--	(3.492.500)	442.392.415	(1.513.883)	440.878.532
Recursos de aceites e emissão de títulos	434.528.709	--	--	--	--	--	(5.572.127)	428.956.582	(16.987.947)	411.968.635
Obrigações por repasses	181.341.908	--	--	--	904.942	2.796.516	--	185.043.366	(10.534.641)	174.508.725
Obrigações por repasses	88.256.084	--	--	--	--	--	--	88.256.084	(1.652.971)	86.603.113
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	148.412.362	--	--	(11.461)	148.400.901	(148.400.901)	--
Demais Passivos	253.999.972	1.045.740	925.270	8.783.265	4.587.581	691.024	(3.338.449)	266.694.403	(18.987.249)	247.707.154
Patrimônio Líquido	81.596.574	2.951.414	131.625	6.760.133	6.976.899	3.616.798	(18.584.105)	83.449.338	--	83.449.338
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.482.285.423	7.319.491	1.056.895	163.956.162	12.469.422	7.104.338	(30.998.642)	1.643.193.089	(198.077.592)	1.445.115.497

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Disponibilidades	14.330.233	12.805.771	14.052.402
Disponibilidades em moeda nacional	9.863.562	7.824.081	9.270.852
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.457.648	4.974.123	4.773.276
Aplicações em ouro	9.023	7.567	8.274
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	42.790.405	90.317.899	51.451.992
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	12.616.995	58.269.836	13.530.909
Aplicações em depósitos interfinanceiros	29.918.361	32.037.173	37.921.083
Aplicações em moeda estrangeira	255.049	10.890	--
Total	57.120.638	103.123.670	65.504.394

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Composição

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Aplicações no Mercado Aberto	416.461.406	371.682.685	375.115.504
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	12.648.042	58.281.504	13.530.909
Letras Financeiras do Tesouro	5.280.479	58.180.683	--
Letras do Tesouro Nacional	--	--	717.692
Notas do Tesouro Nacional	5.174.399	--	12.643.646
Outros títulos	2.193.164	100.821	169.571
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	403.813.364	313.401.181	361.584.595
Letras Financeiras do Tesouro	302.191.427	219.292.289	137.934.313
Letras do Tesouro Nacional	57.672.842	45.437.404	138.941.666
Notas do Tesouro Nacional	43.629.951	48.526.197	84.559.697
Outros títulos	319.144	145.291	148.919
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31.955.284	34.028.987	39.355.462
Total	448.416.690	405.711.672	414.470.966
Ativo circulante	447.193.208	404.769.645	413.436.276
Ativo não circulante	1.223.482	942.027	1.034.690

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	22.255.054	20.660.456
Posição bancada	1.490.557	1.451.086
Posição financiada	20.764.497	19.209.370
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	197.633	220.279
Total	22.452.687	20.880.735

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

a.1) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.06.2017								31.12.2016			30.06.2016		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	1.383.498	867.842	2.948.970	276.510	2.776.599	7.952.157	8.253.419	301.262	5.520.274	6.074.220	553.946	5.999.358	6.224.897	225.539
Títulos Públicos	5.232	866.414	2.939.840	274.631	2.730.958	6.621.212	6.817.075	195.863	4.417.848	4.918.333	500.485	4.744.700	4.948.209	203.509
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	38.550	18.393	220.340	274.771	277.283	2.512	362.858	364.506	1.648	1.140.647	1.140.167	(480)
Letras do Tesouro Nacional	--	131.722	60.992	87.150	1.940.373	2.207.730	2.220.237	12.507	898.123	905.413	7.290	1.104.549	1.106.229	1.680
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	274.686	272.134	274.686	2.552	545.506	548.810	3.304	184.737	187.479	2.742
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	26.534	26.816	26.534	(282)	57.873	55.805	(2.068)	20.531	19.423	(1.108)
Títulos de governos estrangeiros	5.232	734.692	2.744.316	169.088	201.653	3.681.530	3.854.981	173.451	2.445.109	2.926.174	481.065	2.233.928	2.434.604	200.676
Outros	--	--	95.982	--	67.372	158.231	163.354	5.123	108.379	117.625	9.246	60.308	60.307	(1)
Títulos Privados	1.378.266	1.428	9.130	1.879	45.641	1.330.945	1.436.344	105.399	1.102.426	1.155.887	53.461	1.254.658	1.276.688	22.030
Debêntures	--	--	--	--	20.311	20.101	20.311	210	37.100	36.999	(101)	63.661	63.217	(444)
Cotas de fundos de investimento	1.353.624	--	--	--	--	1.248.362	1.353.624	105.262	1.006.172	1.075.290	69.118	1.031.071	1.062.888	31.817
Ações	23	--	--	--	--	16	23	7	16	28	12	18	32	14
Certificados de depósito bancário	--	--	3	--	--	3	3	--	2	2	--	1	1	--
Eurobonds	--	1.343	2.537	1.879	20.916	37.212	26.675	(10.537)	44.308	33.785	(10.523)	71.717	61.150	(10.567)
Outros	24.619	85	6.590	--	4.414	25.251	35.708	10.457	14.828	9.783	(5.045)	88.190	89.400	1.210

Vencimento em Dias	30.06.2017								31.12.2016			30.06.2016		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.172.948	1.187.541	3.633.679	7.239.051	106.239.591	120.445.861	119.472.810	(973.051)	109.958.998	107.986.288	(1.972.710)	113.802.295	110.428.527	(3.373.768)
Títulos Públicos	1.859	894.225	442.047	5.945.161	80.386.094	86.755.064	87.669.386	914.322	72.588.429	72.890.192	301.763	67.441.566	67.567.531	125.965
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	330.274	2.506.802	56.092.942	58.933.955	58.930.018	(3.937)	49.913.679	49.847.895	(65.784)	43.716.189	43.679.271	(36.918)
Letras do Tesouro Nacional	--	599.768	--	2.397.376	5.154.469	7.735.234	8.151.613	416.379	8.201.990	8.505.440	303.450	8.310.486	8.478.340	167.854
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	582.856	12.839.304	12.900.841	13.422.160	521.319	7.591.708	7.837.479	245.771	9.445.348	9.480.623	35.275
Títulos da Dívida Agrária	--	48	612	467	2.487	3.613	3.614	1	4.031	4.003	(28)	4.758	4.658	(100)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	4.460	2.700.613	2.656.745	2.705.073	48.328	2.747.485	2.679.586	(67.899)	2.575.637	2.615.511	39.874
Títulos de governos estrangeiros	--	294.409	17.514	451.488	2.771.080	3.595.034	3.534.491	(60.543)	3.229.155	3.141.857	(87.298)	2.001.536	2.018.153	16.617
Outros	1.859	--	93.647	1.712	825.199	929.642	922.417	(7.225)	900.381	873.932	(26.449)	1.387.612	1.290.975	(96.637)
Títulos Privados	1.171.089	293.316	3.191.632	1.293.890	25.853.497	33.690.797	31.803.424	(1.887.373)	37.370.569	35.096.096	(2.274.473)	46.360.729	42.860.996	(3.499.733)
Debêntures	--	43.897	2.433.028	906.693	23.438.660	28.001.485	26.822.278	(1.179.207)	30.902.601	29.512.403	(1.390.198)	38.406.034	37.591.269	(814.765)
Notas promissórias	--	64.770	125.061	--	--	189.245	189.831	586	189.478	190.093	615	746.659	753.025	6.366
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	42.638	45.627	42.638	(2.989)	47.794	44.990	(2.804)	49.368	46.185	(3.183)
Cotas de fundos de investimento	18.980	108.736	169.563	246.406	217.177	693.611	760.862	67.251	840.127	967.785	127.658	2.312.457	1.012.762	(1.299.695)
Ações	255.739	--	--	--	--	103.281	255.739	152.458	103.273	198.167	94.894	103.226	128.735	25.509
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	72.562	305.086	98.992	2.910	477.252	479.550	2.298	685.081	686.952	1.871	907.147	913.012	5.865
Certificados de depósito bancário	--	--	--	--	--	--	--	--	309.653	309.520	(133)	80.234	80.208	(26)
Letras financeiras	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	22.195	22.094	(101)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	7.756	194.496	337.267	202.252	(135.015)	413.561	345.056	(68.505)	408.223	400.284	(7.939)
Outros	896.370	3.351	158.894	34.043	1.957.616	3.843.029	3.050.274	(792.755)	3.879.001	2.841.130	(1.037.871)	3.325.186	1.913.422	(1.411.764)

Vencimento em Dias	30.06.2017								31.12.2016			30.06.2016		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	455.212	--	113.450	--	4.025.000	5.150.981	4.593.662	(557.319)	5.595.611	4.944.850	(650.761)	840.562	551.530	(289.032)
Títulos Públicos	--	--	--	--	50.024	50.024	50.024	--	--	--	--	--	--	--
Títulos de governos estrangeiros	--	--	--	--	50.024	50.024	50.024	--	--	--	--	--	--	--
Títulos Privados	455.212	--	113.450	--	3.974.976	5.100.957	4.543.638	(557.319)	5.595.611	4.944.850	(650.761)	840.562	551.530	(289.032)
Debêntures	--	--	113.450	--	3.808.106	4.227.724	3.921.556	(306.168)	4.760.259	4.360.652	(399.607)	450.595	447.490	(3.105)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	159.827	410.978	159.827	(251.151)	398.687	147.533	(251.154)	382.547	96.620	(285.927)
Letras Financeiras	455.212	--	--	--	--	455.212	455.212	--	430.008	430.008	--	--	--	--
Outros	--	--	--	--	7.043	7.043	7.043	--	6.657	6.657	--	7.420	7.420	--
Total	3.011.658	2.055.383	6.696.099	7.515.561	113.041.190	133.548.999	132.319.891	(1.229.108)	121.074.883	119.005.358	(2.069.525)	120.642.215	117.204.954	(3.437.261)

a.2) Composição da carteira consolidada por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.06.2017								31.12.2016			30.06.2016		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	3.011.658	2.055.383	6.696.099	7.515.561	113.041.190	133.548.999	132.319.891	(1.229.108)	121.074.883	119.005.358	(2.069.525)	120.642.215	117.204.954	(3.437.261)
Carteira própria	3.011.658	2.055.383	3.575.289	4.866.406	80.863.875	95.394.455	94.372.611	(1.021.844)	80.504.897	78.440.696	(2.064.201)	91.837.231	90.502.488	(1.334.743)
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	3.120.791	2.384.751	30.399.111	36.110.811	35.904.653	(206.158)	37.412.855	37.410.153	(2.702)	25.725.431	23.624.379	(2.101.052)
Vinculados à prestação de garantias	--	--	19	264.404	1.778.204	2.043.733	2.042.627	(1.106)	3.157.131	3.154.509	(2.622)	3.079.553	3.078.087	(1.466)

a.3) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	30.06.2017						31.12.2016			30.06.2016	
	Valor de Mercado					Total		Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	3.011.658	16.267.043	74.993.320	35.316.388	2.731.482	133.548.999	132.319.891	121.074.883	119.005.358	120.642.215	117.204.954
1 - Títulos para Negociação	1.383.498	4.093.322	2.228.271	530.193	18.135	7.952.157	8.253.419	5.520.274	6.074.220	5.999.358	6.224.897
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.172.948	12.060.271	70.790.757	33.560.629	1.888.205	120.445.861	119.472.810	109.958.998	107.986.288	113.802.295	110.428.527
3 - Mantidos até o Vencimento	455.212	113.450	1.974.292	1.225.566	825.142	5.150.981	4.593.662	5.595.611	4.944.850	840.562	551.530

a.4) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

	30.06.2017			31.12.2016			30.06.2016		
	Valor Contábil			Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	22.055.300	110.821.910	132.877.210	15.745.981	103.910.138	119.656.119	17.362.201	100.131.785	117.493.986
Carteira própria	16.284.968	78.648.526	94.933.494	13.937.394	65.273.440	79.210.834	16.278.894	76.783.299	93.062.193
Vinculados a compromissos de recompra	5.505.909	30.395.180	35.901.089	1.499.048	35.791.728	37.290.776	986.242	20.367.464	21.353.706
Vinculados à prestação de garantias	264.423	1.778.204	2.042.627	309.539	2.844.970	3.154.509	97.065	2.981.022	3.078.087

a.5) Resumo da carteira consolidada por categoria

	30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
Por Categoria						
1 - Títulos para Negociação	8.253.419	6%	6.074.220	5%	6.224.897	5%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	119.472.810	90%	107.986.288	90%	110.428.527	94%
3 - Mantidos até o Vencimento	5.150.981	4%	5.595.611	5%	840.562	1%
Valor Contábil da Carteira	132.877.210	100%	119.656.119	100%	117.493.986	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(557.319)	--	(650.761)	--	(289.032)	--
Valor de Mercado da Carteira	132.319.891	--	119.005.358	--	117.204.954	--

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	22.452.687	20.880.735
Títulos de renda fixa	6.882.099	7.875.966
Títulos de renda variável	204.594	(4.938.486)
Total	29.539.380	23.818.215

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no semestre findo em 30.06.2017.

No exercício/2016, houve a seguinte reclassificação:

Embora o Conglomerado tenha a intenção e a capacidade financeira de levar as debêntures de emissão da Cielo até o vencimento (dezembro/2023), em 27.04.2016, o Conselho de Administração da Cielo aprovou a aquisição de parte das debêntures, no valor de até R\$ 2.000.000 mil, tendo como efeito prático a antecipação do vencimento das debêntures. Em decorrência desse fato, em 30.06.2016, o Conglomerado reclassificou a totalidade desses títulos da categoria “Mantidos até o Vencimento” para a categoria “Disponíveis para Venda”, gerando impacto negativo de marcação a mercado no Patrimônio Líquido do Conglomerado no montante de R\$ 39.326 mil, líquido dos efeitos tributários.

	Movimentação
Valor de mercado	3.446.831
Valor contábil antes da reclassificação	3.506.416
Marcação a mercado	(59.585)
Efeitos tributários	20.259
Impacto no patrimônio líquido	(39.326)

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 28.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 196.393 mil em 30.06.2017 (R\$ 221.735 mil em 31.12.2016 e R\$ 325.571 mil em 30.06.2016).

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	30.06.2017			31.12.2016			30.06.2016		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros									
Compromissos de Compra	7.270.990	--	--	12.675.733	--	--	10.742.812	--	--
DI	3.973.906	--	--	3.767.529	--	--	5.004.419	--	--
Moedas	3.277.870	--	--	8.899.499	--	--	5.409.058	--	--
Libor	--	--	--	--	--	--	294.269	--	--
Commodities	19.214	--	--	8.705	--	--	35.066	--	--
Compromissos de Venda	3.795.289	--	--	2.109.516	--	--	2.743.182	--	--
DI	1.218.450	--	--	1.103.821	--	--	1.147.563	--	--
Moedas	741.203	--	--	872.351	--	--	1.590.796	--	--
Índice Bovespa	123	--	--	--	--	--	--	--	--
Cupom cambial	31.782	--	--	--	--	--	--	--	--
Libor	33.002	--	--	111.061	--	--	--	--	--
Commodities	1.613.202	--	--	22.283	--	--	4.823	--	--
SCS	157.527	--	--	--	--	--	--	--	--
Operações a Termo									
Posição Ativa	4.274.313	585.502	604.623	4.472.363	300.860	253.699	6.269.155	705.241	634.241
Termo de título	507.457	507.457	507.457	--	--	--	36.023	36.023	36.023
Termo de moeda	3.729.400	73.818	90.835	4.436.664	297.777	242.787	6.197.930	667.717	588.784
Termo de mercadoria	37.456	4.227	6.331	35.699	3.083	10.912	35.202	1.501	9.434
Posição Passiva	8.801.982	(1.108.566)	(948.609)	10.058.932	(968.637)	(582.138)	13.490.707	(2.026.068)	(1.528.419)
Termo de título	507.457	(507.457)	(507.457)	--	--	--	36.023	(36.023)	(36.023)
Termo de moeda	8.259.144	(596.797)	(434.950)	10.053.226	(967.623)	(581.870)	13.432.210	(1.985.996)	(1.483.687)
Termo de mercadoria	35.381	(4.312)	(6.202)	5.706	(1.014)	(268)	22.474	(4.049)	(8.709)
Contrato de Opções									
De Compra - Posição Comprada	30.151	1.524	71	244	15	--	373	3	--
Ações	30.151	1.524	71	--	--	--	--	--	--
Commodities	--	--	--	244	15	--	373	3	--
De Venda - Posição Comprada	153.963	309.217	153.333	194.039	285.472	193.414	336.338	401.317	334.783
Moeda estrangeira	--	--	--	573	25	67	1.728	62	173
Ações	153.963	309.217	153.333	193.333	285.437	193.333	334.610	401.255	334.610
Commodities	--	--	--	133	10	14	--	--	--
De Compra - Posição Vendida	360.756	(23.105)	(28.619)	228.388	(19.787)	(30.500)	330.949	(15.683)	(14.841)
Moeda estrangeira	146.484	(3.645)	(3.177)	67.646	(2.518)	(134)	269.422	(8.524)	(924)
Índice DI	1.979	(9)	(3)	160.486	(17.244)	(30.366)	57.141	(7.032)	(13.770)
Índice Bovespa	39.847	(1.915)	(1.127)	--	--	--	--	--	--
Índice IPCA	171.497	(17.525)	(24.312)	--	--	--	--	--	--
Ações	--	--	--	--	--	--	1.084	(79)	(111)
Commodities	949	(11)	--	256	(25)	--	--	--	--
Outros	--	--	--	--	--	--	3.302	(48)	(36)
De Venda - Posição Vendida	220.288	(1.678)	(1.025)	16.979	(306)	(156)	82.140	(1.591)	(614)
Moeda estrangeira	1.212	(28)	(1)	7.285	(161)	(42)	2.502	(55)	(65)
Índice DI	209.543	(1.345)	(799)	--	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	1.710	(65)	(43)	--	--	--	--	--	--
Ações	580	(14)	--	--	--	--	--	--	--
Commodities	7.243	(226)	(182)	9.694	(145)	(114)	79.638	(1.536)	(549)
Contratos de Swaps									
Posição Ativa	7.145.498	637.948	609.727	8.501.031	1.131.352	1.128.122	13.648.406	2.192.062	2.198.991
DI	1.547.392	266.624	252.969	4.328.151	841.661	837.366	7.467.078	1.258.280	1.314.564
Moeda estrangeira	5.368.344	358.288	341.492	3.933.371	283.274	282.439	5.705.210	862.372	809.018
Pré-fixado	229.762	13.036	15.266	239.509	6.417	8.317	453.721	70.105	74.771
IPCA	--	--	--	--	--	--	22.397	1.305	638
Posição Passiva	8.873.569	(910.625)	(905.418)	10.748.833	(1.078.089)	(1.190.214)	9.683.116	(1.405.235)	(1.435.345)
DI	2.374.874	(180.351)	(165.188)	2.565.720	(157.851)	(152.659)	2.626.621	(560.702)	(567.284)
Moeda estrangeira	6.147.408	(727.022)	(726.172)	7.831.015	(915.496)	(1.026.088)	6.823.029	(833.820)	(853.286)
Pré-fixado	351.287	(3.252)	(14.058)	352.098	(4.742)	(11.467)	34.575	(7.230)	(7.593)
IPCA	--	--	--	--	--	--	198.891	(3.483)	(7.182)
Outros derivativos ⁽¹⁾									
Posição Ativa									
Moeda estrangeira	855.510	22.721	21.787	3.258.027	42.868	37.328	2.573.607	178.671	88.257
Posição Passiva									
Moeda estrangeira	3.556.892	(80.084)	(86.288)	2.735.958	(83.191)	(67.383)	1.146.261	(99.003)	(39.681)

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward - NDF*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Contratos futuros	3.559.679	6.031.947	734.333	740.320	11.066.279	14.785.249	13.485.994
Contratos a termo	4.837.364	5.850.467	1.348.584	1.039.880	13.076.295	14.531.295	19.759.862
Contratos de opções	111.774	256.339	25.472	371.573	765.158	439.650	749.800
Contratos de swaps	1.999.056	3.539.634	4.508.410	5.971.967	16.019.067	19.249.864	23.331.522
Outros	2.180.495	2.009.400	18.554	203.953	4.412.402	5.993.985	3.719.868

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.06.2017)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
BM&FBovespa	11.033.277	--	192.887	--	--
Balcão					
Instituições financeiras	33.002	1.919.299	--	13.323.230	4.412.402
Cliente	--	11.156.996	572.271	2.695.837	--

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Letras Financeiras do Tesouro	1.282.328	1.587.775	1.520.645
Total	1.282.328	1.587.775	1.520.645

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Hedge de risco de mercado			
Instrumentos de Hedge			
Ativo	518.728	555.105	689.677
Swap	365.395	361.772	355.067
Opções	153.333	193.333	334.610
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	255.062	197.585	128.252
Títulos e valores mobiliários	255.062	197.585	128.252
Passivo	(365.461)	(361.623)	(355.080)
Outros Passivos	(365.461)	(361.623)	(355.080)

Para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros o Banco utiliza um swap (*Cross Currency Interest Rate Swap*) para hedge de uma captação externa, enquanto o BB Investimentos utiliza um contrato de opções para compensar os riscos decorrentes das variações de mercado de ações. As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%:

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Ganhos dos itens objeto de hedge	59.150	103.015
Perda dos instrumentos de hedge	(65.582)	(102.837)
Efeito líquido	(6.432)	178

d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Operações a termo	600.343	4.280	232.887	20.812	626.336	7.905
Mercado de opções	153.404	--	193.414	--	173	334.610
Contratos de swaps	507.011	102.716	753.996	374.126	1.708.768	490.223
Outros derivativos	17.089	4.698	32.921	4.407	84.197	4.060
Total	1.277.847	111.694	1.213.218	399.345	2.419.474	836.798
Passivo						
Operações a termo	(879.434)	(69.175)	(482.991)	(99.147)	(1.527.870)	(549)
Mercado de opções	(4.351)	(25.293)	(1.498)	(29.158)	(3.193)	(12.262)
Contratos de swaps	(512.383)	(393.035)	(540.564)	(649.650)	(517.982)	(917.363)
Outros derivativos	(80.982)	(5.306)	(64.291)	(3.092)	(36.937)	(2.744)
Total	(1.477.150)	(492.809)	(1.089.344)	(781.047)	(2.085.982)	(932.918)

e) Resultado com instrumentos Financeiros Derivativos

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Swap	142.277	1.076.002
Termo	(156.924)	(1.683.634)
Opções	(31.257)	(17.651)
Futuro	(86.312)	(906.160)
Outros derivativos	(63.058)	(81.804)
Total	(195.274)	(1.613.247)

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
a) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Ativo			
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação ⁽¹⁾			
Cheques e outros papéis	1.764.608	3.513	1.852.665
Documentos enviados por outros participantes	1.703.869	--	1.965.799
Total	3.468.477	3.513	3.818.464
Ativo circulante	3.468.477	3.513	3.818.464
Passivo			
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação ⁽¹⁾			
Recebimentos remetidos	2.125.141	--	2.182.958
Cheques e outros papéis	775.159	--	908.121
Demais recebimentos	5.477	1.075	8.948
Total	2.905.777	1.075	3.100.027
Passivo circulante	2.905.777	1.075	3.100.027

(1) Em 31.12.2016, não houve funcionamento do serviço de compensação de cheques e outros papéis.

b) Créditos Vinculados

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	64.659.229	63.451.094	65.404.128
Exigibilidade adicional sobre depósitos	8.257.226	13.958.774	14.754.847
Depósitos de poupança	23.953.922	23.919.390	23.714.737
Depósitos à vista	13.241.642	11.443.864	11.050.143
Depósitos a prazo	16.968.324	11.974.996	13.912.434
Recursos de microfinanças	318.413	261.744	319.288
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	1.874.492	1.874.492	1.643.753
Outros	45.210	17.834	8.926
Sistema Financeiro da Habitação	2.652.690	2.557.791	2.591.255
Fundo de compensação de variações salariais	3.031.421	2.925.091	2.757.928
Provisão para perdas em créditos vinculados	(391.835)	(380.953)	(175.871)
Demais	13.104	13.653	9.198
Tesouro Nacional - Crédito Rural	54.365	56.868	76.705
Crédito rural - Proagro	253.777	247.558	250.688
Provisão para perdas em créditos vinculados	(199.412)	(190.690)	(173.983)
Total	67.366.284	66.065.753	68.072.089
Ativo circulante	67.363.327	66.063.844	68.059.575
Ativo não circulante	2.957	1.909	12.513

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Repasses (Nota 19.b).

c) Resultado das Aplicações Compulsórias

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	2.226.958	2.741.222
Exigibilidade adicional sobre depósitos	671.952	942.050
Depósitos de poupança	821.445	967.466
Exigibilidade sobre recursos a prazo	733.561	831.706
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	93.380	94.693
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	23.883	22.320
Desvalorização de Créditos Vinculados	(19.715)	(20.586)
Total	2.324.506	2.837.649

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Carteira por Modalidade

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Operações de Crédito	593.357.962	599.761.791	633.361.563
Empréstimos e direitos creditórios descontados	206.295.054	214.073.031	233.834.866
Financiamentos	139.201.251	145.770.876	157.634.154
Financiamentos rurais e agroindustriais	193.034.496	185.067.911	189.424.384
Financiamentos imobiliários	54.277.152	54.237.642	51.720.740
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	176	244	83.373
Operações de crédito vinculadas a cessões ⁽¹⁾	549.833	612.087	664.046
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	48.973.668	53.225.445	57.765.275
Operações com cartão de crédito	22.829.591	23.510.421	21.526.694
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	13.499.886	13.714.072	18.207.494
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽³⁾	11.459.443	14.983.588	16.969.731
Avais e fianças honrados	589.238	494.543	606.165
Diversos	595.510	522.821	455.191
Operações de Arrendamento Mercantil	514.176	604.196	704.687
Total da Carteira de Crédito	642.845.806	653.591.432	691.831.525
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(37.881.410)	(36.070.120)	(36.967.684)
(Provisão para operações de crédito)	(36.602.307)	(34.838.451)	(35.783.402)
(Provisão para outros créditos) ⁽⁴⁾	(1.248.636)	(1.190.296)	(1.112.820)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(30.467)	(41.373)	(71.462)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	604.964.396	617.521.312	654.863.841

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação. Foram reclassificados, em 30.06.2016, em Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito, os prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, no montante de R\$ 1.764.623 mil.

(4) Inclui o valor de R\$ 11.173 mil em 30.06.2017 (R\$ 8.725 mil em 30.06.2016) referente à provisão para perdas em repasses interfinanceiros.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Receitas de Operações de Crédito	42.671.447	44.446.419
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.165.111	28.996.693
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.875.068	7.194.939
Financiamentos ⁽¹⁾	4.286.033	(2.222.033)
Financiamentos imobiliários	3.364.942	2.476.376
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	2.800.547	2.799.073
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽²⁾	2.350.271	2.244.654
Financiamentos à exportação	1.704.017	2.322.775
Avais e fianças honrados	62.116	75.608
Financiamentos de moedas estrangeiras	20.945	505.199
Demais	42.397	53.135
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)	137.711	177.925
Total	42.809.158	44.624.344

(1) As movimentações devedoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

(2) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 51.353 mil no primeiro semestre de 2017 (com impacto no resultado de R\$ 26.931 mil) e R\$ 78.842 mil no primeiro semestre de 2016 (com impacto no resultado de R\$ 41.347 mil). O valor contábil dessas operações eram de R\$ 95.231 mil e R\$ 71.075 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	30.06.2017	%	31.12.2016	%	30.06.2016	%
Setor Público	74.639.131	11,6	74.322.898	11,4	74.009.980	10,7
Administração pública	38.816.482	6,0	38.405.221	5,9	37.587.327	5,4
Petroleiro	24.783.584	3,9	24.103.485	3,7	24.354.756	3,5
Energia elétrica	8.931.430	1,4	9.621.700	1,5	10.700.482	1,6
Serviços	970.376	0,2	1.018.844	0,2	303.048	--
Demais atividades	1.137.259	0,1	1.173.648	0,1	1.064.367	0,2
Setor Privado ⁽¹⁾	568.206.675	88,4	579.268.534	88,6	617.821.545	89,3
Pessoa Física	329.390.270	51,2	322.781.095	49,4	323.551.243	46,8
Pessoa Jurídica	238.816.405	37,2	256.487.439	39,2	294.270.302	42,5
Agronegócio de origem vegetal	29.120.856	4,5	28.655.250	4,4	32.111.232	4,6
Mineração e metalurgia	28.946.558	4,5	31.000.025	4,7	34.796.928	5,0
Serviços	18.986.382	3,0	16.610.111	2,5	19.081.767	2,8
Transportes	18.536.764	2,9	19.229.779	2,9	19.255.317	2,8
Imobiliário	16.178.243	2,5	18.187.443	2,8	19.088.566	2,8
Agronegócio de origem animal	15.403.306	2,4	15.365.491	2,4	15.793.729	2,3
Automotivo	15.029.221	2,3	16.596.819	2,5	21.428.415	3,1
Combustíveis	11.410.534	1,8	12.514.748	1,9	17.236.190	2,5
Energia elétrica	11.157.909	1,7	15.781.797	2,4	16.835.113	2,4
Comércio varejista	10.308.958	1,6	12.853.623	2,0	15.616.673	2,3
Atividades específicas da construção	8.342.421	1,3	9.178.884	1,4	10.789.385	1,6
Insumos agrícolas	7.225.120	1,1	7.499.071	1,1	9.106.380	1,3
Têxtil e confecções	6.902.175	1,1	7.699.639	1,2	9.505.344	1,4
Eletroeletrônico	5.972.645	0,9	6.587.528	1,0	7.056.826	1,0
Químico	5.550.108	0,9	5.805.797	0,9	6.771.913	0,9
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.271.227	0,8	5.899.556	0,9	7.304.806	1,1
Papel e celulose	4.652.707	0,7	5.674.382	0,9	7.050.076	1,0
Madeireiro e moveleiro	4.556.507	0,7	5.134.764	0,8	5.429.632	0,8
Instituições e serviços financeiros	4.426.305	0,7	4.690.779	0,7	6.584.820	1,0
Telecomunicações	3.832.692	0,6	3.878.719	0,6	3.866.926	0,5
Construção pesada	3.568.414	0,6	4.158.241	0,6	5.465.235	0,8
Demais atividades	3.437.353	0,6	3.484.993	0,6	4.095.029	0,5
Total	642.845.806	100,0	653.591.432	100,0	691.831.525	100,0

(1) Os valores evidenciados no item Pessoa Física incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vincendas												
01 a 30	11.232.349	7.218.282	13.363.026	7.048.874	600.830	282.548	83.363	102.310	218.440	40.150.022	40.579.377	49.226.733
31 a 60	8.196.092	4.691.996	5.569.789	2.410.011	273.508	150.095	157.873	37.441	177.032	21.663.837	21.437.583	25.704.153
61 a 90	9.188.220	3.634.351	4.766.400	1.946.012	841.467	88.342	111.232	55.451	82.391	20.713.866	17.217.798	24.052.157
91 a 180	26.999.427	9.825.574	10.676.213	4.855.824	658.985	543.681	120.719	141.118	406.596	54.228.137	52.889.238	65.491.272
181 a 360	37.582.111	9.067.895	18.240.118	8.261.291	1.135.104	1.471.872	157.936	371.264	274.814	76.562.405	89.815.855	87.186.345
Acima de 360	203.821.216	56.996.573	78.653.372	35.415.641	5.323.265	6.794.382	2.164.497	2.145.298	4.584.597	395.898.841	397.073.805	407.546.119
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	244.433	117.368	150.767	157.307	91.574	20.360	17.561	8.727	23.149	831.246	2.954.178	1.311.045
Demais ⁽¹⁾	397.146	--	--	--	--	--	--	--	--	397.146	400.601	393.207
Subtotal	297.660.994	91.552.039	131.419.685	60.094.960	8.924.733	9.351.280	2.813.181	2.861.609	5.767.019	610.445.500	622.368.435	660.911.031
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vincendas												
01 a 30	--	--	46.152	176.481	98.327	97.306	103.543	150.472	514.822	1.187.103	1.234.254	1.272.217
31 a 60	--	--	32.719	81.883	66.771	57.422	53.482	62.348	211.210	565.835	683.730	579.116
61 a 90	--	--	29.819	72.924	88.826	55.086	58.597	102.453	202.924	610.629	528.503	583.339
91 a 180	--	--	76.592	209.067	259.576	152.187	153.989	157.605	580.542	1.589.558	1.603.229	1.635.759
181 a 360	--	--	154.822	359.165	365.174	265.043	249.364	277.166	993.362	2.664.096	2.980.962	2.794.316
Acima de 360	--	--	1.158.780	1.864.027	1.591.581	1.839.876	1.718.413	2.429.395	6.096.559	16.698.631	13.592.170	11.663.704
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	6.514	30.412	27.983	40.282	23.480	38.700	92.090	259.461	300.298	276.650
15 a 30	--	--	157.604	224.826	57.625	74.137	44.447	41.229	143.874	743.742	1.016.432	788.930
31 a 60	--	--	21.238	297.647	135.768	215.450	89.289	74.043	310.288	1.143.723	1.439.130	1.122.093
61 a 90	--	--	--	30.965	238.747	125.679	95.802	82.706	282.755	856.654	1.352.492	1.102.405
91 a 180	--	--	--	17.589	53.473	258.271	377.708	529.178	1.013.346	2.249.565	2.909.284	2.965.931
181 a 360	--	--	3.392	461	1.402	62.910	115.247	300.604	2.605.203	3.089.219	3.158.831	3.006.390
Acima de 360	--	--	1.787	9.997	959	28.982	46.193	185.115	469.057	742.090	423.682	3.129.644
Subtotal	--	--	1.689.419	3.375.444	2.986.212	3.272.631	3.129.554	4.431.014	13.516.032	32.400.306	31.222.997	30.920.494
Total	297.660.994	91.552.039	133.109.104	63.470.404	11.910.945	12.623.911	5.942.735	7.292.623	19.283.051	642.845.806	653.591.432	691.831.525

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Propera, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 13.369 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.06.2017				31.12.2016				30.06.2016		
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar (1)	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar (1)	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Total
AA		297.660.994	--	--	--	302.706.394	--	--	--	343.701.732	--	--
A	0,5	91.552.039	457.760	46.228	503.988	104.838.051	524.190	25.164	549.354	132.191.757	660.959	660.959
B	1	133.109.104	1.331.091	492.901	1.823.992	118.671.959	1.186.720	256.585	1.443.305	120.081.955	1.200.820	1.200.820
C	3	63.470.404	1.904.112	1.160.053	3.064.165	67.284.778	2.018.543	1.039.438	3.057.981	39.567.405	1.187.022	1.187.022
D	10	11.910.945	1.191.095	151.601	1.342.696	14.981.314	1.498.131	213.709	1.711.840	8.465.051	846.505	846.505
E	30	12.623.911	3.787.173	141	3.787.314	16.064.403	4.819.321	146	4.819.467	15.442.695	4.632.809	4.632.809
F	50	5.942.735	2.971.368	--	2.971.368	5.822.600	2.911.300	--	2.911.300	5.160.751	2.580.376	2.580.376
G	70	7.292.623	5.104.836	--	5.104.836	5.483.533	3.838.473	--	3.838.473	4.536.621	3.175.635	3.175.635
H	100	19.283.051	19.283.051	--	19.283.051	17.738.400	17.738.400	--	17.738.400	22.683.558	22.683.558	22.683.558
Total		642.845.806	36.030.486	1.850.924	37.881.410	653.591.432	34.535.078	1.535.042	36.070.120	691.831.525	36.967.684	36.967.684

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Saldo Inicial	36.070.120	33.577.000
Constituição/(reversão)	13.371.203	14.191.667
Provisão mínima requerida	13.055.321	17.420.165
Provisão adicional ⁽¹⁾	--	(3.228.498)
Provisão complementar ⁽²⁾	315.882	--
Variação cambial - provisões no exterior	98.034	(191.558)
Baixas para prejuízo	(11.657.947)	(10.609.425)
Saldo Final	37.881.410	36.967.684

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações.

(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Saldo Inicial	1.566.638	1.287.621
Constituição/(reversão)	10.360	(4.230)
Variação cambial - provisões no exterior	(2.113)	(1.759)
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(19.388)	311.995
Saldo Final	1.555.497	1.593.627

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Até 1 ano ⁽¹⁾	218.677	269.250	322.129
De 1 a 5 anos	295.069	334.612	375.038
Acima de 5 anos	430	334	7.520
Total a Valor Presente	514.176	604.196	704.687

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Receitas de Arrendamento Mercantil	137.711	177.925
Arrendamento financeiro	137.711	177.925
Despesas de Arrendamento Mercantil	(78.005)	(102.955)
Arrendamento financeiro	(77.942)	(102.830)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(63)	(125)
Total	59.706	74.970

j) Concentração das Operações de Crédito

	30.06.2017	% da Carteira	31.12.2016	% da Carteira	30.06.2016	% da Carteira
Maior Devedor	25.467.331	4,0	24.759.930	3,8	24.902.493	3,6
10 Maiores devedores	80.922.188	12,6	82.224.321	12,6	84.799.603	12,3
20 Maiores devedores	106.612.782	16,6	109.099.432	16,7	114.021.590	16,5
50 Maiores devedores	142.113.219	22,1	146.075.455	22,3	156.854.968	22,7
100 Maiores devedores	165.875.751	25,8	170.529.116	26,1	183.403.024	26,6

k) Créditos Renegociados

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	23.484.515	21.735.942
Renegociados por atraso ⁽²⁾	5.953.550	8.637.612
Renovados ⁽³⁾	17.530.965	13.098.330
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso		
Saldo Inicial	27.086.224	19.652.990
Contratações ⁽²⁾	5.953.550	8.637.612
(Recebimento) e apropriação de juros	(2.072.533)	(1.427.214)
Baixas para prejuízo	(3.924.763)	(1.813.648)
Saldo Final ⁽⁴⁾	27.042.478	25.049.740
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	12.923.937	10.369.188
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso	47,8%	41,4%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	7.093.996	5.641.907
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	26,2%	22,5%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vencidas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 81.239 mil (R\$ 101.408 mil em 30.06.2016) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 7.433.175 mil (R\$ 5.332.452 mil em 30.06.2016) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Créditos contratados a liberar	119.686.272	118.745.942	142.317.122
Garantias prestadas ⁽¹⁾	4.731.448	6.445.216	7.045.332
Créditos de exportação confirmados	249.940	218.348	203.830
Créditos abertos para importação contratados	508.583	229.143	634.725
Recursos vinculados	3.247.789	4.523.775	4.058.376

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R\$ 366.209 mil (R\$ 442.300 mil em 31.12.2016 e R\$ 525.327 mil em 30.06.2016), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

m) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		1.036.462	770.150	16.532
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005 e 01/2016	1.029.874	762.601	6
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	6.588	7.549	16.526
Financiamentos		2.506.171	2.800.917	3.014.334
Proger Urbano Investimento	18/2005	2.067.892	2.302.862	2.498.499
FAT Taxista	02/2009	327.289	352.767	348.850
FAT Turismo - Investimento	01/2012	84.211	100.930	119.630
Proger Exportação	27/2005	26.676	44.292	47.355
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006	103	66	--
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		55.023	66.570	91.826
Pronaf Investimento	05/2005	45.278	55.267	72.939
Proger Rural Investimento	13/2005	7.288	8.490	11.683
Pronaf Custeio	04/2005	1.949	2.298	2.511
Proger Rural Custeio	02/2006	450	454	642
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	58	61	4.051
Total		3.597.656	3.637.637	3.122.692

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 - CARTEIRA DE CÂMBIO
a) Composição

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	16.017.373	16.896.594	18.774.008
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	40.838	40.232	40.098
Direitos sobre vendas de câmbio	13.499.847	20.428.130	19.933.758
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(12.523.009)	(20.178.005)	(19.198.715)
Valores em moedas estrangeiras a receber	436	887	1.334
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	252.269	283.707	250.219
Total	17.287.754	17.471.545	19.800.702
Ativo circulante	17.001.540	17.188.751	18.854.747
Ativo não circulante	286.214	282.794	945.955
Outras Obrigações			
Câmbio vendido a liquidar	13.465.426	18.739.249	18.376.250
(Importação financiada)	(904)	(4.561)	(17.465)
Obrigações por compras de câmbio	15.743.441	17.513.179	20.759.788
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(12.924.888)	(13.115.132)	(17.597.845)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	52.859	54.017	55.872
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	10.273	14.537	11.470
Total	16.346.207	23.201.289	21.588.070
Passivo circulante	10.332.885	17.879.212	18.160.037
Passivo não circulante	6.013.322	5.322.077	3.428.033
Carteira de Câmbio Líquida	941.547	(5.729.744)	(1.787.368)
Contas de Compensação			
Créditos abertos para importação	561.188	270.106	1.025.129
Créditos de exportação confirmados	249.940	218.348	203.830

b) Resultado de Operações de Câmbio

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Rendas de câmbio	3.722.102	10.198.797
Despesas de câmbio	(3.272.077)	(8.651.895)
Resultado de Operações de Câmbio	450.025	1.546.902

12 - OUTROS CRÉDITOS
a) Créditos Específicos

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional	398.769	377.698	354.793
Outros	540	541	716
Total	399.309	378.239	355.509

b) Diversos

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 24.e)	42.835.892	42.883.504	43.853.106
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 27.g.1)	34.058.669	33.121.209	30.309.783
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	22.829.591	23.510.421	21.526.694
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 27.h.1)	17.868.745	17.431.080	16.911.249
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽¹⁾	11.459.443	14.983.588	16.969.731
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 26.f)	9.615.869	9.562.010	9.501.682
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.581.064	12.813.584	11.137.929
Títulos e créditos a receber - outros	6.129.091	6.268.085	5.283.961
Devedores diversos - país	2.574.957	2.779.446	2.426.088
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.º 8.427/1992	2.783.417	3.418.200	2.767.454
Títulos e créditos a receber - empresas não financeiras	999.865	1.482.045	1.195.844
Devedores diversos - exterior	334.907	238.213	519.077
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional ⁽²⁾	1.017.409	940.330	958.173
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal	752.480	854.546	799.869
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	577.424	661.559	917.654
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	588.956	22.583	123.834
Aquisição de recebíveis	409.493	958.678	3.244.115
Adiantamentos e antecipações salariais	205.616	1.732.680	215.840
Ativos atuariais (Nota 26.e)	159.786	151.828	186.398
Devedores por depósitos em garantia - outros	1.023.054	74.103	54.365
Devedores por compra de valores e bens	7.204	12.674	24.898
Outros	340.865	324.871	703.963
Total	166.153.797	174.225.237	169.631.707
Ativo circulante	99.374.659	107.887.734	101.215.592
Ativo não circulante	66.779.138	66.337.503	68.416.115

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Refere-se, principalmente, a valores provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE, FDA e FDCO).

13 - OUTROS VALORES E BENS

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Bens Não de Uso Próprio	297.118	277.417	267.107
Bens em regime especial	176.251	172.116	167.726
Imóveis	52.875	41.849	43.466
Imóveis habitacionais	48.080	40.125	23.072
Máquinas e equipamentos	2.923	3.138	3.630
Veículos e afins	428	508	509
Outros	16.561	19.681	28.704
Material em Estoque	57.373	61.885	61.358
Subtotal	354.491	339.302	328.465
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(148.531)	(137.564)	(124.846)
Despesas Antecipadas	281.689	269.633	320.244
Despesas de pessoal e outras despesas administrativas	139.637	172.844	168.940
Dependências externas	86.528	74.787	77.260
Despesas tributárias	38.149	31	31.363
Prêmios de seguros a apropriar	10.011	14.323	18.291
Aluguéis	5.734	5.718	5.764
Promoções e relações públicas	--	--	14.397
Prêmios por créditos adquiridos ⁽²⁾	541	815	2.864
Outros	1.089	1.115	1.365
Total	487.649	471.371	523.863
Ativo circulante	459.450	454.562	512.074
Ativo não circulante	28.199	16.809	11.789

(1) O BB Consolidado reconheceu, no 1º Semestre/2017, despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ (11.816) mil (despesa de provisão no valor de R\$ (6.091) mil no 1º Semestre/2016).

(2) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

14- INVESTIMENTOS
a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido - 1º Semestre/2017	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil 31.12.2016	Movimentações - 1º Semestre/2017			Saldo contábil		Resultado de equivalência
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência	30.06.2017	30.06.2016	1º Semestre/2016
No País							16.631.072	(1.758.295)	(364.254)	2.014.963	16.523.486	16.230.179	2.115.208
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	8.130.372	8.508.176	272.565	43.114.693	9.581.043	50,00%	4.212.970	--	(95.141)	136.086	4.253.915	4.139.311	104.089
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽³⁾	414.000	12.176.510	297.011	2.397.200	1.198.600	30,00%	3.654.804	(90.955)	--	89.104	3.652.953	3.630.487	77.092
Cielo S.A. ⁽⁴⁾	4.700.000	10.714.790	1.982.270	648.600	--	28,69%	2.604.974	(84.023)	(94.382)	555.422	2.981.991	2.211.858	553.982
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.193.539	2.588.086	475.049	572	1.145	74,99%	1.775.368	(215.657)	(23.720)	382.548	1.918.539	1.924.164	348.493
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	2.050.198	2.204.643	810.292	1.039.908	2.079.400	74,99%	2.138.636	(1.095.976)	(5.303)	616.037	1.653.394	2.087.505	606.617
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.968.380	3.507.578	57.589	369.163	384.231	50,00%	1.786.095	(51.485)	(109.039)	(48.336)	1.577.235	1.744.987	80.618
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	231.264	433.365	148.296	107.989	107.989	66,66%	300.698	(110.671)	--	98.854	288.881	359.713	158.443
Outras Participações							2.887.992	(109.528)	2.484	185.248	2.966.196	2.833.068	185.874
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							530.222	--	(96.621)	--	433.601	618.866	--
Resultado não realizado ⁽⁶⁾							(3.260.687)	--	57.468	--	(3.203.219)	(3.319.780)	--
No Exterior							72.657	--	(10.934)	(169)	61.554	120.645	--
Outras participações no exterior							--	--	169	(169)	--	--	--
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							72.657	--	(11.103)	--	61.554	120.645	--
Total das Participações em Coligadas e Controladas							16.703.729	(1.758.295)	(375.188)	2.014.794	16.585.040	16.350.824	2.115.208
(Provisão para perdas)							(11.213)	--	--	--	(11.213)	(9.018)	--

(1) Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de exercícios anteriores e de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. No Banco Votorantim S.A. inclui a adoção inicial da Resolução CMN 4.512/16 no valor de R\$ 58.275 mil.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,08%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

b) Informações Financeiras Resumidas das Coligadas e Controladas em Conjunto e não Ajustadas pelos Percentuais de Participação Detidos pelo Banco

Balço Patrimonial	30.06.2017							
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Cielo S.A. (1)	Demais Participações	Total
Ativo Total	219.240.244	102.473.731	12.875.783	13.134.469	13.677.631	74.077.379	40.751.531	476.230.768
Disponibilidades	5.053	134.899	22	17.811	102.171	13.454	193.827	467.237
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	17.941.940	970.863	--	--	371.806	6.124.102	25.408.711
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	217.009.053	29.726.106	670.738	6.118.045	4.592.734	9.091.524	10.356.003	277.564.203
Operações de Crédito	--	40.975.602	--	--	--	--	46.460	41.022.062
Outros créditos e outros valores e bens	2.013.038	12.752.390	561.122	6.579.904	8.618.208	54.017.329	10.411.527	94.953.518
Permanente	213.100	942.794	10.673.038	418.709	364.518	10.583.266	13.619.612	36.815.037
Passivo Total	216.652.158	93.965.558	430.301	10.929.826	10.170.050	63.362.590	25.411.378	420.921.861
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	72.801.220	--	--	--	6.922.573	1.486.352	81.210.145
Outras Obrigações	216.652.158	21.164.338	430.301	10.929.826	10.170.050	56.440.017	23.925.026	339.711.716
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	208.478.371	--	--	8.333.098	7.609.141	--	18.355.271	242.775.881
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	4.868.605	--	--	--	--	--	4.868.605
Demais	8.173.787	16.295.733	430.301	2.596.728	2.560.909	56.440.017	5.569.755	92.067.230
Patrimônio Líquido	2.588.086	8.508.173	12.445.482	2.204.643	3.507.581	10.714.789	15.340.153	55.308.907
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	28,69%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	1.940.935	4.254.087	3.733.645	1.653.262	1.753.791	3.075.369	3.390.100	19.801.189
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.563)	30.567	--	--	--	366.005	38.592	433.601
Outros valores (2)	(22.394)	(172)	(80.692)	132	(176.556)	(93.378)	(3.276.690)	(3.649.750)
Saldo do investimento	1.916.978	4.284.482	3.652.953	1.653.394	1.577.235	3.347.996	152.002	16.585.040

(1) Aumento de ativos e passivos decorrente de mudança na evidenciação contábil da Cielo S.A., após adesão ao plano de contas Cosif, mediante autorização de funcionamento emitida pelo Bacen em 27.04.2017.

(2) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	1º Semestre/2017							
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	200.931	1.560.808	--	299.549	235.065	--	1.279.189	3.575.542
Receitas de prestação de serviços	1.146.751	270.287	1.366.414	--	3.786	3.719.784	479.628	6.986.650
Outras despesas administrativas	(119.680)	(564.180)	(461.265)	(117.502)	(252.155)	(434.717)	(407.778)	(2.357.277)
Outras receitas/despesas operacionais	(323.487)	(722.075)	(455.061)	1.106.790	101.349	(573.383)	113.303	(752.564)
Resultado não operacional	(2.200)	(16.932)	--	244	669	(3.736)	15.384	(6.571)
Resultado antes da tributação	902.315	527.908	450.088	1.289.081	88.714	2.707.948	1.479.726	7.445.780
Tributação sobre o lucro e participações	(393.739)	(255.343)	(153.093)	(467.589)	(31.125)	(725.678)	(348.137)	(2.374.704)
Lucro Líquido	508.576	272.565	296.995	821.492	57.589	1.982.270	1.131.589	5.071.076
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	28,69%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	381.406	136.282	89.098	616.037	28.795	568.751	339.117	2.159.486
Outros valores ⁽¹⁾	1.142	(196)	6	--	(77.131)	(13.329)	(55.184)	(144.692)
Resultado de equivalência patrimonial	382.548	136.086	89.104	616.037	(48.336)	555.422	283.933	2.014.794

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Balço Patrimonial	30.06.2016								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestó de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Neoenergia S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	175.665.563	108.091.839	12.510.093	14.188.884	14.191.416	11.893.420	21.512.344	30.911.369	388.964.928
Disponibilidades	3.786	141.137	--	107.590	167.962	136	3.458	203.159	627.228
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	19.855.391	914.730	--	--	--	6.999	592.682	21.369.802
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	173.801.541	31.689.370	--	6.380.130	4.728.932	194.413	71.005	17.549.424	234.414.815
Operações de Crédito	--	41.394.671	--	--	--	--	--	--	41.394.671
Outros créditos e outros valores e bens	1.661.678	14.392.570	536.795	7.319.390	8.859.302	615.292	11.164.834	10.022.197	54.572.058
Permanente	198.558	618.700	11.058.568	381.774	435.220	11.083.579	10.266.048	2.543.907	36.586.354
Passivo Total	173.065.410	99.809.421	409.708	11.405.348	10.700.534	1.959.729	13.810.164	24.163.880	335.324.194
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	41.777.991	--	--	--	--	--	--	41.777.991
Outras Obrigações	173.065.410	58.031.430	409.708	11.405.348	10.700.534	1.959.729	13.810.164	24.163.880	293.546.203
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	171.816.005	--	--	8.486.569	7.963.607	--	--	19.689.151	207.955.332
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	5.451.069	--	--	--	--	--	--	5.451.069
Demais	1.249.405	52.580.361	409.708	2.918.779	2.736.927	1.959.729	13.810.164	4.474.729	80.139.802
Patrimônio Líquido	2.600.153	8.282.418	12.100.385	2.783.536	3.490.882	9.933.691	7.702.180	6.747.489	53.640.734
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	11,99%	28,72%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	1.949.985	4.141.209	3.630.116	2.087.374	1.745.441	1.190.761	2.211.858	2.079.282	19.036.026
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	91.364	--	--	--	--	481.598	168.110	739.511
Outros valores ⁽¹⁾	(25.821)	(1.898)	371	131	(454)	(15.372)	--	(3.381.670)	(3.424.713)
Saldo do investimento	1.922.603	4.230.675	3.630.487	2.087.505	1.744.987	1.175.389	2.693.456	(1.134.278)	16.350.824

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	1º Semestre/2016								
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Neoenergia S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	281.259	1.614.449	--	400.734	380.977	--	--	787.189	3.464.608
Receitas de prestação de serviços	904.512	236.271	1.349.699	--	4.294	--	4.032.324	68.312	6.595.412
Outras despesas administrativas	(103.575)	(576.624)	(501.651)	(119.939)	(241.561)	(7.919)	(431.115)	(172.293)	(2.154.677)
Outras receitas/despesas operacionais	(234.938)	(583.288)	(458.711)	1.065.913	155.342	332.307	(781.347)	595.251	90.529
Resultado não operacional	85	5.503	--	4.093	746	2.024	(19.627)	16.882	9.706
Resultado antes da tributação	847.343	696.311	389.337	1.350.801	299.798	326.412	2.800.235	1.295.341	8.005.578
Tributação sobre o lucro e participações	(382.655)	(501.901)	(132.363)	(541.870)	(138.562)	(420)	(876.590)	(383.230)	(2.957.591)
Lucro Líquido	464.688	194.410	256.974	808.931	161.236	325.992	1.923.645	912.111	5.047.987
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	11,99%	28,72%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	348.493	97.205	77.092	606.617	80.618	39.077	552.419	356.294	2.157.815
Outros valores ⁽¹⁾	--	6.884	--	--	--	(9.385)	1.563	(41.669)	(42.607)
Resultado de equivalência patrimonial	348.493	104.089	77.092	606.617	80.618	29.692	553.982	314.625	2.115.208

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

c) Outros Investimentos

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Investimentos por incentivos fiscais	38.462	38.462	35.189
Títulos patrimoniais	57	57	57
Ações e cotas	49.414	48.930	88.486
Outros investimentos	4.092	4.038	7.868
Outras participações no exterior	79.610	78.911	76.512
Total ⁽¹⁾	171.635	170.398	208.112
(Provisão para perdas)	(7.923)	(7.908)	(45.234)

(1) Inclui o montante de R\$ 5.536 mil em 30.06.2016 no Banco Múltiplo e os montantes de R\$ 4.797 mil em 30.06.2017 e R\$ 9.090 mil em 30.06.2016 no BB Consolidado, relativos à Imparidade Acumulada.

d) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Saldo Inicial	604.440	889.903
Amortizações ⁽¹⁾	(105.676)	(103.748)
Variação cambial ⁽²⁾	(2.046)	(45.083)
Saldo Final	496.718	741.072

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre os ágios do Banco do Brasil Americas e do Banco Patagonia.

e) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2º Semestre/2017	2018	2019	Após 2019	Total
Banco do Brasil	39.518	18.237	18.601	15.765	92.121
Banco Votorantim	30.567	--	--	--	30.567
Banco Patagonia	8.951	18.237	18.601	15.765	61.554
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(17.783)	(8.207)	(8.370)	(7.094)	(41.454)
Total Líquido	21.735	10.030	10.231	8.671	50.667
Outras Participações					
BB-BI	61.759	141.696	162.550	--	366.005
Cielo	61.759	141.696	162.550	--	366.005
BB Seguros	12.268	11.040	10.028	5.256	38.592
Brasilcap	4.297	8.780	7.659	--	20.736
IRB-Brasil Resseguros S.A.	7.971	2.260	2.369	5.256	17.856
BB Consolidado	113.545	170.973	191.179	21.021	496.718
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(49.745)	(75.724)	(84.927)	(8.881)	(219.277)
Total Líquido	63.800	95.249	106.252	12.140	277.441

(1) 25% de IRPJ e 20% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

f) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Votorantim	4,2%	14,2%
Banco do Brasil Americas	2,0%	8,6%
Banco Patagonia	19,0%	27,7%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

Com exceção do Banco do Brasil Americas, de acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável do ágio na aquisição da Cielo, bem como dos ágios reconhecidos na BB Seguros/BB Seguridade, foi apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão das companhias na BM&FBovespa.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação ⁽¹⁾
BB Seguridade (BBSE3)	R\$ 29,88
Cielo (CIEL3)	R\$ 32,51

(1) Preço de fechamento das ações em 30.09.2016.

No 1º semestre de 2017 e no 1º semestre de 2016, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

15 - IMOBILIZADO

	31.12.2016	1º Semestre/2017			30.06.2017			30.06.2016	
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil	
Edificações	3.511.189	1.463	(177.683)	7.525.139	(4.172.835)	(17.335)	3.334.969	3.675.748	
Móveis e equipamentos de uso	1.635.334	65.696	(142.868)	3.660.254	(2.101.967)	(125)	1.558.162	1.426.655	
Sistemas de processamento de dados	1.108.424	174.834	(211.464)	4.064.464	(2.992.670)	--	1.071.794	1.082.059	
Instalações	174.558	1.536	(16.209)	987.073	(827.188)	--	159.885	190.650	
Terrenos	198.906	(1.388)	--	197.518	--	--	197.518	200.348	
Sistemas de segurança	165.617	4.353	(15.112)	418.932	(264.074)	--	154.858	165.064	
Imobilizações em curso	641.145	169.856	--	811.001	--	--	811.001	281.945	
Sistemas de comunicação	113.195	19.200	(10.845)	304.985	(183.435)	--	121.550	108.472	
Sistemas de transporte	7.392	320	(891)	14.844	(8.023)	--	6.821	8.170	
Móveis e equipamentos em estoque	1.718	(53)	--	1.665	--	--	1.665	1.718	
Total	7.557.478	435.817	(575.072)	17.985.875	(10.550.192)	(17.460)	7.418.223	7.140.829	

16 - INTANGÍVEL
a) Movimentação e Composição

	31.12.2016	1º Semestre/2017				30.06.2017			30.06.2016	
	Saldo contábil	Aquisições	Varição cambial	Baixas	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	5.596.439	140	--	--	(885.514)	10.569.150	(5.808.345)	(49.740)	4.711.065	4.400.620
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas ⁽²⁾	1.007.459	--	--	--	(503.729)	4.961.028	(4.457.298)	--	503.730	1.457.537
Softwares	1.839.214	352.944	2.362	(1.114)	(127.188)	3.911.827	(1.845.609)	--	2.066.218	1.737.130
Outros ativos intangíveis	272.148	--	--	--	(54.057)	560.043	(341.952)	--	218.091	329.165
Total	8.715.260	353.084	2.362	(1.114)	(1.570.488)	20.002.048	(12.453.204)	(49.740)	7.499.104	7.924.452

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro de 2009.

b) Estimativa de Amortização

	2º Semestre/2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Valores a amortizar	1.520.190	1.891.190	1.363.263	915.838	650.758	1.157.865	7.499.104

c) Teste de Imparidade

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa tem por base o resultado de 2016 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2017 e projeções internas de resultado de 2018 a 2021.

As premissas adotadas para o cálculo são baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideram o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo *CAPM* (*Capital Asset Pricing Model*) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a.	Taxa de Desconto a.a.
Banco do Brasil - Estado de São Paulo - Ágio Banco Nossa Caixa ⁽¹⁾⁽²⁾	2,7%	14,6%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos cinco anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No 1º semestre de 2017 e no 1º semestre de 2016, não houve perda por imparidade sobre o ágio da sociedade incorporada.

17- DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Depósitos à Vista	62.384.828	69.349.186	62.549.870
Pessoas físicas	32.251.148	33.991.206	29.142.429
Pessoas jurídicas	18.297.375	22.205.568	20.065.846
Vinculados	8.236.303	7.546.026	9.471.591
Governos	1.664.449	2.622.497	1.488.770
Instituições do sistema financeiro	503.815	568.135	398.904
Moedas estrangeiras	344.597	691.111	705.597
Empresas ligadas	526.172	875.450	734.568
Especiais do Tesouro Nacional	335.101	349.606	302.398
Domiciliados no exterior	111.576	70.856	86.528
Outros	114.292	428.731	153.239
Depósitos de Poupança	150.982.353	151.763.344	148.367.610
Pessoas físicas	143.115.541	143.469.320	139.228.546
Pessoas jurídicas	7.504.813	7.964.554	8.754.939
Empresas ligadas	347.714	313.852	367.514
Instituições do sistema financeiro	14.285	15.618	16.611
Depósitos Interfinanceiros	18.961.724	20.664.801	27.472.505
Depósitos a Prazo	210.379.551	204.150.246	202.458.585
Judiciais	130.513.708	121.969.028	116.654.650
Moeda nacional	50.069.291	52.691.661	60.079.689
Moedas estrangeiras	23.709.204	22.475.927	20.385.582
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	4.050.535	5.187.817	3.741.432
Funproger (Nota 17.f)	345.805	324.120	302.697
Outros	1.691.008	1.501.693	1.294.535
Outros Depósitos	103.565	53.111	29.962
Total	442.812.021	445.980.688	440.878.532
Passivo circulante	393.217.907	394.668.312	383.520.384
Passivo não circulante	49.594.114	51.312.376	57.358.148

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	136.683.643	19.949.371	7.427.002	18.903.381	27.416.154	210.379.551	204.150.246	202.458.585
Depósitos de poupança	150.982.353	--	--	--	--	150.982.353	151.763.344	148.367.610
Depósitos à vista	62.384.828	--	--	--	--	62.384.828	69.349.186	62.549.870
Depósitos interfinanceiros	--	6.967.988	8.719.157	943.901	2.330.678	18.961.724	20.664.801	27.472.505
Outros depósitos	103.565	--	--	--	--	103.565	53.111	29.962
Total	350.154.389	26.917.359	16.146.159	19.847.282	29.746.832	442.812.021	445.980.688	440.878.532

(1) Inclui o valor de R\$ 48.326 mil (R\$ 51.068 mil em 31.12.2016 e R\$ 57.911 mil em 30.06.2016), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Carteira Própria	46.641.005	59.207.850	50.808.346
Títulos privados	24.897.641	25.591.345	30.415.000
Letras Financeiras do Tesouro	18.516.660	32.718.983	19.241.233
Títulos no exterior	3.226.704	897.522	1.152.113
Carteira de Terceiros	403.180.745	315.426.182	361.160.289
Letras do Tesouro Nacional	57.667.980	45.709.377	138.623.309
Letras Financeiras do Tesouro	302.182.120	219.552.794	137.924.351
Notas do Tesouro Nacional	43.330.629	50.163.996	84.612.628
Títulos no exterior	16	15	1
Total	449.821.750	374.634.032	411.968.635
Passivo circulante	437.069.635	358.409.319	379.837.556
Passivo não circulante	12.752.115	16.224.713	32.131.079

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Despesas de Captações com Depósitos	(9.755.955)	(17.942.769)
Depósitos de poupança	(5.311.341)	(6.000.428)
Depósitos judiciais	(5.830.354)	(5.886.330)
Depósitos a prazo	(3.278.086)	(4.231.748)
Depósitos interfinanceiros	4.663.826	(1.824.263)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(22.989.168)	(22.264.217)
Carteira de terceiros	(20.378.350)	(18.923.692)
Carteira própria	(2.610.818)	(3.340.525)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	(8.640.408)	(11.323.454)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(5.459.177)	(7.814.270)
Letras financeiras	(1.702.952)	(1.972.745)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(648.566)	(585.117)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(829.713)	(951.322)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽²⁾	(271.880)	(274.345)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida ⁽³⁾	(918.649)	(973.305)
Outras	(336.760)	(377.125)
Total	(42.912.820)	(53.155.215)

(1) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 18.

(2) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(3) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		30.06.2017			31.12.2016			30.06.2016		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				10.834	47.500	58.334	13.409	57.761	71.170	18.503	78.120	96.623
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	232	1.170	1.402	127	1.440	1.567	91	1.705	1.796
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	9.834	41.965	51.799	12.187	51.238	63.425	17.054	69.457	86.511
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	6	220	226	57	246	303	84	369	453
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	762	4.145	4.907	1.038	4.837	5.875	1.274	6.589	7.863
Proger Urbano				548.435	2.943.843	3.492.278	1.531.783	2.914.158	4.445.941	667.719	2.341.018	3.008.737
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	278.560	1.921.297	2.199.857	481.056	2.150.447	2.631.503	316.799	2.341.018	2.657.817
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	269.875	1.022.546	1.292.421	1.050.727	763.711	1.814.438	350.920	--	350.920
Outros				75.291	424.632	499.923	182.140	488.566	670.706	115.339	520.733	636.072
Exportação	27/2005	RA	11/2005	14.309	23.069	37.378	15.768	41.379	57.147	13.973	45.324	59.297
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	48.447	320.751	369.198	149.178	348.576	497.754	62.814	346.391	409.205
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	12.281	80.750	93.031	15.777	97.990	113.767	13.053	117.735	130.788
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	254	62	316	1.417	621	2.038	25.499	11.283	36.782
Total				634.560	3.415.975	4.050.535	1.727.332	3.460.485	5.187.817	801.561	2.939.871	3.741.432

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.ºs 439/2005 e 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 30.06.2017 é de R\$ 345.805 mil (R\$ 324.120 mil em 31.12.2016 e R\$ 302.697 mil em 30.06.2016).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado –PNMPO, mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Banco do Brasil						142.698.312	162.208.660	171.588.774
Programa "Global Medium - Term Notes"						6.917.582	6.421.430	6.566.303
	R\$	350.000	9,75%	2007	2017	365.461	364.455	355.080
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.695.270	1.669.293	1.643.530
	EUR	1.000.000	3,75%	2013/2014	2018	3.908.568	3.496.582	3.667.774
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	948.283	891.100	899.919
"Senior Notes"						5.998.866	7.561.835	7.442.474
	USD	500.000	3,88%	2011	2017	--	1.656.809	1.630.511
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	5.998.866	5.905.026	5.811.963
Notas Estruturadas						69.217	63.632	64.857
	EUR	18.400	2,18% a 3,55%		2021	69.217	63.632	64.857
Certificados de Depósitos⁽²⁾						5.828.391	3.388.669	1.637.263
Curto prazo			0,85% a 4,60%			5.636.234	3.169.956	1.508.173
Longo prazo			2,57% a 4,60%		2020	192.157	218.713	129.090
Certificados de Operações Estruturadas						201.499	102.312	136.797
Curto prazo						124.714	--	--
Longo prazo					2020	76.785	102.312	136.797
Letras de Crédito Imobiliário						20.131.501	17.073.622	18.066.485
Curto Prazo						135.098	39.344	9.235.106
Longo Prazo					2026	19.996.403	17.034.278	8.831.379
Letras de Crédito do Agronegócio						100.665.142	124.965.334	135.418.026
Curto prazo						90.288.297	62.584.051	48.530.625
Longo prazo					2020	10.376.845	62.381.283	86.887.401
Letras Financeiras						2.886.114	2.631.826	2.256.569
Longo prazo			98,50% a 104,00% DI IPCA + 5,30% a.a. Pré 9,54% a.a. a 14,00% a.a.		2020	2.886.114	2.631.826	2.256.569
Banco Patagonia⁽³⁾						385.395	325.553	284.625
Curto prazo	ARS					203.981	247.691	130.600
Longo prazo	ARS				2020	181.414	77.862	154.025
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior⁽⁴⁾						2.805.000	2.801.840	2.796.517
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽⁴⁾	USD	24.000 ⁽¹⁾	5,25%	2008	2018	79.582	117.580	154.401
Notas estruturadas ⁽⁴⁾								
	USD	500.000	Libor 6m+2,50%	2014/2015	2034	1.664.755	1.639.455	1.613.402
	USD	320.000	Libor 6m+3,25%	2015	2030	1.060.663	1.044.805	1.028.714
Valor Eliminado na Consolidação⁽⁵⁾						(67.167)	(169.700)	(161.191)
Total						145.821.540	165.166.353	174.508.725
Passivo circulante						98.826.343	68.052.214	60.873.824
Passivo não circulante						48.995.197	97.114.139	113.634.901

(1) Refere-se ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD, AUD e EUR.

(3) Títulos emitidos com taxas de 22,50% a.a. a 24,00% a.a. e Badlar+325 ptos. a Badlar+425 ptos.

(4) As Entidades de Propósito Específico (EPEs) Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (DPR) e Loans Finance Company Limited (LFC) foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman e as obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos pelas mesmas são pagas com recursos acumulados em suas contas. As EPEs não possuem ativos ou passivos relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPEs.

A DPR foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do Banco em Nova Iorque, denominadas em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

A LFC foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) contratação de operações compromissadas com o Banco; (c) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito, que é acionável somente em caso de *default* do Banco em alguma das obrigações assumidas nas operações compromissadas; e (d) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

(5) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

19 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
a) Obrigações por Empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
No Exterior	5.572.589	10.405.336	3.478.060	284.660	19.740.645	20.409.348	22.762.981
Tomados junto a banqueiros no exterior	5.544.248	10.335.191	3.445.901	282.437	19.607.777	20.345.736	22.586.697
Importação	26.794	54.709	32.159	2.223	115.885	63.612	102.951
Exportação	1.547	15.436	--	--	16.983	--	73.333
Total	5.572.589	10.405.336	3.478.060	284.660	19.740.645	20.409.348	22.762.981
Passivo circulante					15.977.925	17.997.094	18.577.980
Passivo não circulante					3.762.720	2.412.254	4.185.001

b) Obrigações por Repasses
Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Tesouro Nacional - Crédito Rural		163.552	149.248	165.578
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 5,50% a.a. (se aplicado)	42.830	30.766	36.674
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou 6,35% a.a.	98.917	98.243	96.737
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	13.134	16.096	19.877
Outros		8.671	4.143	12.290
BNDDES	Pré 0,00% a.a. a 9,50% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 3,72% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	29.776.717	32.086.856	35.323.513
Caixa Econômica Federal	Pré 5,24% a.a. (média)	25.009.178	23.758.043	21.648.278
Finame	Pré 0,00% a.a. a 11,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a. a 2,33% a.a.	22.466.643	24.765.860	27.532.146
Outras Instituições Oficiais		2.036.531	2.322.686	1.933.121
Suprimento Especial - Depósitos (Nota 9.b)		1.874.492	1.874.492	1.643.753
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 8,75% a.a. a 11,25% a.a. (se aplicado)	162.011	448.167	289.341
Outros		28	27	27
Total		79.452.621	83.082.693	86.602.636
Passivo circulante		39.332.945	39.463.427	38.264.763
Passivo não circulante		40.119.676	43.619.266	48.337.873

Do Exterior

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais	477	477	477
Total	477	477	477
Passivo circulante	95	95	95
Passivo não circulante	382	382	382

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Despesas de Obrigações por Empréstimos ⁽¹⁾	(1.151.864)	6.604.983
Despesas de Obrigações por Repasses ⁽¹⁾	(2.752.060)	2.972.447
Do exterior ⁽¹⁾	(569.693)	5.395.127
BNDES	(1.120.160)	(1.298.342)
Caixa Econômica Federal	(732.994)	(726.023)
Finame	(239.754)	(291.557)
Tesouro Nacional	(37.507)	(49.722)
Outras	(51.952)	(57.036)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior ⁽¹⁾	(46.485)	3.490.657
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento ⁽¹⁾	(584.904)	806.363
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior	275.703	(2.540.229)
Total	(4.259.610)	11.334.221

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e Previdenciárias

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Obrigações legais (Nota 27.h1) ⁽¹⁾	6.571.673	6.571.673	6.571.673
Passivo fiscal diferido (Nota 24.d)	1.993.464	2.088.502	2.348.411
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	1.592.009	481.286	4.909.677
Impostos e contribuições a recolher	1.214.662	1.412.098	1.355.457
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	396.360	5.472.488	425.088
Total	11.768.168	16.026.047	15.610.306
Passivo circulante	11.188.234	15.293.551	14.877.176
Passivo não circulante	579.934	732.496	733.130

(1) A provisão para atualização de depósito judicial classificada em "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias - Obrigações legais" foi reclassificada para "Outras Obrigações - Diversas - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais", conforme Carta-Circular Bacen nº 3.782/2016.

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Marinha Mercante	8.053.441	8.190.785	7.667.223
Pasep ⁽¹⁾	2.632.693	2.632.348	2.661.846
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	2.077.529	2.070.560	2.123.251
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	1.078.309	893.803	275.598
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	776.463	761.340	744.582
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	63.998	64.926	77.652
Outros	154.833	176.763	190.968
Total	14.837.266	14.790.525	13.741.120
Passivo circulante	8.946.766	9.055.620	8.606.530
Passivo não circulante	5.890.500	5.734.905	5.134.590

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas Subordinadas

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Banco do Brasil								
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						26.591.388	25.237.153	23.841.572
Recursos aplicados ⁽¹⁾						23.457.135	22.219.924	21.599.707
Recursos disponíveis ⁽²⁾						3.134.253	3.017.229	2.241.865
Dívidas Subordinadas no Exterior						9.821.086	9.668.175	9.516.527
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.231.534	2.197.183	2.163.114
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	5.056.889	4.977.616	4.899.001
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.532.663	2.493.376	2.454.412
Letras Financeiras Subordinadas						25.924.064	27.100.626	25.296.723
		700.000	111,00% do CDI	2011	2017	1.358.765	3.918.702	3.641.211
		4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	8.548.842	8.120.026	7.663.825
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	390.660	367.374	341.133
		4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019	8.036.260	7.561.372	7.025.938
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	274.146	258.947	241.746
		377.100	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	560.561	526.593	488.362
		163.523	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	249.921	234.894	217.972
		1.594.580	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	2.352.260	2.208.470	2.046.731
		2.273.804	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	3.523.598	3.309.117	3.067.795
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	629.051	595.131	562.010
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil						62.336.538	62.005.954	58.654.822
Valores eliminados na consolidação						(30.950)	(30.203)	(7.135)
Total das Dívidas Subordinadas ⁽³⁾⁽⁴⁾						62.305.588	61.975.751	58.647.687
Passivo circulante						8.331.154	4.158.742	2.448.477
Passivo não circulante						53.974.434	57.817.009	56.199.210

(1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) O montante de R\$ 39.425.703 mil (R\$ 40.181.808 mil em 31.12.2016 e R\$ 38.904.584 mil em 30.06.2016) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

(4) Inclui o montante de R\$ 7.315.391 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações		Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Bônus Perpétuos							
	USD	1.498.500	8,50%	10/2009	5.031.761	4.954.884	4.878.634
	USD	1.398.727	9,25%	01 e 03/2012	4.802.446	4.731.512	4.661.142
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	6.640.695	6.539.293	6.438.716
	R\$	8.100.000	5,50% ⁽²⁾	09/2012	8.145.172	8.175.552	8.146.227
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	7.175.246	7.065.637	6.956.920
Total Banco do Brasil					31.795.320	31.466.878	31.081.639
Valores eliminados na consolidação					(42.591)	(1.252)	(13.876)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)	(8.100.000)
Total Consolidado					23.652.729	23.365.626	22.967.763
Passivo circulante					86.508	279.308	74.600
Passivo não circulante					23.566.221	23.086.318	22.893.163

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014 a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 22.909.285 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 22.565.112 mil em 31.12.2016 e R\$ 22.223.710 mil em 30.06.2016), sendo o montante de R\$ 18.112.395 mil, registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 28.b).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 1.498.500 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil (*outstanding value* USD 650.000 mil) e USD 750.000 mil (*outstanding value* USD 748.727 mil), respectivamente, e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.988.000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.169.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Diversas

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Operações com cartão de crédito/débito	19.844.445	21.471.614	19.170.677
Passivos atuariais (Nota 26.e)	13.452.483	12.527.486	14.546.091
Obrigações legais – Provisão para riscos fiscais (Nota 27.h1) ⁽¹⁾	9.443.223	8.869.908	8.062.268
Provisões para demandas cíveis (Nota 27.e1)	6.666.100	6.897.180	6.811.150
Credores diversos no país	6.068.414	8.196.248	7.250.687
Provisões para pagamentos a efetuar	4.463.837	6.181.130	5.374.592
Recursos vinculados a operações de crédito	3.247.789	4.523.775	4.058.376
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 27.e1)	2.559.471	2.508.268	2.598.301
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	2.177.467	1.815.374	2.087.537
Obrigações por convênios oficiais	1.285.684	1.217.719	1.218.125
Credores diversos no exterior	991.197	864.820	817.678
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	569.725	637.623	792.490
Obrigações por operações vinculadas a cessão	550.176	612.132	664.086
Obrigações por aquisição de bens e direitos	537.818	470.607	259.882
Credores por recursos a liberar	495.836	434.927	536.989
Provisões para garantias prestadas (Nota 20.f)	366.209	442.300	525.327
Provisão para demandas fiscais (Nota 27.e1) ⁽²⁾	273.105	276.015	267.932
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	165.038	159.601	299.913
Obrigações por cotas de fundos de investimento	108.165	97.049	101.391
Coobrigações em cessões de crédito	778	729	866
Outras	638.843	617.653	604.304
Total	73.905.803	78.822.158	76.048.662
Passivo circulante	69.640.329	73.694.320	71.594.252
Passivo não circulante	4.265.474	5.127.838	4.454.410

(1) Refere-se a provisão para atualização de depósito judicial, conforme Carta-Circular Bacen n.º 3.782/2016.

(2) Conforme Carta-Circular Bacen n.º 3.782/2016, a rubrica "Provisão para demandas fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

f) Garantias Financeiras

	30.06.2017	
	Valores Garantidos	Provisão ⁽¹⁾
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.448.843	125.346
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	998.581	42.985
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	86.961	435
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	17.159	--
Outras garantias financeiras prestadas ⁽²⁾	1.555.070	195.286
Outras fianças bancárias	623.513	2.157
Outros avais	1.321	--
Total	4.731.448	366.209

(1) Apurada conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

(2) Refere-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Conta corrente	3.309.202	2.969.100
Administração de fundos	2.631.499	2.079.633
Comissões de seguros, previdência e capitalização	1.428.744	1.532.275
Operações de crédito e garantias prestadas	962.532	804.267
Cobrança	754.942	840.200
Rendas de cartões	740.196	663.194
Arrecadações	542.956	517.380
Rendas do mercado de capitais	349.551	319.906
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	338.003	281.807
Taxas de administração de consórcios	335.636	238.002
Interbancária	80.653	89.150
Outras	937.494	949.714
Total	12.411.408	11.284.628

b) Despesas de Pessoal

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Proventos	(4.790.057)	(4.937.729)
Encargos sociais	(1.551.444)	(1.598.049)
Benefícios	(1.527.057)	(1.331.643)
Provisões administrativas de pessoal	(1.174.764)	(1.437.535)
Demandas trabalhistas	(790.330)	(767.079)
Previdência complementar	(406.227)	(387.484)
Treinamento	(22.387)	(28.345)
Honorários de diretores e conselheiros	(22.318)	(24.366)
Total	(10.284.584)	(10.512.230)

c) Outras Despesas Administrativas

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Amortização	(1.680.987)	(1.676.746)
Aluguéis	(803.471)	(680.231)
Serviços de terceiros	(707.065)	(750.845)
Serviços de vigilância e segurança	(610.339)	(562.162)
Comunicações	(576.845)	(579.417)
Depreciação	(575.072)	(561.993)
Transporte	(502.093)	(547.500)
Processamento de dados	(407.848)	(394.052)
Serviços do sistema financeiro	(359.031)	(393.649)
Manutenção e conservação de bens	(352.152)	(328.407)
Serviços técnicos especializados	(265.516)	(195.517)
Água, energia e gás	(256.307)	(295.657)
Propaganda e publicidade	(122.999)	(125.973)
Material	(58.858)	(58.998)
Promoções e relações públicas	(56.889)	(120.592)
Viagem no país	(48.677)	(40.188)
Outras	(308.474)	(288.857)
Total	(7.692.623)	(7.600.784)

d) Outras Receitas Operacionais

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Atualização de depósitos em garantia	1.466.183	1.437.288
Recuperação de encargos e despesas	1.013.052	1.016.171
Operações com cartões	442.958	429.830
Rendas de títulos e créditos a receber	414.570	449.468
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 26.f)	322.469	689.502
Receitas das empresas controladas não financeiras	164.251	157.513
Reversão de provisões - despesas administrativas e despesas de pessoal	103.215	79.042
Atualização de impostos a compensar	87.797	68.461
Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional	21.842	46.099
Dividendos recebidos	9.886	--
Subvenção do Tesouro Nacional - MPO	3.140	3.233
Royalties e participações especiais	--	39.102
Outras	303.908	471.004
Total	4.353.271	4.886.713

e) Outras Despesas Operacionais

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Descontos concedidos em renegociação	(735.360)	(641.217)
Atualização das obrigações atuariais	(702.077)	(730.656)
Operações com cartões	(657.932)	(732.787)
Atualização da provisão para depósito judicial (Nota 27.h)	(573.315)	(557.871)
Bônus de relacionamento negocial	(455.311)	(260.453)
Demandas cíveis e fiscais	(404.654)	(179.390)
Despesas das empresas controladas não financeiras	(207.990)	(207.252)
Falhas/fraudes e outras perdas	(197.758)	(164.050)
Autoatendimento	(182.135)	(178.280)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(114.236)	(607.459)
Bônus de adimplência	(110.383)	(149.787)
Convênio INSS	(78.271)	(49.678)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(66.523)	(77.761)
Despesas com Proagro	(21.672)	(18.105)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(10.121)	(11.155)
Outras despesas de provisões operacionais	(7.896)	(9.575)
Atualização de JCP/Dividendos	(1.647)	(6.294)
Outras	(338.091)	(343.454)
Total	(4.865.372)	(4.925.224)

22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Receitas Não Operacionais	150.883	152.810
Ganhos de capital	112.577	106.243
Lucro na alienação de valores e bens	15.740	13.308
Rendas de aluguéis	4.960	4.283
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	5.369	2.410
Lucro na alienação de investimentos/participação societária	311	--
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	631	1.499
Outras rendas não operacionais	11.295	25.067
Despesas Não Operacionais	(46.293)	(44.530)
Desvalorização de outros valores e bens	(17.185)	(8.501)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(7.476)	(820)
Perdas de capital	(20.391)	(34.433)
Outras despesas não operacionais	(1.241)	(776)
Total	104.590	108.280

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	79.741.790	76.218.169	72.586.421
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	28,63	27,37	26,07
Valor de mercado por ação (R\$)	26,80	28,09	17,18
Patrimônio Líquido Consolidado ⁽²⁾	90.783.362	87.193.752	83.449.338

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

(2) Conciliado com o Banco do Brasil (Nota 23.h).

b) Capital Social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 67.000.000 mil (R\$ 67.000.000 mil, em 31.12.2016 e 30.06.2016) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no art. 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013 (Nota 28.b).

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível ao capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após a assinatura do termo aditivo ao do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.407 mil (2.660 mil em 31.12.2016 e R\$ 2.695 mil em 30.06.2016), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No 1º semestre de 2017 foram realizadas reservas no montante de R\$ 253 mil (R\$ 35 mil no 1º semestre de 2016) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Reservas de Capital	12.436	15.509	15.509
Reservas de Lucros	31.120.094	27.646.569	25.402.333
Reserva legal	6.818.337	6.570.147	6.411.237
Reservas Estatutárias	24.301.757	21.076.422	18.991.096
Margem operacional	20.626.041	17.567.395	15.591.154
Equalização de dividendos	3.675.716	3.509.027	3.399.942

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por Ação

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Lucro líquido (R\$ mil)	5.017.709	4.751.915
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.784.856.177	2.790.389.280
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,80	1,70

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
1) Lucro líquido - BB Banco Múltiplo	5.017.709	4.751.915
No País	4.528.772	5.476.783
No Exterior	488.937	(724.868)
2) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	45.172	46.227
3) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 2)	5.062.881	4.798.142
Dividendos - Payout	1.489.082	1.411.218
Dividendo mínimo obrigatório	1.178.899	1.129.727
Dividendo adicional	310.183	281.491
4) Destinações		
Lucro Líquido	5.017.709	4.751.915
Lucros/prejuízos acumulados	(53.923)	4.589
Lucro distribuído	4.963.784	4.756.504
Reserva legal	248.189	237.595
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.489.082	1.411.218
Reservas estatutárias	3.226.513	3.107.691

Apresentamos o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	200.824	0,072	13.03.2017	31.03.2017
Juros sobre o capital complementares pagos ⁽¹⁾	509.477	0,183	22.05.2017	31.05.2017
2º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	218.823	0,079	12.06.2017	30.06.2017
Juros sobre o capital complementares a pagar ⁽¹⁾	559.958	0,201	21.08.2017	31.08.2017
Total destinado aos acionistas	1.489.082	0,535		

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	274.466	0,098	11.03.2016	31.03.2016
Juros sobre o capital complementares pagos ⁽¹⁾	372.273	0,133	23.05.2016	31.05.2016
2º Trimestre/2016				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	383.614	0,138	13.06.2016	30.06.2016
Juros sobre o capital complementares pagos ⁽¹⁾	380.865	0,138	22.08.2016	31.08.2016
Total destinado aos acionistas	1.411.218	0,507		

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta de Despesas Financeiras e para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no 1º semestre de 2017, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 670.087 mil (R\$ 635.048 mil 1º semestre de 2016).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido		
	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Banco do Brasil	5.017.709	4.751.915	79.741.790	76.218.169	72.586.421
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	45.172	46.227	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	(1.178)	25.957	(338.562)	(337.385)	(339.318)
Participação dos não controladores	--	--	3.280.134	3.212.968	3.102.235
Consolidado	5.061.703	4.824.099	90.783.362	87.193.752	83.449.338

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações (Notas 3 e 23.c).

(2) Houve realização de resultados não realizados decorrente de cessão de crédito de períodos anteriores do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	1º Semestre/2017				1º Semestre/2016			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(1.453.578)	913.222	(344.789)	(885.145)	(2.760.383)	1.696.514	(363.622)	(1.427.491)
Subsidiárias no Exterior	29.480	13.748	(353)	42.875	(12.780)	52.021	(976)	38.265
Coligadas e controladas	(5.555)	(46.428)	31.562	(20.421)	(351.322)	382.453	(122.864)	(91.733)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	(8.300)	(2.839)	2.368	(8.771)	--	(10.082)	4.537	(5.545)
Hedge de Investimentos no Exterior								
Coligadas e controladas	--	(368)	--	(368)	--	--	--	--
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior								
Subsidiárias no Exterior	--	(30.926)	--	(30.926)	--	--	--	--
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(15.491.252)	(812.840)	325.182	(15.978.910)	(13.918.186)	(4.856.506)	1.942.511	(16.832.181)
Total	(16.929.205)	33.569	13.970	(16.881.666)	(17.042.671)	(2.735.600)	1.459.586	(18.318.685)

j) Participação dos Não Controladores

	Patrimônio Líquido		
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Banco Patagonia S.A.	796.727	822.165	851.794
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	27	27	27
BB Tecnologia e Serviços	33	32	57
BB Seguridade S.A.	2.483.347	2.390.744	2.250.357
Participação dos não Controladores	3.280.134	3.212.968	3.102.235

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.545.811.215	53,9	1.558.511.715	54,4	1.558.511.715	54,4
Tesouro Nacional	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	92.324.100	3,2	105.024.600	3,7	105.024.600	3,7
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	264.297.814	9,2	281.209.714	9,8	286.025.314	10,0
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	80.463.476	2,8	80.668.497	2,8	80.666.466	2,8
Outros acionistas	974.844.515	34,1	945.029.094	33,0	940.213.525	32,8
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.254.245.767	78,7	2.275.634.163	79,4	2.297.735.034	80,2
Residentes no exterior	611.171.253	21,3	589.782.857	20,6	567.681.986	19,8

(1) Inclui, em 30.06.2017, 40.900 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (50.100 em 31.12.2016 e 30.06.2016).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾		Ações ON ⁽¹⁾	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	144	144	145	
Diretoria Executiva	158.336	166.334	239.685	
Comitê de Auditoria	10.075	10.075	10.075	

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

I) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	1.226.072.321	42,8	1.139.037.581	39,8	1.139.037.581	39,8
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	--		87.368.167		87.368.167	
Alienação de ações pelo FGO - Investimento em ações	--		7.500.000		7.500.000	
Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	12.700.500		--		--	
Adimplemento de operações afiançadas pelo FGCN - Fundo Garantidor da Construção Naval	--		(8.075.350)		(8.075.350)	
Outras movimentações ⁽¹⁾	284.340		241.923		168.602	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	1.239.057.161	43,2	1.226.072.321	42,8	1.225.999.000	42,8
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	865.417.020	100,0

(1) Referem-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

m) Ações em Tesouraria

Em 13.07.2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08.01.2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.247 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente.

Em 13.06.2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06.06.2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R\$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,84, R\$ 23,52 e R\$ 28,67, respectivamente.

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Esse programa vigorou até 18.05.2015 onde foram adquiridas 6.021.900 ações, no montante de R\$ 155.481 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 22,66, R\$ 25,82 e R\$ 29,27, respectivamente.

Em 18.05.2015, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Esse programa vigorou até 16.05.2016 onde foram adquiridas 3.623.700 ações, no montante de R\$ 67.902 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 17,90, R\$ 18,74 e R\$ 21,10, respectivamente.

Em 30.06.2017, o Banco possuía 80.463.476 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.850.043 mil, das quais 71.861.516 ações decorrentes dos programas de recompra, 8.075.350 ações recebidas em dação de pagamento do FGCN – Fundo Garantidor a Construção Naval, 526.547 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 63 ações remanescentes de incorporações.

n) Pagamento Baseado em Ações – Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores. A BB DTVM em decorrência dessa resolução, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas ⁽¹⁾	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2013					
Banco do Brasil	353.800	20,36	259.674	71.488	03/2018
Total de ações a distribuir				71.488	
BB DTVM	24.546	23,83	19.639	4.907	04/2018
Total de ações a distribuir				4.907	
Programa 2014					
Banco do Brasil	318.633	24,08	166.755	64.030	02/2018
				64.029	02/2019
Total de ações a distribuir				128.059	
BB DTVM	27.063	22,98	16.239	5.412	04/2018
				5.412	04/2019
Total de ações a distribuir				10.824	
Programa 2015					
Banco do Brasil	342.240	19,92	109.634	68.705	03/2018
				68.703	03/2019
				68.703	03/2020
Total de ações a distribuir				206.111	
BB DTVM	26.109	19,92	10.449	5.220	03/2018
				5.220	03/2019
				5.220	03/2020
Total de ações a distribuir				15.660	
Programa 2016					
Banco do Brasil	99.348	33,78	19.902	19.863	03/2018
				19.861	03/2019
				19.861	03/2020
				19.861	03/2021
Total de ações a distribuir				79.446	
BB DTVM	10.397	32,84	2.085	2.078	03/2018
				2.078	03/2019
				2.078	03/2020
				2.078	03/2021
Total de ações a distribuir				8.312	

(1) Em vista da variação negativa ocorrida no lucro do Banco do Brasil S.A. entre os anos de 2012 e 2016, não foram distribuídas aos administradores a totalidade das ações relativas a parcelas daqueles períodos, sendo 1.197 ações referentes à BB DTVM e 91.333 ações referentes ao Banco do Brasil.

24 - TRIBUTOS
a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Valores Correntes	(1.991.452)	(5.318.459)
IR e CSLL no país	(1.725.478)	(5.092.385)
Imposto de Renda no exterior	(265.974)	(226.074)
Valores Diferidos	16.268	2.813.953
Passivo Fiscal Diferido	11.872	62.424
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	12.113	(3.836)
Marcação a mercado	255.200	424.985
Ganhos atuariais	--	109.855
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(187.791)	(219.692)
Lucros do exterior	(50.714)	(201.953)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(122)	37.981
Créditos recuperados a prazo	(16.814)	(84.916)
Ativo Fiscal Diferido	4.396	2.751.529
Diferenças temporárias	371.184	2.037.485
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(4.987)	(121.588)
Marcação a mercado	(355.812)	835.632
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(5.989)	--
Total	(1.975.184)	(2.504.506)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Resultado Antes dos Tributos e Participações	8.476.869	8.782.460
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(3.814.591)	(3.952.107)
Encargos sobre JCP	670.087	635.048
Resultado de participações em coligadas/controladas em conjunto	906.657	951.844
Participação de empregados no lucro	286.560	275.996
Outros valores	(23.897)	(415.287)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(1.975.184)	(2.504.506)

c) Despesas Tributárias

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Cofins	(1.677.492)	(1.837.638)
ISSQN	(518.257)	(470.259)
PIS/Pasep	(282.004)	(305.845)
Outras	(245.294)	(208.781)
Total	(2.723.047)	(2.822.523)

d) Passivo Fiscal Diferido

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Decorrentes da marcação a mercado	797.123	998.782	1.118.573
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	566.744	546.393	522.221
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	367.653	350.838	293.310
Dependências no Exterior	71.124	67.052	59.587
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	67.317	79.430	86.868
Decorrentes de lucros do exterior	50.714	--	201.953
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	41.434	42.146	62.493
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	135	--	1.374
Outros	31.220	3.861	2.032
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	1.993.464	2.088.502	2.348.411
Imposto de Renda	844.840	914.441	1.067.602
Contribuição Social	587.033	611.497	728.029
Cofins	483.089	483.926	475.509
PIS/Pasep	78.502	78.638	77.271

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2016	1º Semestre/2017		30.06.2017	30.06.2016
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo	Saldo
Diferenças temporárias	42.004.953	8.580.982	(9.328.794)	41.257.141	42.951.184
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.419.134	6.575.033	(5.961.058)	25.033.109	24.132.994
Provisões passivas	9.650.754	1.391.188	(1.594.158)	9.447.784	9.466.154
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	3.721.796	324.471	(120.875)	3.925.392	4.886.263
Marcação a mercado	1.643.604	169.608	(657.118)	1.156.094	1.676.105
Outras provisões	2.569.665	120.682	(995.585)	1.694.762	2.789.668
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	694.371	--	(64.192)	630.179	704.108
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	127.317	--	(21.908)	105.409	135.625
Prejuízo fiscal/Base negativa	56.863	870.007	(83.707)	843.163	62.189
Total dos Créditos Tributários Ativados	42.883.504	9.450.989	(9.498.601)	42.835.892	43.853.106
Imposto de Renda	24.529.862	5.334.630	(4.777.603)	25.086.889	24.704.928
Contribuição Social	18.202.275	4.099.009	(4.659.129)	17.642.155	18.998.902
Cofins	130.209	14.925	(53.221)	91.913	128.409
PIS/Pasep	21.158	2.425	(8.648)	14.935	20.867

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Créditos tributários no exterior	1.436.157	1.067.634	1.069.620
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas	6.810	4.581	1.492
Diferenças temporárias	115	160	89
Total dos Créditos Tributários	1.443.082	1.072.375	1.071.201
Imposto de Renda	902.690	670.756	669.675
Contribuição Social	540.392	401.619	401.526

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2017, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2017	4.935.938	4.606.743
Em 2018	9.908.318	8.968.635
Em 2019	9.808.087	8.611.318
Em 2020	9.963.875	8.466.907
Em 2021	7.647.701	6.289.639
Em 2022	133.756	103.173
Em 2023	118.262	89.533
Em 2024	131.561	77.430
Em 2025	91.932	46.926
Em 2026	45.233	22.942
Em 2027	51.229	34.881
Total de Créditos Tributários em 30.06.2017	42.835.892	37.318.127

No 1º semestre de 2017, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 9.256.338 mil, correspondente a 92,66% da respectiva projeção de utilização para o período de 2017, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2016.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 27.h), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30.06.2017, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2017	16%	11%
Em 2018	33%	23%
Em 2019	19%	23%
Em 2020	20%	23%
Em 2021	12%	18%
A partir de 2022	--	2%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

25 - PARTES RELACIONADAS**a) Pessoal chave da administração**

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal:

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Benefícios de curto prazo	26.510	27.751
Honorários e encargos sociais	18.049	18.842
Diretoria Executiva	16.273	17.027
Comitê de Auditoria	1.380	1.345
Conselho de Administração	214	259
Conselho Fiscal	182	211
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	7.162	7.444
Outros ⁽¹⁾	1.299	1.465
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	409	490
Remuneração baseada em ações	12.140	7.260
Total	39.059	35.501

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira, estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Dentre as transações realizadas com o Controlador (Tesouro Nacional) destacam-se: as operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 8; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 26.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º Semestre/2017, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 26.813 mil (R\$ 24.644 mil no 1º Semestre/2016).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	1.171.140	4.922.158
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	172	1.898

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	30.06.2017				
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	499.148	--	--	499.148
Títulos e valores mobiliários	--	3.476.033	--	740.169	4.216.202
Operações de crédito ⁽⁵⁾	--	13.940.130	--	31.820.178	45.760.308
Valores a receber de ligadas	--	153.918	--	194	154.112
Outros ativos ⁽⁶⁾	4.995.112	1.160.569	--	431.455	6.587.136
Garantias recebidas	--	2.415.617	--	4.601.060	7.016.677
Passivos					
Depósitos à vista	339.878	86.301	1.288	659.780	1.087.247
Depósitos em poupança	--	--	1.698	310.806	312.504
Depósitos a prazo remunerados	--	20.110	528	10.030.945	10.051.583
Captações mercado aberto	--	697.463	--	3.307.517	4.004.980
Obrigações por empréstimos e repasses	2.200.082	--	--	77.251.931	79.452.013
Outros passivos	348.646	1.350.114	--	773.985	2.472.745
Garantias prestadas e Outras Coobrigações ⁽⁷⁾	--	6.812.807	--	719.859	7.532.666
1º Semestre/2017					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	2.889.413	3.470.381	--	2.220.739	8.580.533
Despesas com captação	(37.507)	(290.234)	(74)	(2.585.580)	(2.913.395)

(1) Tesouro Nacional.

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Catenio e Tecban.

(3) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funprogr. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito com outras partes relacionadas possuem R\$ 97.413 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo a despesa de R\$ 34.953 mil no 1º Semestre/2017.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

	30.06.2016				
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	394.493	--	--	394.493
Títulos e valores mobiliários	--	3.539.878	--	487.463	4.027.341
Operações de crédito	--	16.271.520	--	31.232.158	47.503.678
Valores a receber de ligadas	--	244.530	--	34.126	278.656
Outros ativos ⁽⁵⁾	4.550.183	1.331.924	--	208.625	6.090.732
Passivos					
Depósitos à vista	310.263	27.639	1.079	2.002.029	2.341.010
Depósitos em poupança	--	--	747	334.014	334.761
Depósitos a prazo remunerados	--	3.856	506	10.936.597	10.940.959
Captações mercado aberto	--	3.863.625	--	2.946.497	6.810.122
Obrigações por empréstimos e repasses	2.098.699	--	--	84.504.325	86.603.024
Outros passivos	254.766	1.226.639	--	676.187	2.157.592
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁶⁾	--	6.800.000	--	664.121	7.464.121
1º Semestre/2016					
Receita de juros, prestação de serviços e outras receitas	2.879.694	3.977.171	--	2.327.547	9.184.412
Despesas com captação	(49.722)	(201.203)	(152)	(2.863.464)	(3.114.541)

(1) Tesouro Nacional.

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(3) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(6) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	30.06.2017			31.12.2016			30.06.2016		
	N.º de participantes			N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	102.516	118.778	221.294	106.110	116.432	222.542	113.565	109.845	223.410
Plano de Benefícios 1 - Previ	10.817	99.056	109.873	11.268	99.037	110.305	18.388	92.405	110.793
Plano Previ Futuro	78.123	1.448	79.571	78.886	1.084	79.970	79.224	1.017	80.241
Plano Informal	--	3.173	3.173	--	3.267	3.267	--	3.385	3.385
Outros Planos	13.576	15.101	28.677	15.956	13.044	29.000	15.953	13.038	28.991
Planos de Assistência Médica	103.652	106.122	209.774	105.364	106.429	211.793	114.393	99.571	213.964
Cassi	92.731	98.960	191.691	93.283	99.245	192.528	102.019	92.350	194.369
Outros Planos	10.921	7.162	18.083	12.081	7.184	19.265	12.374	7.221	19.595

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Planos de Aposentadoria e Pensão	713.078	676.933
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	268.610	267.741
Plano Previ Futuro	285.376	256.895
Plano Informal	86.369	88.597
Outros Planos	72.723	63.700
Planos de Assistência Médica	607.966	592.466
Cassi	533.556	521.365
Outros Planos	74.410	71.101
Total	1.321.044	1.269.399

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade e do Fundo de Utilização (Nota 26.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego), durante o 2º semestre de 2017, estão estimadas em R\$ 788.943 mil.

Valores Reconhecidos no Resultado

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Planos de Aposentadoria e Pensão	(668.160)	(631.532)
Plano de Benefícios 1 - Previ	(230.220)	(219.711)
Plano Previ Futuro	(285.376)	(256.895)
Plano Informal	(66.025)	(86.646)
Outros Planos	(86.539)	(68.280)
Planos de Assistência Médica	(759.939)	(800.056)
Cassi	(694.345)	(729.915)
Outros Planos	(65.594)	(70.141)
Total	(1.428.099)	(1.431.588)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Até 15.12.2000, o Banco contribuía com 2/3 (dois terços) do montante total ao plano. A partir de 16.12.2000, em função da Emenda Constitucional nº 20, o Banco e os participantes passaram a contribuir com 50% cada. Como resultado desta paridade contributiva, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano (Nota 26.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 26.f)

Prevmals (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos. Adicionalmente, em decorrência da alteração do Estatuto da Cassi em novembro de 2016, foi aprovada a contribuição mensal extraordinária de 1% para os participantes até dezembro de 2019.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fuscsc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fuscsc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 30.06.2017, 31.12.2016 e 30.06.2016.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	1º Sem/2017	Exerc/2016	1º Sem/2016	1º Sem/2017	Exerc/2016	1º Sem/2016	1º Sem/2017	Exerc/2016	1º Sem/2016	1º Sem/2017	Exerc/2016	1º Sem/2016
Saldo Inicial	(148.349.574)	(121.329.915)	(121.329.915)	(965.470)	(909.280)	(909.280)	(7.948.422)	(6.248.098)	(6.248.098)	(7.609.949)	(6.301.921)	(6.301.921)
Custo de juros	(8.139.876)	(17.069.298)	(9.095.589)	(50.994)	(121.736)	(66.578)	(455.851)	(941.398)	(491.828)	(415.213)	(860.756)	(470.692)
Custo do serviço corrente	(223.265)	(455.492)	(224.731)	--	--	--	(50.215)	(85.735)	(39.524)	(12.776)	(26.616)	(14.451)
Custo do serviço passado	--	--	--	(15.031)	(38.228)	(20.068)	--	--	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	6.375.224	10.350.474	5.178.484	86.369	184.002	88.597	345.276	624.614	322.802	304.794	585.425	263.619
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(1.451.633)	(19.845.343)	(14.235.442)	10.271	(80.228)	(79.526)	(175.279)	(1.297.805)	(1.062.240)	(156.240)	(1.006.081)	(328.670)
Ajuste de experiência	778.709	(1.749.063)	(1.566.291)	24.510	(8.380)	(24.296)	(61.041)	(293.184)	(379.749)	(6.966)	259.022	506.886
Alterações premissas biométricas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(31.019)	(78.102)	(64.339)
Alterações premissas financeiras	(2.230.342)	(18.096.280)	(12.669.151)	(14.239)	(71.848)	(55.230)	(114.238)	(1.004.621)	(682.491)	(118.255)	(1.187.001)	(771.217)
Saldo Final	(151.789.124)	(148.349.574)	(139.707.193)	(934.855)	(965.470)	(986.855)	(8.284.491)	(7.948.422)	(7.518.888)	(7.889.384)	(7.609.949)	(6.852.115)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(146.597.375)	(143.946.397)	(129.888.116)	--	--	--	--	--	--	(5.720.000)	(5.731.092)	(5.595.762)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	(5.191.749)	(4.403.177)	(9.819.077)	(934.855)	(965.470)	(986.855)	(8.284.491)	(7.948.422)	(7.518.888)	(2.169.384)	(1.878.857)	(1.256.353)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos ⁽¹⁾		
	1º Sem/2017	Exerc/2016	1º Sem/2016	1º Sem/2017	Exerc/2016	1º Sem/2016	1º Sem/2017	Exerc/2016	1º Sem/2016	1º Sem/2017	Exerc/2016	1º Sem/2016
Saldo Inicial	143.946.397	118.378.747	118.378.747	--	--	--	--	--	--	5.731.092	5.394.014	5.394.014
Receita de juros	7.902.703	16.291.315	8.880.898	--	--	--	--	--	--	313.740	725.014	405.153
Contribuições recebidas	268.610	575.569	267.742	86.369	184.002	88.597	345.276	624.614	322.802	102.113	177.830	79.768
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(6.375.224)	(10.350.474)	(5.178.484)	(86.369)	(184.002)	(88.597)	(345.276)	(624.614)	(322.802)	(304.794)	(585.425)	(263.619)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	854.889	19.051.240	7.539.213	--	--	--	--	--	--	(122.151)	19.659	(19.554)
Saldo Final	146.597.375	143.946.397	129.888.116	--	--	--	--	--	--	5.720.000	5.731.092	5.595.762

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
1) Valor justo dos ativos do plano	146.597.375	143.946.397	129.888.116	--	--	--	--	--	--	5.720.000	5.731.092	5.595.762
2) Valor presente das obrigações atuariais	(151.789.124)	(148.349.574)	(139.707.193)	(934.855)	(965.470)	(986.855)	(8.284.491)	(7.948.422)	(7.518.888)	(7.889.384)	(7.609.949)	(6.852.115)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	(5.191.749)	(4.403.177)	(9.819.077)	(934.855)	(965.470)	(986.855)	(8.284.491)	(7.948.422)	(7.518.888)	(2.169.384)	(1.878.857)	(1.256.353)
4) (Passivo)/Ativo Atuarial Líquido Registrado⁽¹⁾	(2.595.875)	(2.201.588)	(4.909.538)	(934.855)	(965.470)	(986.855)	(8.284.491)	(7.948.422)	(7.518.888)	(1.477.476)	(1.260.178)	(944.412)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,26	13.344.410	13.219.075	13.061.423	246.144.573	285.769.481
Plano Informal (Previ)	5,53	152.052	139.861	124.753	928.435	1.345.101
Plano de Associados (Cassi)	9,85	751.895	741.758	727.067	15.356.803	17.577.523
Regulamento Geral (Economus)	10,16	449.826	450.453	450.497	10.574.767	11.925.543
Regulamento Complementar 1 (Economus)	11,98	2.457	2.575	2.742	106.446	114.220
Plus I e II (Economus)	6,53	72.764	68.701	63.599	629.584	834.648
Grupo B' (Economus)	8,72	16.208	16.122	15.987	281.046	329.363
Prevmias (Economus)	12,38	19.680	19.814	19.917	686.502	745.913
Multifuturo I (Fusesc)	10,27	6.132	6.095	6.043	139.836	158.106
Plano I (Fusesc)	9,08	42.141	41.949	41.646	782.060	907.796
Plano BEP (Prevbep)	11,62	3.863	4.181	4.393	137.228	149.665

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Custo do serviço corrente	(111.633)	(112.365)	--	--	(50.215)	(39.524)	(6.388)	(7.242)
Custo dos juros	(4.069.938)	(4.547.794)	(50.994)	(66.578)	(455.850)	(491.828)	(224.546)	(253.932)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	3.951.351	4.440.448	--	--	--	--	156.567	202.201
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(15.031)	(20.068)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(188.280)	(198.563)	(81.004)	(82.895)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	3.238	3.447
(Despesa)/Receita Reconhecida na DRE	(230.220)	(219.711)	(66.025)	(86.646)	(694.345)	(729.915)	(152.133)	(138.421)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ			Outros Planos		
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Renda Fixa	65.558.346	58.053.582	55.618.091	4.824.522	4.831.482	4.692.337
Renda Variável ⁽¹⁾	64.854.679	70.648.892	59.683.589	266.256	294.651	294.664
Investimentos imobiliários	9.866.003	9.126.202	8.728.481	196.359	194.858	211.968
Empréstimos e financiamentos	5.468.082	5.254.043	5.117.592	113.047	100.183	97.135
Outros	850.265	863.678	740.363	319.816	309.918	299.658
Total	146.597.375	143.946.397	129.888.116	5.720.000	5.731.092	5.595.762
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano						
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	10.972.344	11.631.219	8.516.001	29.579	23.926	23.270
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	156.184	156.758	150.823	7.746	7.848	8.996

(1) No Plano de Benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 32.966.823 mil (R\$ 30.265.763 mil em 31.12.2016 e R\$ 23.151.174 mil em 30.06.2016), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos ⁽¹⁾		
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Taxa de inflação (a.a.)	4,87%	5,41%	5,44%	4,74%	5,29%	5,54%	4,88%	5,43%	5,43%	4,87%	5,40%	5,44%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,60%	5,77%	6,20%	5,55%	5,84%	6,18%	5,61%	5,75%	6,20%	5,60%	5,77%	6,20%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	10,74%	11,49%	11,98%	--	--	--	--	--	--	10,73%	11,48%	11,98%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	1,04%	1,04%	1,01%	--	--	--	--	--	--	0,92%	0,92%	0,95%
Tábua de sobrevivência	AT-2000 (Suavizada 10%)			AT-2000 (Suavizada 10%)			AT-2000 (Suavizada 10%)			AT-2000 / AT-83		AT-2000
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado		

(1) A partir de 30.06.2017 os planos Regulamento Complementar 1 e Grupo B' passaram a utilizar a tábua de sobrevivência AT-83.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	5,60%	5,00%
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de Mercado ou Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano			Obrigações Atuariais			Efeito no Superávit/(Déficit)		
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Valor apurado - Previ	130.022.056	130.196.465	124.456.775	(145.664.160)	(144.371.339)	(142.474.276)	(15.642.104)	(14.174.874)	(18.017.501)
Incorporação dos valores do contrato 97	13.877.279	14.251.784	14.531.967	(13.877.279)	(14.251.784)	(14.531.967)	--	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.125.311	1.145.314	1.162.458	(1.125.311)	(1.145.314)	(1.162.458)	--	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	1.572.729	(1.647.166)	(10.263.084)	--	--	--	1.572.729	(1.647.166)	(10.263.084)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	--	8.877.626	11.418.863	18.461.508	8.877.626	11.418.863	18.461.508
Valor apurado - Banco	146.597.375	143.946.397	129.888.116	(151.789.124)	(148.349.574)	(139.707.193)	(5.191.749)	(4.403.177)	(9.819.077)

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

	30.06.2017	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		
		+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	151.789.124	148.382.478	155.157.470	151.837.089	151.741.159	148.459.521	155.257.747
	Superávit/(déficit) do plano	(5.191.749)	(1.785.103)	(8.560.095)	(5.239.714)	(5.143.784)	(1.862.146)	(8.660.372)
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	934.855	900.820	969.648	--	--	922.652	947.411
	Superávit/(déficit) do plano	(934.855)	(900.820)	(969.648)	--	--	(922.652)	(947.411)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	8.284.491	8.096.030	8.470.384	8.287.060	8.281.922	8.091.049	8.486.742
	Superávit/(déficit) do plano	(8.284.491)	(8.096.030)	(8.470.384)	(8.287.060)	(8.281.922)	(8.091.049)	(8.486.742)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	6.112.260	6.002.660	6.218.635	--	--	5.967.253	6.263.441
	Superávit/(déficit) do plano	(1.808.750)	(1.699.150)	(1.915.125)	--	--	(1.663.743)	(1.959.931)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	43.815	45.447	42.223	--	--	42.291	45.418
	Superávit/(déficit) do plano	(1.204)	(2.836)	388	--	--	320	(2.806)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	473.326	455.341	491.505	--	--	466.123	480.461
	Superávit/(déficit) do plano	(473.326)	(455.341)	(491.505)	--	--	(466.123)	(480.461)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	205.676	201.757	209.469	--	--	200.996	210.549
	Superávit/(déficit) do plano	(205.676)	(201.757)	(209.469)	--	--	(200.996)	(210.549)
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	301.880	300.896	302.916	304.402	299.401	293.242	310.984
	Superávit/(déficit) do plano	86.010	86.994	84.974	83.488	88.489	94.648	76.905
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	78.494	77.547	79.410	--	--	76.603	80.471
	Superávit/(déficit) do plano	123.154	124.101	122.238	--	--	125.045	121.177
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	606.399	596.634	615.978	--	--	595.877	617.332
	Superávit/(déficit) do plano	64.860	74.625	55.280	--	--	75.382	53.926
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	67.534	66.545	68.489	67.697	67.373	65.710	69.445
	Superávit/(déficit) do plano	45.548	46.537	44.593	45.385	45.709	47.372	43.637

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial			Passivo Atuarial		
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Plano 1 (Previ)	--	--	--	(2.595.875)	(2.201.588)	(4.909.538)
Plano Informal (Previ)	--	--	--	(934.855)	(965.470)	(986.855)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	--	(8.284.491)	(7.948.422)	(7.518.888)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	--	(957.833)	(829.730)	(561.393)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	--	(427)	(2.659)	(2.656)
Plus I e II (Economus)	--	--	--	(473.326)	(409.315)	(399.431)
Grupo B' (Economus)	--	--	--	(205.676)	(170.302)	(167.330)
Prevmias (Economus)	43.005	36.846	41.485	--	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	61.577	57.514	52.896	--	--	--
Plano I (Fusesc)	32.430	33.586	68.955	--	--	--
Plano BEP (Prevbep)	22.774	23.882	23.062	--	--	--
Total	159.786	151.828	186.398	(13.452.483)	(12.527.486)	(14.546.091)

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	1º Semestre/2017	Exercício/2016	1º Semestre/2016
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	129.900	120.378	120.378
Atualização	4.665	14.065	9.163
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(4.472)	(4.543)	(4.543)
Saldo Final	130.093	129.900	124.998
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	9.432.110	8.959.543	8.959.543
Contribuição ao Plano 1	(264.138)	(571.026)	(263.198)
Atualização	317.804	1.043.593	680.339
Saldo Final	9.485.776	9.432.110	9.376.684
Total dos fundos de destinação do superávit	9.615.869	9.562.010	9.501.682

f.1) Fundo Paridade

Em 2000, o custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito do acordo entre o Banco e os participantes, além da devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Desde janeiro de 2007, este ativo vem sendo utilizado para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano), pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos Contingentes**

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

b) Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

d) Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas, nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase recursal, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

e) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	2.508.268	2.169.106
Constituição	587.508	844.790
Reversão da provisão	(133.793)	(23.703)
Baixa por pagamento	(525.923)	(515.150)
Atualização monetária e variação cambial	123.411	123.258
Saldo Final	2.559.471	2.598.301
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	276.015	245.695
Constituição	30.602	96.955
Reversão da provisão	(27.555)	(74.390)
Baixa por pagamento	(18.513)	(7.993)
Atualização monetária e variação cambial	12.556	7.665
Saldo Final	273.105	267.932
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	6.897.180	7.150.581
Constituição	763.107	1.758.017
Reversão da provisão	(432.728)	(1.515.478)
Baixa por pagamento	(707.572)	(774.173)
Atualização monetária e variação cambial	146.113	192.203
Saldo Final	6.666.100	6.811.150
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	9.498.676	9.677.383

e.2) Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.494.443	145.399	5.432.750
De 5 a 10 anos	64.940	97.978	1.204.644
Acima de 10 anos	88	29.728	28.706
Total	2.559.471	273.105	6.666.100

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

f) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis, quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Demandas Trabalhistas	191.349	171.422	196.858
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	11.912.158	10.702.278	9.767.803
Demandas Cíveis	2.138.382	1.975.843	2.385.644
Total	14.241.889	12.849.543	12.350.305

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 3.476.644 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 300.891 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 912.135 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.694.639 mil.

g) Depósitos em Garantia de Recursos**g.1) Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Demandas Trabalhistas	5.281.600	5.126.635	4.842.040
Demandas Fiscais	7.968.553	7.720.456	7.138.443
Demandas Cíveis	21.775.451	20.274.118	18.329.300
Total	35.025.604	33.121.209	30.309.783

h) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias e Outras Obrigações – Diversas o montante de R\$ 16.014.896 mil (R\$ 15.441.581 mil em 31.12.2016 e R\$ 14.633.941 mil em 30.06.2016), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos. Atualmente, o Banco encontra-se aguardando o julgamento de recurso extraordinário (RE 591.340-SP) em que houve reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo STF. Em consequência, o RE 354.322-DF, aviado pelo BB, ficará sobrestado no TRF 1ª Região, até julgamento da repercussão geral.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 9.443.223 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo IRPJ a compensar e CSLL a compensar, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de

Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 6.016.371 mil, em 30.06.2017, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 3.902.295 mil. Esses valores alcançariam o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

h.1) Valores relacionados à referida ação

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Depósitos Judiciais	17.868.745	17.431.080	16.911.249
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	10.051.734	9.614.069	9.094.238
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	16.014.896	15.441.581	14.633.941
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640	3.569.640
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	9.443.223	8.869.908	8.062.268

28 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que comporão o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

Definido o inventário de riscos e seus respectivos conceitos, é determinada a relevância dos riscos considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em Manual Corporativo. Os riscos considerados como relevantes são:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Crédito da Contraparte;
- c) Risco de Concentração de Crédito;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco Operacional;
- f) Risco de Mercado;
- g) Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*;
- h) Risco de Estratégia;
- i) Risco de Reputação;
- j) Risco Socioambiental;
- k) Risco Legal;
- l) Risco de Contágio;
- m) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários;
- n) Risco de Modelo; e
- o) Risco de Conformidade (Compliance).

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê Superior de Risco Global (CSRG), fórum composto por Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CSRG são conduzidas em comitês executivos específicos (de crédito, de mercado e liquidez, e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais						
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado			No Patrimônio Líquido			
							30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	
Ativos													
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	448.416.690	447.179.697	405.711.672	405.651.496	414.470.966	414.494.598	(1.236.993)	(60.176)	23.632	(1.236.993)	(60.176)	23.632	
Títulos e valores mobiliários	132.877.209	132.319.890	119.656.119	119.005.358	117.493.986	117.204.954	(1.530.370)	(2.623.471)	(3.662.800)	(557.319)	(650.761)	(289.032)	
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	(973.051)	(1.972.710)	(3.373.768)	--	--	--	
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	(557.319)	(650.761)	(289.032)	(557.319)	(650.761)	(289.032)	
Instrumentos financeiros derivativos	1.389.541	1.389.541	1.612.563	1.612.563	3.256.272	3.256.272	--	--	--	--	--	--	
Operações de crédito	556.755.655	514.954.691	564.923.340	550.716.970	597.578.161	586.642.639	(41.800.964)	(14.206.370)	(10.935.522)	(41.800.964)	(14.206.370)	(10.935.522)	
Passivos													
Depósitos interfinanceiros	18.961.724	19.166.318	20.664.801	21.238.847	27.472.505	28.005.024	(204.594)	(574.046)	(532.519)	(204.594)	(574.046)	(532.519)	
Depósitos a prazo	210.379.551	210.342.256	204.150.246	204.053.427	202.458.585	202.259.403	37.295	96.819	199.182	37.295	96.819	199.182	
Obrigações por operações compromissadas	449.821.750	448.613.777	374.634.032	373.070.084	411.968.635	410.326.239	1.207.973	1.563.948	1.642.396	1.207.973	1.563.948	1.642.396	
Obrigações por empréstimos e repasses	99.193.742	99.528.764	103.492.518	103.735.064	109.366.094	109.667.224	(335.022)	(242.546)	(301.130)	(335.022)	(242.546)	(301.130)	
Instrumentos financeiros derivativos	1.969.959	1.969.959	1.870.391	1.870.391	3.018.900	3.018.900	--	--	--	--	--	--	
Outras Obrigações	209.593.555	210.606.314	220.141.891	220.036.070	215.134.937	215.788.300	(1.012.759)	105.821	(653.363)	(1.012.759)	105.821	(653.363)	
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais							(44.875.434)	(15.940.021)	(14.220.124)	(43.902.383)	(13.967.311)	(10.846.356)	

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações são equivalentes ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 30.06.2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	129.115.770	93.903.920	35.211.850	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	8.253.419	6.680.419	1.573.000	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.389.541	--	1.389.541	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	119.472.810	87.223.501	32.249.309	--
Passivos	(2.335.420)	--	(2.335.420)	--
Captação com hedge	(365.461)	--	(365.461)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(1.969.959)	--	(1.969.959)	--

	Saldo em 31.12.2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	115.673.071	77.497.818	38.175.253	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	6.074.220	4.798.108	1.276.112	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.612.563	--	1.612.563	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	107.986.288	72.699.710	35.286.578	--
Passivos	(2.232.014)	--	(2.232.014)	--
Captação com hedge	(361.623)	--	(361.623)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(1.870.391)	--	(1.870.391)	--

	Saldo em 30.06.2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	119.909.696	72.134.443	47.775.253	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	6.224.897	4.949.084	1.275.813	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.256.272	--	3.256.272	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	110.428.527	67.185.359	43.243.168	--
Passivos	(3.373.980)	--	(3.373.980)	--
Captação com hedge	(355.080)	--	(355.080)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(3.018.900)	--	(3.018.900)	--

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 3,33 e manutenção da taxa Selic em 8,75% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2017.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2017, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, conseqüentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2017, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, conseqüentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	89.219	Redução	(18.120)	Manutenção	--
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Aumento	1	Manutenção	--
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	6.935	Redução	11.344	Manutenção	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	2.842	Aumento	5.883	Aumento	2.657

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(130.708)	Redução	(36.332)	Redução	(7.529)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(5.838)	Aumento	(8.876)	Aumento	(837)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(116.085)	Redução	(100.430)	Redução	(81.115)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(245.388)	Redução	(86.516)	Redução	(17.978)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(11.317)	Aumento	(16.402)	Aumento	(1.642)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(232.171)	Redução	(200.859)	Redução	(162.231)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	7.338.043	Redução	6.022.914	Manutenção	--
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(3.230.518)	Redução	(4.647.926)	Redução	(170.950)
Cupom de TBF		Aumento	803	Redução	(13.544)	Redução	(851)
Cupom de TJLP		Redução	(28.652)	Redução	28.296	Manutenção	--
Cupom de TMS e CDI		Aumento	7.999	Aumento	68.490	Aumento	9.152
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(267.755)	Redução	(151.412)	Manutenção	--
Cupom de IGP-DI		Manutenção	--	Redução	203	Manutenção	--
Cupom de INPC		Redução	219.520	Redução	207.437	Manutenção	--
Cupom de IPCA		Redução	1.339.119	Redução	1.199.604	Manutenção	--
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	884.188	Aumento	886.493	Aumento	712.241
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	11.333	Aumento	42.445	Aumento	26.237

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(10.902.206)	Aumento	(10.146.913)	Aumento	(11.111.628)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(6.058.990)	Redução	(6.064.945)	Redução	(6.853.809)
Cupom de TBF		Redução	(2.259)	Redução	(2.522)	Redução	(2.809)
Cupom de TJLP		Aumento	(19.752)	Aumento	(43.223)	Redução	(11.212)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(10.368)	Redução	(5.060)	Aumento	(3.463)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(462.500)	Redução	(147.832)	Aumento	(4.760)
Cupom de IGP-DI		Manutenção	--	Aumento	(231)	Aumento	(150)
Cupom de INPC		Aumento	(198.039)	Aumento	(210.708)	Aumento	(190.502)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.093.161)	Aumento	(1.024.907)	Aumento	(1.152.899)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(989.398)	Redução	(1.070.351)	Redução	(856.285)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(462.869)	Redução	(724.627)	Redução	(801.123)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(20.845.236)	Aumento	(19.332.178)	Aumento	(21.091.958)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(12.211.999)	Redução	(12.265.979)	Redução	(14.004.507)
Cupom de TBF		Redução	(4.536)	Redução	(5.066)	Redução	(5.644)
Cupom de TJLP		Aumento	(41.752)	Aumento	(87.006)	Redução	(23.628)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(20.736)	Redução	(10.119)	Aumento	(6.924)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.010.335)	Redução	(364.349)	Aumento	(28.291)
Cupom de IGP-DI		Manutenção	--	Aumento	(461)	Aumento	(299)
Cupom de INPC		Aumento	(388.541)	Aumento	(412.498)	Aumento	(373.327)
Cupom de IPCA		Aumento	(2.059.087)	Aumento	(1.926.332)	Aumento	(2.173.384)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(2.040.811)	Redução	(2.210.173)	Redução	(1.768.895)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(925.739)	Redução	(1.449.254)	Redução	(1.602.247)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- Hedge de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 30.06.2017, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

b) Gerenciamento de Capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura as Diretorias de Gestão de Riscos, Contadoria, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro de 2017, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 80%:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
PR - Patrimônio de Referência	127.047.617	130.453.208	125.073.657
Nível I	87.643.046	90.283.551	86.188.277
Capital Principal (CP)	64.733.761	67.718.439	63.964.567
Patrimônio Líquido	80.199.982	76.702.977	73.098.924
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(23.566.221)	(17.084.538)	(17.234.357)
Capital Complementar	22.909.285	22.565.112	22.223.710
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	18.112.395	17.840.287	17.570.370
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	4.796.890	4.724.825	4.653.340
Nível II	39.404.571	40.169.657	38.885.380
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	39.425.703	40.181.808	38.904.584
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	4.935.513	5.466.093	5.584.450
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	34.490.190	34.715.715	33.320.134
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	26.591.388	25.237.153	23.841.572
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	7.898.802	9.478.562	9.478.562
Dedução do Nível II	(21.132)	(12.151)	(19.204)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(21.132)	(12.151)	(19.204)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	705.412.467	705.851.280	760.102.037
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	633.781.384	643.214.021	702.885.694
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	16.644.771	18.844.349	25.507.869
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	54.986.312	43.792.910	31.708.474
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁽⁴⁾	65.250.653	69.702.814	75.060.076
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	61.796.964	60.750.394	50.013.581
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)	12,42%	12,79%	11,34%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	9,18%	9,59%	8,42%
Índice de Basileia: (PR/RWA)	18,01%	18,48%	16,45%

(1) Em 30.06.2017, o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Em 30.06.2017, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ^{(1) (2)}	(9.148.813)	(4.636.849)	(4.588.770)
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 ⁽¹⁾	(5.104.774)	(4.258.360)	(3.245.920)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(4.852.491)	(6.099.094)	(6.886.540)
Investimentos superiores (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(1.757.550)	--	--
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(1.159.676)	(500.439)	(440.004)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ^{(1) (3)}	(726.506)	(954.281)	(1.393.609)
Participação de não controladores ⁽¹⁾	(637.403)	(493.315)	(511.093)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽¹⁾	(84.327)	(76.391)	(81.375)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ⁽¹⁾	(94.681)	(65.809)	(74.342)
Ativos diferidos	--	--	(12.704)
Total	(23.566.221)	(17.084.538)	(17.234.357)

(1) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em 30.06.2017, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (Banco Votorantim e Banco CBSS), R\$ 2.353.039 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.106.257 mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 404.403 mil no investimento e R\$ 503.729 mil no intangível. No intangível, refere-se ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

c) Índice de Imobilização

Em 30.06.2017, o índice de imobilização para o Conglomerado Prudencial, totalizou 16,56% (15,52% em 31.12.2016 e 15,59% em 30.06.2016), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	5.061.703	4.824.099
Outros Resultados Abrangentes		
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 23.i)	33.569	(2.735.600)
Banco do Brasil	100.382	(3.159.992)
Subsidiárias no exterior	(17.178)	52.021
Coligadas e controladas	(49.635)	372.371
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 23.i)	13.970	1.459.586
Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL	47.539	(1.276.014)
Lucro Abrangente	5.109.242	3.548.085
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	789.621	827.086

30 - OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 28.11.2016, aprovou a manutenção, para o exercício de 2017, do índice de distribuição do resultado (*payout*) equivalente ao percentual mínimo de 25% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo n.º 45 do Estatuto Social do Banco.

b) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)			Saldo		
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Patrimônio Administrado	675	655	639	816.440.506	730.923.136	660.474.425
Fundos de investimentos	664	644	628	800.548.014	715.704.598	646.055.633
Carteiras administradas	11	11	11	15.892.492	15.218.538	14.418.792

c) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Ativo			
Grupo BB	73.764.567	72.334.393	75.063.782
Terceiros	87.455.931	89.816.739	97.036.060
TOTAL DO ATIVO	161.220.498	162.151.132	172.099.842
Passivo			
Grupo BB	15.157.741	18.929.408	25.992.326
Terceiros	134.103.177	131.980.721	136.155.458
Patrimônio Líquido	11.959.580	11.241.003	9.952.058
Atribuível à controladora	11.162.853	10.418.838	9.100.264
Participação dos não controladores	796.727	822.165	851.794
TOTAL DO PASSIVO	161.220.498	162.151.132	172.099.842

	1º Semestre/2017	Exercício/2016	1º Semestre/2016
Lucro	290.746	(213.834)	(585.029)
Atribuível à controladora	218.432	(500.841)	(724.996)
Participações dos não controladores	72.314	287.007	139.967

d) Recursos de Consórcios

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	242.343	227.953	201.944
Obrigações do grupo por contribuições	11.669.315	10.633.440	8.534.729
Consoiciados - bens a contemplar	10.576.634	9.601.023	7.568.252
(Em Unidades)			
Quantidade de grupos administrados	375	469	540
Quantidade de consorciados ativos	650.970	665.495	623.503
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	55.353	60.858	59.204

	1º Semestre/2017	1º Semestre/2016
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	57.635	52.874

e) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	1º Semestre/2017		1º Semestre/2016	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	210	18.292	220	18.629
Outros órgãos/entidades	2	466	2	413
Entidades controladas e coligadas	2	716	2	660
Sem ônus para o Banco				
Governos Federal, Estadual e Municipal	222	--	265	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	533	--	580	--
Entidades dos funcionários	69	--	82	--
Entidades controladas e coligadas	568	--	592	--
Total	1.606	19.474	1.743	19.702

(1) Posição no último dia do período.

f) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Menor salário	2.645,97	2.645,97	2.449,98
Maior salário	44.271,65	44.271,65	40.992,27
Salário Médio	7.079,13	7.056,03	6.908,61
Dirigentes			
Presidente	68.781,86	68.781,86	68.781,86
Vice-presidente	61.564,83	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45	52.177,45
Conselheiros			
Conselho Fiscal	5.490,96	5.948,54	5.948,54
Conselho de Administração	5.490,96	5.948,54	5.948,54
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	46.959,71	46.959,71

g) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30.06.2017

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.154.938	6.198
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	15.080	77
Demais	2.700	4.212
Total	1.172.718	10.487

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

i) Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada - PEAI

Em conformidade com o § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404/1976, o Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI foi aprovado em novembro de 2016 para os funcionários que reuniam as condições para se aposentar. O Plano encerrou no dia 09 de dezembro de 2016 e teve 9.409 adesões. As despesas com pagamento de incentivos totalizaram R\$ 1.400.800 mil no exercício de 2016.



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada do Banco do Brasil S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 4g e 10 das demonstrações contábeis consolidadas, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. O Banco aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de classificação, aprovação, registro e atualização que suportam as metodologias internas de avaliação dos ratings das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4g e 10, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.



Valor de mercado de instrumentos financeiros

O Banco possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas n.os 4e, 4f e 8 das demonstrações contábeis consolidadas. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados efetuados pelo Banco para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis consolidadas decorrente de julgamento na mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, principalmente aqueles que dependem de modelos internos do Banco. Ademais analisamos o processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores. Para uma amostra, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4e, 4f e 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes – Trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme descrito nas notas explicativas n.os 4n e 27 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, quando estas são decorrentes de eventos passados em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos e externos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração das Provisões e determinação das divulgações para Passivos Contingentes, consideramos essa área como um dos principais assuntos de nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de cadastro, avaliação de risco processual, cálculo da provisão massificada, condução dos processos e etapas de encerramento. Nesta área, os nossos procedimentos incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Analisamos os processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pelo Banco, com base em procedimentos de confirmação externa. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4n e 27, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Benefícios a empregados

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 4l e 26 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco é patrocinador de entidades fechadas de previdência complementar e de saúde suplementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades são classificados como planos de benefício definido e os valores decorrentes do patrocínio do Banco nesses planos são reconhecidos de acordo com a Deliberação CVM n.º 695/2012. As obrigações desses planos são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido à complexidade e julgamento envolvidos no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos do Banco quanto à determinação das premissas utilizadas para fins de mensuração da obrigação atuarial, bem como a avaliação do Banco quanto à aderência dessas premissas. Com auxílio de nossos atuários, realizamos análise da razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e base de dados utilizada nos cálculos efetuados pelos atuários externos. Analisamos a contabilização das transações envolvendo os planos de aposentadoria e avaliamos também a adequação das divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas, especificamente à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas e demais regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração das obrigações atuariais no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.



Projeção de resultados futuros para a realização de ativos

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas n.os 4h e 24e e 24f das demonstrações contábeis consolidadas), e ágio na aquisição de sociedade incorporada (notas explicativas n.os 4k e 16c) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Para elaborar as projeções de resultados futuros, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas poderiam gerar nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo do Banco quanto a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de projeção de lucros para realização de ativos. Analisamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, à adequação das projeções de resultado, avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, avaliação do cálculo do valor presente dos resultados das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e das premissas de crescimento de rentabilidade. Foram avaliadas a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco e se essas estavam consistentes com as metodologias de avaliação comumente utilizadas no mercado. Avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos acima especificados no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Participações Societárias

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 3a, 5 e 14 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco possui participações societárias em diversas entidades e segmentos de negócios, com estruturas específicas de investimentos, as quais são controladas por meio de estruturas de Governança Corporativa. Considerando que essas investidas estão sujeitas a diferentes estruturas e requerimentos regulamentares próprios, a existência de transações com partes relacionadas, a necessidade de harmonização das diferentes práticas contábeis e as interpretações e julgamentos envolvidos em cada modelo de investimento, consideramos que esse é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos definidos pelo Banco voltados principalmente a gestão de suas participações societárias, e harmonização das práticas contábeis na consolidação. Também incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções ao auditor das investidas relevantes, realização de



reuniões com o auditor responsável pelas investidas relevantes e avaliação do trabalho realizado.

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos ao processo de consolidação, assim como efetuamos testes sobre o processo de identificação, divulgação, e eliminação das transações entre partes relacionadas, e apuração do resultado de equivalência patrimonial das investidas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o tratamento contábil sobre as participações societárias e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de atendimento das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto

Demonstrações contábeis individuais

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2017 de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, datado de 9 de agosto de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que



há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 09 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016, Decreto Regulamentar nº 8.945/2016 e Resolução CMN 3.198/2004, além de outras designadas por aquele Conselho.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB DTVM Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BB Banco de Investimento S.A., BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, BB Administradora de Consórcios S.A., BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou 105 reuniões, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Banco Central do Brasil, representantes da alta administração e executivos Banco, além das atividades internas.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, aspectos contábeis, carteira de crédito, provisões, perdas operacionais, processos de gestão de riscos e de capital, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, resultado atuarial, transações com partes relacionadas, ética corporativa, ouvidoria, dependências no exterior, entidades ligadas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que apreciou os seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Revisou os relatórios das administrações, as demonstrações contábeis e notas explicativas e discutiu com o auditor independente seu relatório, datado de 09/08/2017, emitido sem ressalva.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- a. o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de permanente atenção por parte das administrações;
- b. a Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- c. a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- d. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30/06/2017 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 09 de agosto de 2017.

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Luiz Serafim Spinola Santos

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S.A. relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2017 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 08 de agosto de 2017.

Paulo Rogério Caffarelli
Presidente

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura
e Operações

José Eduardo Pereira Filho
Vice-Presidência de Governo

Márcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo e
Gestão de Pessoas

Antonio Mauricio Maurano
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Antonio Gustavo Matos do Vale
Vice-Presidência de Tecnologia

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Tarcísio Hübner
Vice-Presidência de Agronegócios

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 09.08 2017, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 09 de agosto de 2017.

Paulo Rogério Caffarelli
Presidente

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura
e Operações

José Eduardo Pereira Filho
Vice-Presidência de Governo

Márcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Walter Malieni Junior
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo e
Gestão de Pessoas

Antonio Mauricio Maurano
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Antonio Gustavo Matos do Vale
Vice-Presidência de Tecnologia

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Tarcísio Hübner
Vice-Presidência de Agronegócios

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Paulo Rogério Caffarelli

VICE-PRESIDENTES

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Antonio Gustavo Matos do Vale
Antonio Mauricio Maurano
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
José Eduardo Pereira Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Márcio Hamilton Ferreira
Tarcísio Hübner
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adriano Meira Ricci
Alexandre Alves de Souza
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Renato Bonetti
Cícero Przendsiuk
Edmar José Casalatina
Edson Pascoal Cardozo
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Fabiano Macanhan Fontes
Fernando Florêncio Campos
Gustavo de Souza Fosse
João Pinto Rabelo Júnior
José Caetano de Andrade Minchillo
José Eduardo Moreira Bergo
Leonardo Silva de Loyola Reis
Lucinéia Possar
Márcio Luiz Moral
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Marco Túlio Moraes da Costa
Márvio Melo Freitas
Nilson Martiniano Moreira
Reinaldo Kazufumi Yokoyama
Rogério Magno Panca
Simão Luiz Kovalski
Wilsa Figueiredo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Beny Parnes
Fabrício da Soller
Daniel Sigelmann
Fabiano Felix do Nascimento
Júlio César Costa Pinto
Luiz Serafim Spinola Santos
Paulo Rogério Caffarelli

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
Christianne Dias Ferreira
Felipe Palmeira Bardella
Giorgio Bampi
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso

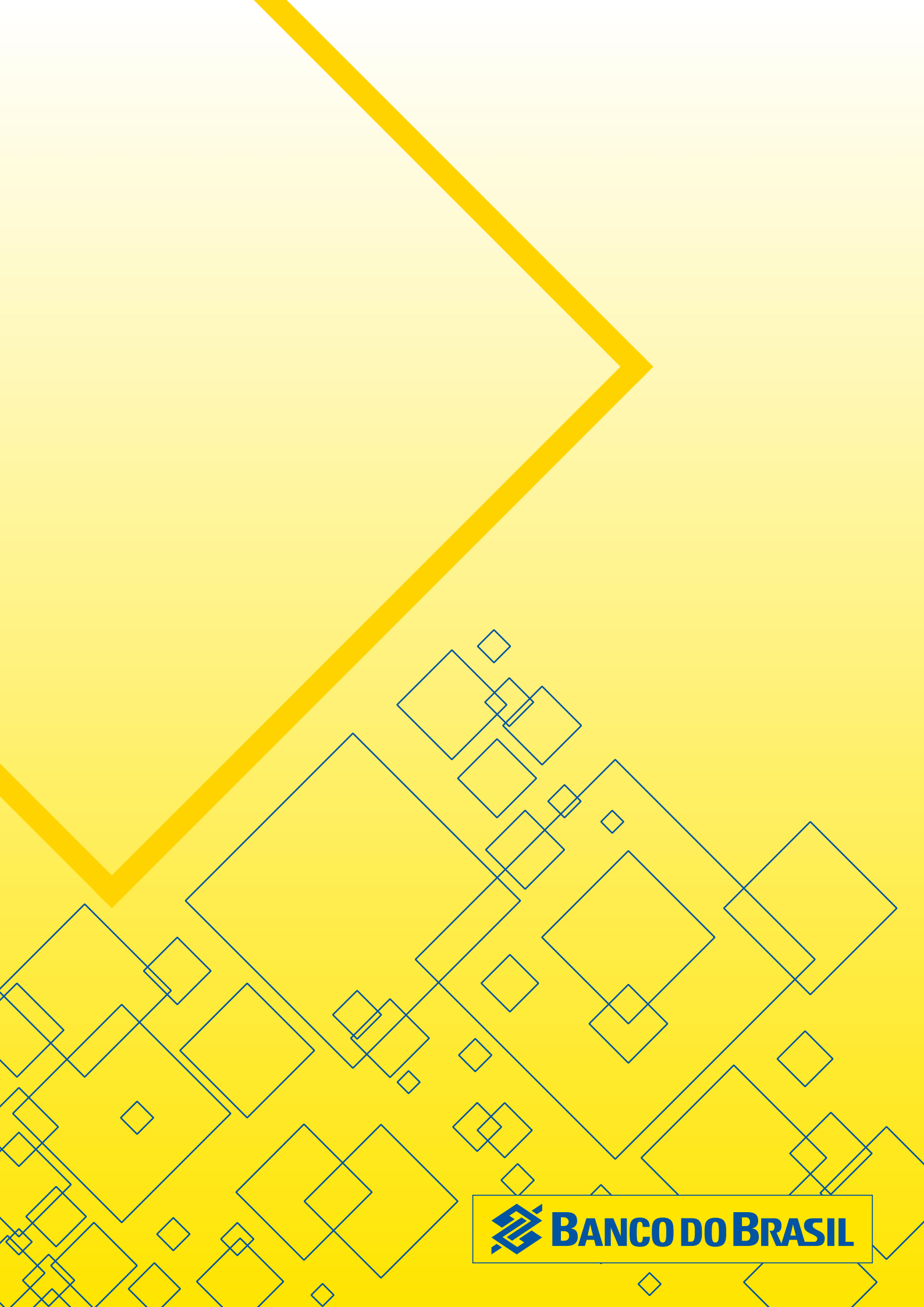
COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Carlos Correia
Egídio Otmar Ames
Elvio Lima Gaspar
Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53



BANCO DO BRASIL